

# REFORMA ELEITORAL

ANNOTADA

POR

AUGUSTO UFLACKER

(AUTOR DO LIVRO DO PROMOTOR PUBLICO)

RIO DE JANEIRO

71 RUA DO OUVIDOR 71

1884

Acompanhando a discussão da Reforma Eleitora fui tomando notas, que me habilitassem para bem comprehendê-la, quando chegasse minha vez de intervir na sua execução, como funcionario publico.

Na execução da lei tomei a parte que me competia nessa qualidade.

E resolvi publicar a lei, acompanhada das notas que addicionei aos seus diversos artigos, extra-hidas dos discursos pronunciados na camara dos deputados, publicações da imprensa, decisões do governo até 31 de Dezembro de 1882, e dos despachos dos juízos e tribunaes do imperio.

Deste modo é facil o estudo da lei. Desnecessario torna-se compulsar os annaes do parlamento, ou a collecção de jornaes, para se saber a opinião do legislador ou o juizo da imprensa, sobre a interpretação deste ou daquelle artigo, que não seja bem expresso em sua lettra.

Esta exposta a idea que presidio a publicação do livro: poupar trabalho para o estudo da lei no presente e guardar o material para a sua historia no futuro.

E' no que consiste a sua utilidade. As notas e commentarios são extrahidos, pela maior parte, de publicações do *Jornal do Commercio* da côrte e do *Diario Official*.

Contém o livro : A. lei de 9 de Janeiro n. 3029, as instrucções de 29 do mesmo mez, o regulamento n. 8213 de 13 de Agosto de 1831 e o decreto n. 3122 de 7 de Outubro de 1882, que alterou algumas disposições da lei n. 3029.

Penso ter prestado um serviço publicando este livro, e peço desculpa pelos erros que forem encontrados.

Santo Angelo, Janeiro de 1883.

*Augusto Uflacker.*

Carta do Dr. Venancio Ayres.

Li a reforma eleitoral acompanhada das notas e commentarios que colleccionaste.

E' um apanhado do que disse a imprensa durante a discussão da lei e sua execução.

E' um trabalho útil e original.

Original, porque a opinião da imprensa, quasi sempre imparcial, sendo manifestada emquanto se discute e executa uma lei, ninguem lembrou-se ainda de colleccionar e publicar.

Util, porque lê-se a lei e a critica, tendo-se para estudal-a e comprehendel-a o grande auxiliar fornecido por commentadores anonymos, é certo, mas que revelam, pela maior parte, elevado criterio e juizo recto e justo sobre a reforma, que não produziu, como se esperava, a regeneração do systema representativo.

Tudo marcha como d'antes.

A eleição, pelo actual regimen eleitoral, recorda ainda o passado com as suas miserias e vergonhas.

O que salvou a reforma de maior desastre foi o voto uninominal, que deu lugar à representação

das minorias nullificando até certo ponto as influencias locais e o reinado absoluto das chapas.

Mas continua-se a sentir, nos pleitos eleitoraes, a influencia do governo, que hoje, mais do que nunca, dispõe de elementos poderosos para conseguir a victoria de seus candidatos.

Desde que se disponha a vencer,— ha de vencer; póde jogar durante o pleito eleitoral com os mesmos dados com que jogava sob o imperio do regimen eleitoral reformado.

E tanto isto esta na consciencia do paiz, que attribuiu-se ao Sr. Saraiva a derrota dos ministros candidatos como se attribue ao Sr. de Paranaguá a derrota de seu ministro de agricultura.

Não é virtude da lei, é virtude do governo. De modo que o governo mudando de pensar, a lei não produzirá o mesmo resultado.

E uma lei que está á mercê de seus executores, para produzir o effeito que estava na mente do legislador, é inutil.

No celebre programma do partido liberal de 1869, além de outras confissões, se lê esta: —« Sem duvida a reforma eleitoral seria completamente inutil e ludibriada, não sendo acompanhada da reforma das outras instituições, que coincidem mais proxima-mente para o falseamento da eleição e annullação do systema representativo.

E' impossível, diz um escriptor moderno, destruir um abuso sem destruir os abusos que lhe davam apoio.

E' uma verdade acceita em principio e reconhecida na pratica.

O que causa pasmo é que o partido que teve a coragem de confessar-a, enface do paiz, chamado ao poder, especialmente para reformar a lei eleitoral, não tocasse nas outras instituições que concorrem para o falseamento da eleição.

Ainda mais quando de tal missão fóra encarregado o Sr. Saraiva que, em uma carta que corre impressa, affirmou que a reforma eleitoral, para ser profícua, dependia da extincção da guarda nacional.

Ao menos esta instituição, vil instrumento de que se servem os partidos para os seus cálculos egoisticos, não devia ficar de pé, a menos de ser, como foi, ludibriada a reforma.

Agora, mais do que sob o imperio da lei reformada, a guarda nacional é optima arma de cabala.

E os dous partidos monarchicos servem-se delia: o que tem o poder, promette e cumpre â boca da urna, como aqui aconteceu; o que esta na opposição, annuncia proxima a sua ascendão e já tem os lugares da guarda nacional distribuídos.

E a eleição, pelo actual regimen eleitoral, deu uma copia triste da classe que tem hoe o privilegio de votar, pelo saber ou pela fortuna.

Diminuiu o numero de actores, a comedia é a mesma.

— Voto para ganhar uma patente voto para não perder, voto porque meu partido esta proximo a

subir, e elevado posto da guarda nacional me esta promettido, ou um emprego rendoso offerecido.

Ao lado dos eleitores que votam à espera de recompensa, estão os que votam por amizade, por gratidão, por attenção a pessoas e não por idéas.

Os partidos confundidos, as lutas eleitoraes tendo por fim abater uns e levantar outros, sem se cogitar na patria, eis o que veio revelar de um modo evidente a reforma eleitoral.

De um lado a minoria que vota, em regra, sem fé e sem crença; de outro a maioria, a nação indifferente, considerando os que votam e são votados como especuladores que pertencem a este ou aquelle partido — por interesse proprio, auferindo alguma vantagem pessoal, votando ou sendo votados.

D'aqui resulta que o cidadão que nada pretende, que não aspira posição alguma social, não trata de se qualificar, ainda tendo direito; e é solicitado para se qualificar, e é solicitado para votar ; e os excluídos, por falta de renda, contentes e satisfeitos por terem perdido o direito de votar.

A nação prostrada, abatida, o cidadão sem consciencia e sem confiança em si — tal é o estado do paiz.

Para reanimal-o é preciso o emprego de remedios energicos e não de palliativos.

Reformas radicaes e não parciaes.

Votai uma lei aperfeiçoada, dizia Tavares Bas-

tos, suprimi o recrutamento, a guarda nacional, a policia despotica, restabelecei a magistratura, restaurai as bases do codigo do processo, tornai o senado temporario, dispensai o conselho de estado, corrigi ou aboli o poder moderador ; muito tereis feito, muitíssimo, pela liberdade do povo e pela honra de nossa patria; mas não tereis resolvido ainda este problema capital, aquelle de quasi todos os povos modernos. limitar o poder executivo central às altas funcções politicas sómente. Deixai-lhe as attribuições que tem, deixai a capital concentrar os negocios locais, consenti que possa estender-se por toda parte o braço gigantesco do estado, tutor dos municípios e da província ; e vereis por melhores que as leis novas sejam, dominar a nação e tudo perverter, o governo, o poder executivo. Descentralizai o governo; approximai a fórma provincial da fórma federativa; a si proprias entregar as províncias; confiai à nação o que é seu; reanimai o enfermo que a centralização fizera cadaver; distribui a vida por toda: só então a liberdade será salva.

E' a nossa opinião tambem E o que é mais, o proprio conselheiro Saraiva pensa como pensava Tavares Bastos, tanto que fóra do poder, defendendo o voto uninominal, affirmou na tribuna do senado : Sem autonomia do município, não tere mos parlamento. Infelizmente, porém, os nossos estadistas, ao subirem as escadarias de S. Christoyão, recebem o



baptismo de Clovis — adoram o que queimavam e queimam o que adoravam.

E' que alli reside o chefe do poder executivo que influe poderosamente nas deliberações do mi nisterio e que se preocupa mais com o imperio e sua dymnastia, até por um dever, do que com a nação.

E não vê e não sente que è a centralização que ha-de matar o imperio.

Era mais facil manter-se uma monarchia federativa, como aspirava a geração de 31, do que uma monarchia centralizada.

A propria natureza conspira, entre nós, contra: a centralização.

No Brazil, dizia e manifesto republicano de 1870, no Brazil, antes da idéa democratica, encarregou-se a natureza de estabelecer o principio federativo.

A topographia do nosso territorio, as zonas diversas em que elle se divide, os climas varios e as producções differentes, as cordilheiras e as aguas, estavam indicando a necessidade de modelar a administração e o governo local, acompanhando e respeitando as proprias divisões creadas pela natureza physica e impostas pela immensa superfície de nosso territorio.

Foi a necessidade que demonstrou, desde a origem, a efficacia do grande principio que em balde a força compressora do regimen centralizador tem procurado contrafazer e destruir.

Pelo que ahi ficou escripto, ficas sabendo o que

pensamos sobre a reforma eleitoral e a impressão que nos causou a sua primeira experiencia.

Não descemos a detalhes.

O mal não esta no voto uninominal como acreditam uns, no segundo escrutínio como entendem outros; a salvação não é o escrutínio de lista, não é o senso baixo; o remedio é destruir os abusos que influem no falseamento da eleição.

E' preciso atacar o mal de frente.

E' preciso fazer cessar o regimen da tutela.

E' preciso entregar ao cidadão a sua consciencia, que a centralização tem em seu poder.

Sem o que, todo o exforço para fazer da eleição uma verdade, será em vão.

Seja qual fôr a lei eleitoral, ainda animada por espirito democratico, ha de produzir resultado identico, mantidas as instituições que concorrem para nullificar a manifestação da vontade nacional.

E o dia da eleição, um dia de festa nos paizes livres, ha-de ser o que é entre nós, um dia triste em que se assiste ao funeral da soberania popular.

Janeiro de 1883.

VENANCIO AYRES.

## Decreto n. 3029 de 9 de Janeiro de 1881.

Art. 1.º As nomeações dos senadores e deputados para a assembleia geral, membros das assembleias legislativas provinciais e quaesquer autoridades electivas, serão feitas por eleições directas, nas quaes tomarão parte todos os cidadãos alistados eleitores de conformidade com esta lei.

A eleição do regente do imperio continúa a ser feita na forma do acto addicional á constituição politica pelos eleitores de que trata a presente lei.

Noto.

*Acto addicional á constituição:—Lei n. 16 de 12 de Agosto de 1834:*

Art. 26. Se o imperador não tiver parente algum, que reuna as qualidades exigidas no art. 122 da constituição, (1)

(1). Constituição, art. 122. Durante a minoridade do imperador (o imperador é menor até 18 annos completos, art. 121), o imperio será governado por uma regencia a qual pertencera ao parente mais chegado do imperador segundo a ordem da successão, e que seja maior\* de 25 annos.

## REFORMA ELEITORAL

será o imperio governado, durante a sua minoridade, por um regente electivo, a temporario, cujo cargo durará quatro annos, renovando-se para esse fim a eleição de 4 em 4 annos.

Art. 27. Esta eleição será feita pelos eleitores da respectiva legislatura, os quaes, reunidos nos seus collegios, votarão por escrutínio secreto em dous cidadãos brasileiros, dos quaes um não será nascido na província, a que pertencerem os collegios, e nenhum delles será cidadão naturalizado.

Apurados os votos, lavrar-se-hão tres actas do mesmo teor, que conttenham os nomes de todos os votados e o numero exacto de votos que cada um ohtiver. Assigna-das estas actas pelos eleitores e solladas, serão enviadas, uma á camara municipal a que pertencer o collegio, outra ao governo geral por intermedio do presidente da província, e a terceira directamente ao presidente do senado

Art. 28. O presidente do senado, tendo recebido as actas de todos os collegios, abriL-as-ha em assembléa geral, reunidas ambas as camaras e fará contar os votos ; o cidadão, que obtiver a maioria destes, será o regente. Se houver empate, por terem obtido o mesmo numero de votos dous ou mais cidadãos, entre elles decidirá a sorte.

Art. 29. O governo geral marcará um mesmo dia para esta eleição em todas as províncias do imperio:.

## DOS ELEITORES.

Art. 2.º E' eleitor todo o cidadão brasileiro, nos termos dos arts. 6,º 91º e 92º da constituição do imperio, que tiver renda liquida annual não inferior

a 200\$, por bens de raiz, industria, commercio ou emprego.

Nas exclusões do referido art. 92 comprehendem-se as praças de pret do exercito, da armada e dos corpos policiaes, e os serventes das repartições e estabelecimentos publicos.

**Nota.**

**Vide arte. 2.º, 3.º, 4.º e 5.º do regul. n. 8213 de 13 de Agosto de 1881, e as respectivos notas**

Art. 3.º A prova da renda de que trata o art. antecedente far-se-ha :

§ 1.º Quanto à renda proveniente de immoveis :

I. Se o immovel se achar na demarcação do imposto predial ou decima urbana, com certidão da repartição fiscal de estar o immovel averbado com valor locativo não inferior a 200\$, ou com recibo daquelle imposto passado pela mesma repartição.

II. Se o immovel não se achar na demarcação do imposto predial ou decima urbana, ou não estiver sujeito a este imposto, ou se consistir em terrenos de lavoura ou de criação, ou em quaesquer outros estabelecimentos agrícolas ou ruraes:

Quando o occupar o proprio dono, pela computação da renda á razão de 6 % sobre o valor do immovel, verificado por titulo legitimo de propriedade ou posse, ou por sentença judicial que as reconheça.

Quando não occupar o proprio dono — pela

computação da renda feita do mesmo modo ou pela exhibição de contracto do arrendamento ou aluguel do immovel lançado em livro de notas, com antecedencia de um anno pelo menos e expressa de-claração do preço do arrendamento ou aluguel.

### Notas

#### 1.º

Pelo art. 1.º § 1.º do decreto n. 3122, foi este § 1.º do art. 3.º da lei n. 3029 substituído pelo seguinte :

Quanto á renda proveniente de immoveis :

I. Se o immovel se achar na demarcação do imposto predial ou decima urbana—com certidão ou recibos de repartição fiscal, de que conste estar o immovel averbado com valor locativo não inferior a 200\$ desde um anno antes, pelo menos, do ultimo dia do prazo do § 6.º do art. 6.º da mesma lei, e ter sido pago aquelle imposto desde o mesmo tempo.

II. Se o immovel não se achar na demarcação do imposto predial ou decima urbana, ou não estiver sujeito a esta imposto, ou se consistir em terrenos de lavoura ou de criação ou em quaesquer outros estabelecimentos agrícolas ou ruraes—pela computação da renda á razão de 6 % quanto aos predios, e de 10 % quanto aos terrenos de lavoura ou de criação ou quaesquer outros estabelecimentos agrícolas ou ruraes, sobre o valor do immovel, verificado por titulo legitimo de propriedade ou posse passado no nome do cidadão, ou no de sua mulher, com a data de um anno antes, pelo menos, do ultimo dia do prazo do § 6.º do art. 6. da dita lei, ou com qualquer data se o titulo fôr sentença judiciaria que reconheça a propriedade ou posse.

Se o titulo da propriedade ou posse fôr de permuta ou doação, não será computado valor superior ao que se tiver dado ao immovel no titulo, que tambem será exhibido, da propriedade ou posse do doador ou permutante, sendo applicavel a este caso a dispozição do § 5.º seguinte, quando se verificar a respeito do immovel permutado ou doado, qualquer das circumstancias a que se refere o mesmo paragrapho.

Não sera admittido para o effeito de que se trata qualquer titulo que contenha clausula reversiva de propriedade ou posse.

§ 2.º Se o cidadão possuir diversos immoveis cada um dos quaes tenha valor locativo ou proprio inferior ao mencionado no § antecedente, a prova da renda legal será feita sobre os valores reunidos de mais de um desses immoveis.

§ 3.º Se a mais de um cidadão pertencer um immovel, a renda legal de cada um desses cidadãos será computada sobre o valor correspondente á parte que nelle tiver, segundo o valor total locativo ou proprio do mesmo immovel, verificado pelos modos estabelecidos nos na. I e II do § 1.º deste artigo.

§ 4.º Quando tenha sido alienada parte sómente de uma propriedade que consista em terrenos de lavoura ou criação, o valor dessa parte, para prova da renda legal do cidadão que a houver adquirido, será verificado não só pelo titulo de que trata o n. II do § 1.º deste artigo, o qual neste caso deve ter data de tres annos antes, pelo menos, do ultimo dia do prazo do § 6.º do art. 6.º da dita lei n. 3029, mas tambem e conjunctamente por avaliação judicial, á qual se procederá pelo seguinte modo

. A avaliação será feita perante o juiz de direito da comarca ou, nas que tiverem mais de um juiz de direito,

perante qualquer delias, com assistencia do promotor publico, por dous peritos nomeados, um pelo cidadão que a requerer, e o outro pelo administrador da recebedoria ou mesa de rendas, ou pelo collector de rendas geraes do logar.

Os ditos peritos se limitarão a declarar se o terreno tem ou não o valor exigido pela lei, de conformidade com o disposto no n. II do § 1.º do art. 1.º

Se houver divergencia entre os dous, as partes nomearão terceiro perito ; e, se não chegarem a accôrdo, quanto á nomeação deste, será o mesmo perito designado pela sorte d'entre dous nomes, propondo um cada uma das partes.

O terceiro perito assim nomeado será obrigado a cingir-se a um dos laudos divergentes.

II. O juiz de direito julgará a avaliação por sentença proferida no prazo de 15 dias contados do em que lhe forem conclusos os autos, ouvindo o promotor publico que responderá dentro de cinco dias.

Cada processo poderá referir-se a mais de um terreno possuído, uma vez que pertençam a um só cidadão.

III. A sentença do juiz de direito será immediatamente intimada ao promotor, e publicada por edital affixado em logar publico, e, sendo possível, pela imprensa. Desta sentença haverá recurso necessario para a relação do districto; caberão tambem recursos voluntarios interpostos pelo proprio interessado ou seu procurador especial, pelo promotor ou seu adjunto e por qualquer eleitor da comarca. Todos os ditos recursos terão effeito suspensivo.

IV. Os recursos voluntarios serão interpostos por meio de requerimento, e tomados por termo no proprio processo no prazo de 15 dias contados do da publicação da sentença, allegando o recorrente no mesmo requerimento as razões do recurso, e juntando os documentos que julgar convenientes.

O escrivão fará seguir o processo para a relação de



district» dentro dos 10 dias seguintes ao prazo marcado neste numero para a interposição dos recursos

V. A relação, no prazo de 30 dias contados da data do recebimento do processo na respectiva secretaria, julgará os recursos interpostos pelo modo determinado no § 2.º do art. 9.º da lei n. 3029 e no art. 80º do respectivo regulamento n. 8213; observadas as disposições do § 3.º do art. 9.º da mesma lei e do art. 81º e § do citado regulamento.

VI. A avaliação a que se refere o n. I não poderá ser alterada pela sentença ou pelo accórdão de que tratam os ns. III e V; devendo limitar-se o julgamento á con firmação da mesma avaliação, ou a sua annullação nos casos de infracção de disposições deste paragrapho.

VII. No prazo de 3 dias contados da data do ac córdão, o processo será devolvido ao juiz recorrido, de vendo constar da acta do tribunal a natureza da decisão do accórdão; e este juiz em igual prazo contado do dia do recebimento do mesmo processo, fará publicar o ac córdão por edital affixado em logar publico, e sendo pos sível, pela imprensa.

VIII. No caso de ser a decisão proferida no accórdão favoravel ao cidadão que tiver requerido a avaliação, e de não ter havido interposição de recurso voluntario, o juiz de direito mandará entregar o processo, sem ficar tras lado, ao mesmo cidadão ou a seu especial procurador, afim de ser exhibido como prova de renda legal.

Se, porém, tiver havido interposição de recurso volun tario, serão dadas ao referido cidadão para o mesmo fim cópias do accórdão e de quaesquer outros papeis, que re querer, bem como os documentos que houver juntado.

§ 5.º Quando a renda do cidadão provier de immoveis comprehendidos em qualquer das classes designadas no

n. II do § 1.º deste artigo, terá lagar a avaliação judicial, feita nos termos do § antecedente', para provar:

I. O valor do predio edificado pelo seu actual proprietario, supprindo a dita avaliação a falta do titulo de propriedade, exigido no citado n. II.

II. O augmento do valor do predio ou terreno depois de sua aquisição, em razão de bemfeitorias accrescidas ou de alteração do valor da propriedade, procedente da diversidade dos tempos ou de outras circumstancias.

2.º

Como na provincia de S. Paulo o imposto predial calcula-se, não pelo valor locativo e sim pelo do proprio immovel, a prova da renda presta-se por meio da certidão passada pela respectiva repartição fiscal, da qual conste o valor do immovel, declarando-se qual o seu valor locativo, calculado na razão de 6 % sobre o capital que o immovel representa. (Av. de 8 de Fevereiro de 1881.

3º

Para ser alistado eleitor em qualquer municipio em que resida, é indifferente que o predio possuído pelo alistando, esteja situado n'outro municipio; sendo applicavel ao caso o § 5.º do art. 3.º da lei n. 3029, em que os bancos e companhias não tem séde no municipio onde reside o possuidor das acções.

4.º

Ainda que a transcripção do immovel tenha alta importancia juridica, tanta que, nos termos do art. 8.º da lei de 24 de Setembro de 1864, é indispensavel, para que

opere effeitos com relação a terceiro a transmissão entre-vivos, por titulo gratuito ou oneroso, dos bens susceptíveis de hypotheca; não ha razão para exigir o implemento desta formalidade da parte do alistando que com titulo legitimo de propriedade ou de posse, ou com sentença judicial que as reconheça, provar pertencer-lhe o immovel que occupa. A exhibição do titulo ou da sentença tem o unico effeito de servir de base á computação da renda, e a transcrição é tanto mais dispensavel para este caso quanto não induz a prova do dominio que fica salvo a quem fôr.

5.º

Durante o primeiro alistamento de eleitores entraram alguns juizes em dúvida se o valor dos escravos, que por direito se consideram accessorios dos immoveis, devia ser computado na estimação do valor destes para fins eleitoraes.

A lei é clara neste ponto. Ella refere-se expressamente ao valor do immovel, e é manifesto como este valor independe do da propriedade accessoria de escravos. A legislação eleitoral é especial, posterior as leis que garantem nas execuções a integridade dos estabelecimentos agrícolas, ella não deixaria de alludir ao direito constituído, se o seu pensamento fóra diverso do que resulta da sua lettra. O valor de uma situação agrícola é o do sólo e das bemfeitorias. A propriedade escrava, bem que favorecida pelo referido privilegio», é apenas um acces-sório, que tem valor proprio mas não augmenta o do sólo. Aliás todo o privilegio é odioso e não póde ser ampliado nos seus effeitos.

Esta interpretação, resultando do claro texto da lei conforma-se além disso ao espírito que domina o seu mecanismo, na parte relativa á prova da renda. De feito, lei eleitoral admittindo numerosas manifestações da renda legal, desde o modesto emprego publico retribuído com 20\$000 annuaes, até o valor locativo do predio habitado pelo alistando, excluiu propositalmente, como se fez patente pela discussão, a prova da renda proveniente da propriedade de escravos. A nova lei não empregou mesmo a palavra —escravo— como não a empregou a constitui' ção politica do imperio. A sua intenção não poderia ficar mais expressa.

## 6.º

Só podendo o valor do immovel ser verificado por titulo legitimo de propriedade ou posse, ou por sentença judicial que as reconheça (lei n. 3029, art. 3.º, § 1.º, n. II; decr. n. 3122, art. 1.º, § 1.º, n. II, parte 2.º, não póde ser alistado eleitor o cidadão que recebeu em dote, sem escriptura publica ou particular, um predio de qualquer valor.

As doações de pais a filhos não são senão adiantamentos de legitima, não importam verdadeira doação, e tanto que pelo assento de 21 de Julho de 1797 são isentas de insinuação, com tanto que não excedam a legitima e mais a taxa da lei. E, quando feitas por conta da terça, neste caso são sujeitas á insinuação, quando o usufruct\* é logo transferido.

Ora, não sendo taes doações feitas por paia a filhos verdadeiras doações, mas, sim adiantamentos de legitima, taes titulos não provam juridicamente senão esses adiantamentos para haverem de ser conferidos em inventario e dar-se-lhes então valor; *nas outras doações que se fizerem aos filhos, se olhará o que os lens do doador valem ao tempo de tua mor te* (ord., liv. 4.º, tit. 97, § 4.º) ; portanto o *valor legal* dessas doações é aquelle que tiveram os bens doados ao tempo da morte do testador.

E assim o valor arbitrario que os pais derem em taes doações, não sendo legai, não póde ser valor verificado por taes titulos de doações; elles não provam valor, apenas provam adiantamentos de legitima, o valor legal será aquelle que os bens tiverem ao tempo da morte do testador.

A ord. liv. 4.º tit. 97 § 4.º com essa disposição teve por fim igualar as legítimas e não permittir que os pais por meio de adiantamentos de legítimas prejudicassem ou favorecessem uns filhos em prejuízo de outros dando a esses bens ou valores exagerados ou valores exíguos.

Entenda-que esses titulos de doação bastam para provar a *posse* dos immoveis doados aos filhos, mas não para provar valor desses immoveis.

Se, porém, um pai possuir terras de custo de 8:000\$000 e dêr ao filho metade delias, o filho, com o titulo da doação e o titulo anterior, prova metade do valor, porque esse titulo é tal que por elle se póde verificar o valor da' ac-quisição do immovei feita por seu pai.

#### 8.º

Quando se tem a propriedade ou posse do immovel por compra, dação *in solutum*, doação, usufructo ou dote, é titulo legitimo o traslado da escriptura publica.

<

Quando por arrematação ou adjudicado em hasta publica, a cartado arrematação ou adjudicação. Quando se tem a propriedade do immovel por acção de reivindicação, ou quando se tem a posse do immovel, por acção possessoria, é titulo legitimo a carta da sentença judicial. (2)

Quando a propriedade ou posse do immovel é obtida por herança, tanto póde ser legitimo o *formal da partilha*, como certidão authentica provando quanto coube em terras e bem-feitorias (de raiz); que houve sentença, que esta passou em julgado, e foram pagos os direitos; porquanto quer o *formal*, quer a certidão authentica que houve sentença passada em julgado, satisfazem perfeitamente o preceito da lei.

O valor do immovel é verificado por sentença judicial, constante da certidão authentica, sentença que não só reconhece a propriedade ou posse do immovel, mas que na acção *families ertitcunda* as confere ou adjudica ao herdeiro.

Art. 3.º § 2. ] Quanto â renda proveniente de industria ou profissão:

I, Com certidão que mostre estar o cidadão inscripto desde um anno antes, no registro do commercio como negociante, corretor, agente de lei-lões administrador de trapiche, capitão de navio, piloto de carta, ou como guarda-livros ou primeir o caixeiro de casa commercial, ou administrador de fa-brica industrial, uma vez que a casa commercial ou fabrica tenha o fundo capital de 6:800\$, pelo menos.

(2) Neste caso o titulo póode ter qualquer data. (decr. n. 8123, art. 1.º, § 1º» n- II).

## Nota

*Decreto n. 3122 de 7 de Outubro de 1883.*

Art. 1.º § 6.º A disposição do n. I do § 2.º do art. 3.º da lei n. 3029 fica substituída pela seguinte:

Com certidão que mostre estar o cidadão inscripto no registro do commercio;—desde um anno antes, pelo menos, do ultimo dia do prazo do § 6.º do art. 6.º da dita lei como negociante, corretor ou agente de leilões;— e desde tres annos antes, pelo menos, do dito dia, como administrador de trapiche, guarda-livros, ou primeiro caixeiro de casa commercial, ou administrador de fabrica industrial, uma voa que a casa commercial .ou a fabrica tenha o fundo capital de 6:800\$000, pelo menos ;

Com certidão que mostre estar o cidadão inscripto em capitania do porto, com antecedencia de um anno, como capitão de navio ou piloto de carta;

Com escriptura publica cuja data seja de tres annos antes, pelo menos, do ultimo dia do prazo da citada disposição, ou escripto particular lançado com igual antecedencia em livro de notas, que mostre ser o cidadão administrador de fazenda ou fabrica rural, cujo valor seja de 10:000\$ pelo menos, verificado pelo titulo legitimo de propriedade ou posse destes estabelecimentos ou por sentença judicial que as reconheça.

Art. 3.º § 2.º n. II. Com certidão, passada pela respectiva repartição fiscal, de possuir o cidadão fabrica, officina ou outro estabelecimento industrial ou rural, cujo fundo capital seja, pelo menos de 3:400\$, ou com certidão ou talão de pagamento de

imposto de industria ou profissão de qualquer outro imposto baseado no valor locativo do immo-vel urbano ou rural, em importancia annual não inferior a 248, no município da côrte, a 12\$, dentro das cidades e a 6\$, nos demais logares do imperio.

III. Com certidão, passada pela respectiva repartição fiscal, de possuir o cidadão estabelecimento commercial, cujo fundo capital seja de 3:400\$, pelo menos, e pelo qual tambem pague o imposto declarado no numero antecedente.

IV. Os impostos a que se referem os dous ultimos numeros só conferem a capacidade eleitoral, havendo sido pagos pelo menos um anno antes do alistamento.

Não servirão para prova da renda quaesquer outros impostos não mencionados nesta lei.

### **Notas.**

].º

*Decreto n. 3122 de 7 de Outubro de 1882.*

Art. 1.º § 7.º As disposições dos ns. II, III e IV do § 2.º do art. 3.º da lei n. 3029 ficam substituídas pela seguinte :

Com certidão passada pela competente repartição fiscal, da qual conste não só que, desde dous annos antes, pelo menos, contados do ultimo dia do prazo do § 6.º do art. 6. ] da lei n. 3029 o cidadão possui offecctivamente qualquer



estabelecimento industrial, rural ou commercial, mas tambem que por elle tem pago, durante o mesmo tempo, o imposto geral ou provincial de industria ou profissão ou qualquer outro baseado no valor locativo do immovel, na 'mportancia de 24\$, dentro dos limites da cidade do Bio de Janeiro, de 12\$, dentro dos limites das outras cidade?, e de 6\$ nos demais logares do Imperio.

Não servirão para a prova da renda quaesquer outros impostos não mencionados na dita lei.

## 2.º

Se dous negociantes associados, mas que não registraram o seu contracto, pagam em nome de ambos o dobro do imposto exigido pela lei como manifestação da renda, parece que ambos se acham no caso de ser alistados.

Dado o caso de que o imposto, assim pago conjunctamente, não attinja o dobro do que exige a lei, a nenhum dos associados cabe direito de alistar-se eleitor por semelhante titulo.

## 3.º

Succedendo haver quem requeira com documentos relativos a annos anteriores ao prazo de, um anno antes estabelecido pelo art. 3.º § 2.º n IV da lei n. 3029 (3), sendo notorio que os requerentes deixaram a profissão ou industria que exerciam: e exigindo a lei que para ser alistado eleitor tenha o cidadão renda liquida annual não

(3) Dous annos pelo decreto n. 3122, art. 1.º § 7.º. As disposições deste aviso estão comprehendidas no artigo e § citados nesta nota.

inferior a 200\$, desde um anno antes do alistamento, pelo menos, deve entender-se que não pódo prevalecer para os effeitos legaes da prova da renda neste caso qualquer documento de data anterior aquelle prazo de um anno, sem novo documento que se refira ao mesmo prazo. (AV, de 8 de Março de 1881).

4.º

A multa paga pelo contribuinte, pena' que lhe é imposta pela mora, não póde ter o effeito de o habilitar para o eleitorado contra expressa disposição da lei.

Art. 3.º § 3.º Quanto à renda proveniente de emprego publico:

I. Com certidão do thesouro nacional e das the-sourarias de fazenda geraes e provinciaes, que mostre perceber annualmente o cidadão ordenado não inferior a 200\$, por emprego que dê direito a aposentação, não sendo porém, esta ultima condição applicavel aos empregados do senado, da camara dos deputados e das assembléas legislativas provinciaes, com tanto que tenham nomeação effectiva.

Notas.

1.»

Não pódem ser negadas pela directoria geral da contabilidade do thesouro as certidões que lhe forem requeridas para prova da renda. (Av de 21 de Março de 1881).

2.º

Só aos empregados que tiverem direito à aposentação, se deve conceder as certidões que na fórmula do art. 3.º § 3.º n. I, forem requeridas para provar a renda de funcionario publico. (AV. de 28 de Janeiro de 1881).

3.º

Tem direito á aposentação todo o empregado que tiver ordenado,- não o tem porém, o que só perceber gratificação por serviços, ou pertencer ás classes dos que vencem diarias, salarios ou jornaes. (Av. de 28 de Janeiro de 1881).

4.º

Regularmente procedeu a thesouraria não concedendo gratuitamente as certidões de que trata o art. 3.º § 3.º n. I da lei n. 3029, pedidas por diversos empregados da repartição das obras de conservação dos portos da capital, visto não terem direito á aposentação, assim como os que recebem salarios, gratificação ou porcentagem, os tabelliães e outros, cujos empregos são simplesmente lotados para o pagamento dos direitos de nomeação. (Av. de 16 de Maio de 1881).

5.º

O empregado publico que tiver direito á aposentação, não precisa que tenha servido os annos exigidos para a aposentação. A lei exige tão sómente que o cargo' exercido pelo alistando seja daquellea em quo cabe aposentação, regulada por leis anteriores.

6.º

Não tendo direito á aposentação o escrivão da collec-toria de rendas geraes, conforme declaram os avisos ns. 346 de 1.º de Outubro de 1857, e 309 de 13 de Julho de 1865; não póde ser alistado eleitor, ainda que perceba porcentagem não inferior á quantia de 200\$, se não exhibir outra prova das que trata a lei eleitoral. (Av. de 21 de Abril de 1881).

7.'

Em relação aos estacionarios e outros empregados da directoria geral dos telegraphos, prevalecem as certidões passadas por esta repartição, a requerimento dos ditos empregados, visto que, sendo pagos directamente por ella, não póde o thesouro nacional passar-lhes as certidões de que se trata. (Regul. n. 8213 art. 10, § 1.º e Av. de 11 de Março de 1881).

8.º

Os remadores de escaleres da alfandega não podem ser alistados como eleitores, visto não lhes serem conferidas as qualidades de *empregados publicos*; não lhes aproveitando a certidão da thesouraria de fazenda para provar renda. (Decisão do juiz de direito do 1.º districto criminal do Porto Alegre).

9.»

O lugar de sachristão-mór de irmandades não pertence a categoria de empregos publicos estipendiados pelos

cofres geraes, provinciaes e municipaes, unicos que a lei manda attender, para o alistamento eleitoral. (Decisão do juiz de direito do 2º districto criminal da côrte).

Art. 3.º § 3.º n. II. Com igual certidão das camaras municipaes, quanto aos que nellas exercerem empregos que dêem direito à aposentação.

III A mesma prova servirá para os empregados aposentados ou jubilados e para os officiaes reformados do exercito, da armada e dos corpos poli-ciaes, comprehendidos os officiaes honorarios que perceberem soldo os pensão.

### NOTA

#### S 1.º

*Decreto ».* 3122 de 1 de Outubro de 1882.

Art 1.º § 8.º Fica revogada a disposição do n. Iii do § 3.º do art. 3.º da lei n. 3029, quando exige a percepção de soldo ou pensão para que possam os offi-ciaes honorarios ser alistados como eleitores.

As praças do pret reformadas, que perceberem soldo não inferior á renda legal, têm direito a ser alistados como eleitores.

O documento com que se prova ser pensionista do monte-pio geral, não é sufficientes para ser alistado á vista da lei. (Decisão do juiz de direito do 2.º districto criminal da côrte.)

Art. 3.º § 3.º **IV.** Os serventuários providos vitaliciamente em officios de justiça, cuja lotação não fôr inferior a £00\$, por anno, provarão a re-spectiva renda com certidão da lotação dos mesmos officios, passada pela repartição competente.

**Notas.**

Tendo a lei exigido positivamente que a lotação dos officios de justiça seja provada com certidão passada pela repartição competente, não póde o titulo de nomeação supprir esta prova

Art. 3.º § 4.º Quanto á renda proveniente de títulos de divida publica geral ou provincial — com certidão authentica de possuir o cidadão no proprio nome, ou, se fôr casado, no da mulher, desde um anno antes do alistamento, títulos que produzam annnualmente quantia não inferior á renda exigida.

§ 5.º Quanto á renda proveniente de acções de baucos e companhias, legalmente autorizados e de depozitos em caixas economicas do governo — com certidão authentica de possuir o cidadão, desde um anno antes do alistamento, no proprio nome, ou, se fôr casado, no da mulher, títulos que produzam quantia não inferior á mencionada renda.

**Netas,**

Em vista do § 5.º de art. 3.º da lei n. 3029, os bancos e companhias não precisam ter séde no município

onde reside o possuidor das acções, que se quer alistar.

2.º

A certidão da caixa de amortização, declarando que o alistando possui tres apólices, não basta para provar a renda de 200\$. (Decisão do juiz de direito do 2.º districto criminal da côrte).

3.º

Não podem sei alistados os cidadãos que apresentam certidão de possuir quantia superior a 4:000\$ depositada em caixas economicas de sociedades anonymas que funcçionam com approvação do- governo. Só devem ser acceitas como prova de renda as certidões de depozitos em caixas economicas do governo. (Av. de 9 de Maio de 1881).

Art. 4.º São considerados como tendo a renda legal, independente de prova :

I. Os ministros e os conselheiros de estado, os bispos e os presidentes de província e seus secretarios.

II. Os senadores, os deputados ã assembléa geral e os membros das assembléas legislativas provinciaes.

III. Os magistrados perpetuos ou temporarios, o secretario do supremo tribunal de justiça e os das relações, os promotores publicos, os curadores geraes de orphãos, os chefes de policia e seus secretarios, os delegados e subdelegados de policia.

Notas.

*Decreto n. 3122 de 7 Outubro de 1882.*

Art. 1.º § 9.º Ficam sem effeito as palavras «os delegados e subdelegados de policia», que se acham no n. II do art 4.º da lei n. 3029.

Art. 4.º n. IV. Os clérigos de ordens sacras.

V. Os directores do thesouro nacional e das thesourarias de fazenda geraes e provinciaes, os procuradores fiscaes e os dos feitos da fazenda, os inspectores das alfandegas e os chefes de outras repartições de arrecadação.

Notas1.º

Diz o art. 4.º n V, que devem ser considerados como tendo a renda legal, independentemente de prova, além dos que alli menciona, os *chefes de outras repartições de arrecadação*, e o mesmo artigo no n. VI reconhece o direito de eleitor ao *chefe de qualquer repartição ou estabelecimento publico*. E' portanto evidente que os collectores de rendas geraes e provinciaes estão comprehendidos nestas disposições.

2.º

As recebedorias são repartições fiscaes e competentes para passarem certidões de impostos cobrados por ellas.



Os seus administradores, como chefes de repartições do arrecadação, estão expressamente compreendidos no n. V do art. 4.º da lei; e são considerados como tendo a renda legal independentemente de prova.

Art. 4.º n. VI. Os directores das secretarias de estado, o inspector das terras publicas e coloniza-ção, o director geral e os administradores dos cor-reios, o director geral e vice-director dos telegra-phos, os inspectores ou directores das obras publicas geraes ou provinciaes, os directores das estradas de ferro pertencentes ao estado, e os chefes de quaes-quer outras repartições ou estabelecimentos publicos.

VII. Os empregados do corpo diplomatico ou consular.

VIII. Os officiaes do exercito, da armada e dos corpos policiaes.

IX. Os directores, lentes e professores das faculdades, academias e escolas de instrucção superior; os inspectores geraes ou directores da instrucção publica na côrte e províncias; os directores ou reitores de institutos, collegios ou outros estabelecimentos publicos de instrucção e os respectivos professores; os professores publicos de instrucção primaria por titulo de nomeação effectiva ou vitalícia.

**Nota.**

O ordenado da professora com quem é casado o cidadão não póde ser allegado como prova de renda para o marido ser alistado eleitor, porquanto da lettra e do espirito

da lei resulta que é preciso que o proprio cidadão, e não sua mulher, seja quem perceba o ordenado por emprego publico que de direito a aposentação, e apenas nos §§ 4.º e 5.º do art. 3.º da lei admite que o casado, possuindo em nome de sua mulher títulos de divida publica, geral ou provincial, acções de bancos e companhias, legalmente autorizadas, e deposito em caixas economicas do governo possa provar renda proveniente desses títulos.

Art. 4.º n. X. Os habilitados com diplomas scientificos ou litterarios de qualquer faculdade, academia, escola ou instituto nacional ou estrangeiro, legalmente reconhecido.

Será titulo comprobatorio o proprio diploma ou documento authenticico que o suppra.

#### **Notas.**

##### 1.º

A palavra *nacional* como contraposta a *estrangeiro*, sem duvida não exclue a faculdade, academia, escola on instituto creado pelo poder provincial.

Porém os titulos conferidos pelas escolas normaes das províncias apenas habilitam para o professorado publico da instrucção primaria, e não podem os habilitados por taes títulos estar em melhor condição do que os proprios professores publicos de instrucção primaria que o n. IX do art. 4.º só isenta de prova da renda quando providos por titulo de nomeação effectiva on vitalícia .

E, portanto, esses títulos de habilitação para o professorado publico de instrucção primaria não são titules

## REFORMA ELEITORAL

scientifico os ou litterarios de que trata o n. X, e os habilitados com elles para o professorado publico de instrucção primaria só estarão comprehendidos no n. IX quando forem professores publicos de instrucção primaria providos por títulos de nomeação effectiva ou vitalici. São apenas títulos de dispensa do exame das materias de instrucção primaria nos quaes são julgados habilitados, e que lhes dão preferencia sobre os que ainda dependem de exames para habilitação.

### 2.º

Não podem ser acceitos como meio de prova da renda para o alistamento eleitoral, titulos de dentista ou de agronomo, conferidos pela escola de Dignon, na Belgica, tomando como fundamento a disposição do art. 4.º n. X da lei, visto que se podem ser comprehendidos como diplomas scientificos os conferidos aos que carsam faculdade academica, escola ou instituto nacional ou estrangeiro legalmente reconhecidos, não estando neste caso os dos dentistas nem os conferidos pela dita escola de Dignon. (Av. de 9 de Abril de 1881).

### 3.º

Não póde ser acceita, como o diploma scientifico de que trata o art. 4.º n. X da lei n. 3029, a these apresentada pelo Dr. J. P. da Silva Vianna. para ser incluído no alistamento eleitoral. (Av. de 12 de Abril de 1881).

Art. 4.º n. XI. Os que desde mais de um anno [antes do alistamento dirigirem casas de educação

ou ensino frequentadas por 20 ou mais alumnos, ou leccionarem nas mesmas casas.

Servirá de prova — certidão passada pelo inspector ou director da instrucção publica na côrte ou nas províncias.

XII. Os juizes de paz e os vereadores effectivos do quadriennio de 1877 a 1881 e do seguinte, e os cidadãos qualificados jurados na revisão feita no anno de 1879.

#### Notas

##### 1.º

*Decreto ».* 3122 de 7 de Outubro de 1882.

Art. 1.º § 9.º Na disposição do n. XII do art. 4.º da lei n. 3029 comprehendem-se os cidadãos qualificados jurados nas revisões dos annos de 1878 e 1879.

##### 2.º

Em 15 de Dezembro de 1882 declarou-se, pelo ministerio do imperio, ao presidente da província do Ceara, em resposta ao seu officio de 29 do mez findo, ao qual acompanhou uma consulta do juiz de direito da comarca de Aquiraz sobre a intelligence da parte final do § 9.º do art. 1.º do decreto n. 3122 de 7 de Outubro ultimo, e para o fazer constar áquelle magistrado, que á referida disposição applica-se a doutrina dos avisos de 9 e 23 de Fevereiro de 1881, sobre o mesmo assumpto, compilada no art. 13 n. 12 do regulamento eleitoral, devendo

entendesse que os cidadão do que falia a citada disposição do decreto n. 3122 sSo os que foram qualificados para o sorteio do jury nos annos de 1878 e 1879.

3.º

A lei, eximindo da prova o jurado das revisões de 1878 e 1879, não fez e nem devia fazer limitação quanto ao territorio, pois o *munus* de jurado exige em toda a parte requisitos que habilitam ao cargo de eleitor. Não póde pois o juiz deixar de alista? o cidadão que, qualificado jurado, n'um município, reside actualmente em outro.

4.«

O cidadão qualificado jurado nas revisões de 1878 e 1879, tem direito perfeito de ser alistado eleitor segundo a lei. Não compete ao juiz encarregado do alistamento, nem convém a este acto inquirir se foi ou não bem qualificado o jurado. A' junta encarregada pela lei de fazer a revisão dos jurados é que competia conhecer das razões de excusa allegadas, e, desde que esta não conheceu da reclamação, o cidadão é jurado e, como tal, é também eleitor pela lei.

Outra qualquer interpretação daria aos juizes um arbitrio perigoso de conhecer se o cidadão estava, ou não, nas circunstancias de ter sido qualificado jurado. (Dec. da presidencia do Rio de Janeiro

Não tendo havido revisão de qualificação de jurados em 1878 e 1879 pelo que nestes annos serviram os jurados da

revisão de 1877, foi resolvido pelo aviso de 9 do corrente combinado com os arts. 30 da lei n. 261, de 3 de Dezembro de 1841 e 233 do regulamento n. 120 de 31 de Janeiro de 1842 que no caso de não ter-se feito revisão em 1878 e 1879, prevalece, em conformidade dos artigos acima citados, a ultima revisão anterior, e por ella se faz o sorteio do jury, para aquelles annos. Nestes termos o cidadão habilitado para funcçãonar como jurado em 1879 não pôde ser excluído do direito que neste caracter lhe conferio a novíssima lei eleitoral no art. 4.º n. XII, e como tal deve ser admittido á inscripção no alistamento eleitoral. (Disp. do aviso de 23 de Fevereiro de 1881).

*Decreto a. 3122, de 7 de Outubro de 1882.*

Art. 1.º §.10. Às dispozições do art. 4.º da lei n. 3029 e do art. 13 do regulamento n. 8213, com as alterações do § 9.º deste decreto, isentando de prova da renda legal os cidadãos a que se referem, não os dispensam da prova de algum dos outros requisitos leaes da capacidade eleitoral, quando o juiz de direito a exigir á vista de reclamação procedente ou por ter fnndada razão de duvida sobre a existencia de tal requisito.

Art. 6.º O cidadão que não puder provar a renda legal por algum dos meios determinados nos artigos precedentes será admittido a fazel-o :

I. Pelo valor locativo do predio em que honver residido desde um anno antes, pelo menos, com economia propria, sendo o valor locativo annual

por elle pago, de 400\$000 na cidade do Rio de Janeiro, de 300\$000 nas da Bahia, Recife, S. Luiz do Maranhão, Belém do Pará, Nitheroy, S. Paulo e Porto Alegre, de 200\$000 nas demais cidades, e de 100\$000 nas villas e outras povoações.

II Pelo valor locativo . annual de 200\$000 pelo menos, de terrenos de lavoura e de criação, ou de quaesquer outros estabelecimentos agrícolas ou ru-raes que o cidadão haja tomado por arrendamento desde um anno antes.

### **Notas**

#### **1.º**

O prazo para a prova da renda não termina senão 30 dias depois de encerrado o alistamento, e durante este prazo pode ser ainda solicitada e exhibida a prova aos juizes competentes. (Av. de 21 de Março de 1881).

#### **2.º**

O processo de que faz menção este artigo, não comprehendendo justificação por testemunha, isto é, prova testemunhal como subsidiaria ou substitutiva das especificadas. (Av. de 29 de Março de 1881).

O dito processo cõrre desde já perante o juiz de direito, e depois de julgado é entregue á parte em original, sem ficar cópia, para seu documento (regul., art. 14, § 4.º), e a parte o cobre com, uma petição pedindo seu v. alistamento, firmado nesse documento.

Art. 5.º § 1.º. A prova será dada em processo summario perante o juiz de direito da comarca e nas que tiverem mais de um juiz de direito, perante qualquer delles, e será a seguinte:

I. Quanto aos predios sujeitos ao imposto predial ou decima urbana — certidão de repartição fiscal, de que conste estarem averbados com o referido valor locativo annual.

#### Nota

*Decreto n. 3122 de 7 de Outubro de 1882.*

Art. 1.º § 11, n. I. Da certidão de repartição fiscal, a que se refere o n. I do § 1.º do art. 5.º, deve constar que o predio se acha averbado com o exigido valor locativo desde tres annos antes, pelo menos, do ultimo dia do prazo do § 6.º, do art. 6.º da lei, exceptuado, quanto ao tempo da averbação, e caso de ter sido o predio construído novamente.

Art. 5.º § 1.º, n. II. Quanto aos predios não sujeitos ao dito imposto ou decima,—contracto de arrendamento ou aluguel, celebrado por escriptura publica com a data de um anno antes, pelo menos, ou por escripto particular lançado por igual antecedencia em livro de notas, havendo expressa declaração do preço do arrendamento ou aluguel e, em falta destes documentos, o titulo legitimo ou sentença passada em julgado, que prove ter o ultimo dono do predio adquirido a propriedade ou



posse deste **por** valor sobre o qual, á razão de 6 % se compute a renda annual na importância **declarada** no n. I deste artigo.

### Notas.

#### 1.º

*Decreto n. 3122 de 7 de Outubro de 1882.*

Art. 1.º § 11, n. II. A escriptura publica ou o escripto particular lançado em livro de notas, bem com a escriptura publica, de que tratam os ns II e III do § 1.º do art. 5.º da lei, devem ter a data de quatro annos antes, pelo menos, do ultimo dia do mencionado prazo.

O titulo legitimo de propriedade ou posse, a que tambem se refere o citado n. II deve ter data anterior a um anno antes, pelo menos, do referido dia.

#### 2.º

O locatario que não puder provar com escriptura publica ou particular, a renda legal, póde exhibit o titulo do proprietario do predio, mesmo por publica fórma, addicionando o recibo de estar pago o aluguel até um mez antes do alistamento como faculta o art. 5.º § 1.º n. II da lei n. 3029 ; comtanto que o titulo do proprietario, que for exhibido, tenha data anterior a um anno antes, pelo menos. — (Vide nota precedente, parte 2.\*)

Art. 6.º § 1. n. III. Quanto aos terrenos de lavoura ou criação, ou outros estabelecimentos agricolas ou ruraes — contracto de arrendamento por escriptura publica com a data de um anno antes, pelo menos, havendo expressa declaração do preço.

**Notas**

1.º

O prazo de um anno estabelecido neste numero, foi elevado a 4 annos. — (Vide nota 1.\* pag. 31).

2.º

*Decreto ».* 3122 de 7 de Outubro de 1882.

Art. 1.º § 11 n. III. Quando o arrendamento de terrenos de lavoura ou criação, de que trata o n. III do § 1.º do art. 5.º da lei, comprehender parte sómente de uma propriedade territorial, o valor locativo dessa parte arrendada será verificado, não só pela escriptura publica a que se refere o mesmo numero, mas também, e conjunctamente, por avaliação judicial feita pelo modo estabelecido no § 4.º anterior.

3.

*Decreto ri.* 3122 de 7 de Outubro de 1882.

Art. 1.º § 11 n. V. Não se admittirá a provar a renda legal pelo valor locativo do predio em que residir, segundo os ns. I e II do § 1.º do art. 5.º da lei senão o cidadão que houver alugado o predio inteiro, salvo tendo este mais de um pavimento, caso em que será admittido o cidadão que tiver alugado todo o pavimento cm que residir com economia separada, pagando o valor locativo estabelecido no n. I do art. 5.º da lei.

VI. As disposições do art. 5.º da lei, e as do numero antecedente são em tudo applicaveis aos sublocatarios, juntando estes o contracto de locação entre o sublocador e o locador.

A prova da effectiva residencia no predio é em todos os casos necessaria para dar aos locatarios e sublocatarios o direito de serem alistados

Art. 5.º § 1.º n. IV. Ás provas que ficam designadas se addicionarà sempre o recibo do proprietario do predio, terreno ou estabelecimento, com l data não anterior a um mez, provaudo estar pago até então do preço de arrendamento ou aluguel.

Notas.

1.º

*Decreto ».* 3122 de 7 de Outubro de 1882. Art. 1.º § II. n. IV. O recibo exigido no n. IV do l § 1.º do art. 5.º da lei, não dispensa em caso algum a apresentação das provas a que se refere o mesmo numero.

No processo intentado para a prova da renda fundada no valor locativo de predios ou terrenos, e substancial que ás provas exigidas pelo § I.º do art. 5.º da lei n. 3029 e § 11 do art. 1.º do decreto n. 3122, se addicione o recibo do proprietario do predio, terreno ou estabelecimento, lcom data não anterior a um mez, o qual deve referir-se, pelo menos, a um anno antes do alistamento, provando es-ltar pago até então do preço do arrendamento ou aluguel.

## DO ALISTAMENTO ELEITORAL

**Art. 6.º** O alistamento dos eleitores será preparado em cada termo pelo respectivo juiz municipal, e definitivamente organizado por comarcas pelo» juizes de direito destas. (4). (5).

(4) Pelo ministerio da justiça foi expedido em 27 de Janeiro de 1881, a seguinte circular :

Illm. e Exm. Sr.— Pelo decreto-n. 3029 de 9 do corrente, que reformou a legislação eleitoral com o grande intuito de garantir a verdade da eleição, foram confiadas á magistratura brasileira importantes attribuições, taes como os julgamentos referentes ao alistamento dos eleitores o entrega dos títulos, a presidencia da junta apuradora dos votos para deputados a assembléa geral o membros das assembleas legislativas provinciaes, a expedição dos diplomas aos eleitos, as decisões sobre a validade ou null idade das eleições do 'vereadores e juizes de paz, apuração dos respectivos votos, a imposição das penas o de multas administrativas aos transgressores das prescripções relativas ao processo eleitoral.

Se da execução fiel e conscienciosa da lei em tudo quanto se refere á missão dos magistrados, depende principalmente o bom resultado que esperara todos quantos se interessam pela realidade pratica do systema constitucional representativo, V. Es. comprehenderá que em nenhuma circumstancia da nossa existencia politica foi conferido aos juizes o tribunaes um encargo mais elevado e mais consoante a isenção, imparcialidade o justiça que devem distinguil-os.

E por sua parte o governo imperial, contando que nenhum motivo de qualquer ordem os afastara da região serena em que a lei os collocou, para servirem a manejos politicos, em prejuízo das beneficas disposições da reforma eleitoral, tem por muito recommendado a V. Ex. que, além de transmittir

§ 1.º Na côrte o ministro do imperio, e nas províncias os presidentes, marcarão dia para começo dos trabalhos do primeiro alistamento que se fizer em virtude desta lei (6).

por cópia este aviso a cada um dos juizes dessa província, exerça a maior vigilancia para que nos trabalhos que vão começar sejam rigorosamente observados os preceitos legais, sem o menor influxo de quaesquer preocupações alheias á escrupulosa execução de taes preceitos.

De todas as occurrencias contrarias ao pensamento que acabo de manifestar n das que possam recommendar o zelo das autoridades no desempenho dos seus deveres, dará V. Ex. cir- cumstanciada e prompta informação para os fins convenientes.

(3) A 1.º commissão de inquerito no parecem. 120, sobre a eleição do 8.º districto o Ceará, votou a preliminar de que a reprodução de erros e irregularidades commettidos no alistamento de eleitores que tenha seguido todos os termos da lei, só podem ser obviados pelas alterações que o poder legislativo, guiado pela experiencia e conhecimento dos factos occorridos em todo o processo eleitoral no imperio, fizer á lei vigente. Em-quanto, porém, isso não se dér, parece á mesma commissão que falta á camara competencia para annullar o' eleitorado, cuja constituição compete exclusivamente ao poder judiciario.

(6) Para começo dos trabalhos do 1.º alistamento dos elei-tores, a que se procedeu em virtude deste paragrapho, foram mar-cados pelo ministro do imperio, na côrte, o pelos respectivos presidentes nas províncias, os seguintes dias :

Côrte, 13 de Fevereiro, por aviso de 21 de Janeiro de 1851.

Rio Grande do Sul, 1.º de Março.

Paraná, 28 de Fevereiro.

S. Paulo, 20 de Fevereiro.

Minas Geraes, 6 de Março.

§ 2.º Has comarcas que tiverem mais de um juiz de direito, tanto o preparo como a organização definitiva do alistamento, serão feitos pelos juizes de direito, cada um no respectivo districto criminal, competindo ao ao 1.º o registro do alistamento geral dos eleitores de toda a comarca, pelo modo estabelecido nos §§8.º e 11.º deste artigo.

Para esse fim ser-lhe-hão remettidos pelos outros juizes os alistamentos parciaes que tiverem organizado.

§ 3.º Em caso de falta ou impedimento, o juiz de direito será substituido: 1º. pelo juiz municipal effectivo da séde da comarca 2º. pelos juizes municipaes effectivos de outros termos da mesma comarca, que forem mais visinhos.

**Rio de Janeiro, 6 do Fevereiro.**

**Espirito Santo, 6 de Março.**

**Bahia, 1.º de Março.**

**Sergipe, 8 do Fevereiro.**

**Rio Grande do Norte, 15 do Fevereiro.**

**Ceará, 27 de Fevereiro.**

**Santa Catharina, 7 de Fevereiro.**

**Alagoas, 15 de Fevereiro.**

**Parahyba 16 de Fevereiro.**

**Pernambuco, 1.º do Março.**

**Maranhão, 10 de Março.**

**Para, 20 de Março.**

**Amazonas 21 de Fevereiro.**

**Piauhy, 28 do Março.**

**Matto Grosso, 18 de Abril.**

**Goyaz, 1º do Maio.**

Nas comarcas que tiverem mais de um juiz de direito : 1.º pelos outros juizes de direito, conforme a regra geral de sua substituição; 2.º pelos juizes substitutos formados, de conformidade com a mesma regra.

Se todos elles faltarem ou acharem-se impedidos, o alistamento dos eleitores será organizado pelo juiz de direito da comarca mais visinha.

#### Notas.

##### 1.º

No processo do alistamento os juizes só podem allegar a suspeição nos casos de recurso de que tratam os arts. 39 e 71 das instruções de 29 de Janeiro regul. n. 8213, art. 81), e o devem fazer nos termos do art. 75. (Av. de 9 de Março de 1881).

##### 2.º

A' vista das terminantes disposições do art. 6.º § 3.º do decreto n. 3029 e art. 6.º § 1.º das instruções de 29 de Janeiro (regul. n. 8213, art. 22.º §§ 3.º e 4.º), segundo os quaes compete ao juiz municipal effectivo da sede da comarca, substituir ao juiz de direito nas funções do alistamento eleitoral, ainda que o juiz municipal de outro termo da mesma comarca esteja no exercicio da vara de direito como 1.º substituto por designação da presidencia, não havia objecto para a duvida suscitada. (Av. de 29 de Abril de 1881).

Pelo art. 8.º das instrucções de 29 de Janeiro (regi n. 8213, art. 239.), ficou estabelecido que o serviço do alistamento de eleitores que a lei incumbe as autoridades judicarias, prefere a qualquer outro, e nelle não pode o magistrado ser substituído pelo substituto, segundo a expressa disposição do art. 7.º § unico das citadas instrucções (regul. n. 8213, art. 22» §§ 3.º e 4.º); cumprindo portanto, que nestas circumstancias o juiz, quando reconheça a impossibilidade material da accumulção simultanea das duas funcções sem grave prejuízo do serviço publico, passe a da presidencia do jury ao juiz substituto a quem competir, visto que os outros juizes de direito dos districtos criminaes, por terem de fazer ao mesmo tempo o serviço do alistamento, não pódem assumir a presidencia do jury. (Av. de 30 de Janeiro de 1881).

O art. 8.º das instrucções de 29 de Janeiro (regul. n. 8213, art. 239.º), não é imperativo, e, ao contrario, devem os juizes esforçar-se por desempenhar cumulativamente ambas as funcções de seus cargos, prevalecendo-se apenas daquella faculdade quando não os puderem conciliar. (Av. de 31 de Maio de 1881).

Art. 6.º § 4.º Nenhum cidadão será incluído no alistamento dos eleitores sem o ter requerido por escripto e com assignatura sua ou de especial procurador, provando o seu direito com os documentos exigidos nesta lei.



Notas.

1.º

*Decreto n. 3122 de 7 Outubro de 1882.*

Art. 1.º § 12.º. A disposição do primeiro período do § 4.º do art. 6.º da lei n. 3029, bem como a do art. 23.º do regulamento n. 8213 sem prejuízo dos §§ 1.º e 2.º deste ultimo artigo ficam substituídas pela seguinte

Nenhum cidadão será incluído no alistamento dos eleitores sem o ter requerido por escripto de proprio punho e com assignatura sun, provando o seu direito com os documentos exigidos pela lei. Será, porém, admittido requerimento escripto e assignado por especial procurador no caso sómente de impossibilidade physica de escrever do cidadão, provada «com documentos.

§ 13.º Quando, no termos do § antecedente, fôr escripto e assignado por procurador especial o requerimento do cidadão que pretender ser incluído no alistamento dos eleitores, a prova de saber o mesmo cidadão lêr e escrever, da qual trata o art. 8.º, § 1.º da lei n. 3029, será feita pela exhibição de papel anteriormente escripto e assignado por esse cidadão, uma vez que a letra o assignatura estejam reconhecidas no proprio papel por tabellião.

Aviso de 2 de Manjo de 1881.—Um só procurador póde servir para mais de um cidadão, uma vez que em cada requerimento não figure mais que um destes, porquanto não ha lei que o prohiba, nem lia razão para pro-hibil-o.

2.» Os requerimentos de que trata o

art. 6.º § 4.º da lei

n. 3029, silo isentos de sello, pois é o pensamento da lei não onerar os cidadãos quando trata de habilitar se para exercer o direito de votar. (Av. de 2 de Março de 1881). E não são sujeitos á distribuição, porque o juiz designa um dos tabelliães para servir.

Art. 6.º § 4.º Em cada requerimento não poderá figurar mais que ura cidadão.

**O juiz de direito e os juizes municipaes serão, porém, incluídos *ex-officio* no alistamento da parochia de seu domicilio.**

#### notas

Os juizes, bem que tenham domicilio official, não constituem uma excepção da regra ; o direito de alistaram-ae *ex-officio* esta subordinado nos praros, do mesmo modo que o de qualquer cidadão.

Portanto, o juiz de direito ou municipal, que for removi lo, não pode fazer-se alistar na comarca para onde fóra transferido, não lhe sendo licito, portanto, tomar parte nas eleições que se effectuaram no intervallo de uma a outra revisão.—Vide a nota ao art. 15.º § 18.º

Art. 6.º § 5.º Só no alistamento da parochia em que tiver domicilio poderá ser incluído o cidadão que fôr reconhecido eleitor.

#### Notas

##### 1.º

Vide lei n. 3020, art. 8.º § 2.º

O Regul. n. 8213, no art. 25 e seus §§ é bastante

explicito sobre a materia do § 5.º do art. 6.º da lei; entretanto, deixaremos consignada, em nota, a consulta de 23 de Fevereiro de 1882, sobre domicilio para alistamento de eleitoras (7).

(7) Senhor.—A secção dos negocios do imperio do conselho de estado foi consultada, de ordem de Vossa Magestade Imperial» sobre o requerimento junto de alguns cidadãos brasileiros, representando contra a disposição do art. 31.º das instrucções mandadas observar pelo decreto n. 7981 de 29 de Janeiro ultimo ; e ora vem ter a honra de mui respeitosamente, expor seu parecer.

A disposição impugnada é a seguinte:

*« A parochia do domicilio é aquella em que o cidadão reside habitualmente. Na palavra domicilio não se comprehendem los escriptorios para exercido da advocacia, da medicina ou de qualquer outra profissão. »*

Entendem ao supplicantes que o governo exorbitara de suas attribuições, definindo o domicilio do modo por que o fez, visto como nem consultou a verdadeira doutrina do direito, nem se circumscreveu nos limites traçados pela constituição.

Fundam-se para isto, na distincção de domicilio civil e domicilio politico, considerando este o que resulta da intenção de permanecer no lugar onde se tem fixado um centro de interesses e ligações, por onde se pagam impostos e se é classificado jurado, o que completa e accentua o lar politico e, como consequencia, allegam que, desde que se possui um escriptorio, no qual se exercita qualquer profissão licita e onde estão alliados os requisitos acima alludidos, tem-se definido o domicilio politico. Allegam ainda que as leis promulgadas sobre o assumpto, desde 1846 não têm adoptado outros princípios, sendo que a propria lei da reforma eleitoral, ultimamente promulgada, não autoriza diverso modo de pensar; e que, pois, o art. 31.º das instrucções de 29 de Janeiro não se conformou com a doutrina corrente e acceita

Na côrte, os cidadãos que desejarem alistar-se como eleitores devem dirigir-se

Os domiciliados na freguesia do Campo-Grande e no curato de Santa Cruz, ao juiz de direito do 1.º districto criminal. pelas leis do imperio, e antes contém disposições exorbitantes das raías constitucionaes — porquanto a attribuição quo compete ao poder executivo de regular a boa execução das leis não vai ate ao ponto de permittir a alteração de actos legislativos, e, consequentemente, não autorizava o governo para definir e limitar o domicilio politico, quando a definição de domicilio por seu alcance o importantíssimos effeitos depende do poder legislativo. Allegam mais que ha parochias, como a du Candelaria, onde a maior parte dos cidadãos, em geral negociantes, *não habitam* as» casas dos seus estabelecimentos commerciaes, retirando-se a tarde para fóra da parochias á qual voltam na manhã seguinte; e que, & vista deste facto, a observancia de tal artigo equivalerá, por assim dizer, á eliminação de uma das mais importantes parochias do município, — pelo que concluem pedindo a revogação desse acto do governo, com a declaração de que, seja qual fôr a residencia, onde o cidadão tenha fixado o centro de seus interesses, por onde seja tributado, e no qual queira definir o seu domicilio politico, seja este como tal respeitado.

A primeira directoria da secretaria de estado, informando sobre esta representação, enunciou-se da seguinte fôrma :

Não se apoia na legislação eleitoral do imperio o argumento com que se pretende estabelecer distincção do vocabulo — domicilio, entendendo-se que ha domicilio politico e domicilio civil.

Regulam este assumpto, na antiga legislação o art 17. da lei de 19 de Agosto de 1846 e os avisos n. 553 de 24 de De-  
lembro de 1863 e n. 37 de 8 de Fevereiro de 1804.

Pelo art. 17.º citado infere-se claramente que o domicilio do cidadão para ser este *qualificado votante* é a casa onde reside-

Os domiciliados nas freguesias de Jacarépagua e da Guaratiba, ao juiz de direito do 1.º districto criminal.

Os domiciliados nas freguesias de Irajá, Inhaúma e ilha do Governador, ao juiz de direito do 3.º districto criminal.

a vivenda ordinaria onde esta a família, si ello a tem, e onde pernoita. O aviso n. 553 de 1863 é assim concebido: . «Em solução ao officio dw Vm de 9 do corrente, em que consulta si para a qualificação dos votantes deve-se attender ao lugar em quo o cidadão tem residencia effectiva ou ao lugar em que sómente tem escriptorio, seja de advocacia, de medicina, ou de outra qualquer profissão, declaro que, segundo o disposto no art. 17-o da lei n. 387 de 19 de Agosto de 1846, devem ser qualificados em cada uma das parochias os cidadãos que tiverem nella residencia um mez pelo menos antes da qualificação, e -cada um no districto em que morar. Cumprindo Vm., portanto esta disposição, deve deixar de qualificar os que nessa parochia tiverem sumente escriptorio, o qual não constitue residencia.

Deus guarde a Vm.— *Marques de Olinda*.— *Sr.* juiz de paz, presidente da junta de qualificação da parochia de S. José.

O aviso n. 87 de 1861 é o que se segue:

3º secção, etc em 8 de Fevereiro de 1864. —Levei ao conhecimento de Sua Magestade o Imperador o officio de 3 do corrente em que Vm. consulta :

«1.º Si o eleitor Polycarpo Barbosa de Azevedo, que desde 1856 tem sido qualificado votante nessa freguezia nomeado elei-or desde 1860 por ter ahi estabelecimento commercial, onde se dá a rol, comquanto tenha casa tambem, em outra parochia, podia, A' vista do aviso de 24 de Dezembro do anno passado, ser considerado como tendo as qualidades exigidas para fazer parte da junta de qualificação.

«2.º Como deve a junta conduzir-se no processo da revisão

Os domiciliados nas freguezias de Santa Rita e Paqueta, ao juiz de direito do 4.º districto criminal.

Os domiciliados nas freguezias do Espirito Santo e de Santa Anna ao juiz de direito do 5.º districto criminal.

da qualificação a respeito daquelles cidadãos que dão-s a rol nos seus estabelecimentos commerciaes e escriptorios, e por isso têm sido constantemente qualificados atai, embora tenham outra casa em diversa freguezia,

« Em resposta manda o mesmo augusto senhor declarar a Vm., que, visto estar o cidadão de quem se trata qualificado nessa freguezia desde 1856, tendo sabido por ella eleitor, e possuindo ahi o estabelecimento commercial onde se dá a rol, deve-o Vm. admittir aos trabalhos da junta de qualificação por isso que em seu favor milita a presumpção legal de residencia, emquanto o contrario não for provado.

Destes princípios resulta que devem ser qualificados todos, os que se acharem nas mesmas circumstancias, salvo provan do-se que têm residencia em outra parochia, porque então fica destruída a presumpção legal.

«Deus guarde a Vm.— *José Bonifacio de Andraã e Silva.* —Sr. juiz de paz presidente da junta de qualificação da parochia do Santíssimo Sacramento da corte . »

No aviso de 1863 firmou-se a segunda parte do art. 31.º das novissimas instrucções, cuja revogação se pede.

O aviso do 1864 não destroe a doutrina do precedente. O principio nolle firmado é que são presumpções legaes da residencia do cidadão na parochia onde possuir algum estabelecimento, *até provar-se o contrario*, ter-se elle dado a rol, haver sido anteriormente qualificado votante e ter exercido cargos de eleição popular na dita parochia.

A intenção do governo expedindo este aviso não foi outra senão fazer, na occasião, conciliar com as prescripções legaes certos factos consummados visto que aliás se permite a exhibição

Os domiciliados na freguesia de Santo Antonio, ao juiz de direito do 6.º districto criminal.

Os domiciliados na freguesia do Santíssimo Sacramento, ao juiz de direito do 7.º districto\* criminal.

de *prova que possa contrariar* as presumpções de residencia alludidas concluindo-se desta faculdade que essas presumpções podem ser desatendidas.

A novíssima lei não apoia cortamente a distincção de domicilio, ao contrario do que pensam 08 peticionarios. Para o fim de ser o cidadão alistado eleitor ella só lhe reconhece um domicilio e este é o da *residencia*, nos termos da lei de 1846 (art. 9.º § 5.º combinado com o art. 8.º) §§ 2.º e 5.º)

1.º directoria da secretaria do imperio em 11 de Fevereiro de 1881.— *Monteiro de Barros*.

A secção concorda' com as observações da primeira directoria o pensa tambem que a distincção de domicilio civil e politico, com a permissão para ser este preferido pelos cidadãos que se tivessem de alistar eleitores, só poderia ser admissível si se tratasse de *jure ondtituendo* No presente caso, porém, não é ella do nenhum modo procedente em face da disposição do art. 8.º § 3.º da lei novíssima de eleições, assim redigida:

• *Para que se considere o cidadão domiciliado na parochia, exige-se que nella RESIDA um anno antes da revisão do alistamento geral dos eleitores, salva a disposição do § 4.º »*

Do texto deste paragrapho vê-se claramente que o legislador muito de proposito definio o domicilio, considerando-o, como tal para os effeitos eleitoraes, sómente o da residencia, isto é, aquelle onde habita o alistando, onde tem o seu parochio e qne, na realidade, constituo o seu lar domestico.

As instrucções, portanto, no art. 31.º não fizeram mais do que desenvolver e tornar bem claro o pensamento do legislador, no intuito de evitar duvidas, como já havia feito, segundo bem observou a secretaria de- estado, o aviso n. 553, acima

Os domiciliados nas freguezias de N. S. da Candelária e de S. José, ao juiz de direito do 8.º districto criminal.

Os domiciliados nas freguezias de N. S. da Gloria, da Lngôa de Rodrigo de Freitas e de N. S. da Con» ceição da Gavea, ao juiz de direito do 9.º districto criminal.

Os domiciliados nas freguezias de S. Christovão, Engenho Velho e Engenho Novo, ao juiz de direito do 10.º districto criminal.

Art. 6.º § 6 • Os requerimentos de que trata o § 4.º serão entregues aos juizes municipaes no prazo de 30 dias, contados da data do edital em que elles deverão convidar para tal fim os cidadãos dos seus municípios.

transcripto. Não ha, pois fundamento para a revogação solicitada.

A secção não contesta que muito boas razões podem ser allegadas em favor da preferencia do domicilio politicos quando aquelle que o possuísse separado do domicilio da morada manifestasse a intenção de ser nolle alistado. Deixa, porém de expor as ponderações que a tal respeito lhe occorrem visto que, na hypothese vertente só se trata de exocutar, o que, no seu modo do pensar, já está determinado por lei.

E este, senhor, o parecer da secção. Vossa Magestade Imperial resolvera, com a costumada sabedoria, o que for mais acertado.

Sala das conferencias da secção dos negocios do imperio do conselho de estado, em 23 de Fevereiro de 1881.—*Visconde de Bom Retiro.*— *José Pedro Dias de Carvalho.*— *Paulino José Soares de Sousa.*



Desses requerimentos e dos documentos que os acompanharem ou forem posteriormente apresentados, darão recibos os juizes municipaes.

### **Notas.**

1." *Derreio* n. 3122 de 7

*de Outubro* de 1882.

Art. 2.º Para a primeira revisão do alistamento dos eleitores, além do prazo marcado no § 6.º do art. 6.º da lei n. 3029, será aberta outro prazo de 30 dias, que começará a correr no primeiro dia útil do mez de Janeiro de 1883, para o seguinte fim :

Até ao vigesimo dia deste, ultimo prazo serão entregues directamente aos juizes de direito os requerimentos, competentemente instruídos, dos cidadãos que tiverem adquirido, em virtude das disposições da presente lei, o direito de serem incluídos no alistamento dos eleitores.

Os ditos juizes, até ao ultimo dia do referido prazo, julgarão provado ou não o direito daquelles cidadãos, procedendo pelo modo estabelecido no § 9.º do art. 6.º da citada lei n. 3029, observadas as subsequentes disposições da mesma lei, concernentes ao alistamento dos eleitores.

2.º

Os 30 dias do prazo marcado no art. 6.º § 6.º da lei n 3029, são contínuos, contados de momento a momento,

e portanto, compreendem os domingos e dias santificados, bem como os de ferias no fôro civil. — (Dec da presidencia do Rio de Janeiro, de 8 de Fevereiro de 1881.

3.º

E' illegal a exigencia doa juizes municipaes, de lhes serem entregues pelas proprias partes as petições requerendo alistamento, incorrendo o juiz que assim proceder nas penas do art. 29.º §4.º da lei n. 3029. (Av. de 28 de Junho de 1881

4.º

A lei n. 3029 não incumbe ás camaras municipaes de<sup>1</sup>— fornecer aos juizes municipaes livros de recibos dos requerimentos para o alistamento eleitoral. Os juizes pagarão por sua conta os que mandarem imprimir.

Art. 6.º § 7.º Estes mesmos juizes, no prazo de 10 dias, exigirão por despachos . lançados na-quelles requerimentos, e que serão publicados pot edital, a apresentação dos documentos legaes que não tiverem sido juntos, sendo concedido para essa apresentação o prazo de 20 dias.

O prazo de 20 dias marcado neste § 7.º, está reduzido a 10 dias. (Lei n. 8029 art 8.º § 6.º)

Art. 6.º § 8.º Findo este ultimo prazo, os juizes municipaes enviarão aos juizes de direito da comarca, dentro de 20 dias, todos os requerimentos recebidos e respectivos documentos, acompanhados de duas relações, que organizarão por municípios, parochias e districtos de paz, sendo collocados os nomes por ordem alphabetica em cada quarteirão.

Em uma destas relações se conterão os nomes dos cidadãos que houverem exhibido todos os documentos legaes, em devida fórma, e na outra se mencionarão os nomes daquelles cujos requerimentos não se acharem completamente instruídos ou forem acompanhados de documentos deficientes, declarando-se as faltas ou defeitos. Em ambas as relações farão os juizes municipaes as observações que lhes parecerem convenientes para esclarecimento dos juizes de direito.

Notas.

1.º

O prazo de 20 dias estabelecido neste §8. está reduzido a.10 (Lei n. 3029, art. 8.º §6.º).

2.»

*Decreto n. 3122 de 7 de Outubro de 1882.*

Art. 1.º § 14.º Os juizes municipaes, dentro de tres dias depois do em que enviarem aos juizes de direito os

requerimentos e as relações mencionadas no § 8.º do art. 6.º da lei n. 3029 publicarão por edital, e, sendo possível pela imprensa, na sede do município, os nomes de todos os cidadãos incluído;; em cada uma dessas relações.

Se o juiz municipal deixar de enviar ao juiz de direito, todos ou alguns dos ditos requerimentos, os requerentes terão o direito de apresentar novos requerimentos ao juiz de direito, até ao 20.º dia do prazo em que a este incumbe organizar o alistamento, devendo os requerentes provar o facto com a exhibição dos recibos do juiz municipal, passados na ocasião da entrega dos primeiros requerimentos.

O mesmo direito cabe ao cidadão, cujo requerimento, apresentado no prazo legal, o juiz municipal recusar receber, provada a recusa.

O juiz de direito, em qualquer dos referidos casos, tomará conhecimento dos requerimentos e procederá, quanto a elles nos termos do § 9.º do art. 6.º da dita lei.

### 3.º

O juiz municipal nas comarcas geraes é simplesmente preparador, sendo o juiz de direito o alistador, e portanto, não tem poder de indeferir ou recusar petições por entender incompletas ou improcedentes, e se seus despachos não forem satisfeitos, deve remetter ao juiz de direito taes petições e documentos juntos, conforme dispõe o § 8.º do art. 6.º da lei, e se não envial-os ao juiz de direito incorre no crime de responsabilidade, como é expresso no § 4.º do art. 2.º da lei

4.»

III<sup>m.</sup> e Ex<sup>m.</sup> Sr. — Informa essa presidencia em officio de 10 do mez findo :

Que na comarca do Rio Negro, onde não ha juiz de direito e municipal formados, foram recebidos pelo supplente do juiz municipal, e enviados, sem preparo, ao juiz municipal da capital os requerimentos para o alistamento dos eleitores, os quaes sendo transmittidos a epsa presidencia, foram por V. Ex. devolvidos ao mesmo supplente com ordem de os preparar e os remetter, acompanhados das duas relações de que trata o art. 6.º § 8.º da lei n. 3029, ao juiz de direito da capital, que é o substituto do daquela comarca, pela maior visinhança das sédes respectivas.

Que, á vista desta occurrencia, sendo actualmente impossível o preparo do alistamento da referida comarca no dia do prazo, receia V. Ex. que o juiz de direito da capital recuse, por esse motivo organizar o dito alistamento.

Em resposta, declaro a V. Ex. que nSo deve ficar prejudicado por erro do juiz preparador, o direito dos cidadãos que em tempo requereram sua inclusão no alistamento, e, pois, cumpre a essa presidencia marcar novo prazo para o alludido preparo, oficiando V. Ex. em tal sentido ao juiz de direito, o qual á vista desta providencia excepcional, exigida por uma occurrencia não prevista na lei, não póde exi-mir-se ao cumprimento de um dever que lhe impõe a lei citada no art. 6.º § 3.º *in fine*. (Av. de 14 de Junho de 1831, ; a presidencia do Amazonas).

Confirmando o meu telegramma de 7 do corrente mez, em resposta ao dessa presidencia do dia antecedente, declaro aV. Ex.:

Que, não tendo o juiz municipal do termo desta capital remetido ao respectivo juiz de direito até o dia 5 do dito mez, os requerimentos que recebeu para o alistamento dos eleitores, bem como as duas relações de que trata o art. 6.º § 8.º da lei n. 3029, não obstante haver terminado naquella dia o prazo marcado para tal remessa, deve essa presidencia suspender e mandar processar o mesmo juiz municipal, que, por semelhante falta, incorreu em responsabilidade criminal, nos termos do art. 29 § 4.º da lei citada.

Que, não devendo por falta alheia ficar prejudicado o direito dos cidadãos que em tempo requereram ser alistados, convém que V. Ex. marque novo prazo afim de que o juiz suplente, que tiver de substituir o juiz municipal suspenso, informe os requerimentos já apresentados e os remetta com as duas relações ao juiz de direito.

Que, se ainda depois de suspenso, o juiz municipal recusar passar os requerimentos ao seu substituto, e os occultar, deve o juiz de direito intimar no mesmo juiz municipal a imediata entrega dos requerimentos ao substituto, e a este cumpre fazer constar a insistencia da recusa nos unnuncios que fizer para a apresentação de novos requerimentos.

Que, verificado este ultimo caso, só devem ser admit-tidos os requerimentos dos cidadãos que, no prazo anteriormente marcado, tiverem requerido seu alistamento provando-o com os recibos respectivos passados pelo dito juiz municipal. (Av. de 25 de Maio de 1881, & presidencia do Rio Grande do Norte).

N. B. Foi marcado o dia 15 de Fevereiro para ter começo o alistamento nesta província.

6.º

Vide a nota —2— ao art. 17.º § 1.º n. IV.

## 7.º

Em quanto não forem remetidos os requerimentos para alistamento eleitoral, ao juiz de direito, deverão estar com o juiz municipal. (Av. de 20 de Abril de 1881).

Art. 6.º § 9.º Os juizes de direito, dentro do prazo de 45 dias, contados do em que tiverem recebido os requerimentos preparados pelos juizes municipaes e as respectivas relações, julgarão provado ou não o direito de cada cidadão de ser reconhecido eleitor, por despachos fundamentados, proferidos nos proprios requerimentos; e, de conformidade com estes despachos, organizarão o alistamento geral e definitivo dos eleitores por comarcas, municípios, paróquias, districtos de paz e quarteirões, podendo para esse fim exigir de quaesquer autoridades ou empregados publicos as informações de que necessitarem.

Nos 10 primeiros dias do dito prazo será per-mittido aos cidadãos apresentar aos juizes de direito, para serem juntos aos seus requerimentos, os documentos exigidos pelos juizes municipaes, ou quaesquer outros que melhor provem o seu direito, quando não tenham podido fazel-o perante estes em tempo proprio, devendo ser informados pelos respectivos juizes municipaes os requerimentos que acompanharem esses documentos. .

**Notas.****1.º**

O prazo de 45 dias estabelecido neste §, fica reduzido a 30 dias nos trabalhos das revisões do alistamento. (Lei n. 3029, art. 8.º § 6.º)

**2.º**

O edital que o juiz de direito, segundo o art. 34.º § 1.º do regul. n. 8213, tem de publicar dentro do prazo de 24 horas, deve conformar-se á relação já organizada no juízo municipal, tendo por unico fim satisfazer-se a sua exigencia.

Portanto não ha necessidade de exame por parte do juiz de direito, que neste caso não tem senão que ordenar a satisfação da exigencia do juiz a *quo*.

**3.º**

Pela falta que commetter o escrivão affixando os edi-taes relativos ao alistamento eleitoral fora do prazo marcado no art. 34.º § 1.º do regul. n. 8213, não podem os interessados soffrer reducção no prazo de 10 dias que lhes faculta o referido artigo, para juntarem documentos exigidos no juizo municipal. (Dec da presidencia do Rio de Janeiro, que referia-se ao art. 27 das instrucções).

**4.º**

O cidadão qualificado oleitor de conformidade com esta lei, observada a ordem numerica do alistamento elei-



## REFORMA ELEITORAL

toraL, é o substituto do parocho na junta parochia do alistamento para o exercito, quando se achar elle dido. (Av. de 13 de Junho de 1881).

Art. 6.º § 10. No prazo de 20 dias em segui-mento do estabelecido no §' antecedente, os juizes de direito farão extrahir cópias do alistamento geral da comarca, das quaes remetterão — uma ao ministro do imperio, na cörte ou nas províncias ao presidente, e outra ou outras ao tabelliáo ou tabel-liães a quem competir fazer o registro do mesmo alistamento. Além destas, farão tambem extrahir cópias parciaes do alistamento contendo cada uma o relativo a cada município da comarca; as quaes remetterão aos respectivos juizes municipaes que as publicarão por edital logo que as receberem, e as farão registrar pelo tabelliáo ou tabelliães do município quando este não fôr o da cabeça da comarca.

Em falta absoluta de tabelliáo será feito esto serviço pelo escrivão ou escrivães de paz que o juiz competente designar.

### Notas

O prazo de 20 dias marcado neste § ficou reduzido a 10 dias para as revisões do alistamento. (Lei n. 3023, art. 8.º § 6.º).

**2.º**

Vide regul. n. 8218, art. 50.º sobre a publicação de que trata este paragrapho.

Art. 6º§ 11. Se houver mais de um tabellião na cabeça da comarca ou no município, o juiz de direito ou o juiz municipal poderá mandar fazer

O registro por dous ou mais quando julgar conveniente esta divisão do trabalho à vista do numero das parochias ou dos districtos de paz, designando quaes os municípios, parochias ou districtos de paz que ficarão a cargo de cada um.

Art. 6.º § 12.º O registro será feito em livro fornecido pela respectiva camara municipal, aberto e encerrado pelo juiz de direito ou pelo juiz municipal, os quaes tambem numerarão e rubricarão as folhas do mesmo livro.

**Notas**

Os livros e títulos a que se referem os §§ 12.º e 14.º do art. 6.º, são fornecidos pelo governo geral, e ás presencias de província cumpre expedir ordem para que as camaras municipaes forneçam quaesquer outros de que trata esta lei. (Av. de 10 de Fevereiro de 1881). Vide regul. n. 8213, art. 238.)

Art. 6.º § 13.º O registro ficara concluído no prazo de 40 dias, contados do em que o respectivo tabellião houver recebido a cópia do alistamento.

Esta cópia será devolvida ao juiz "competente com declaração da data do registro. O trabalho do registro terá preferencia a qualquer outro.

**Nota.**

O prazo de 40 dias estabelecido neste § ficou reduzido a 30 dias para as revisões do alistamento. (Lei n. 3029, art. 8.º § 6.º)

Art. 6.º § 14.º Os títulos de eleitor, extrahidos de livros de talões impressos, serão assignados pelos juizes de direito que tiverem feito o alistamento.

Estes titulos conterão, além da indicação da provincia, comarca, municipio, parochia, districto de paz e quarteirão, o nome, idade, filiação, estado, profissão, domicilio- e renda do eleitor, salvas as excepções do art. 4.º, a circumstancia de saber ou não ler e escrever, e o numero e data do alistamento.

Os titulos serão extrahidos e remetidos aos juizes municipaes dentro do prazo de 30 dias, contados do em que se tiver concluído o alistamento geral.

Quarenta e oito horas depois de terem recebido os titulos.. os juizes municipaes convidarão por edital os eleitores comprehendidos nos alistamentos dos respectivos municípios para os irem receber dentro de 40 dias, nos lugares que para este fim designarem, desde as 10 horas da manhã até as 4 da tarde.

Nas comarcas especiais a **entrega** dos títulos será **feita** pelos juizes de direito que **tiverem** organizado o alistamento.

### Notas

#### 1º

Vide a nota do § 12. deste artigo.

#### 2.º

O prazo de 40 dias estabelecido para a entrega dos títulos pelo juiz municipal, ficou reduzido ao de 30 dias para as revisões do alistamento. (Lei n. 3029, art. 8.º § 6.º).

#### 3.º

Ordenando expressamente a lei n. 3029 que os juizes de direito que fizerem o alistamento eleitoral, façam a inscrição de seus próprios nomes no mesmo alistamento, não ha motivo algum para não assignarem e expedirem o necessario título, deixando no livro respectivo o competente recibo. (Dec. da presidencia do Rio de Janeiro, em 30 de Maio do 1881).

#### 4.º

E' inutil exigir-se dos cidadãos alistados e não conhecidos pelo juizo, prova de identidade de pessoa para lhes serem entregues os títulos, por quanto é sufficientes a

assignatura e as penas que a lei n. 3029 commina contra os que usarem de falso titulo para exercer o direito eleitora], ou impedirem o exercicio legitimo do mesmo direito. (Dec da presidencia do Rio de Janeiro, em 7 de Junho de 1881).

## 5.º

Foi excluído um voto de eleitor cujo titulo fóra expedido por juiz não formado. (Parecer sobre a eleição de um senador pelo Matto Grosso). 9

## 6.»

Na votação do parecer acima citado, fóram excluidos 112 votos apurados em separado na parochia do Rosario de Rio Acima, dados por eleitores, cujos títulos foram expedidas pelo juiz municipal e de direito *interino* da comarca do alto Paraguay Diamantino, em virtude de decisão do juiz de direito *interino* da comarca de Cuyabà.

## 7.º

A 3. comissão de inquerito, tendo recebido as informações que se ediram ao governo imperial, acerca da eleição da parochia do Rosario de Rio Acima, comarca do alto Paraguay Diamantino, onde foram tomados em separado os votos de 110 eleitores, pela circumstancia de serem seus títulos assignados e expedidos por juiz leigo; atten-dendo ás razões expendidas no officio da presidencia da província de Matto Grosso e no parecer do presidente da relação da mesma província; considerando que a não ser o expediente tomado pelo juiz leigo, ficariam aquelles

cidadãos privados do direito do voto, em consequencia da impossibilidade material de se obterem do juiz de direito da comarca mais visinha a assignatura e expedição dos respectivos títulos, pois que teriam de remetter os requerimentos a dita comarca e recebel-os, sendo para isto necessaria uma viagem redonda de 280 leguas, não podendo chegar os títulos assignados pelo juiz formado á dita pa-rochia senão muito tempo depois de findas as eleições ; considerando que os mencionados 110 eleitores tinham sido reconhecidos por juiz formado, faltando sómente o acto material e complementar da assignatura e expedição de títulos; entende que taes títulos devem produzir todos es sous effeitos legaes; e, portanto, é de parecer:

Que seja approvada a eleição da parochia de N. S. do Rio Acima, 2.º districto da província de Matto Grosso, e que sejam contados ao Dr. Augusto Cezar de Padua Fleury, já reconhecido deputado, 110 votos que naquella parochia lhe foram tomados cm separado.\*

Sala das sessões da 3.º commissão de inquerito, 6 de Maio de 1882.— *Cesar Zama. — Bezerra de Menezes— V. de Mello.— L. Abelardo de Brito.— Antonio de Siqueira.— Leopoldo Cunha.*

Art. 6.º § 15.º Os títulos serão entregues aos proprios eleitores, os quaes os assignarão à margem perante o juiz municipal ou juiz de direito ; em livro especial passarão recibo com sua assignatura; sendo admittido a assignar pelo eleitor, que não souber ou não puder escrever, outro por elle indicado.

**Nota.**

*Decreto n. 3122 de 7 de Outubro de 1882.*

Art. 1.º § 22.º Os títulos dos eleitores de que tratam OS §§ 15.\* e 16.º do art. 6.º da lei n. 3029 poderão ser entregues a seus procuradores especiaes, passando estes recibos nas respectivas procurações, que ficarão archivadas.

Neste caso o cidadão a quem pertencer o titulo o assignara, nos termos dos ditos §§, perante o juiz de paz em exercício da parochia ou districto de sua residencia, ficando registrado esse acto no competente protocollo do escrivão do juízo de paz.

Art. 6.º § 16º Os títulos dos eleitores, que os não tiverem procurado dentro do prazo designado para sua entrega serão remetidos pelo juiz competente ao tabellião que houver feito o registro do respectivo alistamento, o qual os conservara sob a Bua guarda, afim de entregal-os quando forem solicitados pelos proprios eleitores, satisfeita por estes a exigencia do paragrapho antecedente, sendo assignados o titulo e recibo deste perante o mesmo tabellião.— (Vide nota anterior).

Art. 6.º § 17.º Quando o juiz municipal ou juiz de direito recusar ou demorar por qualquer motivo a entrega do titulo, poderá o proprio eleitor, por simples requerimento, recorrer do juiz municipal para o juiz de direito, e deste para o ministro do imperio na côrte ou nas províncias para os presidentes destas.

Nestes casos o juiz de direito ou o ministro do imperio na côrte e os presidentes nas províncias mandarão por despacho, dentro de 24 horas, que o juiz recorrido responda o que este deverá fazer dentro de igual prazo, contado da hora em que houver recebido o requerimento, e que será certificada pelo agente do correio ou pelo official de justiça, encarregado da entrega.

O recurso será decidido dentro do prazo de 5 dias, contados do recebimento da resposta do juiz recorrido, ou da data em que deveria ter sido dada.

No caso de recusa ou demora na entrega do titulo pelo tabellião que o tiver sob sua guarda, haverá recurso, pelo modo acima estabelecido, para o juiz de direito, na cabeça da comarca, e fóra desta para o respectivo juiz municipal.

Nots.

A 1º comissão de inquerito, no parecer n.º 85 sobre a eleição do' 2.º districto do Pará, opinou que se mandasse admoestar o juiz de direito que demorou a expedição dos títulos dos eleitores, que, tendo sido excluídos do alistamento pelo juiz de direito, interpuzeram recursos a que a relação deu provimento mantendo-os na qualificação, sendo as copias dos accordãos entregues ao juiz de direito e elle declarou que só depois de publicados es accordãos poderiam ser attendidos, quando requereram para se lhes entregar os títulos.



Art. 6.º § 18.º No caso de perda do titulo poderá o eleitor requerer ao competente juiz de direito novo titulo, à vista de justificação d'aquella perda com citação do promotor publico e de certidão do seu alistamento.

O despacho será proferido no prazo de 48 ho-ras; e se fôr negativo, haverá recurso para o ministro do imperio na côrte, ou nas províncias para os presidentes destas.

No novo titulo e no respectivo talão se fará declaração da circumstancia de ser segunda via e do motivo pelo qual foi passado.

Do mesmo modo se procedera quando se passar novo titulo no caso de verificar-se erro no primeiro.

#### **Nota.**

Estão sujeitos ao pagamento de sello e castas judi-ciaes os processos de justificação de perda de títulos de eleitores, visto que a lei n. 3,029 ordenando aquella jus-tificação no § 18.º do art 6.º, não isentou-a do pagamento do sello e custas, e, em face do aviso de 2 de Março p. p. não se podem applicar por ampliação ao caso verteu-te as dispozições dos §§ 2.º in *fine*, e 4.º do art. 5.º da lei citada. Aviso de 30 de Novembro de 1881.

Art. 7.º Para o primeiro alistamento que se fizer, em virtude desta lei, ficão reduzidos a 4 mezes os prazos de que se trata nos arts. 3.º § 1.º n. II, § 2.º ns I e IV, § 4.º e § 5.º, art. 4.º

n. XI, e art. 5.º, ns. I e II e § 1.º ns. II e III relativamente às provas de renda.

### Nota

O decreto n. 3,122, art. 1.º § 6.º, elevou a 3 annos antes, pelo menos, o prazo a que se refere o n.º I do § 2.º do art. 3.º da lei em relação á inscripção no registro do commercio como administrador de trapiche, guarda-li-vros ou primeiro caixeiro de casa commercial, ou como administrador de fabrica industrial.

*2.º Dec n. 3,122 de*

*7 de Outubro de 1882.*

Art. 1.º § 11.º A escriptura publica ou o escripto particular lançado em livro de notas, bem como a escriptura publica de que tratam os ns. II e III do § 1.º do art. 5.º da lei n. 3,029, devem ter a data de 4 annos antes do ultimo dia do prazo de 30 dias de que trata o § 6.º do art. 6.º

O titulo legitimo de propriedade ou posse, a que tambern se refere o n. II, deve ter data de um anno antes, pelo menos, do ultimo dia do prazo do § 6.º do art. 6.º

Art. 8.º No primeiro dia util do mez de Setembro de 1882, de então em diante todos os annos em igual dia se procederá á revisão do alistamento

geral dos eleitores, em todo o imperio, sómente para os seguintes fins. (Vide nota 1.ª ao § 6.º do art. 6.º).

I. De serem eliminados os eleitores que tiverem fallecido ou mudado de domicilio para fóra da co marca, os fallidos não rehabilitados, os que estive rem interdictos da administração de seus bens, e os que, nos termos do arts. 7.º e 8.º da constituição, houverem perdido os direitos de cidadão brasileiro ou não estiverem no gozo de seus direitos políticos (Vide regul. n. 8213, art. 2.º, §§ 1.º e 2.º).

II. De serem incluídos no dito alistamento os cidadãos que requererem e provarem ter adquirido as qualidades de eleitor, de contormidade com esta lei, e souberem ler e escrever.

§ 1.º A prova de haver o cidadão attingido a idade legal sera feita por meio da competente certidão; e a de saber ler e escrever pela letra e assignatura do cidadão que requer a sua inclusão | no alistamento, uma vez que a letra e firma estejam reconhecidas por tabellião no requerimento que para este fim dirigir.

### Notas

*D*

*ecr. n. 3122 de 7 de Outubro de 1882.*

Art. 1.º § 23.º São aptos para serem alistados como eleitores, todos os cidadãos que, reunindo as demais condições legais, forem maiores de 21 annos de idade.

## 2.º

Em seguida damos o pareceres da comissão de constituição do senado sobre a eleição de um senador pela província do Maranhão, visto sobre a matéria relevante sobre a certidão de idade:

« Foram presentes á comissão de constituição a carta imperial, de 4 do corrente mez, para qual foi nomeado senador do imperio pela província do Maranhão, o conselheiro Felippe Franco de Sá, autentica da acta da apuração geral dos votos da eleição a que se procedeu, a 6 de Novembro ultimo, na mesma província, por fallecimento do senador Candido Mendes de Almeida, o as copias authenticas das actas de 57 mesas parochiaes.

« Antes, porém, de expor o resultado do exame a que procedeu nas actas eleitoraes daquela província, a commissão entende dever apreciar o documento que lhe foi apresentado para provar que o conselheiro Felippe Franco de Sá não tem a idade legal exigida pelo art. 45.º da constituição para ser senador.

« Este documento é a sua certidão de baptismo. Delia se vê que foi elle baptisado a 28 de Março de 1842, na freguezia do apostolo S. Mathias, da cidade de Alcantara, província do Maranhão.

Além deste documento, foi presente á commissão uma demonstração jurídica, na qual se allega:

« Que a constituição do arcebispado da Bahia, tit. 11, n. 36, marcou aos pais o prazo de oito dias depois do nascimento dos filhos para baptisal-os, lavrando os parochos assento de baptismo, não só *para prova do parenleseo et-\ piritual*, como para *prova de idade* segundo a fórmula que dá esta constituição para o assento, que é a mesma que foi observada no documento presente á commissão, não se fa-

zendo declaração alguma quanto ao dia do nascimento, porque suppõe-se cumpridas as suas dispozições.

« Que nenhuma justificação póde ser produzida em virtude do regulamento do bispado do Maranhão de 14 de Junho de 1853, Art. 22º quando existe assento de baptismo;

« Que a lei de 24 de Setembro de 1829, art. 1.º, é terminante quando só reconhece, como prova legal da idade, a certidão de baptismo, não admitindo outras provas senão na ausencia daquellas ;

« Que identica prescripção se encontra no art. 6.º do decr. n. 500, de 16 de Fevereiro de 1867, que diz : « A idade prova-se pela certidão de baptismo, e só na sua falta justificada, — pelos depoimentos de testemunhas

« Que o recentíssimo regulamento eleitoral, n. 8213, de 13 de Agosto do anno proximo passado, ainda foi mais rigoroso, dispondo: « Para provar a idade apresentará certidão de baptismo ou, certidão extrahida do registro civil dos nascimentos. Na falta de taes certidões, devidamente justificada, ainda permite a acceitação de certidões authenticas, por onde se prove o gozo dos direitos políticos em o exercício de emprego para o qual se exige a idade legal, mas nunca as justificações, pela facilidade de abusos a que ellas dão commummente lugar » ;

« E concluo :

« Que tanto pelas leis ecelesiasticas, como pelas leis civis, o unico meio permittido para a prova da idade é a certidão de baptismo, e, só "por falta justificada deste assento, são admissíveis as outras especies de provas; pelo que, no caso occorrente, existindo a certidão de baptismo, por ella exclusivamente deve ser resolvida a questão.

« O conselheiro Felippe Franco de Sá enviou á com-missão varios documentos acompanhados de uma exposição, allegando .

Que, para prova da idade, na falta de assento de baptismo, ou sendo este omisso quanto ao dia do nascimento, pôde-se recorrer a qualquer outro meio de prova admittido em direito;

Que, para supprir a falta ou lacuna do assento, a praxe geralmente admitte a justificação no juizo ecclesiastico e certidão do assento aberto em consequencia della, declarando o aviso n. 8 de 5 de Janeiro de 1865, ser este o unico juizo competente para taes justificações;

Quo, em materia eleitoral o governo imperial nas instrucções para a execução da lei de 9 de Janeiro de 1881, declarou que: « A idade será provada por meio de certidão de baptismo, ou por qualquer outro documento authenticico que legalmente a substitua », explicando o aviso de 22 de Fevereiro do mesmo anno que pôde ser supprida a certidão de baptismo por titulo ou certidão de exercício de cargos electivos ou empregos para os quaes a lei exige a maioridade politica, ou por justificação, nos termos do decreto de 16 de Fevereiro de 1841, o qual permite que seja feita perante qualquer autoridade judiciaria;

Que o repertorio das ordenações do reino de Portugal, verbo *idade* nota A, enumera os varios modos por que se pôde provar a idade, e são: 1º, certidão do assento ecclesiastico; 2º, livro particular, em que os pais, para memoria, tenham escripto os nomes e idades de seus filhos; 3º, testemunhas que adduzam boas e concludentes razões, podendo depôr pessoas consanguíneas, etc

Que apresenta as duas primeiras provas desta enumeração, depois de certidão de assento ecclesiastico, livro de assentos particulares de seu pai, cartas de sua mãe;

Que, na primeira folha do livro que apresenta, estão escriptas do punho de seu pai as datas do nascimento de cada um dos seis filhos, que teve de seu primeiro

matrimonio, lendo-se, na mesma pagina, outras datas: a do nascimento de avô materno, senador A. P. da Costa Ferreira, depois Barão de Pindaré, as do nascimento, consorcio e fallecimento de sua mãe, D. Lucrecia Rosa da Costa Ferreira.

A data do seu nascimento, ahi declarada, é de 2 de Junho de 1841;

Que, além deste documento, exhibe outros de letra de sua mãe, e são: duas cartas por ella escriptas ao irmão Cassio A. da Costa Ferreira, que então estudava em Olinda, e que falleceu ultimamente em Pariz. Na primeira, datada de 26 de Julho de 1841, dá-lhe parte do seu nascimento no Rio de Janeiro, convidando-o para padrinho, e pedindo-lhe procuração; da segunda, escripta de Alcantara, no Maranhão, a 16 de Abril de 1812, da-lhe parte de ter-se feito o baptizado. A letra e assignatura destas cartas estão reconhecidas por seu tio materno, coronel Franklin A. da Costa Ferreira por Francisco Corrêa da Conceição, que era amigo de seu pai.

Que, além destes documentos, junta certidão de justificação perante aa camara ecclesiastica da diocese do Maranhão, julgada por sentença e provisão do vigario geral, que mandou abrir no livro competente novo assento, supprindo a omissão do primeiro, quanto ao dia do nascimento, que ficou declarado ser 2 de Junho de 1841; uma certidão de documentos existentes na thesouraria de fazenda do Maranhão, provando que nos ultimos dias de Março de 1841 requereu seu pai, e lhe foi paga a ajuda de custo para transportar-se com sua mulher e filhos para a capital do imperio, afim de tomar assento como 1º supplente por aquella província; e, finalmente, a sua carta de bacharel em direito, na qual se declara ter nascido em 27 de Março de 1841.

Conclue a exposição explicando que, falecendo sua mãe em 1814, o seu pai em 1851, desde tenra idade esteve fóra de sua companhia em consequencia de seu estado de viuvez, e das viagens a que os deveres publicos o obrigavam, motivo pelo qual nunca teve informações sobre a data do seu nascimento, e só em 1871 obteve cópia do assentamento de sua idade nesse livro, o qual, quando pela primeira vez veio a esta côrte, 1877, como deputado, lhe foi entregue por sua madrastra, assim como só em 1872 foi que seu tio, Dr. Cassio, ao partir para a Europa, entregou-lhe as duas cartas de sua mãe, que guardava como lembrança de familia, o que explica o equivoco quanto ao dia e mez do seu nascimento, declarados na sua carta de bacharel em direito.

Si a argumentação da primeira exposição, a que acima nos referimos, exclue no ecclesiastico a justificação para a prova do dia de nascimento, existindo certidão de baptismo, na qual este não vem declarado, não o entendeu assim o vigario geral da diocese do Maranhão, que admittiu naquella juizo essa prova, e Julgou por sentença em vista dos depoimentos das testemunhas e documentos que lhe foram presentes, a dita justificação, mandando abrir novo assento e delle dar certidão, a qual se acha com a comissão.

Quando mesmo só não tivesse produzido essa justificação, a comissão não deixaria de acceitar como prova do dia do nascimento o declarado no livro de assentos particulares do senador Joaquim Franco de Sá, que falleceu nesta côrte em Novembro de 1851, tendo seu filho, que se achava no Maranhão, apenas dez annos de idade.

Em direito, os instrumentos são meios ordinarios de prova, e contam-se, como instrumento particular, os livros de assentos para lembrança de successos ou negocios



domesticos, como sito os de assentos doas paes de familias a respeito da idade do seus filhos. (Pereira e Souza § CCXIII nota 451).

As duas cartas, que apresentou o conselheiro Felipe Franco de Sá, escriptas por sua mãe em Julho de 1841 e em Abril de 1842 sobre seu nascimento o baptismo, dirigidas ao irmão Dr. Cassio A. da Costa Ferreira, estão de accordo com aquelle assento, que, alias, não tem vicio algum que o invalide.

A disposição da constituição do arcebispado da Bahia, quanto ao prazo dentro do qual os pais devem baptizar os filhos, não é observada em parte alguma deste imperio, nem tambem o seu formulario para o assento em que só se faça menção do dia do baptismo, sem declaração do dia do nascimento. Entretanto, desde que na certidão de baptismo não venha declarado o dia do nascimento, estabelece-se a presumpção de que a constituição do arcebispado foi cumprida, a qual a lei manda ter por verdade enquanto não se provar o contrario. (Pereira e Souza, cit. n. 523). Esta presumpção, resultante do assento do baptismo, cede, porém, ante a prova do dia do nascimento nello não declarado, feita com documentos que a comissão não póde deixar de accitar e julgar sufficientes para formar a sua convicção.

Os documentos apresentados pelo conselheiro Felipe Franco de Sá estão com a comissão e podem ser consultados e examinados.

Em vista do exposto, a comissão julga provado que o conselheiro Felipe Franco de Sá nasceu a 2 de Junho de 1841 nesta cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro, baptizou-se no dia 23 de Março de 1812 na freguezia do apostolo S. Mathias do Alcantara, província do Maranhão,.

tendo assim a idade exigida pela constituição para senador do Imperio ».

Art. 8.º, § 2.º Para que se considere o cidadão domiciliado na parochia, exige se que nella resida, um anno antes da revisão do alistamento geral dos. eleitores, salva a disposição do § 4º. (Vide nota 1' ao art. 6º § 5º).

§ 3.º O eleitor eliminado do alistamento de uma comarca, por ter mudado para outra seu domicilio, será incluído no alistamento desta, bastando para esse fim que perante o juiz de direito da ultima comarca prove o novo domicilio e exhiba o seu titulo de eleitor com a declaração da mudança, nelle posta pelo juiz de direito respectivo, ou, em falta deste titulo, certidão de sua eliminação, por aquelle motivo, do alistamento em que se achava o seu nome.

§ 4.º Se a mudança de domicilio fôr para a parochia, districto de paz ou secção comprehendi-dos na mesma comarca, o juiz de direito desta requerendo o eleitor, fará no alistamento as neces-sarias declarações.

§ 5.º A eliminação do eleitor terá lugar só mente nos seguintes casos: — de morte, é vista da certidão de obito; — de mudança do domicilio para fóra da comarca, em virtude do requerimento do proprio eleitor ou de informações da competente autoridade, precedendo annuncio por edital affixado com antecedencia de 30 dias em lugar publico da sáde da comarca e na parochia, districto de paz ou

secção de sua residencia, ou de certidão authen- tica de estar o eleitor alistado em outra parochia

de comarca diversa, onde tenha estabelecido novo domicilio, sendo apresentada esta certidão por meio

de requerimento assiguado por pessoa competente rios termos do § 7.º e no de perda dos direitos de cidadão brasileiro ou suspensão do exercício dos direitos políticos, de fallencia ou interdicção da ge- rencia de seus bens, á vista das provas exigidas

NO § 22.º do art. 1.º do decreto legislativo n. 2675 de 20 de Outubro de 1875. (Vide regul. n. 8213, art. 40.º).

**Nota.**

Niterohy, 28 de Setembro de 1882.— Em resposta ao officio de 23 do corrente, em que Vm. consulta se na falta absoluta de certidão de obito para requerer a eliminacção da eleitor fallecido, é bastante a informação do pa- rocho ou de qualquer autoridade, declaro-lhe que, sendo restrictivos os arts. 8º da lei n. 3029, 39.º 40.º e 41.º do regul. n. 8213, e pelo seu espirito repellida a prova tes-| temunhal, entende esta presidencia que a certidão de obito é necessaria, mas ao juiz de direito compete, julgando da e eliminacção requerida, decidir a questão nos casos sujeitos, ad *instar* e a vista do que preceitua o art. 5.º § 2.º da Lei para a prova de renda legal.— Bernardo A. Gavião peixoto.— Ao promotor publico da comarca de S. João do Principe.

Art. 8.º § 6.º Nos trabalhos das revisões dos alistamentos serão observadas as disposições desta

**lei** relativas ao processo estabelecido para o primeiro alistamento geral, reduzidos porém, a 10 dias os prazos dos §§ 7.º e 8.º, a 30 o do § 9.º, a 10 o do § 10.º e a 30 os dos §§ 13.º e 14.º todos do art. 6.º

§ 7.º

A eliminação do eleitor, em qualquer dos casos do n. I deste artigo, será requerida pelo promotor publico ou pelo seu adjunto, ou por tres eleitores da respectiva porochia, por meio de petição documentada nos termos do § 3.º

Os documentos serão fornecidos gratuitamente pela repartição ou pelo funcionario publico competente.

§ 8.º As eliminações, inclusões e alterações que se fizerem nos alistamentos, quando se proceder á **sua** revisão, serão publicadas, com a declaração dos motivos, por editaes afixados nas portas das matrizes e capellas ou em outros lugares publicos.

§ 9.º Concluídos os trabalhos das revisões e extrahidas as necessarias copias, o juiz de direito passará os títulos de eleitor que competirem aos i novos alistados, seguindo-se para sua expedição e entrega as disposições dos §§ 14.º a 16.º do art. 6

**Nota.**

*Decreto ». 3122 de 7 de Outubro de 1883.*

Art. 1.º § 22. Os títulos dos eleitores de que tratam os §§ 15.º e 16.º do art. 6.º da lei n. 3029 poderSo ser entregues a seus procuradores espeziaes, passando estes recibos nas respectivas procurações, que ficarão archivadas.

Neste caso, o cidadão a quem pertencer o título o assignará, nos termos dos ditos paragraphos perante o juiz de paz em exercido da parochia ou districto do sua residencia, ficando registrado esse acto no competente protocollo do escrivão do juizo de paz

Art. 9.º As decisões dos juizes de direito sobre a inclusão dos cidadãos no alistamento dos eleitores ou a sua exclusão deste serão definitivas.

Dellas, porém, terão recurso para a relação do districto, sem effeito suspensivo: 1.º os cidadãos não incluídos e os excluídos, requerendo cada um de per si; 2.º qualquer eleitor da comarca, no caso de inclusão indevida de outro, referindo-se cada recurso a um só individuo.

Estes recurso serão interpostos no prazo de 30 dias, quanto as inclusões ou não inclusões, e em todo o tempo, quanto às exclusões.

#### Notas

##### 1.º

Deve ser contado o prazo para interposição de recursos, de que trata o art. 39.º das intrucções (este art. corresponde ao 9.º da lei n. 3029 e 74.º do regul. n. 8213), da data da publicação do edital no município, conforme o disposto no art. 33.º das referidas instrucções (que corresponde ao art. 50.º do regul. n. 8213).

Comquanto não seja prohibida a publicação das decisões em audiencia, ociosa se torna esta publicação, visto que, não della,mas do edital se deve contar o prazo para interposição de recurso. — Av. de 9 de Junho de 1881.

## 2.º

A um eleitor não é permitido interpôr mais de um recurso com referencia ao mesmo individuo.— Av. de 20 de Outubro de 1881.

## 3.º

E' erronea a intelligencia da lei (regul. n. 8213, arts. 70. a 79.º) de que interposto um recurso da decisfio do juiz de direito mandando incluir no alistamento um eleitor, não possa a parte interessada interpôr por sua vez o mesmo recurso, allegando o juiz de direito :— que já ha-vendo um recurso não podia admittir sobre a materia dois recursos simultaneamente.— Parecer n. 82 sobre a eleição do 5.º districto do Ceará.

*Decr. n, 3,122 de 7 de Outubro de 1882.*

Art. 1.º § 15.º O direito, que pelo art. 9.º da lei n. 3,029 compete a qualquer eleitor da comarca, de recorrer da decisão do juiz de direito no caso de inclusão l indevida de algum cidadão no alistamento dos eleitores, não fica prejudicado pelo facto de haver já recurso interposto por outro eleitor sobre a mesma inclusão.

Art. 9. § 1.º Interpondo estes, os recorrentes allegarão as razões e juntarão os documentos que entenderem ser a bem de seu direito.

No prazo de dez dias, contados do recebimento

dos recursos, os juizes de direito reformarão ou confirmarão as suas decisões; e no ultimo caso, o recorrente fará seguir o processo para a relação sem accrescentar razões nem juntar novos documentos.

**Not».**

*Decr. n. 3,122 de 1 de Outubro de 1882.*

Art. 1.º, § 16.º Nos recursos interpostos contra a inclusão de cidadãos no alistamento do eleitores é permit-tida prova, por escriptura publica ou sentença passada em julgado, de simulação dos contratos, quer sobre propriedade ou posse, quer sobre rendas, ou de illegitimidade ou falsidade dos títulos ou certidões que tenham servido de base ao alistamento.

§ n.º Além dos recursos estabelecidos no art. 9.º da lei n. 3029 e no capitulo V do regulamento n. 8213, ha- verá tambem para a relação do districto recurso do alistamento dos eleitora quando nos trabalhos deste se tiver commettido qualquer das seguintes irregularidades, que importarão nullidade total ou parcial do alistamento: Incompetencia do juiz organizador do alistamento ; Falta de observancia do prazo marcado no art. 6.º, § 6.º, da lei n. 3029 para o recebimento dos requerimentos.

I. Terão o direito de interpôr este recurso o promotor publico ou seu adjunto ou tres eleitores da comarca.

II. Quanto á interposição e ao processo do referido recurso, serão observadas as disposições do art. 9.º da dita lei e do capitulo V do regulamento citado, com as seguintes alterações :

O prazo de 30 dias para a interposição do recurso será

expedidas as necessarias ordens afim de se proceder a novo alistamento em toda a comarca ou na parte em que o alistamento tiver sido annullado.

Neste CASO serão restituídos aos cidadãos ou seus procuradores especiaes os documentos e mais papeis por cles apresentados, relativos ao alistamento annullado, sem ficar traslado.

VI. Estes recursos serão julgados por todos os membros presentes do tribunal da relação no prazo de 30 dias contados da data do recebimento dos processos na respectiva secretaria, do mesmo modo determinado no § 2.º do art. 9.º da lei e no art. 80.\* do regulamento citado para os recursos a que estes artigos se referem ; obser-vnndo-se as dispozições do § 3." do dito art. 9.» da mencionada lei, e dos arts. 81.º e paragraphos, e 82.º do referido regulamento.

Em caso de empate prevalecerá a decisão recorrida.

Art. 9.º § 2.º Os recursos interpostos para a relação de decisões proferidas sobre alistamento de leitores tores serão julgados, no prazo de 30 dias, por todos os seus membros presentes (Vide. nota ao art.

§ 2.)

#### **Notas.**

*Decr, n. 3,122 de 7 de outubro de 1882.'*

Art. I.\*, § 18.º No prazo marcado para o julgamento fia relação dos recursos de que tratam o art. 9.º da lei



n. 3,029 e o cap. V do regul. n. 8213, bem como o § antecedente, não se computará o tempo da interrupção das sessões do tribunal por falta de reunião de seus membros em numero suficiente para celebrá-las.

2.º

*Decr n. 3.122 de 7 de Outubro de 1828.*

Art. 1.º § 19.º Das decisões das relações em caso de nullidade do alistamento haverá recurso para o supremo tribunal de justiça, que decidirá definitivamente.

Art. 9.º, § 3.º Não é admissível suspeição de juizes no julgamento dos recursos, salvos sómente os casos do art. 61.º do código do processo criminal; nem se interromperão os prazos por motivo de férias judiciais. (Vide regul. n. 8213, art. 81.º)

§ 4.º Serão observadas as disposições do decreto legislativo n. 2675 de 20 de Outubro de 1875 e das respectivas instrucções de 12 de Janeiro de 1876, sobre os recursos, na parte não alterada por esta lei. (Vide regul. n. 8213, tit. I capitulo 5.º)

Nota.

*Decr, n. 3,122 de 7 de Outubro de 1882.*

Art. 1.º § 20.º Os emolumentos, de que trata o art. 15.º do regul. n. 8213, pelas certidões e por outros documentos] fornecidos por officiaes publicos para o alistamento dos eleitores, serão pagos pela metade.

Serão também pagas pela metade as custas dos escrivães nos processos de recursos sobre o dito alistamento, ficando os mesmos processos isentos de quaisquer despesas de preparo e de pagamento de sellos e de outros direitos.

Quando, porém, os recursos forem intentados *ex-officio* pelo promotor público, não terá lugar pagamento dos ditos emolumentos nem de custas.

#### DOS ELEGÍVEIS.

Art. 10.º E' elegível para os cargos de senador, deputado à assembleia geral, membro de assembleia legislativa provincial, vereador e juiz de paz todo o cidadão que fôr eleitor, nos termos do art. 2.º desta lei, não se achando pronunciado em processo Criminal, e salvas as disposições especiaes que se âleguem.

#### Nota

A vista da disposição imperativa deste art., só pôde ser eleito quem fôr eleitor; entretanto, o regul. n. 8213, no art. 84.º, estende este direito a todo o cidadão que tiver as qualidades de eleitor. Como se verifica esta qualidade se o candidato não tentou a prova de renda ?

Art. 10.» § 1.º Requer-se : Para senador: a idade de 40 annos para cima, e a renda annual de 1:600\$ por bens de raiz, industria, commercio ou emprego.

Os inspectores de corpos do exercito;  
Os commandantes de corpos militares e de policia;  
Os secretarios de governo provincial e os secretarios de policia da côrte e províncias ;  
Os inspectores de thesourarias de fazenda geraes ou provincias e os chefes de outras reparti. ções de arrecadação;  
O director geral e os administradores dos correios;  
Os inspectores ou directores de instrucção publica e os lentes e directores de faculdades ou outros estabelecimentos de instrucção superior;  
Os inspectores das alfandegas;  
Os desembargadores;  
Os juizes de direito;  
Os juizes municipaes, de orphãos e os juizes substitutos;  
Os chefes de policia;  
Os promotores publicos;  
Os curadores geraes de orphãos ;  
Os desembargadores de relações ecclesiasticas;  
Os vigarios capitulares;  
Os governadores de bispado;  
Os vigaries geraes, provisores e vigarios foraneos;  
Os procuradores fiscaes e os dos feitos da fazenda e seus ajudantes.

### **Nota**

Não tendo a lei de 9 de Janeiro e o regul. de 13 Agosto de 1881, revogado expressamente o art 3.º § da lei do 20 de Outubro de 1875 que reduzia a tres

mezes e prazo da incompatibilidade no caso da dissolução, estava de pé aquella lei e em virtude della desincompatibilizado o conselheiro Martim Francisco Ribeiro de Andrade, eleito pelo 6.º districto de S. Paulo, desde que antes de 5 mezes da eleição deixou o exercicio de I sua cadeira de lente de academia.—Parecer n. 56, da 2.ª commissão de verificação de poderes da camara dos deputados.

Art. 11.º, n. III. Nos districtos em que exercerem autoridade ou jurisdição:

Os delegados e subdelegados de policia.

§ 1.º A incompatibilidade eleitoral prevalece :

I. Para os referidos funcionarios e seus substitutos legaes, que tiverem estado no exercicio dos respectivos empregos, dentro de seis mezes anteriores à eleição.

II. Para os substitutos que exercerem os empregos dentro dos seis mezes, bem como para os que os precederem na ordem da substituição e deviam ou podiam assumir o exercicio.

III. Para os funcionarios effectivos, para os substitutos dos juizes de direito nas comarcas especiaes e para os supplentes dos juizes municipaes, desde a data da acceitação do emprego ou função publica até seis mezes depois de o terem deixado, em virtude de remoção, accesso, renuncia ou demissão.

§ 2.º Tambem não poderão ser votados para senador, deputado à assembléa geral, ou membro da assembléa legislativa provincial: os directores de estradas de ferro pertencentes ao estado, directores

engenheiros chefes de obras publicas, empresarios, contratadores e seus prepostos, arrematantes ou interessados em arrematação de taxas ou rendimentos de qualquer natureza, obras ou fornecimentos publicos, ou em companhias que recebam subvenção, garantia, ou fiança de juro ou qualquer auxilio, do qual possam auferir lucro pecuniario da fazenda geral, provincial ou das municipalidades, naquellas provincias onde exercerem os ditos cargos ou os respectivos contratos e arrematações tenham execução e durante o tempo delles.

A palavra — interessados — não comprehende os accionistas.

Art. 12.º O funcionario publico de qualquer classe que perceber pelos cofres geraes, provinciaes ou municipaes vencimentos ou porcentagens ou tiver direito a custas por actos de officios de justiça, se aceitar o lugar de deputado à assembléa geral ou pie membro da assembléa legislativa provincial, não poderá, durante todo o período da legislatura, exercer o emprego \_u cargo publico remunerado que tiver, nem perceber vencimentos ou outras vantagens que delles provenham, nem contar antiguidade para aposentação ou jubilação nem obter remoção ou accesso em sua carreira, salvo o que lhe competir por antiguidade.

#### Nota

A resolução **que tomou a thesouraria de fazenda da -provincia de Sergipe, de suspender desde Maio ultimo o**

Pagamento das congruas de três vigários, membros da assembleia provincial, enquanto durou o biénio de ses mandatos, visto que, sendo os parochos considerados empregados públicos elos avisos ns. 254 de 1851, 213 de 1859 e 351 de 1809, além de outros, acham-se elles comprehendidos na disposição do art. 12 da lei n. 3029, a qual prohide a qualquer funcionario publico que de membro ou de membro ou cargo publica remunerado todos os período da legislatura – esta no caso de ser approvada pelas razões em que se funda- Av de 26 de Junho de 1882.

Art.12 1º Os juízes de direito ficarão avulsos durante o período da legislatura, e finda esta voltarão para, as comarcas em que se achavam, se estiverem vagas, ou irão servir em comarcas equivalentes que o governo lhes designará.

2º A acceitação do lugar de deputado e de membro de assembleia legislativa provincial importará para os juízes substitutos nas comarcas especiaes, e para os juízes municipaes e de orghãos a renuncia destes cargos.

#### Nota

O vereador que acceitar o lugar de membro da assembleia legislativa provincial, não póde, durante o período da legislatura, exercr as funções de juiz municipal, como substituto legal deste, visto que pelo facto de exercer funções publicas retribuídas, que, são as daquelle juiz

é-lhe applicavel, em quinto as exerce, a dispozicão do art. 12. da lei n 3.028, nccresce que, dispondo o § 2.º do citado artigo, que n ace função do referido lugar de membro da assembles importa pura os juizes municipais, a renuncia deste cargo, tem essa dispozicão implicitamente creado uma incompatibilidade absoluta entre os ditos cargos, embora o judiciario soja desempenhado interiomentel Av. de 31 de Outubro de 1882.

Art. 12.º § 3.º O funcionario publico compre- hendido na dispozicão deste artigo, que acceitar o lugar de senador, será aposentado ou jubilado com o vencimento correspondente ao tempo de exerci- cio que tiver na fórmula da lei.

§ 4.º Das disposições deste artigo exceptuam-se:

- I. Os ministros e secretarios de estado.
- II. Os conselheiros de estado.
- III. Os bispos.
- IV. Os embaixadores e os enviados extraordi- narios em missão especial.
- V. Os presidentes de província.
- VI. Os officias militares de terra ou mar, quanto & antigñidade, e, nos intervallos das sessões, quanto ao soldo.

Art. 13.º Os ministros e secretarios de estado não poderão ser votados para senador emquanto exercerem o cargo e até seis mezes depois, salvo na província de seu nascimento ou domicilio.

Art. 14.º Não poderão os senadores e durante a legislatura e seis mezes depois, os deputados á as-sembléa geral, salva a dispozicão do art. 34." da

constituição, nem os membros das assembleas legislativas provinciaes, acceitar do governo geral ou provincial commissões ou empregos remunerados, excepto os de conselheiro de estado, presidente de província, embaixador ou enviado extraordinario em missão especial, bispo e commandante de forças de terra ou mar.

Não se comprehendem nesta disposição as nomeações por accesso de antiguidade para emprego civil ou posto militar de terra ou mar.

Não poderão tambem os senadores, os deputados à assembléa geral e os membros das assembléas legislativas provinciaes, obter a concessão, aquisição ou gozo de privilegios, contratos, arrematações de rendas, obras e fornecimentos publicos, embora a titulo de simples interessados.

Esta disposição não comprehende os privilegios de invenção.

Nota

*Constituição, art. 31 :*

St por algum caso imprevisto, do que dependa a segurança publica, ou o bem do estado, fôr indispensavel que algum senador ou deputado saia para outra commissão, a respectiva camara o poderá determinar.

#### DA ELEIÇÃO EM GERAL.

Art. 15.º Às eleições de senadores, deputados á



assembléa geral, membros das assembléas legislativas Provinciaes, vereadores e juizes de paz, continuarão a fazer-se nos dias e pelo modo determinado na legislação vigente, com as alterações seguintes (Vide regul. n. 8213, art. 191.).

**Nota**

III<sup>m</sup>. e Ex<sup>m</sup>. Sr. — Communicando a V. Ex. que S. M. o Imperador em virtude da attribuição que lhe confere o art. 101. § 5.º da constituição do imperio, houve por bem, por decretos ns. 8153 e 8151 de 30 de Junho ultimo, dissolver a camara dos deputados e convocar outra para o dia 31 de Dezembro do corrente anno, bem como convocar para o mesmo dia a nova assembléa geral, designando o dia 31 de Outubro proximo futuro para proce-der-se em todo o imperio à eleição geral dos novos deputados ; recommendo a V. Ex. que expeça com urgencia as ordens necessarias para que nessa provincia se realize no mencionado dia a referida eleição, devendo o processo da eleição effectuar-se na fórma determinada nos artigos 15. e 18.º da lei n. 3029 de 9 de Janeiro deste anno. — Av. circ de 2 de Julho de 1881.

Identicó avizo foi dirigido á camara municipal da côrte.

Art. 15. § 1.º A eleição começará e terminará no mesmo dia.

**Nota.**

Mão é feriado qualquer dia em que houver eleição ; sendo permittido sómente aos empregados que forem elei-

ts a  
tores deixar de comparecer ao serviço das repartições a  
que pertencerem sem incorrer em falta.— AV. de 8 de  
Outubro, de 1881.

Art. 15. § 2.º São dispensadas as ceremonias religiosas e a leitura das leis e regulamentos que deviam preceder aos trabalhos eleitoraes. •

§ 3.º Fica prohibida a presença ou intervenção de força publica durante o processo eleitoral.—Vide regul. n. 8213, art. 130.

§ 4.º O lugar onde dever funcconar a mesa da assembléa eleitoral será separado, por uma divisão, do recinto destinado á reunião da mesma assembléa, de modo que não se impossibilite aos eleitores a inspecção e fiscalização dos trabalhos.

Dentro daquelle espaço só poderão entrar os eleitores à medida que forem chamados para votar

§ 5.º Compete ao presidente da mesa regular a policia da assembléa eleitoral, chamando á ordem os que della se desviarem, fazendo sahir os que não forem eleitores ou injuriarem os membros da mesa ou a qualquer eleitor, mandando lavrar neste case auto de desobediencia e remetendo-o á autoridade competente.

No caso, porém, de offensa physica contra qualquer dos mesarios ou eleitores, o presidente poderá prender o offensor, remetendo-o ao juiz competente para ulterior procedimento.

#### **Nota**

porquanto a admittir-se como principio que a

violencia, ou ameaça de violencia, praticada em qualquer collegio, traga como consequencia a nullidade da eleição de todo o districto, não haverá mais nenhuma eleição garantida ou segura, e a violencia seria erguida á arma ou meio de combate por aquelles que temessem a derrota. — Parecer n. 128 sobre a eleição do 11º districto de Pernambuco.

Art. 15.º § 6.º As eleições se farão por parochias, ou, nas que contiverem numero de eleitores superior a 250, por districtos de paz, ou, finalmente, por secções de parochias ou de districto, quando a parochia, formando um só districto de paz, ou o districto, contiver numero de eleitores excedente ao designado.

Cada secção deverá conter 100 eleitores pelo menos.

O governo, na côrte, e os presidentes, nas províncias, designarão com a precisa antecedencia os edifícios em que deverão fazer-se as eleições. Só em falta absoluta de outros edifícios, poderão ser designados para esse fim os templos religiosos.

#### **Notas 1.º**

ART. 15.º § 6.º

Sua Magestade o Imperador, tendo em consideração o numero dos eleitores alistados nas parochias do município da côrte, e execução dos arts. 92.º e 94.º do regulamento n. 8213 de 13 de Agosto proximo passado, ha por

bem ordenar que nas eleições a que se tiver de proceder no dito município em conformidade da lei n. 3029 de 9 de Janeiro do corrente anno, se observe a divisão das parochias e dos districtos de paz constante da quadro junto, ao qual acompanha a relação dos edificios designados para a reunião das assembleias eleitoraes.

Palacio do Rio de Janeiro, em 20 de Setembro de 1881. —*Barão Homem de Mello.*

Quadro a que se refere a portaria desta data,

#### MUNICIPIO DA CORTE.

##### DISTRICTO ELEITORAL (SACRAMENTO).

*Parochia do SS. Sacramento.* 390 eleitores.

Dous districtos de paz.

	Eleitores.
1º districto .....	212
2º districto .....	178
Eleição por districtos de paz.	
<i>Parochia de Nosta Senhora da Candelaria</i> .....	203
(Unico districto de paz).	
Eleição por parochia.	
<i>Parochia de S. José.</i> 371 eleitores. Dous districtos de paz.	
1º districto.....	186
2º districto.....	185
Eleição por districtos de paz.	

REFORMA ELEITORAL

*Parochia de Nossa Senhora da Gloria.*

(Unico districto de paz).

729 eleitores.

Dividida em cinco secções. 1º secção (da sede da parochia). Quarteirões 20º

a 28º e 25 .....	174
2º secção. Quarteirões 24 e 26º a 30º .....	152
3º secção. Quarteirões 12º, 13 e 18 a 19.....	127
4º secção. Quarteirões 7º a 11º e 14º .....	144
5º secção. Quarteirões 1º a 6º.....	132

Eleição por secções.

*Parochia de S. João Baptista da Lagoa.*

(Unico districto de paz).

550 eleitores.

Dividida em quatro secções. 1º secção (da sede da parochia). Quarteirões 9º,

10º, 11º e 15º.....	152
2º secção. Quarteirões 16º a 19º .....	152
3º secção. Quarteirões 1º a 4º.....	108
4º secção. Quarteirões 5º a 8º a 12º a 14º .....	138

Eleição por secções.

*Parochia de Nossa Senhora da Conceição da Gávea.* 62

(Único districto de paz).

Eleição por parochia.

*Parochia de Nossa Senhora do Loteio de Jacari-*

*paguá.....* 35

(Único districto de paz).

Eleição por parochia.

2.340

## 2.º DISTRICTO ELEITORAL (SANT'ANNA.)

*Parochia de Sant'Anna.*

617 eleitores.

Dous districtos de paz, divididos cada um em duas secções.

	Eleitores.
1.ª secção do 1.º districto (da sede da parochia).	
Quarteirões 1.º a 9.º .....	161
2.ª secção do 1.º districto. Quarteirões 10.º a 27.º .....	157
1.ª secção do 2.º districto (da maioria dos eleitores).	
Quarteirões 1.º a 12.º .....	187
2.ª secção do 2.º districto. Quarteirões 13.º a 24.º .....	122
Eleição por secções.	

*Parochia, de Santa Rita.*

421 eleitores.

Dous districtos de paz, o 1.º dividido em duas secções. 1.ª secção do 1.º districto (da sede da parochia).

Quarteirões 5.º a 18.º .....	136
2.ª secção do 1.º districto. Quarteirões 1.º a 4.º .....	146
2.º districto de paz.....	139
Eleição por secções no 1.º districto de paz e por districto no 2.º.	

*Parochia de Santo Antonio.*

(Unico districto de paz.)

543 eleitores. Dividida em quatro

secções. 1.ª secção (da sede da parochia). Quarteirões 1.º, 2.º,

4.º, 8.º, 14.º e 15.º .....	146
2.ª secção. Quarteirões 3.º, 9.º a 12.º .....	151
3.ª secção. Quarteirões 6.º, 7.º e 16.º a 20.º .....	117
4.ª secção. Quarteirões 5.º, 13.º, 21.º e 22.º .....	129
Eleição por secções.	

1.581

## 3.º DISTRICTO ELEITORAL (S. CHRISTOVÃO.)

*Parochia de S- Christovão.*

(Unico districto de paz.)

441 eleitores.

Dividida em tres secções.

	Eleitores.
1.º secção (da sede da parochia). Quarteirões 6.º a 8.º e 13.º a 16.º ...	157
2.º secção. Quarteirões 3.º, 5.º e 10.º a 12.º, .....	153
3.º secção. Quarteirões 1.º, 2.º, 4.º e 9.º .....	131

Eleição por secções.

*Parochia de S. Francisco Xavier do Engenho-Velho.*

(Unico districto de paz.) 481 eleitores. Dividida em tres secções.

1. secção (da sede da parochia). Quarteirões 1.º do 1.º districto policial el.º a 6.º do 2.º districto dito.....	183
2.º secção. Quarteirões 2.º a 9.º do 1.º districto policial.....	178
3.º secção. Quarteirões 10.º e 11.º do 1.º districto policial e 7.º a 12.º do 2.º districto dito .....	120

Eleição por secções.

*Parochia do Divino Espirito Santo*

(Unico districto de paz)

436 eleitores

Dividida em tres secções:

1.º secção (da sede da parochia). Quarteirões 6.º a 8.º e 16.º a 18.º.....	176
2.º secção. Quarteirões 10.º a 15.º .....	151
3.º secção. Quarteirões 1.º a 5.º e 9.º .....	109

Eleição por secções.

*Parochia de Nossa Senhora da Conceição do Engenho Noto* (Unico districto de paz) 377 eleitores Dividida em duas secções:

- 1.\* Becço (da eéde da parochia). Quarteirões : os  
dezoito do 1.º districto policial..... 198
- 2.\* secção. Quarteirões: os doze do 2.º districto  
policial..... 179

Eleição por secções.

*Parochia it S. Thiago it Inhaúma* ..... 54  
(Unico districto de paz)

Eleição por parochia.

*Parochia it N. S. ia Apresentação it Irajá* ..... 82  
(Unico districto de paz)

Eleição por parochia.

*Parochia it Nossa Senhora io Desterro de Campo Grande*..... 78  
(Unico districto da paz)

Eleição por parochia.

*Parochia it S. Salvador do Mundo da Guaratiba..* 80  
Dous districtos de paz, o 1.º com 24 e o 2.º  
com e eleitores. Eleição por parochias

*Curato de Santa Cruz*.....  
(Unico districto de paz) Eleição por curato  
(equivalente a parochia)

*Parochia it Nossa Senhora da Ajuda da ilha do Governado* ..... 25  
(Unico districto de paz)

Eleição por parochia.



*Parochia do Sr. Bom Jesus do Monte da Ilha de Pa-  
quelá ..... 15*

(Unico districto de paz)

Eleição por parochia.

2.041

#### OBSERVAÇÕES

As mesas eleitoraes das secções de parochia, ou de districto de paz, onde se acham as igrejas matrizes (exceptuada a da 1.º secção da parochia do Engenho Novo) serio constituídas com, os juizes de paz e seus immedia-tos da parochia ou do districto ; bem assim a mesa eleitoral da 1.º secção do 2.º districto de paz da parochia de

Santa Anna, que contém o maior numero dos eleitores deste districto. (Regulamento art. 101.º §§ 1.º e 2.º) A mesa eleitoral da parochia da Gávea sera compos- ta de eleitores, e nomeada pelos juizes de paz o seus immediatos da parochia da Lagôa.

(Regulamento art. 111.º).

Sobre a organização das mesas eleitoraes das duas seccões da parochia do Engenho Novo expede-se nesta data portaria especial & IIIma. Camara Municipal.

Relação dos edificios designados para a reunião das  
assemblea eleitoraes.

#### PAROCHIAS :

00 SACRAMENTO :V

- 1.º districto de paz.—Conservatorio de musica da Academia das Bellas Artes.
- 2.º districto de paz.— Secretaria da Ordem 3.º do Senhor Bom Jesus do Calvario e Via Sacra, á rua do General Camara (sala de entrada).

DA CANDELARIA.— Salão da Praça do Commercio.

DE S. JOSE :

1.º districto de paz.—Edifício da bibliotheca da Faculdade de Medicina. 2.º districto de paz—Escola Municipal de S. José

DA GLORIA :

- 1.º secção. Escola publica á Praça do Duque de Calxias.
- 2.º secção.— Predio á rua do Leão, canto da rua das Laranjeiras.
- 3.º secção.—Predio da sociedade Praeer da Gloria, á rua Dous de Dezembro, canto da do Cattete.
- 4.º secção.—Sala na Secretaria de Estado dos Negocios Estrangeiros.
- 5.º secção.—Sala da Imperial Irmandade do Divino Es-pirito Santo da Lapa do Desterro (largo da Lapa)..

DALAGOA:

- 1.º secção.—Escola publica á rua do General Polydoro n. 28 (tendo tambem entrada pela rua dos Voluntarios da Patria).
- 2.º secção.—Escola publica ã rua da Passagem n. 95. 3.º secção.— Aula nocturna de adultos, á rua Bambina n. 4. 4º secção.—Escola publica á rua de S. Clemente n. 39.

DA GAVEA:—Escola publica á rua da Boa Vista.

DE JACAREPAGUA :— 1.\* Escola publica do sexo masculino junto a Matriz.

DE SANTANNA : 1.º secção do 1.º districto de paz.—Paço da Illma. Ca-Mara Municipal.

2.º secção do 1º districto de paz.—Escola municipal de S. Sebastião.

1.º secção do 2.º districto de paz.— Estação Central da Estrada de Ferro D. Pedro II. 2.º secção do 2.º districto de paz.— Estação marítima da Estrada de Ferro D. Pedro II.

DE SANTA RITA:

- 1.º secção do 1.º districto de paz.— Tribunal do Jury  
2.º secção do 1.º districto de paz.— Sala dos Pharões, no edifício da Capitania do Porto á rua do Visconde de Inhaúma.  
2.º districto de paz.— Escola publica á rua da Harmonia n. 62.

PB SANTO ANTONIO :

- 1.º secção.— Sala da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional (Praça da Acclamação n. 31 ). 2.º secção.— Tribunal da Relação ( sala das audiencias no pavimento terreo). 3.º secção.— Escola publica á rua do Conde d'Eu n. 120. 4.º secção.— Escola publica á rua do Riachuelo n. 159.

DE S. CHRISTOVÃO :

- 1.º Secção.— Igreja Matriz  
2.º Secção.— Escola publica á Praça de D. Pedro I. 3.º Secção.— Consistorio da Capella de N. S. da Conceição á rua de S. Januario.

DO ENGENHO VELHO :

- 1.º Secção.— Escola publica á rua de S. Francisco Xavier.  
2.º Secção.— Archivo Militar á rua do Imperador.  
3.º Secção.— Theatro de Villa Izabel. DO ESPIRITO SANTO :  
1.º Secção. — Consistorio da Igreja Matriz. 2.º Secção.— Escola publica & rua de Catumby n. 10. 3.º Secção.— Escola publica á rua do Conde d'Eu n. 237,

Art. 15.º § 7.º Em cada parochia, districto de paz ou secção, se organizará uma mesa para o recebimento, apuração dos votos e mais trabalhos da eleição.

Esta mesa se comporá:

I. Nas parochias ou districtos de paa: do juiz de paz mais votado da séde da parochia ou do districto de paz, como presidente, nos termos dos arts. 2.º e 3.º da lei n. 387 de 19 de Agosto de 1846, e de quatro membros que serão: os dois juizes de paz que áquelle se seguirem em votos e os dois cidadãos immediatos em votos ao 4.º juiz de paz.— Vide arts. 98.º a 100.º do regul. n. 8213.

Em caso de ausencia, faltas ou impossibilidade do juiz de paz mais votado, exercerá as funcções de presidente da mesa o que se lhe seguir em votos até ao 4.º.

Quando por ausencia, falta, ou impossibilidade não comparecer o 2.º ou o 3.º juiz de paz, que devem ser membros da mesa, será convidado o 4.º; e se destes tres juizes de paz só comparecer um ou nenhum se apresentar, o presidente da mesa convidará, para supprir as faltas, um ou dous eleitores dentre os presentes.

Se deixarem de comparecer os dous cidadãos immediatos em votos aos juizes de paz, que devem tambem compôr a mesa, ou algum delles, serão convocados um ou dous que áquelles se seguirem em votos, até o 4.º, sendo a falta destes últimos preenchida por eleitores d'entre os presentes, designados,

no caso de faltarem ambos, pelo presidente, e no caso de comparecer um, pelo imediato que tiver comparecido.

Esta mesa será constituída na véspera do dia designado para a eleição, dia em que também se reunira a de que trata o número seguinte, lavrando o escrivão de paz, em acto continuo, no livro que tiver de servir para eleição, a acta especial de sua formação ou instalação, a qual será assignada pelo presidente e demais membros da mesa constituída.

### Notas

#### 1.º

Póde ser convocado para a organização das mesas eleitoraes, e funcionar, o vereador que está em exercício e também foi eleito juiz de paz, cumprindo-lhe, todavia, dada a colisão de funções simultaneas, declarar-se temporariamente impedido para as do cargo municipal, visto que o serviço eleitoral prefere a qualquer outro.—Avs. de 7 e 13 de Outubro de 1881.

#### 2.º

O juiz de paz póde intervir na organização das mesas eleitoraes, embora não esteja alistado como eleitor *ex-vi* dos arts. 84.º, 98.º e 101. do regul. n. 8.213.—Av. de 11. de Outubro de 1881.

#### 3.º

Os immediatos ao 4.º juiz da paz não precisam prestar

juramento, o qual é dispensavel e não exigido pela lei. — Pareceres ns. 106 o 120 sobre as eleições do 5.º districto do Maranhão, e 8.º do Ceará.

## 4.º

Pódem servir conjunctamente na mesma mesa eleitoral dous irmãos como juizes de paz, visto que, não tendo a nova legislação eleitoral estabelecido suspeição entre os mesarios que são parentes consanguíneos ou affins, prevalece a este respeito a doutrina do aviso n. 131 de 1848 2.º, e de outros.— Av. de 21 de Outubro de 1881.

## 5.º

Nem a lei de 1846, nem a de 1855, nem a de 1860, nem ainda a de 1875, e menos a recente de 9 de Janeiro de 1881, lembraram-se de estabelecer impedimento eleitoral por parentesco em qualquer gráo. Portanto não são admissíveis impedimentos, ou incompatibilidades arbitrarías, e se assim fosse as mesas seriam organizadas a belprazer dos presidentes ou juizes de paz. — Pareceres n. 110 sobre a eleição do 2.º districto do Piauby, e de um senador por Minas Geraes.

6.<sup>a</sup>

Mão devem intervir na organização das mesas eleitoraes, os juizes de paz mudados para outro districto, ou que exercerem funções de empregos publicos retribuídos. Aos immediatos em votos incumbe substituil-os, sendo a falta destes ultimos supprida pelos cidadãos que se lhes seguir em votação Avs. de 7 e 11 de Outubro de 1881.— Não pódem, porém, aquelles juizes de paz ser excluídos da

formação da mesa eleitoral, enquanto a camara municipal não proceder á sua eliminação da lista.— Av. de 22 de Outubro de 1881.

## 7.º

Fallecendo um dos juizes de paz de -numero, deve o 1.º immediato occupar o lugar de 4.º juiz de paz, e como tal não póde funcionar na mesa.— Parecer n. 113 sobre a eleição do 2.º districto da Goyaz.

## 8.º

Verificando-se que o 1.º juiz de paz se acha temporariamente ausente na Europa, o que não importa mudança de domicilio: e pelo que não devia elle ser eliminado da lista respectiva, o juramento deferido ao immediato em votos não póde produzir effeito afim de servir em 4.º lugar, por isso cumpre que este vote na qualidade de immediato dos juizes de paz para nomeação das mesas das secções de parochias —Av. de 29 de Junho de 1882.

## 9.º

Tendo sido a mesa eleitoral da parochia de Nossa Senhora do Amparo de Therezina irregularmente organizada no dia 30 de Outubro de 1881, devia, entretanto, ser approvada a eleição, porquanto : tendo aido no dia 31 sanadas em tempo com a reorganização da mesa, feita na fórmula do § 1º do art. 99.º do regul. n. 8213, as irregularidades que se deram na 1ª organização, e foram notadas pelo fiscal do proprio contestante, e não tendo sido provada a

mudança de residência do 4º juiz de paz, que passou a 2º pela exclusão deste e do 3º, incompatíveis pela opção que fizeram de cargos retribuídos, parece á comissão que a mesa ficou constituída de accôrdo com as dispozições dos §§ 7.º a 11.º do art. 15.º da lei n. 3029, e que, portanto, valida deve ser julgada a eleição feita perante ella. — Parecer n. 126 sobre a eleição do 1ª districto do Piauhy,

## 10.º

Foi annullada pelo senado a eleição da parochia de Santa Rita de Cassia, porque: comparecendo o 2º immediato e faltando o 1º com participação, competia ao 2º presente em falta do 3º e do 4º designar um eleitor; a designação foi feita pelo juiz de paz presidente, sem attenção ao final do § 3º do art. 98.º do regul. n. 8213, que neste caso especial não lhe confere o direito de designar, como nos casos do § 2º e da 1ª parte do § 3º, o que importa nullidade pela incompetencia de um membro 4 a mesa.

O presidente da mesa eleitoral da parochia de S. Luiz de Missões do município de Santo Angelo, contra o disposto no art. 15.º § 7º n. I da lei n. 3029, e art. 98.º § 3º do regul. n. 8213 designou o eleitor que substituto o immediato ao 4º juiz de paz que não compareceu, o que competia ao outro immediato presente; pelo que foi a comissão de parecer que fosse annullada esta eleição.— Parecer sobre a eleição de um senador pelo Rio-Grande do Sul.



## 13.º

Parecer n. 122 sobre a eleição do 11.º distrito de Pernambuco. — Deve ser annullada a eleição da parochia de Jesus, Maria e José de Papacaça de Bom Concelho, porque, tendo sido no dia 30 de Outubro de 1881 organizada a mesa eleitoral de conformidade com as disposições da lei pelo 1º juiz de paz, como presidente, e pelos 2º e 3º juizes de paz, e 1º e 2º immediatos como mesarios; no dia 31, faltando o 3º juiz de paz, o presidente da mesa deixou de convidar o 4º juiz de paz para substituir o mesario que faltou, como determina o art. 35.º § 7º n. I, parte 3º, e § 11.º da lei de 9 de Janeiro de 1881, e art. 135.» § 1º n. 2 do regul., e o fez substituir pelo cidadão Manoel Elias da Silva Albuquerque, que nem ao menos consta ser eleitor.

## 13.º

Nos termos dos §§ 3º e 4º do art. 98.º do regul. n. 8213 deve fazer se no proprio dia da installação da mesa eleitoral, e de entre os eleitores presentes ao acto, a designação dos dous eleitores que terão de preencher a falta dos immediatos em votos aos juizes de paz, verificando-se essa designação por officio se nenhum eleitor se achar presente. — Av. de 21 de Outubro de 1881.

## 14º

O facto de haver servido na organização da mesa um escrivão não juramentado, não estava provado, e a recusa da mesa, não acceitando o contra-protesto, faz presumir que a allegação não é verdadeira. A presumpção legal é que o escrivão de paz servia sob juramento, e esta presumpção,

segundo o direito, só póde desaparecer por provas em contrario. — Parecer n. 19 sobre a eleição do 12º districto de Pernambuco.

Art. 15.º § 7.º n. II. Nas secções da parochia que contiver um só districto de paz, ou nas dos districtos de paz: — de um presidente e de quatro membros, os quaes serão nomeados: o presidente e dous destes membros pelos juizes de paz da séde da parochia ou do districto e o outros dous pelos immediatos dos mesmos juizes de paz.

Essas nomeações serão feitas dentre os eleitores da secção respectiva tres dias antes do marcado para a eleição, no edificio designado para a da parochia ou districto, bavendo convocação dos referidos juizes e de seus quatro immediatos com a antecedencia de quinze dias.

Basta o comparecimento de um dos juizes de paz e de um dos immediatos convocados para se proceder a mesma nomeação.

Concluido este acto, o escrivão de paz lavrara, no livro que tiver de servir para a eleição na respectiva secção, a acta especial da nomeação da mesa.

Esta acta será assignada pelos juizes de paz e seus immediatos, que bouverem comparecido.

§ 8.º Quando no caso do § 6.º, se dividir em secções alguma parochia ou districto, a mesa da secção onde estiver a séde da parochia será organizada pelo modo estabelecido no § 7.º n.. I.

Quando o districto dividido não fôr o da séde

da parochia, será também organizada do mesmo modo a mesa naquella das secções do districto que contiver maior numero de eleitores.

Será applicavel sómente às demais secções a regra estabelecida no n. II do § 7.º.

§ 9.º Os juizes de paz deverão concorrer para formar as mesas eleitoraes, quer estejam ou não em exercício, estejam embora suspensos por acto do governo ou pronuncia em crime de responsabilidade. Esta disposição é extensiva aos quatro immedia-tos aos mesmos juizes, na parte que lhes fôr applicavel.—Vide regul. n. 8213 arts. 119º a 123.

§ 10.º O presidente e mais membros, que têm de compôr as mesas eleitoraes, são obrigados a participar por escripto, até ás 2 horas da tarde da vespera do dia da eleição, o impedimento que tiverem, sob pena do art. 29.\* § 14.\*

Só poderão ser substituídos depois de recebida esta participação, ou depois das 2 horas da tarde, no caso de não ser ella feita.

### **Neta.**

A substituição do 2.º juiz de paz, foi feita na forma da lei, porque tendo elle optado pelo cargo retribuído que vencia, de fiscal das fazendas nacionaes, incompatível com as funções de juiz de paz (lei, art. 24.\*) foi excluído da lista respectiva no intervallo das duas eleições (1.\* e 2.\* escrutínios), e não sendo mais juiz de paz, é claro que não podia como tal continuar a fazer parte da

mesa.— Parecer n. 126 sobre a eleição do 1.º districto do Piahy.

Art. 15.º § 11.º O presidente ou membros das mesas eleitoraes, em caso de falta ou impedimento durante os trabalhos da eleição, serão substituídos pelo modo seguinte:

Nas mesas eleitoraes de parochia, districto ou secção, organizadas pela forma estabelecida no n I do § 7.º: — 1.º, o presidente, pelo juiz de paz que se lhe seguir em votos, ainda que seja membro da mesa e, no caso de não haver juiz de paz desem-pedido, pelo eleitor que os membros presentes nomearem, decidindo a sorte em caso de empate ; 2.º os membros da mesa pelo modo determinado na 2.º e na 3.º parte do n. I citado

Nas mesas das secções de que trata a parte final do § 8.º :—1.º o presidente, pelo eleitor que os membros presentes nomearem, decidindo a sorte em caso de empate; 2.º qualquer dos dois membros que os juizes de paz houverem nomeado, pelo eleitor ou eleitores que o presidente convidar; 3º qualquer dos dois membros que os immediatos dos juizes de paz tiverem nomeado pelo eleitor que o outro membro presente designar, e, faltando ambos os ditos membros, pelos eleitores que o presidente convidar.

§ 12.º Não será válida qualquer eleição feita perante mesa que não fôr organizada pela forma estabelecida nos paragraphos anteriores

§ 13.º Quando na vespera, .ou, não sendo possível, no dia da eleição até a hora marcada para o começo dos trabalhos, não se puder installar a mesa eleitoral, não haverá eleição na parochia, districto ou secção.

§ 14.º Deixara tambem de haver eleição na parochia, districto ou secção onde por qualquer outro motivo não puder ser feita no dia proprio.

§ 15.º No dia e no edificio designados para a eleição, começarão os trabalhos desta desde as 9 horas da manhã.

Reunida a mesa que deve ser installada na vespera, se procederá ao recebimento das cedudas dos eleitores pelo modo estabelecido parti a eleição primaria na legislação vigente.

Notas.

A camara dos deputados approvando o parecer n. sobre a eleição do 5.º districto do Ceará, annullou eleição de uma parochia onde começaram os trabalhos electoraes ás 4 horas da tarde.

2.º

Por avisos de 8 de Outubro o ministerio da fazenda de 20 o ministério da agricultura, e de 25 o da guerra, declararam

Que, em qualquer dia que houver eleições, será permittido aos empregados, que forem eleitores, deixar de

comparecer á repartição a que pertencerem, sem que por isso incorram em falta, pois o serviço eleitoral não póde ser prejudicado por nenhum outro.

Que, os empregados das repartições e os militares alistados eleitores não ficam inibidos de votar em qualquer dia em que haja eleição, qualquer que seja o serviço em que se achem, convindo, todavia, que se providencie de modo que sejam convenientemente substituídos aquelles cujo serviço não possa ser interrompido sem prejuizo do estado.

Art. 15.º § 16. Cada candidato à eleição de que se tratar, até o numero de tres, podera apresentar Um eleitor para o fim de fiscalizar os trabalhos em cada uma das assembléas eleitoraes do districto. Na ausencia do candidato, a apresentação poderá ser feita por qualquer eleitor.

Havendo, porém, mais de tres candidatos, terão preferencia os fiscaes daquelles que apresentarem maior numero de assignaturas de eleitores, declarando que adoptam a sua candidatura.

A apresentação destes fiscaes será feita por escripto aos presidentes das mesas eleitoraes, quando estas se installarem.

Os fiscaes terão assento nas mesas, eleitoraes e assignaráõ as actas com os respectivos membros, mas não terão voto deliberativo nas questões que se suscitarem acerca do processo da eleição. O não comparecimento dos fiscaes ou a sua recusa de assignatura nas actas não trará interrupção dos trabalhos, nem os annullará.

*Notas.*

## 1.º

Na fiscalização dos trabalhos eleitoraes incumbida ao eleitor que, para este fim, é apresentado pelo candidato á eleição de que se tratar, nos termos do art. 131.º do regul. n. 8213, comprehende-se o direito que tem o mesmo eleitor de examinar a cedula lida, quando entre em duvida a exactidão de sua leitura.—Av. de 1.º de Agosto de 1882.

## 2.º

Ao candidato que, devendo ser um dos votados na 2.º eleição do districto, deixou no 1.º escrutínio de apresentar nm eleitor para fiscalizar os trabalhos da assem-bléa eleitoral, não é vedado este direito na dita 2.ª eleição com tanto, porém, que faça a apresentação do eleitor, com a antecedencia precisa, por officio dirigido ao presidente da mesa eleitoral, afim de que ás 9 horas da manhã comece a chamada dos eleitores, conforme a lei determina. —Av. de 1 de Dezembro de 1881.

## 3.º

As nomeações de fiscaes são da privativa competencia dos candidatos, e na sua ausencia da competencia de eleitores; portanto, mal procedeu o juiz de paz presidente da mesa eleitoral fazendo por si a nomeação dos fiscaes, mas esta falta não póde ser considerada na hypo-these presente, como motivo de nullidade de todo o processo eleitoral, não só porque nenhum protesto ou reclamação houve, como nenhuma outra apresentação de

fiscal foi feita, e os ditos fiscaes nomeados sómente assignaram as actas. —Parecer n. 106 sobre a eleição do 5.º districto do Maranhão.

4.º

O ser fiscal não obstava que o tabellião fizesse a transcrição e autenticasse a acta. — Parecer n. 132 sobre a eleição do 3º districto do Pará.

Art. 15.º § 17.º Haverá uma só chamada dos eleitores..

Se depois de findar esta chamada, mas antes da abertura da urna que contiver as cédulas, algum eleitor que, não tendo acudido á mesma chamada requerer ser admittido a votar, será recebida a sua cédula.

**Notas**

1.º

Parecer n. 103, sobre a eleição do 4.º districto de Pernambuco.—A mesa parochial do município de Timbaúba, merecia toda a censura e devia ser pelo menos admoestada, por não querer receber o voto do eleitor Manoel Alves de Andrade, que requereu votar, comparecendo no fim, antes de aberta a urna como era seu direito. O l eleitor protestou e depositou "o voto sobre a urna, por não querer a mesa tomal-o nem em separado.

2.º

Considerando que a eleição da parochia de Conceição de Correntes, ainda mesmo que tivesse terminado ás 9 1/2 horas da noite, nenhuma fraude póde-se presumir ter nella



havido, pois que nenhum protesto ou reclamação houve, nem perante a mesa eleitoral, nem perante a junta apuradora, nem perante esta comissão; e nada foi allegado contra a sua validade; é a comissão de parecer que seja aprovada a eleição.—Parecer n. 122 sobre a eleição do 11.º districto de Pernambuco.

3.º

A mesa da parochia de Breves procedeu bem recebendo os votos de dous eleitores, munidos de títulos, embora não incluídos na lista do juiz de direito. — Parecer n. 132 sobre a eleição do 3.º districto do Pará.

Art. 15.º § 18.º Nenhum eleitor será admittido a votar sem apresentar o seu titulo, nem poderá, ser recusado o voto do que exhibir o mesmo titulo, não competindo á mesa entrar no conhecimento da identidade de pessoa do eleitor em qualquer destes casos.

Se, porém, a mesa reconhecer que é falso o titulo apresentado, ou que pertence a eleitor cuja ausencia ou fallecimento seja notorio, ou se houver reclamação de outro eleitor que declare pertencer-lhe o titulo, apresentando certidão de seu alistamento passada pelo competente tabellião, a mesa tomará em separado o voto do portador do titulo, e assim tambem o do reclamante, se exhibir novo titulo, expedido nos termos do art. 6.º § 18.º desta lei, afim de ser examinada a questão em juizo competente, â vista do titulo impugnado ou sobre que haja duvida, titulo que ficará em poder da mesa a fim de ser remettido ao mesmo juizo para os

devidos effeitos, com quaesquer outros documentos que fôrem apresentados.

### Notas

1.º

Só na mesma parochia em que houver sido alistado, poderá votar o eleitor, ainda que este seja o juiz de direito ou o juiz municipal, cuja inclusão no alistamento deve ser effectuada no período em que este se acho aberto. Consequentemente só na revisão seguinte poderão os eleitores em taes condições fazer-se incluir no alistamento da parochia onde se domiciliarem de novo. Ma camara dos deputados :

O SR. ESCRAGNOLE TAUNAY manda á mesa, para ter o devido destino, a representação do major Barreto a respeito da impossibilidade em que se achou de votar, por pccasão das ultimas eleições havidas na província para onde fóra transferido.

Elle fundamenta com boas razões a sua representação, e essas razões levam o orador a apresentar um projecto de lei que pede ao Sr. presidente encaminhe á commissão encarregada de dar o parecer a respeito das alterações que deve soffrer a lei vigente eleitoral.

Manda á mesa o projecto e a representação. Vem á mesa, é lido e remettido á commissSo mixta da reforma eleitoral o seguinte :

*Projecto Artigo unico. Aos*

magistrados e militares removidos

e transferidos de uma para outra localidade, fica garantido o direito do voto, satisfeitas as exigências da lei.

Saladas sessões, 1.º de Maio de 1881—*Bscragnolle Taunay*.

Vem 4 mesa, é remetida á mesma comissão seguinte.

#### *Representação*

Augustos e digníssimos Srs. representantes da nação.— Ante esta augusta camara, usando da faculdade que a todo o cidadão concede o § 30.º art. 179.º da constituição politica do imperio, comparece o coronel José de Almeida Barreto, commandant) do 2º corpo de caval-laria estacionado na província do Paraná, reclamando a effectividade do direito de voto que lhe garantiu a lei de 9 e instrucções de 29 de Janeiro do anno passado mas que lhe tem sido extorquido por uma interpretação iniqua dessas o do outras disposições correlativas.

Residindo na côrto do imperio na occasião em que se procedia ao primeiro alistamento de eleitores pelo regimen da nova lei eleitoral, foi o supplicante qualificado eleitor no 7.º quarteirão, unico districto da parochia de S. Christovio, como se vê do respectivo titulo que se lhe passou sob n. 254 e aqui junto em original.

A esse tempo sendo transferido para a capital do Paraná, não só o supplicante requereu á competente autoridade e obteve no titulo a anotação de sua mudança, como pediu ao juiz de direito do novo domicilio a sua inclusão no alistamento que ainda se processava ; desta autoridade, porém, e do egregio tribunal da relação, a quem recorreu, não conseguiu o provimento que demandava.

Desde então repetidas eleições occorreram nesta província sem que o supplicante pudesse usar do direito

do suffragio concedido ao cidadão brasileiro, cuja com»  
munhão parece lhe estar vedada.

Em vão, no art. 88.\* das instrucções de 29 de Janeiro de 1881 se garantiu o direito de votar ao cidadão reconhecido eleitor por meio de um titulo extrahido do alistamento ; em vão o supplicante, munido do seu titulo de eleitor, quiz fazer valer esse direito perante as autoridades judiciarias, administrativas e eleitoraes todas lhe embargaram o exercício do mais sagrado e potente di-

reito do cidadão, negando-se-lhe até o voto em separado, Baseados em uma intelligencia abusiva da lei, como claramente demonstram as razões de recursos juntos aqui por cópia.

Será possível que um cidadão activo, tendo o domicilio forçado, como é o dos militares, permaneça longos mezes e assista quêdo ás eleições em que devera tomar parte, sem poder exercer o seu direito só porque o fl- leram mudar de residencia ?

Onde fica essa garantia do voto, consagrado no espirito e na letra das leis, e designadamente no citado art. 88.º do decreto n. 7981 ?

Em contrapozição á systematica exclusão do supplicante, para que mais clara disposição do que aquella que se encontra no § 3.º do art. 8.º, da lei de 9 de Janeiro do anno passado ?

Ahi se diz terminantemente : O eleitor eliminado do alistamento de uma comarca, por ter mudado para outra o seu domicilio será incluído no alistamento desta, *bastando para este fim que, perante o juiz de direito da ultima comarca, prove o novo domicilio e exhièa seu titulo de eleitor com declaração de mudança, nelle posta pelo juiz de direito respectivo.*

O supplicante foi eliminado do alistamento de uma das

comarcas da côrte, por haver forçosamente mudado a sua residencia para Coritiba : exhibiu o seu titulo de eleitor com a declaração de mudança posta pelo respectivo juiz e, não obstante, nega-se-lhe o direito de voto I

Em face desta anomalia e fundado nos inclusos documentos, vem o supplicante respeitosamente supplicar da augusta camara dos senhores deputados que se fixe a verdadeira interpretação da lei eleitoral relativamente ao direito do voto para os que mudam de domicilio, e principalmente para os que o fazem em cumprimento do dever militar,

E por isso esta augusta camara, compenetrada dos seus altos deveres, não adiará a petição que implora o supplicante.

Coritiba, 11 de Março de 1882.— *José de Almeida Barreto.*

III<sup>m</sup>. Sr. Dr. juiz de direito desta capital.— O coronel José de Almeida Barreto pede a bem de seu direito de eleitor que, V. Ex. mande passar por certidão, junto a este, o seguinte :

A data em que requereu ser incluído no alistamento eleitoral ; si apresentou o seu diploma de eleitor, annectado de mudança para esta capital e qual o despacho de V. Ex. em sua petição ; si recorreu desse despacho para o tribunal competente finalmente, si por ocasião de requerer a sua inclusão no alistamento ainda V. Ex. tomava conhecimento de recursos eleitoraes e passava diplomas, de conformidade com o determinado no art. 54.º do regulamento de 13 de Agosto de 1881, do que — E. R. M. — Coritiba, 10 de Janeiro de 1882.— *José de Almeida Barreto.*

Certifique do que constar. Coritiba, 10 de Janeiro de 1882.— *A. E. leão.*

Francisco **Antonio** da Costa, escrivão do juizo de direito nesta cidade **de** Coritiba, e sem termo, etc. Certifico que em meu cartorio não existem os autos de que trata a petição, porque foram remetidos para o tribunal da rolação do districto em grau de recurso, os quaes seguiram sem ficar traslado e só o que consta é o accordão do teor seguinte :

Recurso eleitoral — Coritiba n. 1500. — Coronel José de Almeida Barreto, recorrente. O juizo, recorridp—

Cópia — Accódão em relação, etc— Negam provimento no recurso interposto a folhas nove verso, e confirmam a decisão de folhas seis, que não mandou incluir no alistamento dos eleitores o recorrente José de Almeida Barreto, mudado e com novo domicilio na capital da província do Paraná, depois de alistado eleitor no município da côrte, por so ter lugar sua inclusão no registro eleitoral na parochia de seu novo domicilio na revisão annual, nos termos do art. 8º da lei de 9 de Janeiro deste anno e art. 17 §§ 1º, 18.º e 32.º, do seu respectivo regulamento de 13 de Agosto ultimo. Pagas as custas pela metade, pelo recorrente para o escrivão sómente. S. Paulo, 27 de Setembro de 1881.— *Villaça, P — Uchoa Mendonça. — Faria. — A. Brito. — G. Nogueira. — C. Espertdião.* — Confere.— O escrivão— A. de Araujo Freitas.— Cumpra-se o venerando accordão. Coritiba, 4 de Outubro de 1881.— *A. E. Leut.* — Eº só o que consta em meu cartorio. Coritiba, 8 de Março de 1882. Eu, Francisco Antonio da Costa, escrivão, o escrevi e assigno.—*Francisco Antonio da Costa.*

2.º

Foi declarada nulla a eleição da parochia de N. S. da Piedade dos Geraes, por ter a mesa dispensado a apresentação dos títulos dos eleitores, pela razão de já os terem

apresentado na eleição de um deputado geral e a mesa reconhecer serem os proprios eleitores da parochia.— Parecer sobre a eleição de um senador pela provincia de Minas Geraes—E identico o parecer n. 78 sobre a eleição do 1.º districto da mesma provincia.

## 3.º

As mesas eleitoraes admittindo a votar os eleitores que têm recursos pendentes interpostos contra inclusão delles, procedem legalmente, desde que seus nomes constem da lista da chamada e apresentem-se elles com seus respectivos titulos. As decisões do juiz de diéito a respeito são definitivas o não suspendem seus effeitos apezar da inter-pozição de recursos, devendo-se portanto, considerar legitimo e bem qualificado o eleitor emquanto sentença superior não decidir o contrario.— Parecer n. 82 sobre a' eleição do 5.º districto do Ceará.

## 4.º

Irregularmente procedeu a mesa eleitoral não admittindo a votar um eleitor competentemente titulada, sob pretexto do estar o mesmo tambem qualificado n'outra parochia, porquanto não póde a mesa recusar o voto do eleitor que ohibe o seu titulo, qualquer que seja o caso, como é expresso na lei art. 15º § 18 ; regul. art. 141º.— Parecer n. 106 sobre a eleição do 5.º districto do Maranhão.

## 5.º

Não foram contados 8 votos de eleitores que votaram

com accordãos, em vez de títulos.—Parecer n. 132 sobre a eleição do 3.º districto do Pará.

6.º

Foram descontados os votos de eleitores que votaram sem título.—Pareceres n. 53 sobre a eleição do 2.º districto do Espirito Santo, e n. 126 sobre a eleição do 1.º districto do Piahy.

7.º

Nego provimento ao recurso, porque bem multados foram os membros da mesa que deram lugar á infracção do art. 141. do regul n. 8213, admittindo-se eleitores a votar sem título, o que se considera falta substancial, á vista» da expressa disposição do § 18.º do art. 15.º da lei n. 3029, e corno tal considerou-o o tribunal da relação, tomando esta falta por fundamento para annullar a eleição.— Despacho do ministerio do imperio de 17 de Outubro de 1882, no *Diario Official* do dia 20.

8.º

Em face da disposição imperativa do art. 15.º § 18.º, mnndou-se descontar ao candidato mais votado um voto que a mesa acceitou, por não ter um eleitor exhibido o título quando votou.—Parecer n. 19 sobre a eleição do 12.º districto de Pernambuco.

9.º Foi contado o voto de um

eleitor, nSo obstante não



conferir o nome do seu diploma com a lista mandada pelo juiz de direito.—Parecer n. 33 sobre a eleição do 1.º dia tricto de Pernambuco.

## 10.º

Foram contados 3 votos tomados em separado sob pretexto de não terem os respectivos eleitores, munidos de títulos, renda legal.—Parecer n. 98 sobre a eleição do 2.º districto de Santa Catharina.

## 11.º

No parecer n. 50 sobre a eleição do distrito de Pernambuco, declarou a comissão que diversas mesas eleitoraes não procederam bem tomando em separado os votos de eleitores sob o fundamento de serem parentes de um dos candidatos ; fundamento que não é legitimo em face da legislação vigente. Opinou igualmente, que se mandasse advertir essas mesas.

## 12.º

Foram descontados os votos dos eleitores cujos recursos de sua inclusão no alistamento eleitoral) não tiveram seguimento para o tribunal da relação. — Votação do parecer n. 82 sobre a eleição do 5.º districto do Ceará.

## 13.º

Foi mandada responsabilizar uma mesa eleitoral po não ter admittido que votassem 23 eleitores que exhibira

REFORMA. ELEITORA!.

títulos, sob pretexto de haverem sido excluídos pela relação, do alistamento.—Votação do parecer n. 97 sobre a eleição do 14.º districto da Bahia. 123

14.º

Foram contados os votos de eleitores contra os quaes pendia recurso na relação do districto—Votação do parecer n. 93 sobre a eleição do 1.º districto do Rio Grande do Norte.

15.º

Foi mandado contar um voto tomado em separado pela mesa eleitoral, por achar-se o eleitor pronunciado em crime de responsabilidade, e a pronuncia dependente da decisão da relação, para onde recorreu o pronunciado. — Parecer n. 109 sobre a eleição do 2.º districto do Rio-Grande do Norte.

16.º

A 1º comissão no parecer n. 122 sobre a eleição do 11.º districto de Pernambuco, opinou que não só contasse o voto tomado em separado na parochia de Guaranhuns, porque Antonio de Barros Correia Filho apresentou-se para votar com o nome de Antonio de Barros e Silva, exhibindo titulo com este nome, titulo que havia conseguido usando do nome de Antonio de Barros e Silva, sob o falso pretexto de ser jurado qualificado em 1879 em S. Bento ; perante a mesa eleitoral houve reclamação, contra a qual não se oppôz nem protestou Antonio de Barros Correia Filho, cujo voto foi tomado em separado na fórmula da lei.

17.º

Não foi contado o voto do eleitor que assignnndo-se no titulo

Joaquim de Azevedo Braga, acha-se no alistamento com o nome de Joaquim Rodrigues de Azevedo Braga, chamando-se porém, Joaquim de Azevedo Braga, segundo da acta. — Parecer n. 53 sobre a eleição do 2.º districto do Espiritp Santo

## 18.º

Devem ser considerados eleitores todos os empregados que se acharem alistados, não podendo os chefes das repartições entrar no exame de terem elles sido devida ou indevidamente alistados. — Av. do ministerio da fazenda, de 8 de Outubro de 1881.

## Art. 15.º, § 19.º

O voto será escripto em papel branco ou anilado, não devendo ser transparente, nem ter marca, signal ou numeração. A cedula será fechada de todos os lados, tendo rotulo conforme a eleição a que se proceder.

As cédulas que contiverem signaes exteriores ou interiores, ou fôrem escriptas em papel de outras côres ou transparente, serão apuradas em separado e remetidas ao poder verificador competente com as respectivas actas.

Depois de lançar na urna sua cedula, o eleitor assignará o seu nome em um livro para esse fim destinado e fornecido pela camara municipal, o qual será aberto e encerrado pelo respectivo presidente ou pelo vereador por elle designado, que tambem numerará e rubricará todas as folhas do mesmo livro.

Quando o eleitor não souber ou não puder assignar o seu nome, assignará em seu lugar outro por elle indicado, e convidado para este fim pelo [presidente da mesa.

Finda a votação, e em seguida á assignatura do ultimo eleitor, a mesa lavrará e assignará um termo, no qual se declare o numero dos eleitores Inscriptos no dito livro.

O mesmo livro será remettido á camara municipal com os demais livros concernentes á eleição.

### **Notas** ,

Foram contados 47 votos tomados em separado pela mesa eleitoral, por não conterem as cédulas a declaração na moradia do votado. — Parecer n. 109 sobre a eleição do 2.º districto do Rio-Grande do Norte.

#### **2.º**

No parecer n. 85 sobre a eleição do 2.º districto do Pará, declarou a comissão de verificação de poderes, não poder formar juízo sobre 3 votos tomados em separado, por não ter a mesa eleitoral remettido os titulos dos eleitores aos quaes se referiam esses votos; e foi de parecer que se admoestasse a mesa por esta razão.

#### **3.º**

Uma cédula, por ser uma circular, reputou-se cédula

em branco. — Parecer n. 33 sobre a eleição do 1.º distrito da Pernambuco.

4.º

Foram mandados contar 4 votos dados a um dos candidatos, escriptos em papel cor de rosa, viado que na opinião da comissão não estava demonstrado que o papel fosse passado de proposito para a violação do sigillo do escrutínio. — Parecer n. 25 sobre a eleição do 3.º distrito das Alagoas.

5.º

Não foram computados na apuração os votos de 4 cédulas escriptas em papel branco, por terem envoltórios de papel amarello Parecer sobre a eleição de um senador pela província de Minas Geraes.

6.º

Entendeu a comissão que devia ser contado um voto escripto em papel pautado. A mesa eleitoral havia tomado esse voto em separado.— Parecer n. 28 sobre a eleição do 1.º distrito do Paraná.

7.º

Fei mandado contar um voto tomado em separado, por ser o envelope de papel pautado.— Parecer n. 33. sobre a eleição do 1.º distrito de Pernambuco.

## 8.º

Foi mandado descontar um voto escripto em papel amarello.— Parecer n. 49 sobre a eleição do 1.º districto da côrte.

## 9.º

Tendo sido apuradas em separado pela mesa eleitoral, a camara dos deputados, na votação do parecer n. 102, sobre a eleição do 9.º districto de Pernambuco, computou 75 cédulas escriptas em papel commum, no vertice do qual se lia em letras *sob relevo* a palavra *amizade*.

A marca supramencionada, sendo de fabrica, não importa um signal característico, que, violando o segredo do escrutínio, ponha em coacção a liberdade do voto do portador da cédula arguido, ou denote ardil ou fraude.

## 10.º

Devem ser contados os 11 votos que fôram apurados em separado, por terem as cédulas a marca da fabrica e Amizade Parecer n. 132 sobre a eleição do 3.º districto do Pará.

## 11.º

Mandou-se descontar duas cédulas lacradas porque constituo nullidade um signal exterior que denuncia o voto no momento em que fôr lançado na urna; oppõe-se á lei um voto ou grupo de votos conhecidos por signaes exteriores. — Parecer n. 33 sobre a eleição do 1.º districto de Pernambuco.

## 12.º

Foi mandado admoestar o presidente de uma mesa por ter mandado queimar os envelopes marcados com lacre encarnado que deviam ser presentes á camara dos deputados Parecer n. 85 sobre a eleição do 2.º districto do Pará

## 13.º

Foram contados os votos de 16 cédulas tomadas em separado pelo facto de se notar no envolucro um pequeno risco que não foi proposital, e nem se pôde confundir com o signal ou marca que a lei prohibe.— Parecer sobre a eleição de um senador pela província de Matto Grosso.

## 14.º

A mesa da parochia de Macapá cumprio o seu dever, deixando de tomar em separado os votos dados ao Dr. Paes de Andrade, porque — data não é marca.— Parecer n. 132 sobre a eleição do 3.º districto do Pará.

## 15.º

Foram computados na apuração 5 votos que a mesa parochial tomara em separado pela razão de serem escriptos em papel transparente, quando as cédulas e envolucros são de um mesmo papel branco, fino, ou de pezo mas não transparente.— Parecer sobre a eleição de um senador por Minas Geraes.

## 16.º Foram contados 3 votos, que

constavam de cédulas não

Vigente, será lavrada e assignada pela mesa e pelos eleitores que quizerem, a acta da eleição, na qual serão mencionados os nomes dos eleitores que não tiverem comparecido, os quaes por essa falta não incorrerão na pena de multa.

A mesma acta será transcripta no livro de notas do tabellião ou do escrivão de paz, e assigna-da pela mesa e pelos eleitores que quizerem.

### Notas

#### 1.º

O art. 15.º § 20.º parte 2.º da lei n. 3,029, e o art. 149.º § 4.º do regul. n. 8213, dispõem que a acta da eleição será transcripta immediatamente no livro de notas do tabellião ou do escrivão de paz, e assignada pela mesa, e pelos fiscaes e eleitores que quizerem.— Av. de 27 de Outubro de 1881.

#### 2.º

Achando-se impedido o tabellião designado para transcrever no livro de notas a acta da eleição, e tambem o seu ajudante juramentado,, a falta de ambos deve ser preenchida nos termos do av. de 28 de Outubro ultimo, por um cidadão convidado é juramentado afim de fazer a transcripção da dita acta, supprindo-se a falta do li-vro de notas pelo modo estabelecido no art. 238º parte 3.º do regul. n. 8213. No caso de ser possível que o- referido ajudante do tabellião, concluída a fancção elei-toral que se acha exercendo, faça a transcripção de que.



se trata, a elle compete praticar este acto.— Av. de 3 de Dezembro de 1881.

3.º

Deve ser responsabilizado o 1.º tabellião por ter-se recusado a transcrever a acta da eleição, sob pretexto de não ter sido convidado por officio assignado pela mesa. Tambem o ser fiscal não obstava que o outro tabellião fizesse a transcripção e authenticasse a acta.— Parecer) n. 132 sobre a eleição do 3.º districto do Pará.

4.º

As actas das eleições devem acompanhar as da organização dns mesmas mesas eleitoraes, e que a estas cumpre recommendar aos respectivos secretarios que sejam conferidas e concertadas as mencionadas actas como garantia segura de que a lei cercou a verdade da eleição. — Av. de 19 de Janeiro de 1882.

5.º

Nota se na acta a omissão dos nomes dos eleitores que não compareceram á eleição, circumstancia que deixa de ter importancia, pois que constam do livro competente, segundo cópia authenticio extrahida deste, os nomes dos eleitores que compareceram e votaram.—Parecer sobre a eleição de um senador pala província do Matto-Grosso.

Art. 15.º § 21." E' permittido a qualquer eleitor da parochia, districto ou secção, apresentar por escripto e com sua assignatura protesto relativo a

actos do processo eleitoral, devendo este protesto, rubricado pela mesa, e coro o contra-protesto desta, se julgar conveniente fazel-o, ser appensado à copia da acta que, segundo a disposição do § seguin-te, fôr remettida ao presidente do senado, da camara dos deputados, da assembléa legislativa provincial ou. a camara municipal. Na acta se mencionará simplesmente a apresentação do protesto

§ 22. A mesa fará extrahir tres copias da referida acta e das assignaturas dos eleitores no livro de que trata o § 19.º sendo as ditas copias assignadas por ella e concertadas por tabellião on escrivão de paz. Destas cópias serão enviadas — uma ao minis-tro do imperio na côrte, ou ao presidente nas províncias; outra ao presidente do senado, da camara dos deputados ou da assembléa legislativa provin-cial, conforme a eleição a que se proceder; e a terceira ao juiz de direito de que trata o art. 18.º, se a eleição fôr de deputado á assembléa geral ou de membro de assembléa legislativa provincial.

Na eleição de vereadores, a ultima das ditas cópias será enviada à camara municipal respectiva.

Quando a eleição fôr para senador, será esta ultima cópia enviada á camara municipal da Côrte se a eleição a ella pertencer e á província do Rio de Janeiro, e ás camaras das capitães das outras províncias, se a eleição a estas pertencer.

Acompanharão as referidas cópias as das actas da formação das respectivas mesas eleitoraes.

## DA ELEIÇÃO DE SENADOR

Art. 16. A eleição de senador continua a ser feita por província mas sempre em lista tríplice, ainda quando tenham de ser preenchidos dous ou mais lugares: nesta hypothese procedei-se-ha á segunda eleição logo depois da escolha de senador em virtude da primeira, e assim por diante.

I O governo na côrte e província do Rio de Janeiro, e os presidentes nas outras províncias designarão dia para a eleição, devendo proceder-se a esta dentro do prazo de tres mezes.

Este prazo será contado:

No caso de morte do senador, do dia em que na côrte o governo, e nas províncias o presidente, tiverem conhecimento certo da vaga, ou em que receberem communicação desta, feita ao governo pelo presidente do senado ou ao presidente da re-

spectiva província pelo governo ou pelo presidente

do senado. Estas communicações serão dirigidas pelo correio sob registro;

No caso de augmeuto do numero de senadores, do dia da publicação da respectiva lei na côrte ou na província a que se referir.

II. Cada eleitor votará em tres nomes, constituindo a lista tríplice os tres cidadãos que maior numero de votos obtiverem.

§ 1.º A apuração geral das authenticas das assembleas eleitoraes e a formação da lista tríplice, serão feitas pela camara municipal da côrte, quanto

as eleições desta e da província do Rio de Janeiro, e pelas camaras das capitães das outras províncias quanto ás eleições destas.

À estes actos se procederá dentro do prazo de 60 dias, contados do em que se houver feito a eleição.

I. Devem intervir nos referidos actos ainda os vereadores que se não acharem em exercício ou estiverem suspensos por acto do governo ou por pronuncia em crime de. responsabilidade.

II. Nas apurações, a camara municipal se limitará a sommar os votos mencionados nas differentes authenticas, attendendo sómente ás das eleições feitas perante mesas organizadas pela fórma determinada nos §§ 7.º a 11.º do art. 15.º

III. Finda a dita apuração, se lavrará uma acta, na qual se mencionarão os nomes dos cidadãos e o numero de votos que obtiveram para senador, desde o maximo até ao mínimo; as occurrencias que se deram durante os trabalhos da apuração e as representações que, por escripto e assignadas por qualquer cidadão elegível, sejam presentes á camara municipal relativas á mesma apuração.

IV. Desta acta, depois de devidamente assignada, a camara municipal remetterá — uma cópia authentica ao ministro e secretario de estado dos negocios do imperio, acompanhando a lista tríplice, assignada pela mesma camara para ser presente ao poder moderador; outra cópia da mesma acta ao presidente do senado;— e outra ao presidente de respectiva província.

§ 2.º Na verificação dos poderes a que proceder o senado, nos termos do art. 21.º da constituição, se resultar a exclusão da lista tríplice do senador nomeado, far-se-ha nova eleição em toda a província; no caso da exclusão recahir em qualquer dos outros dous cidadãos contemplados na lista triplíce, será organizada pelo senado nova lista e sujeita ao poder moderador.

I. Se o senado reconhecer que algum ou alguns dos tres cidadãos incluídos na lista tríplice se acham compreendidos em qualquer das incompatibilidades especificadas no art. 11.<sup>o</sup>, serão declarados nulos os votos que lhe tiverem sido dados; e o cidadão ou cidadãos que se seguirem completarão a lista tríplice.

II. Proceder-se-ha também á nova eleição em toda a província, quando, antes da escolha do senador, fallecer algum dos tres cidadãos que corripozerem a lista tríplice.

O mesmo se observara no caso de morte do senador nomeado, cujos poderes não tenham sido ainda verificados ou quando algum dos cidadãos incluídos na lista tríplice careça de qualquer das condições de elegibilidade exigidas nos ns. I, II, e IV do art. 45.º da constituição.

#### Notas

##### 1.º

*Constituição, art. 21.º*

A nomeação dos presidentes, vice-presidentes, secretarios,

verificação dos poderes de seus membros, juramento e sua policia interna, se executarão na fôrma dos seus regimentos.

2].

*Constituição art. 45.º*

Para ser senador requer-se :

I. Que seja cidadão brasileiro, e que esteja no gozo dos seus direitos políticos.

II. Que tenha de idade quarenta annos para cima.

IV. Que tenha de rendimento annual por bens, industria, commercio ou empregos, a somma de oitocentos mil rei.

**Da eleição de deputados á assembléa geral e membros das assembléas legislativas provinciaes.**

Art. 17.] As provincias serão divididas em tantos districtos eleitoraes quantos forem os seus deputados á assembléa geral, attendendo-se quanto possível á igualdade de população entre os districtos de cada provincia e respeitando-se a contiguidade do territorio e a integridade do município (8).

(3) Illm. e **Exm.** Sr.—Tenho a honra de communicar a V. Ex. que o governo imperial resolveu nomear uma commissão composta de V. Ex. na qualidade de presidente; dos senadores:

Antonio Candido da Cruz Machado,

§ 1.º O governo organizará e submeterá á aprovação do poder legislativo a divisão dos districtos sobre as seguintes bases:

Affonso Celso de Assis Figueiredo,  
Ambrozio Leitão da Cunha,  
Antonio M. Nunes Gonçalves,  
Barão de Cotegipe,  
Conde de Baependy,  
Diogo Velho C. de Albuquerque,  
Fausto Augusto de Aguiar,  
F. do Rego Barros Barreto,  
F. Octaviano de A. Rosa,  
Christiana Benedicto Ottoni,  
José Bonifacio de Andrada e Silva,  
João Lustosa da C. Paranaguá,  
Luiz Felipe de Souza Leão,  
Manoel Francisco Correia,  
Pedro Leão Velloso ; dos deputados :  
Eduardo de Andrade Pinto e Martinho A. da Silva Campos, e  
do conselheiro de estado :

Paulino José Soares de Souza, para formular o plano da divisão dos districtos eleitoraes em todo o imperio, de conformidade com o art. 17.º da lei n. 3039, de 9 do corrente.

Por esta occasião remetto a V. Ex. os documentos concernentes a este assumpto, existentes na secretaria de estado dos negocios a meu cargo que pôdem ser aproveitados na organização do alludido trabalho.

Do zelo e patriotismo de V. Ex. espera o governo a acceita-o desta incumbencia Deus guarde a V. Ex. IIIIn. e Exm. Sr. Visconde de Jaguaray. — Barão Homem de Mello.— Av. de 24 do Janeiro de 1881.

O trabalho da organização dos districtos foi distribuído pelo Sr. Visconde de Jaguaray, como presidente da commissão, por províncias, a cada um dos membros estranhos aos seus inte-

I. O município da côrte comprehenderà tres districtos eleitoraes e os das capitães da Bahia é Pernambuco dous districtos, cada um.

II. Os districtos eleitoraes de cada provincia serão designados por numeros ordinaes, computada a população segundo a base do art. 2.º do decreto legislativo n. 2675 de 20 de Outubro de 1875.

resses políticos, para que, & vista dos elementos e informações ministradas propozesse as divisões, preçedendo-as de relatorio circunstanciados, do modo seguinte :

Amazonas e Pará, ao Sr. Leão Velloso.

Maranhão, ao Sr. Leitão da Cunha.

Piauhy, ao Sr. Correia.

Ceará, ao Sr. Nunes Gonçalves.

Rio Grande do Norte, ao Sr. Luiz Felipe.

Parahyba, ao Sr. Barros Barreto.

Pernambuco, ao Sr. Conde de Baependy.

Alagóas, ao Sr. Paranaguá.

Sergipe o Espirito Santo, ao Sr. Paulino de Souza.

Bahia, ao Sr. Diogo Velho.

Bio de Janeiro, ao Sr. Martinho Campes.

São Paulo, ao Sr. Eduardo de Andrade.

Paraná e Santa Catharina, ao Sr. Christiano Ottoni

Rio Grande do Sul, ao Sr. Cruz Machado.

Matto Grosso e Goyáz ao Sr. Affonso Celso.

Minas Geraes, ao Sr. Fausto de Aguiar.

Com o fim de obter o governo informações que servissem de base para a divisão dos districtos eleitoraes, foi expedida em 1.º de Fevereiro de 1881 circular exigindo que os juizes preparadores do alistamento eleitoral, logo que terminasse o prazo do art. 6.º § 6.º da lei n. 3029, ministrassem informações sobre o numero de cidadãos que tivessem requerido sua inscrição no primeiro alistamento eleitoral.



III. Para cabeça de cada districto eleitoral será designado o lugar mais central e importante della

IV. Na divisão dos districtos eleitoraes só serão contempladas as parochias e municipios creados até 31 de Dezembro de 1879.

Para todos os effeitos eleitoraes até ao novo arrolamento da população geral do imperio subsistirão inalteraveis as circumscripções parochiaes e municipaes contempladas na divisão dos districtos eleitoraes feita em virtude desta lei, não obstante qualquer alteração resultante de criação, extincção ou subdivisão de parochias e municipios.

### **Notas.**

*Decr. n. 2675-de 20 de Outubro de 1875.*

Art. 2.º O ministro do imperio fixará o numero de eleitores de cada parochia sobre a base do recenseamento da população e na razão de um eleitor por 400 habitantes de qualquer sexo ou condição, com a unica excepção dos subditos de outros estados. Havendo sobre o multiplo de 400 numero excedente a 200, accrescerá mais um eleitor.

Em falta de dados estatísticos para a fixação de eleitores de alguma parochia, ser-lhe-ha marcado o mesmo numero de eleitores da ultima eleição apurada.

### **2.º**

Pelo direito anterior não podia haver eleição em parochia nova antes do provimento canonico ; á vista porém

do art. 17.º § 1.º n. IV da lei de 9 de Janeiro de 1881, desde que a parochia foi creada antes de 31 de Dezembro de 1879 e por isso contemplada no decreto n. 8117 de 21 de Maio de 1881, da divisão da província em districtos eleitoraes, é isto bastante para nella se proceder a eleição sem depender do provimento canonico, como tambem não póde haver eleição em parochia creada posteriormente, embora seja provida canonicamente, si ella alterar a divisão dos districtos estabelecidos no decreto citado isto é: se não fôr creada dentro dos limites marcados ao dia-tricto eleitoral, conforme dispõe o art. 27.º da lei n. 3029. — Parecer sobre a eleição de um senador pela província de Minas Geraes.

### 3.º

Dispondo o art. 17.º § 1.º n. IV da lei n. 3029, que, para todos os effeitos eleitoraes até ao novo arrolamento da população geral do imperio, subsistam inalteraveis as parochias e municípios creados até 31 de Dezembro de 1879, unicas circumscripções que devem ser contempladas na divisão dos districtos eleitoraes, deve o juiz municipal, a cuja jurisdição pertencer o novo município, creado depois daquella data', remetter ao outro cujo município fôra creado antes daquella época, para que este faça chegar ao juiz de direito da respectiva comarca, todos os requerimentos e mais papeis concernentes ao alistamento dos cidadãos da-quelle município, afim de que este juiz o organize definitivamente, na fórmula da lei.— Av. de 8 de Junho de 1881,

Em aviso de 17 de Março de 1881, â presidencia

de São Paulo, declarou o governo appvovar por seu fundamento o acto pelo qual essa presidencia declarou ao juiz municipal supplente do termo de Caconde que, mandando art. 17.º da lei n. 3,039, respeitar a integridade, de dos municípios e parochias creados até 31 de Dezem-

bro de 1879, não póde ser considerado como existente para fins aleitoraes, a parochia de S. José do Rio Pardo creada com territorio do município de Caconde e annexada ao da Casa Branca por lei de 14 de Abril de 1880, e menos como pertencente a este ultimo município.

Ministerio do Imperio, em 1 de Junho de 1882.

Illm. Exm. Sr.—Accuso o recebimento dos officios de 12 e 22 do mez findo, sob ns. 12 e 14, nos quaes V, Ex. submette ao governo a duvida suscitada sobre a applicação do artigo 17.º § 1 n. IV e do artigo 27.º da lei n.º 3,029 de 9 de Janeiro de 1881 á eleição dos vereadores em alguns municípios cujas divisas foram alteradas pelas leis provinciaes ns. 2,673 e 2,722 de 30 de Novembro e 18 de Dezembro de 1880, dando-se a alteração por transferencias de parochias de uns para outros municípios.

A este respeito informa V. Ex.:

Que do município de S. Gonçalo de Sapucahy foi desmembrada a parochia de Sant'Anna de Sapucahy e annexada ao município de Pouso Alegre, sendo este pertencente ao 12 e aquelle ao 13º districto eleitoral;

Que ao dito município de S. Gonçalo de Sapucahy oram annexadas as parochias de S. Francisco de Paula do Machadinho e de Santa Rita da Boa Vista, desmembradas, a primeira do município do Alfenas e a segunda

do de Itajubá, pertencentes, este ultimo ao 11º, e aquella ao 13º districto eleitoral;

Que do Sumidouro de S. José d'El-Rei foi desmembrada a parochia de Sant'Anna do Carandahy e anexada ao de Queluz, sendo este pertencente ao 1º e aquelle ao 2º districto eleitoral.

Conforme se vê da informação annexa ao primeiro dos sobredito» officios, a questão suscitada provém da circumstancia de não alludir a lei n. 3,029, em qualquer das citadas disposições, á alteração de circumscripções municipaes para transferencias de parochias.

Em resposta declaro a V. Ex. que a disposição contida no art. 17.º § 1º n. 4 da lei n. 3,029, para que subsistam inalteraveis, para todos os effeitos eleitoraes, as circumscripções parochiaes « municipaes contempla-das na divisão dos districtos eleitoraes, salvo a excepção estabelecida no art. 27.º da mesma» lei quanto á eleição de vereadores e de juizes de paz, applica-se a qualquer alteração de municípios, seja qual fôr o modo porque ella se opere.

Não podem, portanto, ser attendidas na eleição de vereadores dos ditos municípios as alterações nelles feitas pelas citadas leis provinciaes, excepto unicamente que se refere á transferencia da parochia de S. Francisco de Paula do Machadinho, verificada entre os municípios de Alfenas e de S. Gonçalo de Sapucahy, visto pertencerem ambos ao 13º districto eleitoral.

Deus guarde a V. EX.—*Roãoolpho Epiphanyo de Souza Dantas*. Sr presidente da província de Minas Geraes.

Art. 17.º § 2º. A divisão dos districtos eleitoraes, feita de conformidade com o paragrapho precedente, será posta provisoriamente em execução

até á definitiva aprovação do poder legislativo, não podendo o governo alterai-a depois de sua publicação

### **Nota**

Por decreta de 21 de Maio de 1881, foram divididas as diferentes províncias do imperio em districtos eleito-raes, attendendo-se ás disposições da lei n. 3,029 de 9 de Janeiro do mesmo anno.

Com pequenas modificações, conformou-se a divisão com os planos apresentados pela commissão que teve este encargo, e é a seguinte:

DECRETO N. 8100—DE 21 DE MAIO DE 1881.

*\ Divide a província do Amazonas em dons districtos eleitoraes.*

Attendendo ás disposições da lei n. 3029 de 9 de Janeiro do corrente anno, Hei por bem decretar :

Art. 1.º A província do Amazonas fórma dons districtos Eleitoraes

Art. 2.º O 1.º districto eleitoral terá por cabeça a cidade de Manáos, e se comporá : do município de Manáos, comprehendendo as parochias de Nossa Senhora da Conceição de Manaus Nossa Senhora dos Remedios, Santo Angelo de Tauapessassu e Nossa Senhora de Nazareth da Labria; do município de Barcellos, comprehendendo as párochias de Nossa Senhora da Conceição de Barcellos, Santa Rita de Moura, Nossa Senhora do Rosario de Thomar, São Gabriel, S. José de Marabitanas e Nossa Senhora do Carmo do Rio Branco ; e do município de Codajaz, constituido pela parochia de Nossa Senhora da Graça do Codajaz

Art. 3.º O 2.º districto eleitoral terá por cabeça a cidade de Teffé e se comporá: do município do Parintins, compreendendo as paróquias de Nossa Senhora do Carmo de Parintins e Nossa Senhora do Bom Socorro do Andará; do município de Itacoatiara, constituído pela paróquia de Nossa Senhora do Rosario do Itacoatiara; do município de Silves constituído pela paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Silves; do município de Maués, constituído pela paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Manés; do município de Borba, compreendendo as paróquias de Santo Antonio de Borba e Nossa Senhora do Carmo de Canumã; do município de Manicoré, constituído pela paróquia de Noasa Senhora das Dôres de Manicoré; do município de Coary, constituído pela paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Alvelos, e do município de Teffé compreendendo as paróquias de Santa Thereza de Teffé, Nossa Senhora de Guadalupe de Fonte Boa, S. Paulo de Olivença e S. Francisco Xavier de Tabatinga.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrario.

O Barão Homem de Mello, do Meu conselho, minis-tro e secretario de estado dos negocios do imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em 21 de Maio de 1881, 60.º da independencia do imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador  
*Barão Homem de Mello.*

DECRETON. 8191—De 21 DE MAIO DE 1881. *Divide a provinda do Pará em tres districlos eleitoreaes*

Attendendo ás disposições da lei n. 3029 de .9 de Ja-neiro do corrente anno, Hei por bem decretar:

Art. 1.º A província do Pará fórma tres districtos eleitoreaes.

DECRETO N. 8102 — DE 21 DE MAIO DE 1881.

*Divide a provinda do Maranhão em seis districtos eleitoraes.*

Attendendo ás disposições da lei n. 3029 de 9 de Janeiro do corrente anno, Hei por bem decretar:

Art. 1.º A província do Maranhão fórma seis districtos eleitoraes.

Art. 2.º O 1º districto eleitoral terá por cabeça a cidade de S. Luiz e se comporá: do municipio de S. Luiz, comprehendendo as parochias de Nossa Senhora da Victoria, Nossa Senhora da Conceição, S. João Baptista, S. Joaquim do Bacanga e S. João Baptista de Vinhaes; do municipio do Paço do Limiar, comprehendendo as parochias de Nossa Senhora da Luz do Paço do Limiar e S. José dos índios; do municipio do Rosario, comprehendendo as parochias de Nossa Senhora do Rosario, Nossa Senhora da Lapa e Pias de S. Miguel; do municipio de Icatú, constituído pela parochia de Nossa Senhora da Conceição de Icatu; do municipio de Miritiba, constituído pela parochia de S. José do Peria; e do municipio de Anajatuba, constituído pela parochia de Santa Maria de Anajatuba.

Art. 3.º O 2º districto eleitoral terá por cabeça a villa de Guimarães e se compora: do municipio de Alcantara, comprehendendo as parochias de S. Mathias de Alcantara, S. João de Côrtes, e Santo Antonio e Almas; do municipio de Guimarães, constituído pela parochia de S. José de Guimarães; do municipio de Cururupú, constituído pela parochia de S. João Baptista de Cururupu; do municipio de Turyassú, constituído pela parochia de S. Francisco Xavier de Turyassu; do municipio de Santa Helena, constituído pela parochia de Santa Helena; e do municipio do Pinheiro, constituído pela parochia de Santo Ignacio do Pinheiro.

Art. 4.º O 3.º distrito eleitoral terá por cabeça a cidade de Vianna, e se compora: do município de Vianna, constituído pela paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Vianna; do município de Monção, constituído pela paróquia de S. Francisco Xavier de Monção; do município de Penalva, constituído pela paróquia de S. José de Penalva; do município do Baixo Mearim, constituído pela paróquia de Nossa Senhora de Nazareth do Baixo Mearim; do município de Arary, constituído pela paróquia de Nossa Senhora da Graça do Arary ; do município de S. Bento, compreendendo as paróquias de S. Bento dos Perizes e S. Bento de Ba-curituba; do município de S. Vicente Ferrer, constituído pela paróquia de S. Vicente Ferrer de Cajapió; do município de S. Luiz Gonzaga, constituído pela paróquia de S. Luiz Gonzaga do Alto Mearim; e do município de Coroatá, constituído pela paróquia de Nossa Senhora da Piedade de Coroata.

Art. 5.º O 4.º distrito eleitoral terá por cabeça a cidade do Brejo e se compora: do município de Itapicuru-mirim, constituído pela paróquia de Nossa Senhora das Dôres de Itapicuru-mirim; do Município da Vargem Grande, compreendendo as paróquias de S. Sebastião da Vargem Grande e Nossa Senhora das Dôres da Chapadinha; do município das Barreirinhas, compreendendo as paróquias de Nossa Senhora da Conceição das Barreirinhas e Nossa Senhora da Conceição da Tutoya; do município de S. Bernardo, compreendendo as paróquias de S. Bernardo do Parnahyba e Nossa Senhora da Conceição de Arayoses; do município do Brejo, constituído pela paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Brejo; e do município do Burity, constituído pela paróquia de Sant'Anna do Burity.



Art. 6.º O 5.º districto eleitoral terá por cabeça a cidade de Caxias e se comporá: do município de Caxias, compreendendo as paróchias de Nossa Senhora da Conceição e S. José de Caxias, S. Benedicto de Caxias e Nossa Senhora de Nazareth da Trezidella ; do município de S. José de Mattões, constituído pela paróchia de S. José de Mattões ; do município do Codó, constituído pela paróchia de Santa Rita e Santa Philomena do Codó e do município da Passagem Franca, constituído pela paróchia de S. Sebastião da passagem Franca.

Art. 7.º O 6.º districto eleitoral terá por cabeça Pastos Bons e se comporá: do município de Pastos Bons, constituído pela paróchia de S. Bento de Pastos Bons do município de S. Felix de Balsas, constituído pela paróchia de S. Felix de Balsas; do município de S. Francisco, constituído pela paróchia de Nossa Senhora da Conceição da Manga; do município da Barra do Corda, constituído pela paróchia de Santa Cruz da Barra do Corda ; do município da Chapada, constituído pela paróchia do Senhor do Bomfim da Chapada; do município da Carolina, constituído pela paróchia de S. Pedro de Alcantara da Carolina; do município do Riachão, constituído pela paróchia de Nossa Senhora de Nazareth do Riachão; e do município da Imperatriz, constituído pela paróchia do Santa Thereza do Porto Franco.

Art. 8.º Revogam-se as disposições em contrario.

O Barão Homem de Mello, do Meu conselho, ministro e secretario do estado dos negocios do imperio, assim o tenha entendido e faça executar.

Palacio do Rio de Janeiro, em 21 de Maio de 1881, C0.º da independencia e do imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador  
*Barão Somem de Mello.*

município da Batalha, constituído pela parochia de S. Gonçalo da Batalha ; do município de Piracuruca, constituído pela parochia de Nossa Senhora do Carmo de Piracuruca ; do município de Pedro II, constituído pela parochia de Nossa Senhora da Conceição de Pedro II; do município de Peripery, constituído pela parochia de Nossa Senhora dos Remedios de Peripery; e do município da Amarração, constituído pela parochia de Nossa Senhora da Conceição da Amarração.

Art. 4.º O 3.º districto eleitoral terá por cabeça a cidade de Amarante e se comporá : do município de Amarante, constituído pela parochia de S. Gonçalo de Amarante; do município de S. João do Piahy, constituído pela parochia do mesmo nome; do município da Manga, constituído pela parochia de Nossa Senhora da Uhyca da Manga; do município de Jeromenha, constituído pela parochia de Santo Antonio de Jeromenha; do município de S. Raymundo Nonato, constituído pela parochia de igual nome; do município do Gurguéia, constituído pela parochia do Senhor Bom Jesus do Gurguéia ; do município de Santa Philomena, constituído pela parochia de igual nome; do município de Parnaguá, constituído pela parochia de Nossa Senhora do Livramento de Parnaguá ; e do município de Corrente, constituído pela parochia de Nossa Senhora da Conceição de Corrente.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrario.

O Barão Homem de Mello, do meu conselho, ministro. e secretario de estado dos negocios do imperio, assim, o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em 21 de Maio de 1881, 60.» da independencia) do imperio.

Com a rubrica de Sua Megestade o Imperador *Barão  
Homem de Mello.*

o do município da S. Francisco, constituído pela parochia de S. Francisco de Uruburetama.

Art. 4.º O ..3.º districto eleitoral terá por cabeça a cidade de Sobral e se comporá: do município de Sobral, compreendendo as parochias de Nossa Senhora da Conceição da Meruóca, Nossa Senhora da Conceição de Sobral e Santo Antonio do Aracaty-assú; do município de Sant'Anna, constituído pela parochia de Sant'Anna do Acarabú ; do município do Acarnhú, constituído pela parochia de Nossa Senhora da Conceição do Acarahú; do município da Palma, constituído pela parochia de Nossa Senhora da Piedade da Palma ; do município de Santa Quiteria, constituído pela parochia de Santa Quiteria; o do município do Tamboril, constituído pela parochia de Santo Anastacio do Tamboril.

Art. 5.º O 4ª districto eleitoral terá por cabeça a cidade da Granja e se comporá: do município de Ipú, compreendendo as parochias de Campo Grande e S. Gonçalo da Serra dos Cocos; do município de S. Benedic'to, constituído pela parochia de S. Benedicto; do município de Ibiapina, constituído pela parochia do S. Pedro de Ibiapina do município de Viçosa, constituído pela parochia de Nossa Senhora da Assumpção de Villa Viçosa; do município da Granja, compreendendo as parochias de S. José da Granja e Camorim; do município do Príncipe Imperial, constituído pela parochia do Senhor Bom Jesus do Principe Imperial e do município da Independencia, constituído pela parochial de Sant'Anna da Independencia.

Art. 6.º O 5º districto eleitoral terá por cabeça a cidade de Quixeramobim e se comporá : do município de S. João do Príncipe, compreendendo as parochias de Nossa Senhora do Carmo de Flôres e Nossa Senhora do Rosario de S. João do Príncipe ; do município de Arneiroz, compreendendo as parochias de Nossa Senhora da Paz de

Arneiroz e Mossa Senhora da Conceição de Coccoey ; do município de Assará, constituído pela parochia de Mossa Senhora das Dôres de Assara; do município de Saboeiro, constituído pela parochia de Mossa Senhora da Purificação de Saboeiro; do município do Brejo Secco, constituído pela parochia de Santo Antonio do Brejo Secco; do município de Maria Pereira, constituído pela parochia de Mossa Senhora da Gloria de Maria Pereira; do município de Pedra Branca, constituído pela parochia de S. Sebastião da Pedra Branca; do município de Quixeramobim, constituído pela parochia de Santo Antonio do Quixeramobim; do município de Boa Viagem, constituído pela parochia de Mossa Senhora da Boa Viagem ; e do município de Quixadá, constituído pela parochia de Jesus, Maria e José do Quixadá.

Art. 7.º O 6.º districto eleitoral terá por cabeça a cidade do Crato, e se comporá: do município do Crato, comprehendendo as parochias de Mossa Senhora da Penha do Crato e S. Pedro do Joazeiro; do município da Barbalha, constituído pela parochia de Santo Antonio da Barbalha; do município da Missão Velha, constituído pela parochia de S. José da Missão Velha; do município do Jardim, comprehendendo as parochias do Senhor Bom Jesus do Jardim e Brejo dos Santos; e do município de Milagres,

constituído pela parochia de Mossa Senhora dos Milagres. Art. 8.º O 7.º districto eleitoral terá por cabeça a cidade do Ico e se comporá: do município de Icó, constituído pela parochia de Nossa Senhora da Expectação do Ico; do município da Telha, comprehendendo as parochias de Sant'Anaa da Telha o Senhor Bom Jesus do Quixeló ; o município de S. Matheus, constituído pela parochia de Nossa Senhora do Carmo de S. Matheus; do município da Varzea Alegre, constituído pela parochia de S. Raymundo Nonato da Varzea Alegre; do município de Lavras, com-

prehendendo as parochias de S. Vicente Ferrer de Lavras e Nossa Senhora da Conceição de Umary; e do município do Pereiro, constituído pela parochia de S. Cosme e Damião do Pereiro.

Art. 9.º O 8.º districto eleitoral terá por cabeça a cidade do Aracaty e se comporá: do município do Aracaty, comprehendendo as parochias de Nossa Senhora do Rosario do Aracaty e Nossa Senhora do Rosario das Areias; do município da União, constituído pela parochia de Santa-Anna da União; do município de S. Bernardo, constituído pela parochia de Nossa Senhora do Rosario de S. Bernardo de Russas; do município do Limoeiro, constituído pela parochia de Nossa Senhora da Conceição do Limoeiro ; do município da Morada Nova, constituído pela parochia do Divino Espirito Santo da Morada Nova; do município de Cascavel, constituído pela parochia de Nossa Senhora da Conceição do Cascavel; do município do Riacho do Sangue, constituído pela parochia de Nossa Senhora da Conceição do Riacho do Sangue; do município de Jagua-ribe-mirim, constituído pela parochia de Santo Antonio de Jaguaribe-mirim; e do município da Cachoeira, constituído pela parochia do Senhor Bom Jesus Aparecido da Cachoeira.

Art. 10.º Revogam-se as disposições em contrario.

O Barão Homem de Mello, do Meu conselho, ministro l e secretario de estado dos negocios do imperio, assim tenha entendido e faça executar

Palacio do Rio de Janeiro, em 21 de Maio de 1881  
60º da independencia e do imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador

*Barão Homem de Mello.*

DECRETO N. 8105 — DE 21 DE MAIO DE 1881

*Divide a provinda do Rio Grande do Norte em dous disírictot  
eleitoraes.*

Attendendo ás disposições da lei 3029 Je 9 de Janeiro do corrente anno, Hei por bem decretar :

Art. 1.º A província do Bio Grande do Norte fórms dous districtos eleitoraes.

Art. 2.º O 1º diatrickto eleitoral terá por cabeça a cidade do Natal e se comporá: do município do Natal, constituído pela parochia de Nossa Senhora da Apresentação do Natal; do município de S. Gonçalo, constituído pela parochia de S. Gonçalo de Amaranto; do município de S. José de Mipibú, constituído pela parochia de Santa Anna de S. José; do município de Touros, constituído pela parochia do Senhor Bom Jesus dos Navegantes do Porto de Touros; do município de Papary, comprehen-dendo as parochias de Nossa Senhora do O de Papary e S. JoSo Baptista do Arez; do município de Goyanninha, constituído pela parochia de Nossa Senhora dos Prazeres de Goyanninha; do município de Canguaretama, constituído pela parochia de Nossa Senhora da Penha de Canguaretama ; do município do Ceará-mirim, constituído pela parochia de S. Miguel e Nossa Senhora dos Prazeres de Estremoz; do município de Nova Cruz, comprehendendo as parochias de Nossa Senhora da Conceição de Nova Cruz e Santa Rita da Cachoeira; e <io município de Macáo, constituído pela parochia de Nossa Senhora da Conceição de Macáo.

Art. 3.º O 2.º district» eleitoral terá por cabeça a cidade do Assú e se comporá :\* do município do Assú, constituído pela parochia de S. João Baptista do Assu:

do município do Acary constituído pela parochia de Nossa Senhora da Guia do Acary; do município do Jardim, constituído pela parochia de Nossa Senhora da Conceição do Azevedo do Jardim; do município do Príncipe, constituído pela parochia de Sant'Anna do Príncipe; do município da Serra Negra, constituído pela parochia de Nossa Senhora do O da Serra Negra; do município de Santa Anna de Mattos, constituído pela parochia de Sant'Anna de Mattos; do município de Angicos, constituído pela parochia de S. José dos Angicos ; do município do Trium-; pho, constituído pela parochia de Sant'Anna do Triumpho-do município de Mossoró, constituído pela parochia de Santa Luzia de Mossoró; do município de Apody, constituído pela parochia de S. João Baptista do Apody; do município de Caraubas, constituído pela parochia de S. Sebastião de Caraubas; do município da Imperatriz, com-prehendendo as parochias de Sant'Anna da Imperatriz e Nossa Senhora das Dóres do Patu; do município de Port'Ale-gre, constituído pela parochia de S. João Baptista de Port'Alegre ; e do município de Pão dos Ferros, constituído pela parochia de Nossa Senhora da Conceição de Páo dos Ferros. Art. 4.º Revogam-se as dispozições em contrario. O Barão Homem de Mello, do Meu conselho, ministro e secretario de estado dos negocios do imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em 21 de Maio de 1881, 60.º da independencia e do imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador *Barão  
Homem de Mello.*

DECRETO N. 8106— DE 21 DE MAIO DE 1881

*Divide a provinda da Parahyba em cinco ãsiriclos eleitoraes.*

Attendendo ás dispozições da lei n. 3029 de 9 de Janeiro do corrente anno, Hei por bem decretar:

Art. 1.º A província da Parahyba fórma cinco distríctos eleitoraes.

Art. 2.º O 1.º districto eleitoral terá por cabeça a cidade da Parahyba e se comporá : do município da Para-hyba, comprehendendo as parochias de Nossa Senhora das Neves, Nossa Senhora do Livramento, Santa Rita e Nossa Senhora da Conceição de Jacoca ; do município de Alhandra, comprehendendo as parochias de Nossa Senhora da Assumpção de Alhandra e Nossa Senhora da Penha Me França de Taquara ;. do município de Pedras de Fogo, constituido pela parochia de Nossa Senhora Rainha dos Anjos de Taipú; do município do Pilar, comprehendendo as parochias de Nossa Senhora do Tilar e Nossa Senhora da Conceição do Gurinhem; e do município de Mamanguape, comprehendendo as parochias de S. Paulo de Mamanguape e S. Miguel da Bahia da Traição.

Art. 3.º o 2.º districto eleitoral terá por cabeça a cidade de Campina Grande e se comporá : do município de Campina Grande, constituido pela-parochia de Nossa Senhora da Conceição da Campina Grande ; do município do Ingá, comprehendendo as parochias de Nossa Senhora da Conceição do Ingá; Nossa Senhora das Dores do Mageiro de Cima e Nossa Senhora do Rosario de Natuba; do município da Grand. constitui-lo pela parochia de Nossa Senhora da Boa Viagem da Alagôa Grande e do município da Independencia, comprehendendo as parochias



de Nossa Senhora da Luz da Independencia e Senhor do Bomfim da, Serra da Raiz

Art. 4.º O 3º districto eleitoral terá por cabeça a cidade de Arêa e se comporá: do município de Arêa, compreendendo as parochias de Nossa Senhora da Conceição de Arêa e Coração de Jesus de Pilões; do município da Alagôa Nova, constituído pela parochia de Santa Anna da Alagôa Nova; do município de Bananeiras, constituído pela parochia de Nossa Senhora do Livramento de Bananeiras; do município de Araruna, constituído pela parochia de Nossa Senhora da Conceição de Araruna; e do município de Cuité, compreendendo as parochias da Nossa Senhora das Mercês de Cuite, S. Sebastião do Triunpho e Nossa Senhora da Luz da Pedra Lavrada.

Art. 5.º O 4º districto eleitoral terá por cabeça a cidade de Pombal e se comporá: do município de Pombal constituído pela parochia de Nossa Senhora do Bom Su-cesso do Pombal; do município do Catolé do Rocha, compreendendo as parochias de Nossa Senhora dos Remedios do Catolé do Rocha e Nossa Senhora dos Milagres do Brejo da Cruz ; do município de Sabugy, constituído pela parochia de Santa Luzia de Sabugy; do município da Patos, constituído pela parochia de Nossa Senhora da Guia de Patos; do município da Alagôa do Monteiro, constituído pela parochia de Nossa Senhora das Dôres da Alagôa do Monteiro; do município de S. João, constituído pela parochia de Nossa Senhora dos Milagres de S. João; e do município de Cabaceiras, constituído pela parochia de Nossa Senhora da Conceição de Cabaceiras.

Art. 6.º O 5º districto eleitoral terá por cabeça a cidade de Souza e se comporá: do município de Souza, compreendendo as parochias de Nossa Senhora dos Remedios de Souza e Nossa Senhora do Rozario de S. João

de Souza; do município de Cajazeiraa, compreendendo as parochias de Nossa Senhora da Piedade de Cajazeiras e S. José de Piranhas; do município da Misericordia, comprehendendo as parochias de Nossa Senhora da Misericordia e Nossa Senhora da Conceição da Misericordia; do município do Piancó, constituído pela parochia de Santo Antonio do Pianco; e do município do Teixeira, constituído pela parochia de Santa Maria Magdalena da Serra do Teixeira.

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrario. O Barão Homem de Mello, do Meu conselho, ministro e secretario de estado dos negocios do imperio, assim tenha entendido e faça executar.

Palacio do Rio de Janeiro, em 21 de Maio de 1881, 60º da independencia e do imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Barão Homem de Mello.*

DECRETO N. 8107 — DE 21 DE MAIO DE 1881

’ *Divide a provinda de Pernambuco em treze districlos eleitoraes.*

Attendendo ás disposições da lei n. 3029 de 9 de Janeiro do corrente anno, Hei por bem decretar:

Art. 1.º 4. provincia de Pernambuco forma treze districtos eleitoraes.

Art. 2.º 0 1.\* districto eleitoral comprehenderá as parochias do Santíssimo Sacramento de Santo Antonio,, S.Fr. Pedro Gonçalves do Recife, S. José de Riba- e Nossa Senhora da Paz dos Afogados, do município da capital, tendo por cabeça a parochia de Santo Antonio.

Art. 3.º 0 2.º districto eleitoral comprehenderá as

paróquias do Santíssimo Sacramento da Boa Vista, Nossa Senhora da Graça da Capunga, Nossa Senhora da Saúde do Poço da Panella, Nossa Senhora do Rosário da Varzea e S. Lourenço da Matta, do município da capital, tendo por cabeça a paróquia da Boa Vista.

Art. 4.º O 3.º districto eleitoral terá por cabeça a cidade de Olinda e se comporá : do município de Olinda, comprehendendo as paróquias de S. Salvador da Sé, Santo Antonio de Beberibe e Nossa Senhora dos Prazeres de Maranguape; do município de Iguarassú, comprehendendo as paróquias de Santos Cosme e Damião de Iguarassú, e Nossa Senhora da Conceição de Itamaracá; do município de Pão d'Alho, comprehendendo as paróquias do Divino Espirito Santo de Pão d'Alho, e Nossa Senhora da Luz; e do município da Gloria de Goitá, constituído pela paróquia de Nossa Senhora da Gloria de Goitá.

Art. 5.º O 4.º districto eleitoral terá por cabeça a cidade de Goyanna e se comporá : do município de Goyanna, comprehendendo as paróquias de Nossa Senhora do Rosário de Goyanna, Nossa Senhora do O de Goyanna, e S. Lourenço do Tejucupapo do município de Itambé, comprehendendo as paróquias de Nossa Senhora do Desterro de Itambé e S. Vicente; e do município de Timbaúba, comprehendendo as paróquias de Nossa Senhora das Dóres de Timbauba e Nossa Senhora do Rosário de Cruangy.

Art. 6.º O 5.º districto eleitoral terá por cabeça a cidade de Nazareth e se comporá : do município de Nazareth, comprehendendo as paróquias de Nossa Senhora da 1 Conceição de Nazareth e Santo Antonio de Tracunhaem; e do município de Bom Jardim, constituído pela paróquia de Sant'Anna do Bom Jardim.

Art. 7.º O 6.º districto eleitoral terá por cabeça a cidade da Victoria e se comporá : do município da Victoria, constituído pela parochia de Santo Antão da Victoria ; do município da Escada, constituído pela parochia de Nossa Senhora da Conceição da Escada ; o do município de Bezzeros, compreendendo as parochias de S. José de Bezzeros e Sant'Anna de Gravata.

Art. 8.º O 7.º districto eleitoral terá por cabeça a cidade do Cabo e se comporá: do município do Cabo de Santo Agostinho, constituído pela parochia de Santo Antonio do Cabo de Santo Agostinho; do município de Jaboatão, compreendendo as parochias de Santo Amaro de Jaboatão e Nossa Senhora do Rosario de Muribeca; do município de Ipojuca, constituído pela parochia de S. Miguel de Ipojuca, e do município de Serinhaem, constituído pela parochia de Nossa Senhora da Conceição de Serinhaem.

Art. 9.º O 8.º districto eleitoral terá por cabeça a cidade de Palmares e se comporá : do município de Palmares, constituído pela parochia de Nossa Senhora da Conceição dos Montes ; do município d'Agua Preta, constituído pela parochia de S. José da Agonia da Agua Preta; do município de Gameleira, constituído pela parochia de Nossa Senhora da Penha da Gameleira do município do Rio Formoso, compreendendo as parochias de Nossa Senhora da Conceição de S. José do Rio Formoso, e Purificação de S. Gonçalo de Una; e do município de Barreiros, constituído pela parochia de S. Miguel de Barreiros.

Art. 10.º O 9.º districto eleitoral terá por cabeça a villa do Bonito e se comporá: do município do Bonito, constituído pela parochia de Nossa Senhora da Conceição do Bonito ; do município de Panellas, constituído pela parochia do Senhor Bom Jesus de Panellas; do município de Quipapá, constituído pela parochia de Nossa Senhora da

, Conceição de Quipapá ; e do município de S. Beato, constituído pela parochia do Senhor Bom Jesus dos Affictos de S. Bento.

Art. 11.º O 10.º districto eleitoral terá por cabeça a cidade de Caruaru e se comporá: do município de Caruaru, comprehendendo as parochias de Nossa Senhora das Dôres de Caruaru, S. Caetano da Raposa e Nossa Senhora do O do Altinho; do município do Limoeiro, constituído pela parochia de Nossa Senhora da Apresentação do Limoeiro; e do município do Brejo, comprehendendo as parochias de Nossa Senhora Madre de Deus de Brejo e Santo Antonio do Jacará.

Art. 12.º O 11.º districto eleitoral terá por cabeça a cidade de Garanhuns e se compora: do município de Garanhuns, constituído pela parochia de Santo Antonio de Garanhuns; do município da Conceição de Correntes, constituído pela parochia de Nossa Senhora da Conceição de Correntes; do município de Bom Conselho, constituído pela parochia de Jesus, Maria e José de Papacaça; do município de Aguas Bellas, constituído pela parochia de Nossa Senhora da Conceição de Aguas Bellas; e do município de Buique, comprehendendo as parochias de S. Felix de Buique e Nossa Senhora da Conceição da Pedra.

Art. 13.º O 12.º districto eleitoral terá por cabeça a cidade de Pesqueira, e se comporá : do município de Pesqueira, comprehendendo as parochias de Santa Agueda de Pesqueira, e Nossa Senhora das Montanhas de Cimbres ; do município da Alagôa de Baixo, constituído pela parochia de Nossa Senhora da Conceição d'Alagoa de Baixo ; do município de S. José das Vertentes, constituído pela parochia di S. José das Vertentes; do município de Afogados de Ingazeira, constituído pela parochia do Senhor Bom Jesus dos Remedios; do município de S. José de Ingazeira

constituído pela parochia de S. José de Ingazeira; do município de Flôres, constituído pela parochia do Nossa Senhora da Conceição de Pajeú de Flôres; e do município do Triumpho, constituído pela parochia de Nossa Senhora das Dôres do Triumpho.

Art. 14.º O 13º districto eleitoral terá por cabeça a villa de Cabrobó e se comporá: do município de Cabrobó, Constituído pela parochia de Nossa Senhora da Assumpção de Cabrobó; do município da Boa Vista, constituído pela parochia de Santa Maria da Boa Vista; do município de Petrolina, constituído pela parochia de Santa Maria Rainha dos Anjos de Petrolina; do município do Ouricury, constituído pela parochia de S. Sebastião de Ouricury; do município do Exú, constituído pela parochia do Senhor Bom Jesus dos Afflictos do Exú; do município de Granito, constituído pela parochia de Nossa Senhora do Bom Conselho de Granito; do município da Leopoldina, constituído pela parochia de Sant'Anna da Leopoldina; do município de Salgueiro, constituído pela parochia de Santo Antonio de Salgueiro; do município de Villa Bella, constituído pela parochia de Nossa Senhora da Penha de Villa Bella; do município da Floresta constituído pela parochia do Senhor Bom Jesus dos Afflictos da Fazenda Grande; e do município de Tacaratú, constituído pela parochia de Nossa Senhora da Saúde de Tacaratú.

Art. 15.º Revogam-se as disposições em contrario. O Barão Homem de Mello, do Meu conselho, ministro secretario de estado dos negocios do imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em 21 de Maio de 1881, 60º da independencia e do imperio. Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Barão Homem de Mello.*

DECRETO N. 8108 DE 21 DE MAIO DE 1881.

*Divide a provinda das Alagoas em cinco districtos eleiõraes*

Attendendo as disposições da lei n. 3029 de 9 de Janeiro do corrente anno, Hei por bem decretar :

Art. 1.º A província das Alagoas fõrma cinco districtos eleitoraes.

Art. 2.º O 1º districto eleitoral terá por cabeça a cidade de Maceió e se comporá: do município de Maceió, comprehendendo as parochias de Nossa Senhora dos Prazeres de Maceió, Nossa Senhora Mãi do Povo de Jaraguá e Nossa Senhora do O de Santo Antonio do Mirim de Pioca do município de Santa Luzia do Norte, constituído pela parochia de Santa Luzia do Norte ; do município do Pilar constituído pela parochia de Nossa Senhora do Rosario do Pilar; e do município de Alagoas, constituído pela paro-chia de Nossa Senhora da Conceição de Alagoas.

Art. 3.º O 2º districto eleitoral terá por cabeça a cidade de Porto Calvo e se comporá: do município de Porto Calvo, constituído pela parochia de Nossa Senhora da Apresentação do Porto Calvo; do município de Maragogy, constituído pela parochia de S. Bento de Maragogy; do município do Passo da Camaragibe, constituído pela parochia de Nossa Senhora da Conceição do Passo de Camaragibe ; do município do Porto de Pedras, constituído pela paroochia de Nossa Senhora da Gloria do Porto de Pedras ; e do município de Muricy, constituído pela parochia de Nossa Senhora da Graça do Muricy.

Art'. 4.º O 3.º districto eleitoral terá por cabeça a villa de Atalaia, e se comporá: do município de S. José da Lage, constituído pela parochia de Santa Maria Magdalena da Imperatriz; do município de Atalaia, constituído pela parochia de Nossa Senhora das Brotas de Atalaia; e do

município da Assembleia constituído pela parochia do Senhor Bom Jesus do Bomfim da Assembléa.

Art. 5.º O 4.º districto eleitoral terá por cabeça a cidade de S. Miguel e se comporá: do município de S. Miguel da Campos, constituído pela parochia de Nossa Senhora do O do Bio de S. Miguel; do município de Anadia, compreendendo as parochias de Nossa Senhora da Piedade de Anadia e Nossa Senhora da Conceição do Li-moeira; do município de Cururipe, constituído pela parochia de Nossa Senhora da Conceição de Cururipe; do município da Palmeira dos índios, constituído pela parochia de Nossa Senhora do Amparo da Palmeira dos Índios; é do município de Quebrangulo, constituído pela parochia do Senhor Bom Jesus dos Pobres de Quebrangulo.

Art. 6.º O 5.º districto eleitoral terá por cabeça a cidade de Penedo e se comporá: do município de Penedo, compreendendo as parochias de Nossa Senhora do Rosario de Penedo e S. Francisco de Borja de Piassabussú do Município do Porto Real do Collegio, compreendendo as Parochias de Nossa Senhora da Conceição do Porto Real as Collegio e 8. Braz; do município de Traipú, constituído pela parochia de Nossa Senhora do O de Traipu; do município de Sant'Anna do Ipanema, constituído pela parochia de Sant'Anna do Ipanema; do município de Paulo Affonso, constituído pela parochia de Nossa Senhora da

Conceição da Matta Grande; do município de Agua Branca, constituído pela parochia de Nossa Senhora da Conceição de Agua Branca; e do município de Pão de Assucar, constituído pela parochia do Santíssimo Coração de Jesus do Pão de Assucar. Art. 7.º

Revogam-se as disposições em contrario. O Barão Homem de Mello, do Meu conselho, ministro



e secretario de estado dos negocios do imperio, assim tenha entendido e faça executar.

Palacio do Rio de Janeiro, em 21 de Maio de 60.º da independencia e do imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador. *Barão Homem de Mello.*

DECRETO N. 8109 — DE 21 DE MAIO DE 1881

*Divide a provinda de Sergipe em quatro districtos eleitoraes*

Attendendo ás disposições da lei n. 3029 de 9 de Janeiro do corrente anno, Hei por bem decretar:

Art. 1.º A província de Sergipe fórma quatro districtos eleitoraes.

Art. 2.º O 1.º districto eleitoral terá por cabeça a ci-dado de Aracaju e se comporá: do município de Aracaju.; constituído pela parochia de Nossa Senbora da Conceição de Aracaju; do município do Soccorro, constituído pela parochia de Nossa Senhora do Soccorro da Cotinguiba do município de Laranjeiras, constituído pela parochia do Santíssimo . Coração de Jesus das Laranjeiras ; do ma-nicipio de Riachuelo, constituído pela parochia de Nossa Senhora da Conceição de Riachuelo; do município da Divina;' Pastora, constituído pela parochia de Nossa Senhora da Divina Pastora do município de Siriry, constituído pela parochia de Jesus, Maria, José do Pé do Banco; do mu-nicipio de Maroim, constituído pela parochia do Senhor dos Passos de Maroim ; do município de Santo Amaro de Brotas, constituído pela parochia de igual nome; do município de Japaratuba constituído pela parochia de Nossa Senhora da Saúde de Japaratuba; e do município do Rosario, constituído pela parochia de Nossa Senhora do Rosario do Cattete.

Art. 3.º O 2.º districto eleitoral terá por cabeça a villa de Itabaiana e se comporá do município de S. Christovão constituído pela parochia de Nossa Senhora da Vi-ctoria de S. Christovão ; do município de Itaporanga, constituído pela parochia de Nossa Senhora da Ajuda de Itaporanga; do município de Itabaiana, constituído pela parochia de Santo Antonio e Almas de Itabaiana ; do município de Simão Dias, comprehendendo as parochias de Sant'Anna de Simão Dias e Nossa Senhora da Boa Hora ; e do município do Lagarto, constituído pela parochia de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto.

Art. 4.º O 3º districto eleitoral terá por cabeça a cidade da Estancia e se comporá: do município da Estancia, constituído pela parochia de Nossa Senhora de Guadalupe da Estancia; do município de Santa Luzia, constituído pela parochia de igual nome; do município de Arauás, constituído pela parochia de Nossa Senhora da Conceição de Arauá ; do município do Buquim, constituído pela parochia de Sant'Anna do Buquim , do município do Riachão, constituído pela parochia de Nossa Senhora do Amparo do Riachão; do município do Espirito-Santo, comprehendendo as parochias do Divino Espirito-Santo de Campinhos e S. Francisco de Assis da Chapada ; do município de Itabuianninha, constituído pela parochia de Nossa Senhora da Conceição de Itabaianinha; e do município de Campos, constituído pela parochia de Nossa Senhora da Imperatriz de Campos.

Art. 5.º O 4º districto eleitoral terá por cabeça a cidade de Propria e se comporá : do município da Capelia, constituído pela parochia de Nossa Senhora da Purificação da Capella; do município das Dôres, constituído pela parochia de Nossa Senhora das Dores do município da Ilha do Ouro, comprehendendo as parochias de Nossa

Senhora da Conceição da Ilha do Ouro e Senhor Bom Jesus dos Afflictos do Curral de Pedras; do município de Propria, constituído pela parochia de Santo Antonio do Urubu; do município da Villa Nova, constituído pela parochia de Santo Antonio da Villa Nova; e do município de Pacatuba, comprehendendo as parochias de S. Felix de Pacatuba e Sant'Anna de Aquidaban.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrario.

O Barão Homem de Mello, do Meu conselho, ministro e secretario de estado dos negocios do imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Ja-» neiro, em 21 de Maio de 1881, 60.º da independencia e do imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador

*Barão Homem de Mello.*

DECRETO N. 8110—DE 21 DE MAIO DE 1881

*Divide a província da Bahia em quatorze districtos eleitoraes*

Attendendo ás disposições da lei n. 3029 de 9 de Janeiro do corrente anno, Hei por bem decretar :

Art. 1.º A província da Bahia fórma quatorze districtos eleitoraes.

Art. 2.º O 1.º districto eleitoral comprehendera as parochias de S. Salvador, S. Pedro Velho, Santíssimo Sacramento e Sanf Anna, Nossa Senhora da Victoria e Nossa Senhora da Conceição da Praia, do município da capital-tendo por cabeça a parochia de S. Salvador.

Art. 3.º O 2.º districto eleitoral comprehenderá as parochias de Santo Antonio Além do Carmo, Nossa Senhora da Penha de Itapagipe, Santíssimo Sacramento do. Pilar, Nossa Senhora dos Mares, S. Bartholomeu do Pirajá, Nossa Senhora do O de Paripe, Nossa Senhora da

Piedade de Matrim, Nossa Senhora da Encarnação do Passe, S. Miguel de Cotegipe, Sant'Anna da ilha de Maré, Santíssimo Sacramento da Rua do Paço, Nossa Senhora das Brotas e Nossa Senhora de Itapoã, do município da capital, tendo por cabeça a parochia de Santo Antonio.

Art. 4.º O 3.º districto eleitoral terá por cabeça a cidade da Cachoeira e se comporá : do município da Cachoeira, compreendendo as parochias de Nossa Senhora do Rosario da Cachoeira, Nossa Senhora da Conceição da Feira, S. Pedro da Muritiba, Nossa Senhora do Bom Sucesso da Cruz das Almas, S. Thiago de Tguape, Santo Estevão de Jacuipe, Nossa Senhora do Desterro do Outeiro Redondo, Senhor Deua Menino de S. Felix, S. Gonçalo dos Campos e Nossa Senhora do Resgate das Umburanas ; do município de Maragogipe, compreendendo as parochias de S. Bartholomeu de Maragogipe, S. Felipe de Maragogipe, Nossa Senhora da Conceição do Almeida

Sant'Anna do Rio da Dona.

Art. 5.º O 4.º districto eleitoral terá por cabeça a cidade de Santo Amaro e se comporá : do município de Santo Amaro, compreendendo as parochias de Nossa Senhora da Purificação de Santo Amaro, Nossa Senhora do Rosario de Santo Amaro, S. Pedro do Bio Fundo, Nossa Senhora da Oliveira dos Campinhoa, Nossa Senhora da Ajuda do Bom Jardim, Nossa Senhora Santa Anna de Lustosa e São Domingos de Saubára ; do município de S. Francisco, compreendendo as parochias de S. Gonçalo, Nossa Senhora do Monte, Nossa Senhora da Madre de Deus do Boqueirão, S. Sebastião das Cabeceiras de Passe e Nossa Senhora do Socorro do Recôncavo a do município da Matta de S. João, constituído pela parochia do Senhor do Bom Fim da Matta de S João; e do município de Abrantes, compreendendo as

paróchias do Divino Espirito Santo de Abrantes, S. Bento de Monte Gordo e S. Pedro do Assú da Torre.

Art. 6.º O 5.º districto eleitoral terá por cabeça a cidade de Nazareth e se comporá: do município de Nazareth, comprehendendo as paróchias de Nossa Senhora de Nazareth, Sant'Anna da Aldéa, Nossa Senhora das Dôres da Nova Lage e Santo Antonio de Jesus ; do município de Jaguaripe comprehendendo as paróchias de Nossa Senhora da Ajuda do Jaguaripe, Nossa Senhora da Madre de Deus da Pi-rajuhia, S. Gonçalo e Senhor do Bom Fim da Estiva ;A do município de Itaparica, comprehendendo as paróchias do Santíssimo Sacramento de Itaparica, Senhor Bom Jesus da Vera-Cruz de Itaparica e Santo Amaro do Catu do município d'Arêa, comprehendendo as paróchias de S. Vicente Ferrer de Arêa e Nossa Senhora da Conceição do Cariry; e do município da Tapera, comprehendendo as paróchias de Nossa Senhora da Conceição da Tapera, Nossa Senhora do Bom Conselho da Amargosa e Nossa Senhora de Nazareth da Pedra Branca.

Art. 7.º O 6º districto eleitoral terá por cabeça a villa de Uhécs e se comporá : do município de Valença, comprehendendo as paróchias do Santíssimo Coração de Jesus, Sant'Anna de Serapuhy e Nossa Senhora da Conceição do Guerem do município de Taperoá, constituído pela paróchia de S. Braz de Theperoa do município de Nova Boipeba, constituído pela paróchia do Senhor do Bomfim da Nova Boipeba; do município de Cayrú comprehendendo as paróchias de Nossa Senhora do Rosario de Cayrú e Divino Espirito-Santo da Velha Boipeba; do município de Santarém, constituído pela paróchia de Santo André de Santarém; do município de Camamú, comprehendendo as paróchias de Nossa Senhora da Assumpção de Camamú e Nossa Senhora das Dôres de Igrapiuna; do município de Barcellos,

constituído pela parochia de Nossa Senhora das Candeias de Barcellos ; do município do Rio de Contas, constituído pela parochia de S. Miguel da Barra do Rio de Contas; do município de Marahú, constituído pela parochia de S. Sebastião de Marahú ; do município de Ilhéos, constituído pela parochia de S. Jorge dos Ilhéos; do município de Olivença, constituído pela parochia de Nossa Senhora da Escada de Olivença ; do município de Canavieiras, constituído pela parochia de S. Boaventura do Poxim de Canavieiras ; do município de Belmonte, constituído pela parochia de Nossa Senhora do Carmo de Belmonte; do município de Porto Seguro, constituído pela parochia de Nossa Senhora da Penha de Porto Seguro ; do município de Santa Cruz, constituído pela parochia do mesmo nome ; do município de Villa Verde, constituído pela parochia do Divino Espirito Santo da Villa Verde; do município de Trancoso, constituído pela parochia de S. João Baptista de Trancoso; do município de Alcobaça, constituído pela parochia de S. Bernardo de Alcobaça; do município de Prado, constituído pela parochia de Nossa Senhora da Purificação do Prado; do município de Caravellas, constituído pela parochia de Santo Antonio de Caravellas; do município de Viçosa, constituído pela parochia de Nossa Senhora da Conceição da Viçosa; e do município de Porto Alegre, constituído pela parochia de S. José de Porto Alegre. -

Art. 8.º O 7º districto eleitoral terá por cabeça a cidade da Feira de Sant'Anna e se comporá: do município da Feira de Sant'Anna, comprehendendo as parochias de Santa Anna da Feira, Nossa Senhora dos Remedios, Santa Barbara Senhor do Bomfim, Nossa Senhora dos Humildes e S. José de Itapororocas; do município do Riachão do Jacuipe, comprehendendo as parochias de Nossa Senhora da Conceição do Riachão de Jacuipe, Nossa Senhora da Con-

. ceição de Coité e Nossa Senhora da Conceição do Gavião; do município da Purificação, compreendendo as paróquias de Nossa Senhora da Purificação dos Campos, Santíssimo Coração de Maria, Santíssimo Coração de Jesus do Pedrio e S. João Baptista de Ouriçangas ; do município da Serri-nha, constituído pela paróquia de Sant'Anna da Serrinha do município do Camisão, compreendendo as paróquias de Sant'Anna do Camisão, Nossa Senhora da Conceição da Baixa Grande e Nossa Senhora do Bom Conselho da Serra Preta; e do município de Orobó, constituído pela paróquia de Nossa Senhora do Rosario de Orobó.

Art. 9.º O 8.º districto eleitoral terá por cabeça a cidade de Alagoinhas e se comporá: do município de Inham -bupe, compreendendo as paróquias do Divino Espirito Santo de Inhambnpe e Nossa Senhora da Conceição do Aporá; do município de Entre-Rios, constituído pela paróquia de Nossa Senhora dos Prazeres do município de Alagoinhas, compreendendo as paróquias de Santo Antor-nio de Alagoinhas, Senhor Deus Menino dos Araçás, e Jesus, Maria e José da Igreja Nova; do município do Catú, constituído pela paróquia de Sant'Anna do Catu; do município do Conde, constituído pela paróquia de Nossa Senhora do Monte de Itapicurú da Praia; e do município da Abbadia, constituído pela paróquia de Nossa Senhora da Abbadia.

Art. 10.º O 9º districto eleitoral terá por cabeça a villa de Itapicurú e se comporá: do município de Its-picurú, compreendendo as paróquias de Nossa Senhora da Saude da Missão e Nossa Senhora do Livramento do Barracão; do município de Soure, constituído pela paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Soure; do município do Pombal, compreendendo as paróquias de Santa Thereza do Pombal e Nossa Senhora do Amparo; do

município de Monte Santo, compreendendo as paróquias de Nossa Senhora da Conceição e Santíssimo Coração de Jesus de Monte Santo, e Santíssima Trindade de Massacará ; do município de Tucano, constituído pela paróquia de Sant'Anna do Tucano; do município de Geremoabo, compreendendo as paróquias de S. João Baptista de Geremoabo, e Santo Antonio da Gloria do Curral dos Reis; e do município do Bom Conselho, com-prehendendo as paróquias de Nossa Senhora do Bom Conselho dos Montes do Boqueirão e Nossa Senhora do Patrocínio do Coité.

Art. 11.º O 10.º districto eleitoral terá por cabeça a cidade dos Lenções e se comporá; do município de Minas do Rio de Contas, compreendendo as paróquias de Nossa Senhora do Livramento do Rio de Contas, e Santíssimo Sacramento e Minas do Rio de Contas ; do município de Bom Jesus, constituído pela paróquia do Senhor Bom Jesus do Rio de Contas ; do município d'Agua Quente, constituído pela paróquia de Nossa Senhora do Carmo d'Agua Quente; do município de Lenções, compreendendo as paróquias de Nossa Senhora da Conceição dos Lenções e Nossa Senhora da Conceição do Campestre ; do município de Santa Isabel, constituído pela paróquia de S. João de Santa Izabel de Paraguassú; do município de Maracas, constituído pela paróquia de Nossa Senhora da Graça de Maracás e do município de Brejo Grande, compreendendo as paróquias de Nossa Senhora do Allvio do Brejo Grande e S. Sebastião do Sincoré.

Art. 12.º O 11.º districto eleitoral terá por cabeça a cidade de Caetité e se comporá : do município de Caetité, compreendendo as paróquias de Sant'Anna do Caetité, Nossa Senhora da Boa Viagem e Almas, e Nossa Senhora do Rosario do Gentio ; do município do Bom Jesus dos



Meiras, constituído pela parochia de igual nome ; do município de Monte Alto, constituído pela parochia de Nossa Senhora Mãe dos Homens do Monte Alto ; do município do Riacho de Sant'Anna, constituído pela parochia de Nossa Senhora do Rosario do Riacho de Sant'Anna; do município da Victoria, constituído pela parochia de Nossa Senhora da Victoria da Conquista; e do município de Santo António da Barra, constituído pela parochia de igual nome\*

Art. 13.º O 12.º districto eleitoral terá por cabeça Villa Nova da Rainha e se comporá: do município da Jacobina, compreendendo as parochias de Santo Antonia da Jacobina, Santíssimo Coração de Jesus do Riachão e Nossa Senhora da Saúde da Jacobina; do município do Morro do Chapéo, constituído pela parochia de Nossa Senhora da Graça do Morro do Chapéo; do município de Monte Alegre, compreendendo as parochias de Nossa Senhora das Dóres de Monte Alegre e Nossa Senhora da Conceição do Mundo Novo; do município de Villa Nova da Rainha, compreendendo as parochias do Senhor do Bomfim da Villa Nova da Rainha, Santo António da Freguesia Velha e Santo António das Queimadas; do município do Joazeiro, constituído pela parochia de Nossa Senhora das Grotas do Joazeiro; do município de Santo Sé, constituído pela parochia de S. José da Barra de Santo Sé ; e do município do Capim Grosso, constituído pela parochia de Santo Antonio de Pambú.

Art. 14.º O 13.º districto eleitoral terá por cabeça a Villa de Urubu e se comporá do município de Urubu, constituído pela parochia de Santo António do Urubu; do município de Macahúbas, compreendendo as parochias de Nossa Senhora da Conceição de Macahúbas e Nossa Senhora das Brotas de Macahúbas; do município do Carinhanha, constituído pela parochia de S. José de Cari-

hanha e do município do Porto de Santa Maria da Vi- poria, compreendendo as parochias de Nossa Senhora da Gloria e Sant'Anna dos Brejos.

Art. 15.º O 4.º distrito eleitoral terá por cabeça a cidade da Barra e se comporá: do município da Barra Constituído pela parochia de S. Francisco das Chagas da Barra do Rio Grande; do município de Santa Rita do Rio Preto, constituído pela parochia de igual nome ; do município do Campo Largo, compreendendo as parochias de Sant'Anna de Campo Largo e Sant'Anna do Argital; do município de Chique-Chique, constituído pela parochia do Senhor Bom Jesus de Chique-Chique ; e do município do Pilão Arcado, compreendendo as parochias de Santo António do Remanso do Pilão Arcado e S. José do Riacho da Casa Nova.

Art. 16.º Revogam-se as disposições em contrario.

O Barão Homem de Mello, do Meu conselho, ministro e secretario de estado dos negocios do imperio, assim o tenha entendido e faça executar.

Palacio do Rio de Janeiro, em 21 de Maio de 1881, 60.º da independencia e do imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.  
*Barão Homem de Mello.*

DECRETO N. 8111 DE 21 DE MAIO DE 1881

*Divide a provinda do Espirito-Santo em dous  
districtos  
eleitoraes.*

Attendendo ás disposições da lei n. 3029 de 9 de Ja-neiro do corrente anno, Hei por bem decretar Art. 1.º A província do Espirito-Santo fórma dous dis- trictos eleitoraes.

Art. 2.º O 1.º- districto eleitoral terá por cabeça a cidade da Victoria e se comporá : do município da capital, compreendendo as paróchias de Nossa Senhora da Victoria, S. José do Queimado, S. João de Cariacica, S. João de Carapina e Santa Leopoldina; do município da Serhty constituído pela paróchia de Nossa Senhora da Conceição da Serra; do município de Nova Almeida, constituído pela paróchia dos Santos Beis Magos de Nova Almeida; do município de Santa Cruz, compreendendo as paróchias de Nossa Senhora da Penha de Santa Cruz e S. Benedict-do Riacho; do município de Linhares, constituído pela paróchia de Nossa Senhora da Conceição de Linhares do Rio Doce; do município d» Bará de S. Matheus compreendendo as paróchias de No-sa Senhora da Conceição da Barra de S. Matheus e S. Sebastião de Itáúnas; do município de S. Matheus, constituído pela paróchia de igual nome; e do município do Espirito Santo, 'constituído pela paróchia de Nossa Senhora do Rosario do Espirito-Santo. Art. 3.º O 2.º districto eleitoral terá por cabeça a villa de Benevente e se comporá: do município de Viannn, com- prehendendo as paróchias de Nossa Senhora da Conceição de Vianna e Santa Izabel; do inunicipio de Quarapary, constituído pela paróchia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapary ; do município de Benevente, constituído pela paróchia de Nossa Senhora d'Assumpção de Bene-vente; do município do Cachoeira de Itapemirim, com- prehendendo as paróchias de S. Pedro do Cachoeira de Itapemirim, S. Pedro de Itabapoana, Nossa Senhora da Penha do Alegre, S. Pedro d'Alcantara do Rio Pardo. S. Miguel do, Veado, Nossa Senhora da Conceição do Al deamento Affonsinho e S. José do Calçado; e do muni- cipio de Itapemirim, constituído pela paróchia de Nossa-Senhora do Amparo de Itapemirim.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrario. O Barão Homem de Mello, do meu conselho, ministro e secretario de estado dos negocios do imperio, assim o tenha entendido e faça executar.

Palacio do Rio de Janeiro, em 21 de Maio de 1881, 60.º da independencia e do imperio.

Com a rubrica de Sua Majestade o Imperador.

*Barão Homem de Mello.*

DECRETO N. 8112 — DE 21 DE MAIO DE 1881.

*Divide o município ia Côrte e a provinda do Rio de Janeiro em doze districtos eleitoraes (1).*

Attendendo ás disposições da lei n. 3029 de 9 de Janeiro do corrente anno, Hei por bem decretar:

Art. 1.º O município da côrte e a província do Rio de Janeiro formam doze districtos eleitoraes.

Art. 2.º 9 1.º diatrickto eleitoral comprehenderá as parochias da Santíssimo Sacramento, Nossa Senhora da Candelaria, S. José, Nossa Senhora da Gloria, S. João Baptista da Lagôa de Rodrigo de Freitas, Nossa Senhora da Conceição da Gavea e Nossa Senhora do Loreto de Jacarépagus, do município da côrte, tendo por cabeça a parochia do Santíssimo Sacramento.

Art. 3.º O 2.º districto eleitoral comprehenderá as parochias de Sant'Anna, Santo Antonio, e Santa Rita, do município da côrte, tendo por cabeça a parochia de Sant'Anna.

Vide no fim desta nota o decreto n. 3091 de 28 de Julho de 1882.

Conceição do Paquequer; do município de Macacú, compreendendo as paróquias de Sant'Anna de Macacú e S. José da Boa Morte; do município de Capivary, compreendendo as paróquias do Nossa Senhora da Lupa, Nossa Senhora do Amparo de Correntezas e Nossa Senhora da Conceição dos Gaviões; e do município do Rio Bonito, compreendendo as paróquias de Nossa' Senhora da Conceição do Rio Bonito e Nossa Senhora da Conceição da Boa Esperança.

Art. 10.º O 9.º districto eleitoral terá por cabeça a cidade da Parahyba do Sul e se comporá: do município da Parahyba do Sul, compreendendo as paróquias de S. Pedro e S. Paulo, Santo Antonio da Encruzilhada, Sant'Anna de Cebolas e Nossa Senhora da Conceição da Bemposta; do município da Sapucaia, compreendendo as paróquias de Santo Antonio da Sapucaia, Nossa Senhora da Conceição Aparecida e S. José do Rio Preto; do município de Petropolis, constituído pela paróquia de S. Pedro de Alcantara ; do município da Estrella, compreendendo as paróquias de Nossa Senhora da Piedade de Inhomirim, Nossa Senhora Mo Pilar e Nossa Senhora da Guia da Pacopahyba; do município de Magé, compreendendo as paróquias de Nossa Senhora da Piedade de Magé, Nossa Senhora da Ajuda de Guapimirim, Santo Antonio de The rezopolis o S. Nicolau de Suruhy ; e do município de Iguassú, compreendendo as paróquias de Nossa Senhora da Piedade' de Iguassa, Nossa Senhora da Conceição de Marapicú, Sant'Anna das Palmeiras, Santo Antonio de Jacotinga e S. João de Mirity.

Art. 11.º O 10º districto eleitoral terá por cabeça a Cidade de Valença e se comporá : do município de Valença compreendendo as paróquias de Nossa Senhora da Gloria Santa Thereza de Valença, Santo Antonio do Rio Bonito

Santa Izabel do Rio Preto e Nossa Senhora da Piedade de Ipiabas; e do município de Vassouras, compreendendo as paróchias de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras, Santa Cruz dos Mendes, S. Sebastião dos Ferreiros, Nossa Senhora da Conceição da Sacra Família do Tinguá e Nossa Senhora da Conceição do Paty do Alferes.

Art. 12.º O 11º districto eleitoral terá por cabeça a cidade de Barra Mansa e, se comporá : do município de Barra Mansa, compreendendo as paróchias de S. Sebastião da Barra Mansa, Espírito Santo, Nossa Senhora do Rosario dos Quatis, Nossa Senhora do Amparo e S. Joaquim ; do município de Rezende, compreendendo as paróchias de Nossa Senhora da Conceição de Rezende, S. José do Campo Bello, Senhor Bom Jesus do Ribeirão de Sant'Anna, Santo António da Vargem Grande o S Vicente Farrer ; e do município de Pirahy, compreendendo as paróchias de Santa Anna do Pirahy, S. João Baptista do Arrozal, Nossa Senhora das Dôres e S. José do Turvo.

Art. 13.º O 12º districto eleitoral terá por cabeça a villa de Itaguahy e se comporá: do município de Itaguahy, Compreendendo as paróchias de S. Francisco Xavier de Itaguahy, Nossa Senhora da Conceição do Bananal e S. Pedro e S. Paulo do Ribeirão das Lagos,- do município de S. João do Príncipe, compreendendo as paróchias de S João Marcos, S. José do Bom Jardim e Nossa Senhora da Conceição do Passa Tres; do município do Rio Claro, compreendendo as paróchias de Nossa Senhora da Piedade do Rio Claro e Santo Antonio de Capivary; do município de Mangaratiba, compreendendo as paróchias de Nossa Senhora da Guia, Sant'Anna de Itacuruçá e Nossa Senhora da Conceição de Jacarehy; do município de Angra dos Reis, compreendendo as paróchias de Nossa Senhora da Conceição de Angra, Santíssima Trindade de Jacuecanga,

Nossa Senhora da Conceição da Ribeira, Nossa Senhora da Conceição de Mambucaba e Sant'Anna da Ilha Grande; e do município de Paraty, compreendendo as parochias de Nossa Senhora dos Remedios e Nossa Senhora da Conceição do Paraty-mirim

Art. 14.º Revogam-se as disposições em contrario.

O Barão Homem de Mello, do meu conselho, ministro e secretario de estado dos negocios do imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em 21 de Maio de 1881, 60.º da independência e do Imperio

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Bar Ho Homem de Mello.*

DECRETO N. 8113 —De 21 DE MAIO DE 1881.

*Divide a provinda de S. Paulo em nove districtos eleitoraes.*

Attendendo ás dispozições da lei n. 3029 de 9 de Janeiro do corrente anno, Hei por bem decretar : Art. 1.º A província de S. Paulo fôrma nove districtos eleitoraes.

Art. 2.º O 1.º districto eleitoral terá por cabeça a cidade de S. Paulo e se comporá : do município da Ca-pital, compreendendo as parochias de Nossa Senhora da Assumpção da Sé, Nossa Senhora da Conceição de Santa Iphigenia, Nossa Senhora da Consolação e S. João Baptista, Senhor Bom Jesus de Mattosinhos do Braz, Nossa Senhora da Expectação do O Nossa Senhora da Conceição de S Bernardo, Nossa Senhora do Desterro de Juquery, Nossa Senhora da Conceição dos Guarulhos e Nossa Senhora da Penha de França; do município de Santo Amaro, constituído pela parochia de igual nome ; do município de Itapecerica constituído, pela parochia de Nossa Senhora

dos Prazeres de Itapecevíca ; do município de Atibaia, compreendendo as paróquias de S. João Baptista de Atibaia e Nossa Senhora do Carmo do Campo Largo ; do município de Nazareth, compreendendo as paróquias de Nossa Senhora de Nazareth o Senhor Bom Jesus dos Perdões; do município de Santo Antonio da Cachoeira, constituído pela paróquia do mesmo nome ; do município de Bragança, constituído pela paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Bragança; do município de Mogy das Cruzes, compreendendo as paróquias de Sant'Anna de Mogy das Cruzes, Nossa Senhora da Ajuda de Itaquaquecetuba, Nossa Senhora da Escada e Senhor Bom Jesus do Arujá; do município da Cutia, constituído pela paróquia de Nossa Senhora do Monte Serrate da Cutia; e do município do Parnahyba, constituído pela paróquia de Sant'Anna do Parnahyba.

Art. 3.º O 2º districto eleitoral terá por cabeça cidade de Taubaté e se comporá: do município de Santa Izabel, constituído pela paróquia de igual nome; do município do Patrocínio, constituído pela paróquia de Nossa Senhora do Patrocínio; do município de Jacarehy, constituído pela paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Jacarehy; do município de Santa Branca, constituído pela paróquia de igual nome; do município de Caçapava, constituído pela paróquia de Nossa Senhora da Ajuda de Caçapava; do município de S-José dos Campos, compreendendo as paróquias de S. José dos Campos e Nossa Senhora da Piedade do Buquira ; do município de Taubaté, constituído pela paróquia de S. Francisco das Chagas de Taubaté ; do município da Redempção, constituído pela paróquia de Santa Cruz do Paiolino; do município de S. Luiz, compreendendo as paróquias de S. Luiz do Parahytinga e Nossa Senhora da Conceição da Lagoinha;



do município de Cunha, compreendendo as paróquias de Nossa Senhora da Conceição de Cunha e Nossa Senhora dos Remédios de Campos Novos; do município de S- Bento, compreendendo as paróquias de S. Bento de Sapucahy-mirim e Santo Antônio do Pinhal; e do município do Jambeiro, constituído pela paróquia de Nossa Senhora das Dores de Capivary.

Art. 4.º O 3.º distrito eleitoral terá por cabeça a cidade de Lorena e se comporá: do município de Pinda-monhangaba, constituído pela paróquia de Nossa Senhora do Bom Sucesso de Pinda-monhangaba; do município de Guaratinguetá, compreendendo as paróquias de Santo Antonio de Guaratinguetá a Santa Rita ; do município de Lorena, compreendendo as paróquias de Nossa Senhora da Piedade de Lorena, Nossa Senhora do Piquete e Santo Antonio da Cachoeira; do município do Cruzeiro, constituído pela paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Cruzeiro ; do município de Queluz, compreendendo as paróquias de S. João Baptista de Queluz e S. Francisco de Paula dos Pinheiros ; do município do Bananal, constituído pela paróquia do Senhor Bom Jesus do Livramento do Bananal; do município de Arêas, constituído pela paróquia de Santa Anna de Arêas; do município de Silveiras, compreendendo as paróquias de Nossa Senhora da Conceição de Silveiras e Nossa Senhora da Piedade do Sapé; e do município de S. José do Barreiro, constituído pela paróquia de igual nome.

Art. 5.º O 4.º distrito eleitoral terá por cabeça a cidade de Itú e se comporá: do município de Sorocaba, compreendendo as paróquias de Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba e Nossa Senhora do Rosario; do município do Campo Largo de Sorocaba, constituído pela paróquia de Nossa Senhora das Dores de Campo Largo;

do município da Piedade, constituído pela parochia de Nossa Senhora da Piedade ; do município de Tatuhy, compreendendo as parochias de Nossa Senhora da Conceição de Tatuhy, Nossa Senhora de Pereiras e Nossa Senhora da Piedade do Rio Bonito; do município de Tieté, constituído pela parochia da Santíssima Trindade de Tieté; do município de Itu, constituído pela parochia de Nossa Senhora da Candelaria de Itú; do município de Monte-Mór, constituído pela parochia de Nossa Senhora, do Patrocínio do Monte-Mór; do município de In-daiatuba, constituído pela parochia de Nossa Senhora da Candelaria de Indatatuba; do município Cabreúva, constituído pela parochia de Nossa Senhora da Piedade de Cabreúva; do município de S. Roque, constituído pela parochia de igual nome; do município de Araçarigua-ma, constituído pela parochia de Nossa Senhora da Penha de Araçariguama; do município de Una, constituído pela parochia de Nossa Senhora das Dôres de Una; do município de Jundiahy, constituído pela parochia de Nossa Senhora do Desterro de Jundiahy • e do município de Porto Feliz, constituído pela parochia de Nossa Senhora Mãe dos Homens de Porto Feliz.

Art. 6.º O 5.º districto eleitoral terá por cabeça a cidade de Itapetininga e se comporá: do município de Botucatu, compreendendo as parochias de Nossa Senhora das Dôres de Botucatu, e Nossa Senhora dos Remedios da Ponte do Tietê; do município de Santa Barbara do Rio Pardo, constituído pela parochia de igual nome; do município de Santa Cruz do Rio Pardo, com-prehendendo as parochias de Santa Cruz do Rio Pardo, S. Pedro de Campos Novos do Turvo e S. José do Rio Novo ; do município do Rio Novo, constituído pela parochia de Nossa Senhora das Dôres do Rio Novo ;

do município de Lençóes, compreendendo as paróchias de Nossa Senhora da Piedade de Lençóes, Espírito Santo da Fortaleza e Espírito Santo do Turvo do muninípio de Itapetininga, compreendendo as paróchias de Nossa Senhora dos Prazeres de Itapetininga, Senhor Bom Jesu do Alambary, Espírito Santo da Boa-Vista, S. Miguel Arehanjo e S. João Baptista de Guarehy ; do município de Sarapuhý, compreendendo as paróchias de Nossa Senhora das Dôres de Sarapuhý e Nossa Senhora do Pilar ; do município de Itapeva da Faxina, compreendendo as paróchias de Sant'Anna de Itapeva da Faxina, Nossa Senhora do Bom-Successo, Santo Antonio da Boa-Vista e Nossa Senhora da Conceição das Lavrinhas ; do muninípio do Bio Verde, compreendendo as paróchias de S. João Baptista do Bio Verde e S. Sebastião do Tijuco Preto ; e do município de Paranapanema, compreendendo as paróchias de Nossa Senhora da ConceiçSo do Capão Bonito de Paranapanema e S. José.

Art. 7.º O 6º districto eleitoral terá por cabeça a cidade de Santos e se comporá : do município de Igua-pe, compreendendo as paróchias do Senhor Bom Jesus de Iguape, Nossa Senhora da Conceição de Jacupiranga, Santo Antonio do Juquiá e Nossa Senhora das Dores da Prainha; do município de Xiririca, constituído pels. parochia de Nossa Senhora 58 a Guia de Xiririca ; do munivípio de Apiahy. constituído pela parochia de S. Antonio de Apiahy; do município de Cananéa, constituído pela parochia de S. João Baptista de Cananéa ; do município de Iporanga, constituído pela parochia de Santa Anna de Iporanga; do município de Itanhaen, constituído pela parochia de Nossa Senhora da Conceição de Itanhaen ; do município de S. Vicente, constituído pela parochia de igual nome ; do município de Santos, con-

atituído pela parochia de Nossa Senhora do Rosario de Santos ; do município de S. Sebastião, constituído pela parochia de igual nome; do município de Caraguatatuba, l constituído pela parochia de S. Antonio de Caraguatatuba; do município de Ubatuba, constituído pela parochia da Exaltação de Santa Cruz de Ubatuba ; do município de Villa Bella, constituído pela parochia de Nossa Senhora da Ajuda do Bom-Successo de Villa Bella; do município da Natividade, constituído pela parochia do Espirito-Santo da Natividade ; do município do Parahybuna, com-prehendendo as parochias de Santo Antonio do Parahybuna e Nossa Senhora da Conceição do Barro Alto ; e do município de S. Jose do Parahytingn, constituído pela parochia de igual nome.

Art. 8.º O 7.º districto eleitoral terá por cabeça a cidade de Campinas e se comporá : do município do Amparo, constituído pela parochia de Nossa Senhora do Amparo; do município da Serra Negrn, constituído pela parochia de Nossa Senhora do Rosario da Serra Negra; do município de Itatiba, constituído pela parochia de Nossa Senhora de Belém de Jundiahy ; do município de Mogy-mirim, comprehendendo as parochias de S. José do Mogy-mirim e Nossa Senhora da Conceição de Mogy-guassú; do município da Penha de Mogy-mirim constituído pela parochia de Nossa Senhora da Penha de Mogy-mirim; do município de Campinas, comprehendendo as parochias de Nossa Senhora da Conceição de Campinas, e Nossa Senhora do Carmo e Santa-Cruz de Campinas; do município do Patrocínio das Araras, constituído pela parochia de Nossa Senhora do Patrocínio das Araras; do município do Soccorro, constituído pela parochia de Nossa Senhora do Soccorro do Rio do Peixe; e do município de Pirassununga,

compreendendo as paróquias do Senhor Bom Jesus dos Afflictos da Pirassununga e Santa Rita da Passa Quatro.

Art. 9 O 8.º districto eleitoral terá por cabeça a cidade de S. João do Rio Claro e se comporá : do município de Piracicaba, compreendendo as paróquias de Santo António da Constituição e S. Pedro ; do município de Capivary, constituído pela paróquia de S. João de Capivary; do município de Jahú, compreendendo as paróquias de Nossa Senhora do Patrocínio do Jahú e Nossa Senhora das Dôres do Sapé; do município de Brotas, constituído pela paróquia de Nossa Senhora das Dôres de Brotas ; do município dos Dois Córregos, constituído pela paróquia do Divino Espírito Santo dos Dois Córregos; do município de S. João do Rio Claro, compreendendo as paróquias de S. João Baptista do Rio Claro e Nossa Senhora da Conceição de Itaqueri; do município de Limeira, constituído pela paróquia de Nossa Senhora das Dôres da Limeira; do município de Santa Bárbara, constituído pela paróquia de igual nome ; do município de Araraquara, compreendendo as paróquias de S. Bento de Araraquara e Boa Esperança; do município de S. Carlos do Pinhal, constituído pela paróquia de igual nome; e do município de Jaboticabal, compreendendo as paróquias de Nossa Senhora do Carmo de Jaboticabal, Espírito Santo dos Barretos, S. José do Rio Preto e Ribeirãozinho.

Art. 10.º O 9.º districto eleitoral terá por cabeça a cidade de Casa Branca e se comporá : do município do Espírito Santo do Pinhal, constituído pela paróquia do Divino Espírito Santo do Pinhal; do município de Casa Branca, compreendendo as paróquias de Nossa Senhora das Dôres de Casa Branca e S. José do Rio Pardo ; do município de S. João da Boa Vista, constituído pela paróquia de igual nome; do município de Caconde, compre-

hendendo as parochias de Nossa Senhora da Conceição de Caconde e Divino Espirito Santo do Rio do Peixe; do município de Mocóca, constituído pela parochia de S. Sebastião da Boa Vista; do município de Batataes, comprehendendo as parochias do Senhor Bom Jesus da Canna Verde de Bntataes, Sant'Anna dos Olhos d'Agua, Divino Espirito Santo e Nossa Senhora da Piedade de Matto Grosso; do município de Cajurú, comprehendendo as pa-rochias de S. Bento e Santa Cruz de Cajurú, e Santo Antonio da Alegria ; do município de Santa Rita do Paraíso, comprehendendo as parochias de Santa Rita do Paraíso e Santo Antonio da Rifaion ; do município da Franca, comprehendendo as parochias de Nossa Senhora da Conceição da Franca, Nossa Senhora do Carmo da Franca e Nossa Senhora do Patrocínio de Sapucahy; do município de S. Simão, constituído pela parochia de igual nome, do município de Belém da Descalvado, constituído pela parochia de Nossa Senhora de Belém do Descalvado ; e do município de Entre Rios, constituído pela parochia do S. Sebastião do Ribeirão Preto. Art. 11.º Revogam-se as disposições em contrario. O Barão Homem de Mello do meu conselho, ministro

e secretario de estado dos negocios do imperio, assim o tenha entendido e faça executar.

Palacio do Rio de Janeiro, em 21 de Maio de 1881, 60\*  
da independencia e do imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Barão Homero, de Mello*

DECRETO N. 8114 — DE 21 DE MAIO D8 1881.

*Divide a província do Parana em dous districtos eleitoraes.*

Attendendo ás disposições da lei n. 3089 de 9 de Janeiro do corrente anno, Hei por bem decretar :

Art. 1.º A provincia do Paraná fôrma dous districtos eleitoraes.

Art. 2.º O 1.º districto eleitoral terá por cabeça cidade de Coritiba, e se comporá: do município de Cori-tiba, comprehendendo aa parochiaa de Nossa Senhora da Luz de Coritiba é Sant'Anna de Pacatuba ; do município do Arraial Queimado, comprehendendo as parochias da Santo Antonio do Arraial Queimado e S. João Baptista da Campina Grande; do município de S. José dos Pinhaes, comprehendendo as parochias de S. José dos Pinhaes e Mossa Senhora dos Remedios de Iguassú : do município de Vo-tuyrava, comprehendendo as parochias de Nossa Senhora do Ampara de Votuverava e Nossa Senhora da Guia do Serro Azul; do município de Paranaguá, comprehendendo as parochias de Mossa Senhora do Rosario de Paranaguá, e Senhor Bom Jesus dos Perdões de Guarakessava; do . município de Guaratuba, constituído pela paroechia de S. Luiz de Guara tuba : do município de Antonina, constituído pela paroechia de Mossa Senhora do Pilar de Antonina, do município do Porto de Cima, constituído pela parochia de S. Sebastião do Porto de Cima; e do município de Ilor-retes, constituído pela parochia de Mossa Senhora do Porto de Morretes.

Art. 3.º O 2º districto eleitoral terá por cabeça a cidade de Castro, e se comporá : do município de Campo Largo, constituído pela parochia de Mossa Senhora da Piedade de Campo Largo; do município da Lapa, constituído pela parochia de Santo Antonio da Lapa; do município da Palmeira,' comprehendendo as parochias da' Mossa Senhora da Conceição da Palmeira e S. Joio do Triompho; do município de Tibagy, constituído pela parochia de Mossa Senhora dos Remedios de Tibagy ; do município de Jagna-nahyra, constituído pela parochia do Senhor Bom Jesus

de Jaguanahyva; do município de Ponta Grossa, compreendendo na parochias de Sant'Anna de Ponta Grossa e Santo Antonio de Imbituba ; do município de S. José da Boa Vista, constituído pela parochia de' S. José da Boa Vista ; do município de Guarapuava, compreendendo as parochias de Nossa Senhora de Belém de Guarapuava e Santa Thereza; do município de Palmas, constituído pela parochia do Senhor Bom Jesus do Campo de Palmas; do municipio do Rio Negro, constituído pela parochia do Senhor Bom Jesus da Columna do Rio Negro; e do municipio de Castro, compreendendo as parochias de Santa Anna de Castro, Senhor Menino Deus do Pirahy e Nossa Senhora da Conceição do Jataby.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrario. O Barão Homem de Mello, do meu conselho, ministro e secretario de estado dos negocios do imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em 21 de Maio de 1881, 60º da independencia e do imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Barão Homem de Mello.*

DECRETO N. 8115 — DG 21 DE MAIO DE 1881.

*Divide a provinda de Santa Catharina em dous districtos eleitoraes.*

Attendendo ás disposições da lei n. 8029 de 9 de Janeiro do corrente anno, Hei por bem decretar:

Art. 1.º A província de Santa Catharina fórma dous districtos eleitoraes.

Art. 2.º O 1º districto eleitoral terá por cabeça a cidade do Desterro» e se comporá: do municipio do Desterro,



compreendendo as paróchias da Nossa Senhora do Desterro, Santíssima Trindade, Nossa Senhora da Conceição da Lagôa, Nossa Senhora das Necessidades de Santo Antonio, S. Francisco de Paula de Canavieiras, S. João Baptista do Rio Vermelho e Nossa Senhora Lapa do Ribeirão ; do município de S. Miguel, constitu' o pela paróchia dê S. Miguel; do município de Tijucas, compreendendo as paróchias de S. Sebastião da Foz de Tijucas, S. João Baptista do Alto Tijucas e Senhor B m Jesus dos Afflictos de Porto Bello; do município de Itajahy, compreendendo as paróchias de Nossa Senhora do Bom Successo de Cambria, Santíssimo Sacramento de Itajahy, S..Luiz, Nossa Senhora da Penha de Itapacoroy, S. Pedro do Gaspar e S. Paulo de Blumenau; do município de Paraty, compreendendo as paróchias do Senhor Bom Jesus do Paraty e Nossa Senhora da Conceição da Barra Velha; do município de S. Francisco, compreendendo as paróchias de Nossa Senhora da Graça de S. Francisco e Nossa Senhora da Gloria do Sahy; do município de Joinville, constituído pela paróchia de S. Francisco Xavier de Joinville.

Art. 3.º O 2.º districto eleitoral terá por cabeça a cidade da Laguna e se comporá : do município de S. José, compreendendo as paróchias de igual nome, Santo Amaro do Cubatão, Santa Izabel e Therezopolis, S. Pedro de Alcantara, Nossa Senhora do Rosario da Enseada do Brito e S. Joaquim de Garopaba; do município da Laguna, com-prehendendo as paróchias de Santo Antonio dos Anjos da Laguna, S. João Baptista de Imarohy, Senhor Bom Jesus do Soccorro da Pescaria Brava, Sant'Anna do Mirim e Sant'Anna de Villa Nova ; do município do Tubarão, compreendendo as paróchias de Nossa Senhora da Piedade do Tubarão e Nossa Senhora Mãe dos Homens do Ararangná ; do município de Lages, compreendendo as paróchias de

Nossa Senhora dos Prazeres de Lages, Nossa Senhora do Patrocínio dos Baguaes e S. Joaquim da Costa da Serra; e do município de Coritibanos, compreendendo as paróchias de Nossa Senhora da Conceição dos Coritibanos e S. João de Campos Novos.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrario.

O Barão Homem de Mello, do meu conselho, ministro e secretario de estado dos negocios do imperio, assim o tenha entendido e faça executar.

Palacio do Rio de Janeiro, em 21 de Maio de 1881, 60.º da independencia e do imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador *Barão  
Homem de Mello.*

DECRETO N. 8116.—DE 21 DE MAIO DE 1881.

*Divide a província de S. Pedro do Rio Grande do Sul em seis  
districtos eleitoraes.*

Attendendo ás disposições da lei n. 3029 de 9 de Janeiro do corrente anno, Hei por bem decretar:

Art. 1.º A província de S. Pedro do Bio Grande do Sul fórma seis districtos eleitoraea.

Art. 2.º O 1.º districto eleitoral terá por cabeça a cidade de Porto Alegre e se comporá: do município de Porto Alegre, compreendendo as paróchias de Nossa Senhora Madre de Deus, Nossa Senhora do Rosario, Nossa Senhora das Dôres, Nossa Senhora de Belém, Nossa Senhora da Conceição de Viamão, Nossa Senhora do Livramento das Pedras Brancas e Nossa Senhora dos Anjos da Aldeia do Gravatahy; do município de S. Leopoldo, compreendendo as paróchias de Nossa Senhora da Conceição de S. Leopoldo; S. Pedro do Bom Jardim, S. Miguel dos Dous Irmãos, Nossa Senhora da Piedade,

Santa Christina do Pinhal, e o curato de S. Francisco a S. Felix ; do município do Cahy, compreendendo as paróchias de S. SebaatiSo do Cahy, Sant'Anna do Rio dos Sino» e S. José do Hortencio; e do município de Monte-Negro, compreendendo as paróchias de S. João Baptista do Monte Negro e S. Salvador.

Art. 3.º O 2.º districto eleitoral terá por cabeça a cidade da Cruz Alta, e se comporá: do município do Arroio, constituído pela paróchia de Nossa Senhora da Conceição do Arroio; do município de 'S. Domingos das Torres, constituído pela paróchia de igual nome; do município de S. Francisco de Paula de Cima da Serra, compreendendo as paróchias de S. Francisco de Paula de Cima da Serra e Santo Ignacio ; do município de Santo Antonio da Patrulha, constituído pela paróchia de igual nome; do município da Vacaria, compreendendo as paróchias de Nossa Senhora da Oliveira da Vacaria e S. Paulo da Lagôa Vermelha; do município da Cruz Alta, constituído pela paróchia do Espirito Santo da Cruz Alta do município de Passo Fundo, compreendendo as paróchias de Nossa Senhora Aparecida do Passo Fundo a Nossa Senhora da Luz; do município da Palmeira, constituído pela paróchia de Santo Antonio da Palmeira; e do município da Soledade, constituído pela paróchia de Nossa Senhora da Soledade.

Art. 4.º O 3.º districto eleitoral terá por cabeça a cidade de Alegrete e se comporá: do município de S. Gabriel, constituído pela paróchia de igual nome; do município do Rosario, constituído pela paróchia de Nossa Senhora do Rosario do Passo do Alegrete; do município do Alegrete, constituído pela paróchia de Nossa Senhora da Conceição do Alegrete; do município de Santo Angelo, com-prehendendo as paróchias de Santo Angelo e S. Luiz das

Missões; do município de S. Borja, constituído pela paróquia de S. Francisco de Borja; do município de Itaqui, compreendendo as paróquias de S. Patrício de Itaqui e S. Francisco de Assis; do município de Uru-guayana, constituído pela paróquia de Sant'Anna do Uruguay; e do município de Quarahim, constituído pela paróquia de S. João Baptista de Quarahim.

Art. 5.º O 4.º districto eleitoral terá por cabeça a cidade de Pelotas e se comporá: do município do Livramento, constituído pela paróquia de Sant'Anna do Livramento; do município de Dom Pedrito, constituído pela paróquia de Nossa Senhora do Patrocínio de Dom Pedrito; do município de Bagé, constituído pela paróquia de S. Sebastião de Bagé; do município de Piratinim, compreendendo a paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Piratinim e o curato de Nossa Senhora do Soc-corro; do município de Cacimbinhas, constituído pela paróquia de Nossa Senhora da Luz de Cacimbinhas; do município de Pelotas, compreendendo as paróquias de S. Francisco de Paula de Pelotas, Santo Antonio da Boa Vista, Nossa Senhora da Consolação do Boquete, Nossa Senhora da Conceição do Boqueirão e S. Lourenço; e do município de Cangussú, compreendendo as paróquias de Nossa Senhora da Conceição de Cangussú e Nossa Senhora do Bosario do Serrito de Cangussú.

Art. 6.º O 5.º districto eleitoral terá por cabeça a cidade do Rio Grande e se comporá: do município de Palmar, constituído pela paróquia de Santa Victoria do Palmar; do município de Jaguarão, compreendendo as paróquias do Espirito Santo de Jaguarão e Santa Isabel dos Canudos ; do município de Arroio Grande, compreendendo as paróquias de Nossa Senhora da Graça do Arroio Grande « S. João Baptista do Herval ; do município do Bio Grande,

compreendendo as paróchias do S. Pedro do Rio Grande do Sul, Nossa Senhora das Necessidades do POVO NOVO E Nossa Senhora da Conceição do Tahim ; do município de 8. José do Norte, compreendendo as paróchias de 8. José do Norte, Nossa Senhora da Conceição do Estreito e S. Luiz das Mostardas; do município de S. João de Camaquan, constituído pela paróchia de S. Joio Baptista de Camaquan ; do município de Dôres de Camaquan, constituído pela paróchia de Nossa Senhora das Dôres de Camaquan; do município da Encruzilhada, compreendendo as paróchias de Santa Barbara da Encruzilhada e S. José do Patrocínio ; e do município de Caçapava, compreendendo as paróchias de Nossa Senhora da Assumpção de Caçapava, Santo Antonio do LaTras o Sant'Anna da Boa VÍsta.

Art. 7.º O 6.º districto eleitoral terá por cabeça a cidade do Rio Preto e se comporá : do município de S. Je-ronymo, compreendendo a paróchia de S. Jeronymo e o curato de Santa Thereza do Herval; do município do Tri-uopho, constituído pela paróchia do Senhor Bom Jesus do Triumpho ; do município de Taquary, compreendendo as paróchias de S. José do Taquary, Santo Amaro e Santo Antonio da Estrella ; do município do Rio Pardo, compreendendo as paróchias de Nossa Senhora do Rosario do Rio Pardo e Nossa Senhora da Candelaria ; do município de Santa Cruz, constituído pela paróchia de S. João de Santa Cruz ; do município da Bôca do Monte, compreendendo as paróchias de Santa Maria da Bôca do Monte e S. Vicente, e o curato de S. Pedro ; do município de . Martinho, constituído pela paróchia de igual nome ; do município de S. Sepé, constituído pela paróchia de Nossa Senhora da Conceição de S. Sepé; e do município de Cachoeira, compreendendo a paróchia de Nossa Senhora da Conceição de Cachoeira e o curato de S. Carlos do Formigueiro.

Art. 8.º Revogam-se ns disposições em contrario.

O Barão Homem de Mello, do meu conselho, ministro e secretario de estado dos negocios do imperio, assim o tenha entendido e faça executar.

Palacio do Rio de Janeiro, em 21 de Maio de 1881, 60.º da independencia e do imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Barão Homem de Mello.*

DECRETO N. 8117—DE 21 DE MAIO DE 1881.

*Divide a provinda de Minas Geraes em vinte districtos eleitoraes. (1)*

Attendendo ás disposições da lei n. 3029 de 9 de Janeiro do corrente anno, Hei por bem decretar :

Art. 1.º A província do Minas Geraes forma vinte districtos eleitoraes.

Art. 2.º O 1º districto eleitoral terá por cabeça a cidade de Ouro-Preto e se comporá: do município do mesmo nome, comprehendendo as paroclias de Nossa Senhora do Pilar de Ouro-Preto, Nossa Senhora da Couceição de Antonio Dias, S. Bartholomeu, Nossa Senhora da Conceição de Antonio Pereira, Santo Antonio da Casa Branca, Nossa Senhora da Conceição do Rio de Pedras, Nossa Senhora da Boa Viagem da Itabira do Campo, Nossa Senhora de Nazareth da Cachoeira do Campo, Santo António do Ouro Branco, Nossa Senhora da Piedade do Paraopeba, Nossa Senhora da Conceição de Congonhas do Campo e S. José

(1) Vide, no fim desta nota, o decreto n. 3091 de 28 de Julho de 1882.

do Paraopeba; do município de Entre-Rios, compreendendo as paróquias de Nossa Senhora das Grotas do Bramado de Suassunhy, S. BRAZ de Suassunhy e Nossa Senhora das Necessidades do Rio do Peixe; o do município de Queluz, compreendendo as paróquias de Nossa Senhora da Conceição de Queluz, Nossa Senhora das Dores da Capela Nova, Santo Antonio de Itaverava, S. Gonçalo de Catas Altas de Noruega, Espirito-Santo do Lamim, Santo Amaro e Sant'Anna do Morro do Chapéu.

Art. 3.º O 2º distrito eleitoral terá por cabeça a cidade de Marianna e se comporá: do município de igual nome, compreendendo as paróquias de Nossa Senhora da Assumpção da Sé de Marianna, Nossa Senhora da Conceição de Camargos, Nossa Senhora de Nazareth do Inficionado, Nossa Senhora do Rosario do Sumidouro, S. Caetano do Ribeirão Abaixo, Nossa Senhora da Cachoeira do Brumado, Senhor Bom Jesus do Furquim, Nossa Senhora da Saúde, Nossa Senhora do Rosario de Paulo Moreira, S. José de Barra Longa e S. Gonçalo de Ubá; do município de Ponte Nova, compreendendo as paróquias de S. Sebastião da Ponte Nova, Santa Cruz do Escalvado, Nossa Senhora da Conceição do Casca, Sant'Anna de Abre-Campo, Sant'Anna de Gequiry e S. José da Pedra Bonita; e do município de Manhuassú, compreendendo as paróquias de S. Lourenço de Manhuassú, S. Simão, Santa Margarida, Sacramento, Santa Helena e S. Roque do Caratinga.

Art. 4.º O 3.º distrito eleitoral terá por cabeça a cidade de Itabira e se comporá: do município do mesmo nome, compreendendo as paróquias de Nossa Senhora do Rosario de Itabira do Matto Dentro, Nossa Senhora do Carmo, Santa Maria, Sant'Anna dos Ferros, S. Sebastião do Parahyba do Matto Dentro, Sete Cachoeiras, Nossa Senhora de Nazareth de Antonio Dias Abaixo, S.

José da Lagôa de Sant'Anna do Alfié; do município do Santa Barbara, compreendendo as parochias de Santo Antonio do Ribeirão de Santa Barbara, Rio de S. Francisco, S. Gonçalo do Rio Abaixo, S. João do Morro Grande, Brumado, Nossa Senhora do Rosário de Cocaes, S. Miguel de Piracicava, Nossa Senhora da Conceição de Catas Altas do Matto Dentro, S. Domingos de Prata e Senhor Bom Jesus do Amparo do Rio de S. João; do município da Conceição, compreendendo as parochias de Nossa Senhora da Conceição de Matto Dentro, S. Domingos do Rio do Peixe, Santo Antonio da Tapera, S. Francisco de Assis do Parauna, Nossa Senhora do Porto de Guannães, Nossa Senhora do Pilar do Morro de Gaspar Soares, Nossa Senhora da Oliveira de Itambé, Riacho Fundo, Nossa Senhora Aparecida de Corregos, Santo Antonio de Rio Abaixo e S. Sebastião do Rio Preto.

Art. 5.º O 4.º districto eleitoral terá por cabeça a cidade de Sabará e se comporá: do município de igual nome, compreendendo as parochias de Nossa Senhora da Conceição de Sabará, Nossa Senhora da Lapa, Santa Quiteria, Nossa Senhora da Conceição de Rapozos, Nossa Senhora do Pilar de Congonhas de Sabará, Santo Antonio do Rio Acima, Nossa Senhora da Boa Viagem do Curral d'El-Rei Nossa Senhora do Carmo do Betim, S. Gonçalo da Contagem e Nossa Senhora da Venda Nova; do município de Caethé, compreendendo as parochias de Nossa Senhora do Bom Sucesso de Caethé, Nossa Senhora Madre de Deus de Roças Novas e Santíssimo Sacramento de Taquarassú; do município de Santa Luzia, compreendendo as parochias de Santa Luzia, Nossa Senhora da Saúde da Lagoa Santa, Senhor Bom Jesus de Mattosinhos, Nossa Senhora da Conceição de Jaboticatubas e Pão-Grosso; • do município de Sete Lagoas, compreendendo as pa-

i



rochins de Santo Antonio das Seta Lagoas, Nossa Senhora do Carmo do Taboleiro Grande, Santíssimo Sacramento da Barra do Jequitibá e Burity.

Art. 6.º O 5.º districto eleitoral terá por cabeça a cidade de Pitanguy e se comporá ; do município do mesmo nome, compreendendo as parochias de Nossa Senhora do Pilar de Pitanguy, SanfAnna de Maravilhas, SantAnna do Onça do Rio de S. João Acima, Senhor do Bom Despacho, Nossa Senhora da Conceição de Pompéo e Nossa Senhora da Abbadia ; do município de Abaeté, compreendendo as parochias de Nossa Senhora do Patrocínio da Marmellada, Nossa Senhora das Dôres-do Indaiá, Nossa Senhora do Loreto da Morada Nova, Santo António dos Tiros e S. Sebastião de Pouso Alegre ; do município de Curvello, compreendendo as parochias de Santo Antonio do Curvello, Nossa Senhora da Conceição do Morro da Garça, Nossa Senhora da Piedade do Bagre e SantAnna de Trahiras; do município do Pará, compreendendo as paroehias de Nossa Senhora da Piedade do Pará, Santo Antonio do Morro de Matheus Leme, Nossa Senhora do Carmo de Cajurú, S. Gonçalo do Pará e SantAnna do Bio de S. João Acima; e do município de Santo Antonio do Monte, compreendendo as paroehias de Santo Antonio do Monte, Nossa Senhora da Saude, Nossa Senhora da Luz do Aterrado, e S. José do Corrego d'Anta.

Art. 7.º O 6.º dIstricto eleitoral terá por cabeça a cidade de S. João d'El-Rei e se eomporá : do município de igual nome, compreendendo as paroehias de Nossa Senhora do Pilar de S. João d'El-Rei, Santo Antonio do Rio das Mortes, Nossa Senhora da Conceição da Barra, Nossa Senhora de Nazareth, S. Gonçalo do Ibituru-na, S. Miguel do Cajurú e Santa Rita do Rio Abaixo ; do município de S. José d'El-Rei, compreendendo as

paróchias de Santo Antonio de S. José d'El-Rei, Nossa Senhora da Conceição de Prados, Sant'Anne, de Caranda-hy, Santo Antonio da Lagoa Dourada e Nossa Senhora da Penha de França da Lage; do município do Bom-Sucesso, compreendendo as paróchias de Nossa Senhora do Bom Sucesso, S. João Baptista e S. Thiago ; do município de Oliveira, compreendendo as paróchias de Nossa Senhora da Oliveira, S. Francisco de Paula, Nossa Senhora da Gloria do Passa Tempo, Nossa Senhora do Carmo do Japão, Santo Antonio do Amparo e Nossa Senhora Aparecida do Claudio ; e do município de Bomfím, compreendendo as paróchias do Senhor do Bomfim, S. Sebastião do Itatiaiossú, Nossa Senhora das Dôres da Conquista, Nossa Senhora da Piedade dos Geraes e S. Gonçalo da Ponte.

Art. 8.º O 1.º districto eleitoral terá por cabeça a cidade de Barbacena e se comporá do município do mesmo nome, compreendendo as paróchias de Nossa Senhora da Piedade de Barbacena, Barroso, Nossa Senhora da Conceição da Ibitipoca, Nossa Senhora das Dôres do Rio do Peixe, Santa Rita da Ibitipoca, Quilombo, S. Miguel e Almas de João Gomes, Nossa Senhora dos Remedios e Nossa Senhora do Desterro do Mello ; do município do Turvo, compreendendo as paróchias de Nossa Senhora da Conceição do Porto do Turvo, Senhor Bom Jesus do Bom Jardim, S. Vicente Ferrer, Nossa Senhora Madre de Deus e Nossa Senhora da Conceição de Carrancas; de do município de Piranga, compreendendo as paróchias de Nossa Senhora da Conceição do Piranga, Santo Antonio do Calambáo, Nossa Senhora da Oliveira, Nossa Senhora da Conceição do Turvo, S. Caetano do Chopotó, Nossa Senhora da Piedade da Boa Esperança, Sant' Anna da Barra do Bacalháo, S. José do Chopotó, Nossa

Senhora da Saude do Pinheiro, Nossa Senhora do Porto Seguro e Santo Antonio do Bacalhão.

Art. 9.º O 8.º districto eleitoral terá por cabeça a cidade de Ubá e se comporá ; do município de igual nome, compreendendo as parochias de S. Januario de Ubá, S. João Baptista do Presidio, Sant'Anna do Sapé, Sant' Anna dos Bagres, S. José do Barroso e 8. José de To-cantins; do município do Pomba, compreendendo as paro-chias de S. Manoel do Pomba, Espirito Santo, Nossa Senhora das Mercês, Porto de Santo Antonio, Senhor do Bomfim, Senhor Bom Jesus da Canna Verde e Nossa Senhora das Dôres do Turvo; do município da Viçosa, compreendendo as parochias de Santa Rita do Turvo, S. Sebastião dos Afflictos, S. Miguel e Almas de Arripiados, S. Sebastião de Coimbra, S. Miguel do Anta e S. Sebastião da Pedra do Anta; e do município de Carangola, compreendendo as parochias de Santa Luzia do Carangola, Nossa Senhora da Conceição dos Tombos do Carangola e S. Francisco do Gloria.

Art. 10.º O 9.º districto eleitoral terá por cabeça a cidade da Leopoldina e se comporá > do município do mesmo nome, compreendendo as parochias de S. Sebastião da Leopoldina, Nossa Senhora da Piedade, Nossa Senhora Madre de Deus do Angu, Nossa Senhora da Conceição da Boa Vista, Senhor Bom Jesus do Bio Pardo e Sant'Anna do Pirapetinga; do município de Cataguazes, compreendendo as parochias de Santa Rita de Meia Pataca, Nossa Senhora da Conceição do Laranjal, Espirito Santa do Empossado, S. Francisco de Assis do Capivara e Santo Antonio do Muriahé ; do município do Muriahé, compreendendo as parochias de S. Paulo de Muriahé, Nossa Senhora das Dores da Victoria, S. Sebastião da Cachoeira Alegre, Nossa Senhora do Patrocínio, S. Sebas-

tiSo da Matta, Nossa Senhora da Gloria e Nossa Senhora do Rosario da Limeira; e do município do Mar de Hespanha, compreendendo aa paroeias de Nossa Senhora das Mercês do Mar de Hespanha, Espirito Santo, Santo Antonio do Aventureiro, Nossa Senhora das Dôres do Monte Alegre e S José do Parahyba.

Art. 11.º O 10.º districto eleitoral terá por cabeça a cidade do Juiz de Fóra e se comporá: do município do mesmo nome, compreendendo as parochias de Santo Antonio do Juiz de Fóra, Nossa Senhora da Assumpção do Chapéo d'Uvas, S. Francisco de Paula, S. José do Bio Preto e Nossa Senhora da Gloria de S. Pedro de Alcantara ; do municipio do Rio Novo, compreendendo as parochias de Nossa Senhora da Conceição do Rio Novo, Espirito Santo do Piau, Nossa Senhora da Trindade do Descoberto e S. João Nepomuceno; e do municipio do Rio Preto compreendendo as paroeias do Senhor dos Passos do Rio Preto, Santa Barbara de Monte Verde, Santo Antonio da Olaria e Santa Rita da Jacutinga,

Art. 12.º O 11.º districto eleitoral terá por cabeça a cidade de Pouso Alto e se compora: do municipio do mesmo nome, compreendendo as paroeias de Nossa Senhora da Conceição de Pouso Alto, S. José do Picú, Santa Rita do Passa Quatro, Sant'Anna de Capivary e Nossa Senhora da Conceição da Virginia; do municipio de Itujubá, compreendendo as paroeias de Nossa Senhora da Conceição de Itajuba, Nossa Senhora da Conceição de Pirangussú, S. Caetano da Vargem Grande, Nossa Senhora da Soledade de Itajubá e Santa Rita da Boa Vista; do municipio de S. José do Paraíso, compreendendo as paroeias de S. José do Paraíso, S. João Baptista das Cachoeiras, Nossa Senhora da Consolação do Capivary e Santa Rita do Sapucahy-mirim; do municipio

mo nome, compreendendo as paróchias de S. Vicente Ferrer da Formiga, Nossa Senhora do Carmo dos Arcos, Sant'Anna de Bambuhy e Nossa Senhora da Ahbadia do Porto Real de S. Francisco; do município de Tamanduá, compreendendo as paróchias de S. Bento de Tamanduá, Nossa Senhora do Desterro, Espírito Santo de Itapeceria e Nossa Senhora das Candéas; do município de Campo Bello, constituído pela paróchia do Senhor Bom Jesus do Campo Bello; do município das Dôres da Boa Esperança, compreendendo as paróchias de Nossa Senhora das Dôres da Boa Esperança, Espírito Santo dos Coqueiros e S. Francisco d'Agua Pé; do município do Carmo do Rio Claro, compreendendo as paróchias de Nossa Senhora do Carmo do Rio Claro, Nossa Senhora da Conceição Aparecida e S. Sebastião da Ventania; e do município do Piumhy, compreendendo as paróchias de Nossa Senhora do Livramento do Piumhy, S. João Baptista do Gloria, S. Roque e Nossa Senhora do Rosario da Pimenta.

Art. 16.º O 15.º districto eleitoral terá por cabeça a cidade de Uberaba e se comporá: do município do mesmo nome, compreendendo as paróchias de Santo Antonio e S. Sebastião de Uberaba, Nossa Senhora da Conceição das Alagôas, Nossa Senhora do Carmo do Frutal Nossa Senhora das Dôres de Campo Formoso e S. Pedro de Uberabinha; do município do Prata, compreendendo as paróchias de Nossa Senhora do Carmo do Prata, S. José do Tijuco, S. Francisco de Salles e Nossa Senhora do Rosario da Boa-Vista do Rio Verde; do município de Monte Alegre, compreendendo as paróchias de S. Francisco das Chagas de Monte Alegre, Santa Maria e Nossa Senhora da Abbadia do Bom Successo; do município do Sacramento, compreendendo as paróchias do Santíssimo Sacramento, Nossa Senhora do Desterro do Desemboque e Espírito

Santo da Forquilha; do município do Araxá, compreendendo as paróchias do Santíssimo Sacramento de ,S. Domingos do Araxá, Mossa Senhora daa Dôres de Santa Juliana e Santo Antonio da Pratinha; e do município do Carmo do Parahyba (Campo Grande), compre-hendendo as paróchias de Nossa Senhora do Carmo do Arraial Novo, S. Francisco das Chagas do Campo Grande e Nossa Senhora da Conceição do Areado.

Art. 17.º O 16.º districto eleitoral terá por cabeça a cidade da Paracatú e se comporá : do município do mesmo nome, compreendendo as paróchias de Santo António da Mangado Paracatú, Sant'Anna do Burity, Rio Preto, Santo Antonio da Canna Brava e Sant'Anna dos Alegres,; do município da Bagagem, compreendendo as paróchias de Nossa Senhora Mãi dos Homens da Bagagem, Nossa Senhora do Carmo, Nossa Senhora da Abbadia d'Agua Suja', Nossa Senhora do Amparo do Brejo Alegre e Santa Anna do Rio das Velhas; do município do Patrocínio, compreendendo as paróchias de Nossa Senhora do Patrocínio, Nossa Senhora do Patrocínio de Coromandel e S. Sebastião da Serra do Salitre; e do município de Patos, compreendendo as paróchias de Santo Antonio dos Patos e Sant'Anna do Parahyba da Barra do Espirito Santo.

Art. 18.º O 17.º districto eleitoral terá por cabeça a cidade de Diamantina e se comporá : do município do mesmo nome, compreendendo as paróchias de Santo António da Sé da Diamantina, S. João da Chapada, Nossa Senhora da Conceição do Rio Manso, S. Gonçalo do Rio Preto, Nossa Senhora das Mercês do Mendanha, Nossa Senhora da Conceição de Curimatahy, Santo António do Gouvêa, Espirito Santo de Datas e Nossa Senhora da Gloria; do município de Montes Claros, compreendendo

as paróquias de Nossa Senhora e S. José de Montes Claros, Sant'Anna de Contendas, S. Antonio da Boa Vista, Santíssimo Coração de Jesus e S. Gonçalo do Brejo das Almas; e do município de Gequitaby, compreendendo as paróquias de Nossa Senhora da Conceição de Gequitaby, Senhor do Bomfim, Sant'Anna dos Olhos d'Agua e Nossa Senhora do Bom Sucesso e Almas da Barra do Rio das Velhas.

Art. 19.º O 18.º districto eleitoral terá por cabeça a cidade do Serro e se comporá: do município do mesmo nome, compreendendo as paróquias de Nossa Senhora da Conceição do Serro Santo Antonio do Rio do Peixe, 8. Sebastião de Correntes, Nossa Senhora Mãe dos Homens do Turvo, Nossa Senhora da Penha do Rio Vermelho, Nossa Senhora dos Prazeres do Milho Verde, S. Gonçalo do Rio das Pedras, Santo António do Itambé e S. José dos Paulistas; do município de S. Miguel de Guanhões, compreendendo as paróquias de S. Miguel e Almas de Guanhões, Nossa Senhora do Patrocínio e Nossa Senhora das Dôres da Capelinha de Guanhões, ; e do município do Rio Doce, compreendendo as paróquias de Santo António do Peçanha, S. José do Jacury e Nossa Senhora da Conceição do Cuiethe.

Art. 20.º O 10.º districto eleitoral terá por cabeça a cidade de Minas Novas e se comporá: do município do mesmo nome, compreendendo as paróquias de S. Pedro do Fanado de Minas Novas, Nossa Senhora da Graça da Capelinha, Nossa Senhora da Conceição do Sucuriú, Nossa Senhora da Conceição d'Agua Limpa, Nossa Senhora da Piedade e Santa Cruz da Chapada ; do município de Philadelphia, compreendendo as paróquias de Nossa Senhora da Conceição de Philadelphia e Santa Rita de Malucachita ; do município de S. João Baptista, com-

prehendendo as parochias de S. Joio Baptista, Nossa Senhora da Penha de França, Santa Maria de S. Felix, Santíssimo Coração de Jesus das Barreiras e Nossa Senhora das Mercês do Arassuahy; e do município do Arassuahy, comprehendendo as parochias de Santo António do Arassuahy, Santo António da Itinga S. Sebastião do Salto Grande, S. Miguel do Jequitinhonha e S. Domingos do Arassuahy.

Art. 21.º O 20º districto eleitoral terá por cabeça a cidade do Grão Mogol e se comporá do município do mesmo nome, comprehendendo as parochias de Santo António do Itacambirussú da Serra do Grão Mogol, S. José do Gorutuba Santo António de Itacambira, Nossa Senhora dos Riachos dos Machados e Santo António do Gorutuba; do município do Rio Pardo, comprehendendo as parochias de Nossa Senhora da Conceição do Rio Pardo, Santo Antonio de Salinas e Agua Vermelha; do município da Boa Vista, comprehendendo as parochias de Nossa Senhora da Graça do Tremedal e S. Sebastião dos Lenções ; do município da Januaria, comprehendendo as parochias de Nossa Senhora das Dôres da Januaria, Nossa Senhora do Amparo do Brejo do Salgado e Nossa Senhora da Conceição de Morrinhos; e do município de S. Francisco, comprehendendo as parochias de S. José da Pedra dos Angicos, Santo Antonio da Manga de S. Romão, Sant'Anna do Capão Redondo e Santo Antonio do Paredão.

Art. 22.º Revogam-se as disposições em contrario.

O Barão Homem de Mello, do meu conselho, ministro e secretario de estado dos negocios do imperio, assim o tenha entendido e faça executar.

Palacio do Rio de Janeiro, em 21 Maio de 1881, 60º da independencia e do imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*liarão Homem de Mello.*



DECRETO N. 8118 — DE 21 DE MAIO DE 1881.

*Divide a província de Goyaz em dous districtos eleitoraes.*

Attendendo ás disposições da lei n. 3029 de 9 de Janeiro do corrente anno, Hei por bem decretar :

Art. 1.º A província de Goyaz fórma dous districtos eleitoraes.

Art. 2.º O 1.º districto eleitoral terá por cabeça a cidade de Goyaz e se comporá: do município de Goyaz, comprehendendo as parochias de Sant'Anna de Goyaz, Nossa Senhora do Rosario de Goyaz, Nossa Senhora do Rosario da Barra, Santa Rita d'Antas, Santa Leopoldina, S. José do Araguaia, Nossa Senhora do Rosário do Rio Claro Nossa Senhora do Pilar do Ouro Fino, S. José de Mossa-medes, S. Francisco de Assis de Anicuns, S. Sebastião do Allemão e Nossa Senhora da Abbadia do Curralinho; do município de Araguaia, constituído pela parochia de Santa Maria de Araguaia; do município de Meia Ponte, comprehendendo as parochias de Nossa Senhora do Rosário de Meia Ponte e Sant'Anna d'Anta; do município de Corumbá, constituído pela parochia de Nossa Senhora da Penha de Corumbá; do município de Santa Luzia, constituído pela parochia de Santa Luzia; do município do Bomfim, comprehendendo as parochias do Senhor do Bom-fim e Nossa Senhora da Conceição de Campinas; do município de Pouso Alto, constituído pela parochia de Nossa Senhora da Abbadia do Pouso Alto; do município de Santa Cruz, comprehendendo as parochias de Nossa Senhora da Conceição de Santa Cruz e Nossa Senhora do Desterro de Caldas Novas ; do município de Villa Bella, comprehendendo as parochias de Nossa Senhora do Carmo de Villa Bella de Morrinhos e Santa Rita do Paranahyba; do município

do Catalão, constituído pela paróquia de Nossa Senhora da Madre de Deus do Catalão ; ao município de Entre-Bios, constituído pela paróquia do Divino Espírito Santo do Vaim; do município de Rio Verde compreendendo as paróquias de Nossa Senhora das Dores do Rio Verde, Divino Espírito Santo do Jatahy e Nossa, Senhora da Abbadia do Paranahyba; e do município do Rio Bonito, compreendendo as paróquias do Divino Espírito Santo de Torres do Rio Bonito e Nossa Senhora das Dores do Rio Coxim.

Art. 3.º O 2.º districto eleitoral terá por cabeça a villa de Cavalcante e se comporá : do município da Boa Vista, constituído pela paróquia de Nossa Senhora da Consolação da Boa Vista do Tocantins ; do município do Porto Imperial, compreendendo as paróquias de Nossa Senhora das Mercês do Porto Imperial, S. Pedro do Tocantins e Nossa Senhora do Carmo ; do município da Natividade, compreendendo as paróquias de Nossa Senhora da Natividade, Sant'Anna da Chapada, e S. Miguel e Almas ; do município da Conceição, compreendendo as paróquias de Nossa Senhora da Conceição do Norte e S. José do Duro ; do município da Palma, compreendendo as paróquias de S- João da Palma e Divino Espírito Santo do Peixe ; do município das Arraias, compreendendo as paróquias de Nossa Senhora dos Remedios das Arraias e Santo António do Morro do Chapéo ; do município da Taguatinga, constituído pela paróquia de Santa Maria de Taguatinga; do município de S. Domingos, constituído pela paróquia de S. Domingos ; do município da Posse, constituído pela paróquia de Sant'Anna da Posse ; do município de Cavalcante, compreendendo as paróquias de Sant'Anna do Cavalcante, S. Felix e S. Theodoro de Nova Roma; do município do Forte, compreendendo as paróquias de S. Sebastião do Forte, Nossa Senhora do Rosario de Flôres

e Santa Rosa; do município de S. José, compreendendo as paróchias de S. José de Tocantins e Nossa Senhora da Conceição de Trahiras; do município do Pilar, compreendendo as paróchias de Nossa Senhora do Pilar, Nossa Senhora da Conceição de Crixás e Santo Antonio do Amaro Leite; do município de Jaraguá, constituído pela paróchia de Nossa Senhora da Penha de Jaraguá ; e do município da Formosa, constituído pela paróchia de Nossa Senhora da Conceição da Formosa.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrario.

O Barão Homem de Mello, do meu conselho, ministro e secretario de estado dos negocios do imperio, assim o tenha entendido e faça executar.

Palacio do Rio de Janeiro, em 21 de Maio de 1881, 60.º da independencia e do imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Barão Homem de Mello.*

DECBETO N. 8119—DE 21 DE MAIO DE 1881.

*Divide a província de Matto Grosso em dous districtos eleitoraes.*

Attendendo ás disposições da lei n. 3029 de 9 de Janeiro do corrente anno, Hei por bem decretar :

Art. 1.º A província de Matto Grosso forma dous districtos eleitoraes.

Art. 2.º O 1.º districto eleitoral terá por cabeça a cidade de Cuyabá e será constituído pelo município de Cuyabá, compreendendo as paróchias do Senhor Bom Jesus de Cuyabá, S. Goççalo de Pedro II, Nona Senhora da Guia, Nossa Senhora do Livramento. Santo António do Rio

Abaixo, Santa Anna do Sacramento da Chapada e Nossa Senhora de Brotas.

Art. 3º O 2.º districto eleitoral terá por cabeça a cidade de Corumbá e se comporá : do município de Diamantino, constituído pela parochia de Nossa Senhora da Conceição do Alto Paraguay Diamantino; do município do Rosario, constituído pela parochia de Nossa Senhora do Rosario do Rio Acima ; do município de Miranda, comprehendendo as parochias de Nossa Senhora do Carmo de Miranda e Santa Rita de Livorgeria; do município de Corumbá, comprehendendo as parochias de Santa Cruz de Corumbá e S. José do Herculania; do município do Paranahyba, constituído pela parochia de Santa Anna do Paraoa-hyba; do município de Poconé, constituído pela parochia de Nossa Senhora do Rosario de Poconé; do município de S. Luiz de Cáceres, constituído pela parochia de S. Luiz de Cáceres ; e do município de Matto Grosso, constituído pela parochia da Santíssima Trindade de Matto Grosso.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrario.

O Barão Homem de Mello, do meu conselho, ministro e secretario de estado dos negocios do imperio assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em 21 de Maio de 1881, 60º da independencia e do imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Barão Homem de Mello.*

DECRETO N. 3091-DE 28 DE JULHO DE 1882.

*Sobre a transferencia das parochias de Nossa Senhora do Carmo, da Província do Rio de Janeiro e de Nossa Senhora das Dores d» Monte Alegre, da de Minas Geraes.*

Hei por bem sancionar e mandar que se execute a resolução seguinte da assembléa geral

Art. 1.º A parochia de Nossa Senhora do Carmo, que pertencia ao município de Cantagallo, da província do Rio de Janeiro, ora elevada a villa pela lei provincial n. 2577, de 13 de Outubro de 1881, fica pertencendo ao 8.º districto eleitoral da mesma província.

Art. 2.º A parochia de Nossa Senhora das Dôres de Monte Alegre, que pertencia ao municipio de Mar de Hes-panha, da província de Minas Geraes, ora annexada ao de S. João Nepomoceno pela lei provincial n. 2671, de 30 de Novembro de 1880, fica pertencendo ao 10.º districto da mesma província.

Art. 3.º São revogadas as disposições em contrario.

O senador Pedro Leito Velloso do meu conselho, ministro e secretario de estado dos negocios do imperio, assim o tenha entendido o faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em 28 de Julho de 1882, 61º da independencia e do imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Pedro Leito Velloso.*

Chancellaria-Môr do Imperio.—*João Ferreira de Moura.*  
Transitou em 4 de Agosto de 1882—*José Bento da Cunha e Figueiredo Junior.*— Registrado.

Publicado na 1.º directoria da secretaria de estado dos negocios do imperio, em 6 de Agosto de 1882.— *Manoel Jesuino Ferreira.*

Art. 17.º § 3º. Cada districto elegerá um deputado à assembléa geral e o numero de membros da assembléa legislativa provincial marcado no art. 1º. § 16º do decreto legislativo n. 842 de 19 de Setembro de 1855.

Quanto às províncias de Santa Catharina, Paraná, Espirito-Santo e Amazonas, que têm de ser divididas em dous districtos, elegerá cada uma delias 22 membros, cabendo 11 por districtos.

### Nota

Vido o art. 169.º do regulamento n. 8213 de 13 de Agosto de 1881.

Art. 18.º O juiz de direito que exercer jurisdição na cidade ou villa designada pelo governo para cabeça do districto eleitoral, ou, em caso de falta,

O seu substituto formado em direito, ou, finalmente, na falta deste ultimo, o juiz de direito da comarca mais vizinha comporá com os presidentes das mesas eleitoraes uma junta, por elle presidida, a qual fará a apuração geral dos votos das diversas eleições do mesmo districto para deputado à assemblea geral ou membros das assembleas legislativas provinciaes.

A esta apuração se procederá pelas autenticas das actas daquellas eleições, dentro do prazo de 20 dias, contados do em que ellas se tiverem feito, precedendo annuncio por editaes e avisos aos ditos presidentes com declaração do dia, hora e lugar da reunião.

Para que a junta apuradora possa funcionar e necessaria a presença, pelo menos, de quatro presidentes de assembleas eleitoraes. Na falta destes,

i

serão chamados pela ordem de sua votação os juizes de paz da parochia ou do districto, onde funcconar a junta. Se ainda estes não comparecerem, recor-rer-se-ha aos juizes de paz da parochia ou do districto mais vizinho.

Na apuração a junta se limitará a sommar os votos mencionados nas differentes authenticas, at-tendendo sómente às das eleições feitas perante mesas organizadas pela fórmula determinada nos §§ 7.º a 11.º do art. 15.º, procedendo no mais como dispõe a legislação vigente. Os eleitores presentes, que quizerem, assignarão a acta da apuração.

#### Notas

##### 1.º

Devendo a junta apuradora limitar-se a sommar os votos mencionados nas differentes authenticas como é expresso no art. 177.\* do regulamento n. 8213, somente na hypothese de lhe serem presentes mais de uma authentica da mesma eleição, compete-lhe proceder nos termos do final do citado artigo, sommando os votos da authentica da eleição feita perante mesa organizada na fórmula da lei com exclusão das outras.—Decreto n. 8308 de 17 de Novembro de 1881.

2.º Em caso nenhum tem as juntas apuradoras competencia para não procederem & apuração de votos, conforme varias disposições da lei n. 3029 e do regulamento n. 8213,

e recentes decisões do governo.— Av. de 11 de Janeiro de 1882.

### 3.º

Á comissão de constituição do senado, no parecer sobre a eleição de um senador pela província do Rio Orando do Sal, notou que na acta da apuração não se tivesse feito menção das parochias que faltaram.

### 4.º

Por aviso de 12 de Dezembro de 1881 mandou-se proceder de conformidade com o art. 29.º § 13.º da lei n. 3029 contra o juiz municipal e 4 juizes de paz; estes porque não quizeram assignar a acta da apuração dos votos feita pela junta presidida pelo juiz de direito, e convidarem o juiz municipal e procederem a outra apuração expedindo diploma a outro candidato, excluindo votos de uma pa-rochia, apezar de não terem em seu poder as authenticas e não ser assignada a acta por algum eleitor ; e aquelle por ter assumido a presidencia dessa junta, reassumindo as funcções de juiz municipal, retirando-se depois por doente.

Art. 18.º § 1.\* Na cidade onde houver mais de um juiz de direito, será presidente da junta apuradora o mais antigo, tendo preferencia o de mais idade, quando for igual a antiguidade; e segundo a mesma regra, serão substituídos uns pelos outros no caso de falta ou impedimento (9).

(95 *Competencia do presidente da junta apuradora.*

Existem, como reconhece a maioria da comissão, dous



No município em que, nos termos do § 1.º n. 1 do artigo antecedente houver dous ou mail districtos eleitoraes, seguir-se-ha, para a presidencia de cada junta apuradora, a regra acima estabelecida, correspondendo a antiguidade do juiz de di-

juizes de direito na comarca de Goyaz, o, inspirando-se nas arguições do conselheiro Fleury, decidio-se pela incompetencia do da 2.º vara Bilhões Jardim, porque o da 1.º vara Ourado Fleury, não obstante estar com assento na relação, é mais antigo, e da posso da tal qualidade era obrigado a vir presidir a apuração, sobrelevando de modo especial a preferencia quo a lei da ao serviço eleitoral, em face do qual não lhe era permitido permanecer no tribunal superior com o character de desembargador.

Os arts. 18.º, § 1.º da lei do 9 de Janeiro, 119.º 175.º e 239.º do regulamento, quo a maioria invoca em seu apoio, devidamente interpretados, não lhe podem abonar os intentos.

Com effeito:

Nas comarcas em que ha mais de um juiz de direito e onde • relação tem a sua séde, desde que para constituir o tribunal em numero legal do desembargadores, afim de poder funcionar regularmente, ou para o julgamento do alguma causa, á necessario algum membro, é chamado o juiz de direito mais antigo: art. 7.º do decreto n. 5618, de 2 de Maio de 1874.

Ora, foi na primeira hypothese — de constituir o tribunal em numero legal — que entrou na relação de Goyaz o juiz de direito Fleury, onde funccionou na qualidade de desembargador em todo o periodo do alistamento eleitoral, até que passou a eleição de deputados geraes, como o proprio conselheiro Fleury confessa em sua contestação e a maioria da commissão acceita. como lacto incontestavel.

Mas, lego que a substituição de um desembargador veri-fica-se no caso e pelo motivo indicado, o juiz de direito substituto é realmente desembargador pela investidura de sua nova

**reito ao numero dos districtos eleitoraes, de modo que o mais antigo sirva no 1.º, o immediate no 2º e assim por diante.**

jurisdição, por isso que recebe todo poder, toda entidade jurídica de que plenamente gozava o substituído (art. 8.º do citado decreto), e já então não pôde exercer a jurisdição inferior, a qual è chamado e a ella adhere a sua substituição na relação, do juiz de direito.

Creatura nova na ordem legal das competencias, da-se a seu respeito formal desagregação de attribuições, uma incompatibilidade absolutamente impeditiva do exercício da jurisdição inferior, que deixou pela cadeira de desembargador.

Todavia ha circumstancias em que, apesar de assumir um juiz de direito funções de desembargador, conserva e leva com-sigo sua primitiva competencia, na qual é impossível ser substituído é quando sóbe á relação para exercer competencia limitada, e tal é aquella que não excede ao julgamento de um feito determinadamente e que abre-se por algum impedimento do desembargador proprietario.

Esta solução, a proposito de duvidas suscitadas, já se acha fixada pelo governo nos avisos de 20 de Julho de 1874 e 26 de Fevereiro do 1875, invariavelmente seguidos pelas relações do imperio.

O primeiro, a que se refere o segundo, assim dispõe: A Si um Juiz de direito O chamado & relação, afim de perfazer o numero indispensavel de juizes, que é o da maioria para que funcione o tribunal, deixa o exercício de sua vara, assume a jurisdição plena e percebe a gratificação deste, além do proprio ordenado de juiz de direito...; ai porém, é chamado para substituir a desembargadores impedidos no julgamento de algum feito, apenas tem competencia para esse julgamento e não fica privado do exercício da jurisdição da 1.º instancia...

Em um caso a substituição é *permanente*, para que o tri-, bunal funcione e para todo serviço, emquanto que no segundo

Art. 18.º § 2.º. Não se considerará eleito deputado à asserabléa geral o cidadão que não reunir a maioria dos votos dos eleitores que concorrerem á eleição.

a substituição é *transitoria*, para o julgamento de certos feitos em que são impedidos um ou mais desembargadores em exercício.

Logo o juiz de direito Curado Fleury, em substituição permanente na relação de Goyaz, á face das regras de direito, não podia, a título de preferencia do serviço eleitoral, deixar a relação, ou accumular o exercício do desembargador e de juiz de direito.

A maioria da comissão pretende fazer acreditar que para a presidencia da junta apuradora deve o juiz de direito mais antigo, quaesquer que sejam as considerações e sem restricção alguma, ou escolha de circumstancias, comparecer, embora *esteja fira da vara*. Logo ella entende que não ha possibilidade, para o mister, de substituição, isto é, o pobre do juiz de direito, longe ou perto, morto ou vivo, suspeito, ou não suspeito, in-> compatibilizado ou não, é coagido a presidir a junta, o que é absurdo.

Eº certamente de maxima importancia a prolação que o legislador accentuou sobre o juiz de direito mais antigo: quiz que o processo eleitoral, o negocio da liberdade do voto e o escrupulo com que se deve proceder para apurar-se os elementos da soberania não estivessem facilmente a *mercé* da inexperiencia das auctoridades, de sua pouca pratica e dos calculos chicaneiros dos interessados; quiz individuar um padrão de funcionario de alta confiança que desse a certeza official de ser elle, e não outro, o primeiro a ser procurado na questão mais melindrosa da vida domestica dos brasileiros ; quiz a fórmula de uma bitola, um instrumento de garantias, embora presumido, a que concedeu grande preeminencia para ser bem visto de baixo; mas o mesmo legislador não podia ir de encontro aos factos o as regras mais comuns do direito., tanto quo previu e determinou que, *havendo*

Neste caso, o presidente da junta expedirá os necessários avisos para se proceder á nova eleição, 20 dias depois da apuração geral.

*falta ou impedimento do juiz de direito mais antigo nas cidades onde houvesse mais de um, serão substituídos uns pelos outros.* (Arts. 18.º, g 1º da lei e 172.º do regulamento).

E o que a lei diz em relação a presidência da junta apuradora dos votos do districto é o mesmo que affirmou com relação ao processo do alistamento, realizando-se casos idênticos. (Arts. 5.º, § 5º da lei, 7.º das inestrucções de 29 de Janeiro e 22º do regulamento).

E' incontrastavel, pois, a praticabilidade das substituições.

Verdade é que o regulamento no art. 175.º manda applicar aos presidentes das juntas os arts. 119.º a 121.º dos quaes o primeiro preceitua que os *juizes de paz deverão concorrer para formar as mesas eleitoraes, quer estejam ou não em exercício, estejam embora suspensos por actos do governo ou por pronuncia em crime de responsabilidade*, disposição que não é nova, pois que é a repetição do art. 3º da lei de 19 de Agosto da 1846.

Este artigo diz *quer estejam ou não em exercido* »; a maioria da comissão diz no seu parecer, « *quer estejam ou não fora do exercioio da vara* », no que ha notavel difference; por quanto um juiz de direito que funciona permanentemente na relação esta de certo *fôra do exercido da vara*, mas é um magistrado *com exercido*.

Agarrada ao material do artigo do regulamento, a maioria da comissão quer tirar toda utilidade da expressão, « *fora do exercício da vara* » para concluir que o juiz de direito desembar-gador, o Dr. Curado Fleury, não devia conservar-se na relação, porém voltar à *sua vara* e presidir a junta.

A maioria da comissão poderia lembrar uma questão e vem a ser: não tendo a lei de 9 do Janeiro applicado aos juizes de direito, presidentes das juntas apuradoras o disposto no art. 15.º § 9º para oa juizes de paz, podia o governo, sem autorização

Na segunda eleição, para a qual servirão **nas** assembléas eleitoraes as mesmas mesas da primeira, só poderão ser votados os dous cidadãos que nesta

alguma inscrever no regulamento um artigo com semelhante fim? Não houve excesso? Não é lícito à magistratura do paiz deixar sem execução uma tal exorbitancia?

É uma questão velha, resolvida já de longa data: o arbítrio do governo está condemnado neste ponto. Não é criminoso o magistrado que antepõe a lei ao regulamento, mas o poder que excedeu, que abusou do pensamento da lei.

Mas, ainda argumentando com a disposição citada, entenda • minoria da comissão que não ha oportunidade para applical-a ao juiz de direito mais antigo de Goyaz, porque o exercício a que se referem os citados arts. 15.º da lei e 119.º do regulamento, ou o não exercício, é restricto ao cargo, não suppõe, nem abrange jurisdição diversa. Si póde-se dizer que o juiz de direito que está licenciado não se acha no exercicio das funcções proprias, seria inexacto affirmar-se que elle esta fóra do exercício, porque presta serviço actualmente na relação, na qualidade de desembargador; allí mantem a posição e character de juiz de direito; aqui pela natureza da competencia perdeu aquelle character.

Além disso, os mesmos artigos deixam claramente comprahender que se trata de um *não exercido* — estando o juiz da direito presente e em condições de tornar exequível a preferencia que a lei lhe creou para presidir a junta; pois de outra fórma seria contrasenso obrigar á presidencia da junta apuradora o juiz legitimamente impedido, como o enfermo, o suspeito, o incompatível, etc Estariam a lei e o regulamento em luta aberta contra si, porque, ao passo que estabeleceram a fórma da substituição, motivaram-na expressamente com a preexistencia de uma *falta ou impedimento*

Ora, ninguem poderá em boa fé dizer que não seja legitimo impedimento aquelle que tolhia ao juiz de direito mais antigo de

tiverem obtido maior numero de votos, sendo suffi-  
ciente para eleger o deputado a maioria dos votos que  
forem apurados.

Goyaz de exercer a jurisdicção da comarca em consequencia de sua  
estada na relação, onde, como já se provou, é impossível a  
accumulação das duas competencias.

A preferencia com que argumenta a maioria da commissão,  
baseada no art. 239.º do regulamento, é improductiva; porque essa  
preferencia e limitada ainda ao circulo dos trabalhos que pertencem  
exclusivamente ao juiz de direito.

Assim é que, si o juiz de direito, no exercicio de sua jurisdicção,  
tem em mãos trabalhos de jury, de correição, on outros, é obrigado a  
deixal-os para presidir a junta apuradora, ou processar o alistamento,  
entregando os mesmos trabalhos a seus legítimos substitutos, si ha  
impossibilidade material de os accu-mular simultaneamente. (Aviso  
de 30 de Janeiro de 1881).

Os trabalhos eleitoraes não preferem jurisdicção ã jurisdicção,  
porém, alludem a serviços, unicamente, que se acham debaixo da  
alçada de um mesmo juiz.

Accresce que, ainda quando o juiz de direito Corado Fleury  
estivesse *exercendo funções inherentes ao cargo*, como exprimiu-se  
a maioria da commissão, para disfarçar, por ventura, a posse das  
funções activas de desembargador, (exprimiu-se assim no parecer),  
não poderia, nem deveria presidir a junta apuradora para não ferir sua  
dignidade com o solemne escandalo de servir como cunhado do  
conselheiro Fleury, de cujos interesses terial de occupar-se.

Entretanto cumpre perguntar : qual a intenção da maioria da  
commissão votando a nullidade da apuração dos votos do dis-tricto ?  
Eefazer-se, apurar-se de novo a votação, sanar-se a nullidade da  
incompetencia, como si essa especie de nullidade, que é absoluta,  
fosse sanavel, no caso de que existisse; pretende, em summa, evitar o  
escolho do art 20.º da lei, que manda proceder a outra eleição,  
quando a camara annulla um diploma qualquer I

## Notas

Lê-se no parecer n. 132 sobre a eleição do 3º district» do Pará: Não é procedente a reclamação deste candidato quando assevera que fora eleito em 1.º escrutínio, por não dever-se computar para a maioria absoluta a votação dada ao outro candidato, visto ser elle incompatível pelo art 11.% § 2.º da lei n. 3029, poia só não lhe aproveitariam esses votos si fosse elle eleito; porém, como os eleitores que votaram neste candidato concorreram á eleição e não votaram em branco, deviam seus votos ser contados para calcular-se a dita maioria absoluta.

Art. 18.º, § 3.º. Na eleição dos membros das assembléas legislativas provinciaes, cada eleitor votará. em um só nome.

Serão considerados eleitos os cidadãos que reunirem votação igual, pelo menos, ao quociente eleitoral calculado sobre o numero total dos eleitores que concorrerem á eleição Se algum ou alguns dos cidadãos não reunirem aquella votação, proceder-se-ha, quanto aos lugares não preenchidos, à nova eleição pela fórmula disposta no paragrapho antecedente, observando-se tambem, quanto ao numero dos nomes sobre os quaes deva recahir a nova votação a regra estabelecida no mesmo paragrapho.

A minoria da comissão será, porém, contente si suas conjecturas perderem-se no vacuo; mas ficara na crença de que vale menos que um ligeiro sonho o achado da incompetencia do presidente da junta apnradora de Goyaz

Art. 19.º Concluída definitivamente a eleição e transcripta no livro de notas de um dos tabelliães do lugar a acta da apuração geral dos votos, a junta apuradora expedirá diplomas (10) aos eleitos — deputados á assembléa geral ou membros da assembléa legislativa provincial, remettendo as cópias authenticas da acta da apuração dos votos ao ministro do imperio, na côrte, ao presidente, nas províncias, e à camara dos deputados ou á assembléa legislativa provincial, conforme fôr a eleição, ficando revogado o art. 90.º da lei n. 387 de 19 de Agosto de 1846.

**Nota.**

*Lei n. 387 de 19 de Agosto de 1846.*

Art. 90.º Apuradas as relações pelo modo determinado, e publicadas as eleições, serão immediatamente os eleitos que presentes estiverem, e que facilmente se puderem chamar, acompanhados pela camara, eleitores e povo, conduzidos á igreja principal, onde se cantará solemne *Te-Deum* á expensas da mesma camara, com o que fica terminado o solemne acto da apuração dos votos.

(10) Diploma—é a acta da apuração de uma eleição, expedida ao eleito pela corporação apuradora.—Lei n. 8029, art. 19.º; lei n. 387 de 1816, art. 87.º; lei de 19 de Dezembro de 1855, art. 1º, § 13.º.



Art. 20.º No caso de reconhecer a camara dos deputados ou a assembléa legislativa provincial que um ou mais dos eleitos estão comprehendidos em qualquer das incompatibilidades especificadas no art. 11.º serão declarados nullos os votos que lhes tiverem sido dados, e proceder-se-ha à nova eleição, na qual não poderão ser votados o cidadão ou cidadãos, cuja eleição tiver sido por este motivo annullada.

Proceder-se-ha tambem à nova eleição, se da annullação de votos pela camara ou assembléa resultar a exclusão de algum dos que tiverem obtido o respectivo diploma.

(Vide nota ao § 2.º do art. 18.º).

Art. 21.º No caso de vaga de deputado á assembléa geral ou de membro de assembléa legislativa provincial, que occorrer durante a legislatura, proceder-se-ha à nova eleição para o preenchimento do . lugar, dentro do prazo de tres mezes, contados do dia em que, na côrte, o governo, e nas províncias, o presidente, tiverem conhecimento certo da vaga, ou em que receberem comunicação desta, feita pelo presidente da camara dos deputados no primeiro caso, ou pelo presidente da assembléa legislativa provincial, no segundo. Estas comunicações serão dirigidas pelo correio, sob registro.

Da eleição de vereadores e juizes de paz.

Art. 22.º Na eleição de vereadores cada eleitor votará em um só nome.

As camaras municipais continuarão a fazer a apuração geral dos votos do município.

Serão declarados vereadores os cidadãos que, até ao numero dos que devem compôr a camara do município, reunirem votação igual, pelo menos, ao quociente eleitoral, calculado sobre o numero total dos eleitores que concorrerem a eleição. Se algum ou alguns dos cidadãos não reunirem aquella votação, proceder-se-ha à nova eleição pelo modo determinado no § 3.º do art. 18.º

No processo desta eleição e em todos os seus termos serão observadas as disposições da legislação vigente, com as alterações feitas nesta lei.

#### Notas.

1ª

No *Diario Official* n. 42, de 12 de Fevereiro de 1882, no expediente do ministerio do imperio, vem o seguinte officio: « Accusou-se o recebimento do officio do presidente da provincia de Pernambuco, de 15 de Dezembro ultimo, em que informa haver designado o dia 28 do dito mez para se proceder á apuração geral de votos da eleição de vereadores do novo município de Timbauba, visto que, por falta de comparecimento de vereadores da camara municipal de Itambé, competente para n dita apuração, porque deste município desmembrou-se o de Timbauba, deixou «quelle acto de realizar-se no devido prazo, tendo-se excusado o juiz de direito da comarca, de marcar novo prazo para esto fim, por não se comprehender o caso occurrente na hypothese do § 2.º do art. 197.º do regul. eleitoral.

## 2.º

O presidente da província de S. Paulo declarou ao presidente da mesa eleitoral da Limeira, que, em vista do que expõe em officio de 15 de Julho, tendo o juiz de direito» na fôrma do art. 216.º do regul. n. 8213, em grão de recurso, mandado expedir diplomas a cidadãos que se julgam eleitos vereadores, e estando marcado o dia 21 para se proceder á 2ª eleição, parece á presidencia que, havendo daquella decisão recurso necessario para a relação, com effeito suspensivo, será conveniente que no dia da eleição, reunida a mesa, esta, tomando conhecimento do facto, providenciasse sobre o caso, tendo em vista que, sendo confirmada pela relação a sentença do juiz de direito, deve influir no 2º escrutínio em face do art. 182.º, § 3.º, e que assim póde ser o melhor accôrdo aguardar aquella decisão final.

## 3.º

A parte do art. 178.º do regul. n. 8213, prohibindo o computo das cédulas em branco para o calculo da maioria na eleição de deputados, pelo fundamento jurídico dessa disposição, applica-se ao calculo do quociente eleitoral na eleição de vereadores. — Av. de 28 de Julho de 1882.

## 4.º

Illm. e Exm. Sr. — Accuso o recebimento do officio n. 46 de 12 de Julho ultimo, em que V. Ex. submette á decisão do governo a seguinte duvida suggerída pela mesa eleitoral que presidiu á eleição de 1 do dito mez na villa de Brotas : se, tendo sido eleitos dous irmãos para o

cargo de vereador, e attendendo-se á disposição do art. 23.º da lei de 1 de Outubro de 1828, deve-se expedir diploma a ambos, ou a um só, e neste ultimo caso qual deve ser o preferido.

Era resposta, cabe-me declarar a V. Ex.:

1.º Que, não tendo sido alterado pela lei n. 3029 de 9 de Janeiro de 1881 o art. 23.º da lei de 1 do Outubro de 1828, e estabelecendo este artigo uma incompatibilidade, não eleitoral ou de cargo, mas de simples exercício, oriunda do parentesco consanguíneo ou por afinidade, deve-se expedir diploma aos dous irmãos, uma vez que ambos obtiveram a votação exigida: para o cargo de vereador, no art. 22.º da lei n. 3029 citada.

2.º Que, depois da posse da nova camara deverá declarar-se impedido aquelle dos dous irmãos que iver sido menos votado, e, no caso de igualdade de votação, o mais moço, *ex-vi* do referido art. 23.º da lei de 1828 e do art. 33.º da lei de 1881.

Nos impedimentos do irmão preferido deverá ser chamado o outro irmão.

3.º Que, na hypothese de terem sido os dous irmãos eleitos em escrutínios diversos, deverá entrar em exercício o eleito em 1.º escrutínio, embora fosse mais votado no segundo o outro irmão, visto ser inteiramente applicavel a este caso, pelo seu fundamento jurídico, a disposição do art. 22.º § 4.º da referida lei n. 3,029, que manda chamar os immediatos do 1.º escrutínio, quando em razão de vagas ou de faltas de comparecimento, não ha vereadores em numero necessario para

celebrarem-se ha sessões. — *Pedro Leão Velloto*.—Av. de l 23 de Setembro de 1882.

## 5.º

O resto ou fracção, quanto ao numero de eleitores que concorrerem 4 eleição de que trata o art 199.º do repul. n. 8218 não póde ser attendido no calculo do quociente eleitoral, que, conforme o espirito da lei, só deve ser representado por um numero inteiro sendo inadmissível que o voto uninominal se divida por dois ou mais candidatos, no quo importaria a computação d'aquella fracção do dito quociente.— Av. de 17 de Julho de 1882.

Este aviso foi explicado do seguinte modo, pelo aviso de 20 do Julho de 1882 :

1.º que o quociente eleitoral de 809, numero dos eleitores que votaram, dividido por 13, numero de lugares a preencher, 62, despresado o resto ou fracção 3/132 que resulta desta operação.

2.º que o computo desta fracção no referido quociente equivaleria 4 distribuição dos tres votos restantes por 13, contra o regimen do voto uninominal.

3.º que o facto de se dever sómente considerar eleito, neste caso, quem tiver obtido 63 votos, pelo menos, importaria alterar-se o quociente da lei, e, contra os preceitos da arithmetica, dar-se o valor da unidade a uma fracção desta.— Avião de 20 de Julho de 1882.

Art. 22.º § 1.º Quando se tiver deixado de proceder á eleição em parochias, districtos de paz ou secções, cujo numero de eleitores exceder á metade dos de todo o município, ou quando nas eleições annulladas houver concorrido maior numero de elei-tores do que nas julgadas validas, ficarão sem effeito

as das outras parochias, districtos de paz ou secções, e se procederá à nova eleição geral no município.

Em nenhum outro caso se fará nova eleição geral.

§ 2.º Na côrte, nas capitães das provincias e nas demais cidades, os vereadores só poderão ser reeleitos quatro annos depois de findo o quatriennio em que servirem.

Nota.

Não tendo, o cidadão que fóra eleito vereador em 1880, servido no presente quatriennio, por ter-se escusado legalmente em virtude de sua nomeação de juiz municipal, não tem por esse lado a incompatibilidade estabelecida no § 2.º do art. 22.º da lei n. 3,029, para exercer o mesmo cargo de vereador no quatriennio vindouro ; não a tendo tambem segundo o art. 24.º da referida lei, pelo facto de ser membro da assembléa provincial, visto que esse artigo prescreve sómente que as funcções daquelles cargos não podem ser accumuladas durante as respectivas sessões, deve a camara municipal expedir-lhe o competente diploma, nos termos do § 2.º do art. 201.º do regul. n. 8213.— Decisão da presidencia do Rio de Janeiro, de 14 de Setembro de 1882.

Art. 22.º § 3.º No caso de morte, escusa ou mudança de domicilio de algum vereador, proceder-se-ha à eleição para preenchimento da vaga.

§ 4.º Quando, em razão de vagas ou de faltas

de comparecimento, não puderem reunir-se vereadores em numero necessario para celebrarem-se as sessões, serão chamados para perfazerem a maioria dos membros da camara os precisos immediatos em votos aos vereadores. Se, no caso da ultima parte do § 3.º do art. 18.\*, se houver procedido a duas eleições para vereadores, aquelles immediatos serão os da primeira eleição.

Só poderão ser chamados, em taes casos, os immediatos em votos aos vereadores, até numero igual aos dos vereadores de que a camara se compuzer.

#### Nota

Segundo as disposições do **art. 22.º § 4.º** da lei n. 3,029, a convocação dos immediatos em votos só pôde realizar-se para perfazer a maioria dos membros das mencionadas camaras, quando, em consequencia de vaga ou falta de comparecimento, não houver o numero necessario afim de celebrarem-se as sessões; outrossim que, para a convocação a que se tenha de proceder nos termos da lei, de-ve-se observar o aviso de 11 de Outubro de 1832.—Av. de 27 de Setembro de 1881.

O aviso de 11 de Outubro de 1832 dispõe que se convoquem de novo os vereadores que faltaram; e mesmo os que estão dispensados de comparecer, como occupados no exame de contas; pois que tal dispensa não pôde comprehender casos extraordinarios, em que o serviço ficasse interrompido com a falta dos dispensados; impondo-se as multas da lei aos omissos; dando de tudo conta circunstanciada á respectiva secretaria de estado, para proceder depois como fôr conveniente.

Art. 22.º § 5.º As camaras municipaes continuarão a compor-se do mesmo numero de vereadores marcado na legislação vigente, com excepção das seguintes, que terão : a do município da côrte 21 membros; as das capitães das províncias da Bahia e Pernambuco 17; as das capitães das do Pará, Maranhão, Ceará, Rio de Janeiro, Minas Geraes, S. Paulo, S. Pedro do Rio Grande do Sul 13; e as das capitães das demais províncias 11.

Cada uma das mesmas terá um presidente e um vice-presidente, os quaes serão eleitos annualmente, na primeira sessão, pelos vereadores d'entre si.

Notas

1.º

*Decreto n. 8716—de 21 de Outubro de 1882.*

Determinando o § 5.º *in fine* do art. 22.º da lei n. 3,029 de 9 de Janeiro de 1881, que as camaras municipaes terão um presidente e um vice-presidente, os quaes serão eleitos annualmente, na primeira sessão, pelos vereadores d'entre si; e suscitando-se duvida sobre o vereador que, antes da eleição do presidente effectivo, deve presidir a sessão no 1.º anno do quadriennio : Hei por bem, conformando-me com o parecer da secção dos negocios do imperio do conselho de estado, exarado em consulta de 27 de Setembro ultimo, declarar o seguinte ;

No dia 7 de Janeiro do 1.º anno do quadriennio, reunidos *fia* novos vereadores na camara e sendo-lhes de-



ferido o juramento, nos termos do art. 17.º da lei de 1 de Outubro de 1828, tomarás posse dos logares que lhes competirem, occupando a cadeira da presidencia, a convite do presidente da camara transacta, o vereador que lhe parecer mais velho; e a este caberá presidir a eleição do presidente effectivo, que em acto successive occupará o seu logar e presidirá a eleição do vice-presidente.

## 2.º

Ministerio dos negocios do imperio.—1.º directoria.—Rio de Janeiro, em 12 de Dezembro de 1882.

Illm. e Exm. Sr.—Em resposta ao officio dessa presidencia n. 74, de 1 do corrente mez, declaro a V. Ex. que, tendo de observar-se no acto da posse da camara do novo município de S. Francisco de Paula dos Pinheiros, desmembrado do de Queluz, a disposição do art. 3.º do decreto de 13 de Novembro de 1832, que exige o comparecimento no primeiro do presidente da camara do segundo desses municipios, e, sendo impossivel conciliar-se aquella disposição com a do decreto n. 8,716 de 21 de Outubro deste anno, desde que as camaras ultimamente eleitas para os dous municipios tenham de empossasse no mesmo dia, cumpre que em data posterior ao da posse da camara de Queluz (7 de Janeiro) se effectue a da camara do novo município, guardada a disposição citada do decreto de 1832, a qual nesse caso applica-se ao futuro presidente da camara de Queluz, visto ter então cessado o exercicio dos actuaes vereadores.

Deus guarde a V. Ex.—*Pedro Leão Velloso*.—Sr. presidente da província de S. Paulo.

## 3.º

No caso de empate na eleição do presidente da camara municipal, a decisão está na execução do art. 22.º da lei de 1.º de Outubro de 1828, concebida nos termos seguintes :

Em todos os casos em que acontecer empate entre dous ou mais eleitos, entrarão os nomes dos que tiverem igual numero de votos, em uma urna, e decidirá a sorte. »—  
Decisão da presidencia do Rio de Janeiro, de 27 de Setembro de 1882.

Art. 22.º § 6.º A s camaras não poderão funcio-nar sem a presença da maioria de seus membros.

Ao vereador que faltar à sessão sem motivo justificado, seráá imposta a multa de 10\$000 nas cidades e de 5\$000 nas villas.

## Nota

Ao presidente da camara municipal da cidade de Theophilus Ottoni, enviou o presidente de Minas Geraes o seguinte officio :

« Accuso o recebimento do officio de 6 de Maio ultimo, em que Vm dando-me conhecimento de que, por falta de numero legal dos respectivos membros não tem essa camara podido celebrar as suas sessões ordinarias, pede a confirmação da multa imposta pelo regimento interno da mesma camara, á qual declarou sujeitos os vereadores que não compareceram á sessão marcada para o dia do dito mez.

Em resposta tenho a dizer-lhe que bem procedeu, declarando sujeitos a multa, que deve ser a de 10\$000 estabelecida pelo art. 228 do regul. n. 8213, os vereadores que, sem motivo justificado, faltaram á referida sessão, visto que, segundo o aviso n. 300 de 3 de Setembro de 1857, não só a lei de 1.º de Outubro de 1828 não faz depender das camaras municipaes a imposição das multas aos vereadores e seus supplentes, que deixarem de comparecer ás sessões, como não veda que os presidentes das mesmas camaras as imponham em casos taes aos vereadores refractarios e aos supplentes, que sem motivo justo não acudirem ás convocações.

Cumprindo, entretanto, a Vm., como presidente da camara, prover á reunião dela, devia, na fórmula do art. 229.º do citado decreto n. 8213, chamar para. perfazerem a maioria dos respectivos membros os precisos immediatos em votos.

Tratando Vm. no referido officio do regimento interno dessa camara, e não tendo d'elle conhecimento esta presidencia, recommendo-lho que me informe quando e por quem foi approvedo.

Art. 23.º A eleição dos juizes de paz continuara a tazer-se pelo modo determinado na legislação vigente com as alterações feitas nesta lei.

A apuração dos votos será feita pela camara municipal respectiva, quando a parochia ou districto de paz estiver dividido em secções.

Art 24.º As funcções de vereador e de juiz de paz são incompatíveis com as de empregos publicos retribuídos : e não podem ser accumuladas com as de senador, deputado à assembléa geral, e membro

de assembles legislativa provincial, durante as respectivas sessões.

1.º

Não se póde applicar aos aposentados, jubilados e reformados, a disposição do art. 24.º da lei D. 3029, pelo que respeita a incompatibilidade para o exercício das funcções dos cargos de vereador e Juiz de paz. (Av. de 13 de Julho de 1881).

2.º

O art. 24.\* da lei n. 3029, não comprehends os immediatos em votos aos juizes de paz que exercerem funcções de empregos publicos retribuídos, salvo si, em virtude de vagas na lista doa juizes de paz, tiverem de entrar para a mesma lista. (Av. de 13 de Outubro de 1881).

3.º

A camara municipal de Angra doa Reis, feita a apuração geral dos votos não expedio os respectivos diplomas a dois vereadores sob o fundamente de ser — ura, ajudante do agente do correio, e o outro, agente do collector. Pelo presidente da província do Rio de Janeiro foi declarado que as funcções exercidas por estes dois cidadãos, sendo de empregos publicos retribuídos o approvados pelo governo, são incompatíveis com a de vereador- nos termos do art. 24.º da lei n. 3029, deve a camara expedir-lhes os respectivos diplomas de vereador, prevenindo-os,

porém, de que têm de fazer opção entre o cargo da eleição popular e os empregos que exercem.

1

4.<sup>o</sup>

Pelo facto de ser auxiliar do engenheiro fiscal da companhia *City Improvements*, applica-se a disposição do art. 24.<sup>o</sup> da lei n. 3029, á vista dos termos geraes da mesma disposição, que abrange nas expressões «empregos publicos retribuídos», quer os cargos de character vitalício, quer os de que podem ser *ad-nulum* demittidos aquelles que os servem, ou por outras palavras, quaesquer funcionarios do estado que percebam vencimentos, tenham ou não direito á aposentação.— (Decisão do ministerio do imperio, de 23 de Setembro de 1882).

Art. 25.<sup>o</sup> Feita a primeira eleição de deputados à assembléa geral pelo modo estabelecido nesta lei, proceder-se-ha tambem a eleição das camaras municipais e dos juizes de paz em todo o imperio, no primeiro dia util do mez de Julho, que se seguir, começando a correr o quatriennio no dia 7 de Janeiro subsequente.

Art. 26.<sup>o</sup> Quando alguma villa fôr elevada à categoria de cidade, a respectiva camara municipal continuara a funcionar com o numero de vereadores que tiver, até á posse dos que forem nomeados na eleição geral para o quatriennio seguinte.

Art. 27.<sup>o</sup> 4 disposição da ultima parte do n. IV do § 1.<sup>o</sup> do art. 17.<sup>o</sup>, não impede a eleição de camaras e juizes de paz nos municipios, parochias

e districtos de paz que forem novamente creados, comtanto que o sejam dentro dos limites marcados para os districtos eleitoraes.

### **Nota.**

Os moradores da villa de S. João de Campos Novos pedem que se mande proceder á eleição da camara do respectivo município, creado pela lei provincial n. 923 de 30 de Março de 1881, e considerando que o dito município se acha no caso do art. 27.º da lei n. 3.029, declaro a V. Ex. que nada obsta a que seja satisfeito, desde já, o pedido do que se trata, cumprindo que neste sentido V. Ex. expeça as necessarias ordens.—Aviso de 25 de Fevereiro de 1882, ao presidente da provincia de Santa Catharina.

Vide nota 5.º ao n. IV do § 1.º do art. 17.º

Art. 28.º O juiz de direito da comarca continua a ser o funcionario competente para conhecer da validade ou nullidade, não só da eleição de vereadores e juizes de paz, mas tambem da apuração dos votos, decidindo todas as questões concernentes a estes assumptos, pela fôrma prescripta na legislação vigente.—Vide nota 1.\* ao art. 22.º

§ 1.º Nas comarcas que tiverem mais de um juiz de direito competirão essas attribuições ao juiz de direito do 1.º districto criminal, e, na sua falta aos que devem substituil-o.

§ 2.º Das decisões do juizo de direito sobre as eleições de vereadores e juizes de paz, em con-

formidade deste artigo, haverá recurso para a relação do districto. O recurso será julgado no prazo de 30 dias, por todos os seus membros presentes.

**Nota.**

Aviso de 5 de Maio de 1881 :

1.º As palavras — todo o tribunal — de que se sérvio o art. 74.º das instrucções de 29 de Janeiro, devem ser entendidas de accordo com o final do art. 28.º § 2.º da lei n. 3029 bastando que o tribunal esteja constituído co numero legal para tomar conhecimento dos recursosm elei-toraes.

2.º Comquanto o citado decreto faltasse *em todos os membros presentes*, não tem o presidente da. relação voto no julgamento de taes recursos, pela mesma razão porque não vota no julgamento das appellações criminaes, apezar da expressão — *todos os desembargadores presentes*, empregada pelo art. 121.º do decreto n. 5.618 de 2 de Maio de 1874, segundo já foi explicado pelo aviso n. 445 de 20 de Outubro de 1875.

3.º Dado o caso de empate na decisão dos referidos recursos, prevalece o voto favoravel ao reconhecimento do direito eleitoral contestado, *ad instar* do disposto no art. 123.» do citado decreto n. 5618, visto que o direito de desempate repugna ao espirito da legislação em vigor.

4.º Os recursos eleitoraes pendentes devem ser julgados por todo o tribunal, na fórmula da nova lei, não obstante as eleições haverem sido feitas segundo a anterior.

Vide nota 2.º ao art. 22.º

**Parte penal.**

Art. 29.º Além dos crimes contra o livre gozo e exercício dos direitos políticos do cidadão, mencionados nos arts. 100.º, 101.º e 102.º do código criminal, serão também considerados crimes os definidos nos parágraphos seguintes e punidos com as penas nelles estabelecidas.

**Nota.***Código criminal.*

Art. 100.º Impedir ou obstar de qualquer maneira que votem nas eleições primarias ou secundarias os cidadãos activos e os eleitores que estiverem nas circumstancias de poder e dever votar.  
Penas :

No grão maximo — seis mezes de prisão e multa correspondente á metade do tempo.

No grão médio — quatro mezes, idem, idem. No grão mínimo — dous mezes, idem, idem. Art. 101.º Solicitar, usando de promessas de recompensas ou de ameaças de algum mal, para que as eleições para senadores, deputados, eleitores, membros dos conselhos geraes ou das camaras municipaes, juizes de paz e quaesquer outros empregados electivos, recaiam ou deixem de recahir em determinadas pessoas, ou para esse fim comprar ou, vender votos. Penas :

No grão maximo — nove mezes de prisão e multa correspondente á metade do tempo, bem assim a perda do emprego, se delle se tiver servido para commetter o crime.



No grau médio — seis meses idem, idem.

No grau mínimo — tres mezes, idem, idem.

Art. 102.º Falsificar em qualquer eleição as listas dos votos dos cidadãos ou eleitores, lendo nomes diversos dos que nella estiverem, ou acrescentando ou diminuindo nomes ou letras; falsificar as actas de qualquer eleição.

Penas :

No grau máximo — tres annos de prisão com trabalho e multa correspondente á metade do tempo.

No grau médio — um anno e nove mezes, idem, idem.

No grau mínimo — seis mezes, idem, idem.

Art. 29.º § 1.º Apresentar-se algum individuo com titulo eleitoral de outrem, votando ou pretendendo votar:

Penas: prisão de um a nove mezes e multa de 100\$ a 300\$000.

Nas mesmas penas incorrerá o eleitor que concorrer para esta fraude, fornecendo o seu titulo.

§ 2.º Votar o eleitor por mais de uma vez na mesma eleição, aproveitando-se do alistamento multiplo :

Penas: privação do direito de voto activo e passivo por quatro a oito annos e multa de 1000 a 300\$000.

3.º Deixar a autoridade competente de incluir no alistamento dos eleitores cidadão que, nos termos desta lei, tenha provado estar nas condições de eleitor ; incluir o que não estiver em taes condições ou ex-

cluír o que se achar comprehendido em alguns dos casos do § 5.º do art. 8.º;

Demorar a extracção, expedição e entrega dos títulos ou documentos, de modo que o eleitor não possa votar ou instruir o recurso por elle interposto ;

Penas: suspensão do emprego por seis a dezoito mezes e multa de 200\$ a 600\$000.

Nota.

*Decreto n. 3122 de 7 de Outubro de 1882.*

Art. 1.º § 21.º A sentença condemnatory, passada em julgado, que, nos termos do § 5.º do art. 29.º da lei n. 3029, reconhecer a falsidade das certidões, attestados ou outros documentos, que tiverem induzido á inclusão de algum cidadão no alistamento dos eleitores, ou que, segundo a disposição do § 3.º do mesmo artigo, declarar que essa inclusão se fundou em documentos não admittidos pela lei como prova da capacidade eleitoral, importará a eliminação do cidadão assim alistado. Produzirá o mesmo effeito a sentença condemnatoria em caso de simulação de contratos para o dito fim.

Esta eliminação será ordenada pelo juiz de direito que tiver organizado o respectivo alistamento, executada immediatamente e publicada, nos termos do § 8.º do art. 8.º da dita lei e do art. 50.º do regul. n. 8213.

Art. 29.º § 4.º Deixar a autoridade competente de preparar e enviar ao juiz de direito, nos termos

do § 8.º do art. 6.º, os requerimentos dos cidadãos que pretenderem ser alistados e as relações que os devem acompanhar:

Penas: suspensão do emprego por um a três annos e multa de 300\$ a 1:000\$000.

Nas mesmas penas incorrerá o empregado que occultar ou extraviar títulos de eleitor e documentos que lhe forem entregues, relativos ao alistamento.—Vide nota 3\* do art. 6.º § 8º e 3\* do § 6."

§ 5." Passar certidão, attestado ou documento falsos, que induzam & inclusão no alistamento, ou & exclusão :

Penas: as do art. 129." §8\*do código criminal.

Ao que se servir de certidão, attestado ou documentos falsos, para se fazer alistar:

Penas : as do art. 167.º do codigo criminal.

### **Nota.**

*Codigo Criminal.* .

Art. 129.º § 8º Fabricarem qualquer nuto, escriptura, papel ou assignatura falsa em materia ou autos pertencentes ao desempenho de seu emprego.

Alterarem uma escriptura, ou papel verdadeiro, com offensa de seu sentido ; cancellarem ou riscarem algum de seus livros officiaes, não darem conta de autos, escriptura ou papel que lhes tiver sido entregue em razão de officio ; ou os tirarem de autos, requerimentos, representação, ou qualquer outro papel a que estivessem juntos, e que tivessem ido á mão e poder do empregado, em razão e para desempeaho de seu emprego?

*Penas*

No gráo maximo — perda do emprego com innabilidade para outro, por seis annqs, quatro annos de prisão com trabalho, e multa de vinte por cento do damno 'cansado pela falsidade.

No gráo médio — perda do emprego com innabilidade para outro, por tres annos e meio, dous annos e um mez de prisão com trabalho, e multa de doze e meio por cento do damno causado pela falsidade.

No gráo minimo — perda de emprego com inhabilidade para outro, por um anno, dous mezes de prisão com trabalho, e multa de cinco por cento do damno causado pela falsidade.

Art. 167.º Fabricar qualquer escriptura, papel ou assignatura falsa em que não tiver convindo a pessoa a quem se attribuiu, ou de que ella ficar em plena ignorancia;

Fazer em uma escriptura ou papel verdadeiro alguma alteração, da qual resulte a do seu sentido ; Supprimir qualquer escriptura ou papel verdadeiro;

Usar de escriptura ou papel falso ou falsificado, como ae fosse verdadeiro, sabendo que não o é ;

Concorrer para a falsidade, ou como testemunha, ou por outro qualquer modo.

*Penas :*

No gráo maximo — quatro annos de prisão com trabalho, e multa de vinte por cento do damno causado, ou que se poderia causar.

No gráo médio — dous annos e um mez de prisão com trabalho, e multa de doze e meio por cento do damno causado, ou que se poderia causar.

No gráo mínimo — dous mezes de prisão com trabalho e multa de cinco por cento do damno causado, ou que se poderia causar.— (Vide art. 1.º § 21.º do decreto n. 3122, de 7 de Outubro de 1882 em nota ao § 3\* deste artigo).

Art. 29.º § 6º Impedir ou obstar de qualquer maneira a reunião da mesa eleitoral ou da junta apuradora no lugar designado:

Penas : prisão por um a tres annos e multa de 500\$ a 1:5000\$000.

§ 7.º Apresentar-se alguém munido de armas de qualquer natureza:

Penas: prisão por seis mezes a um anno e multa de 100\$ a 300\$000.

Se as armas estiverem occultas :

Penas dobradas.

§ 8.º Violar de qualquer maneira o escrutínio, rasgar ou inutilizar livros e papeis relativos ao processo da eleição :

Penas: prisão com trabalho por um a tres annos e multa de 1:000\$ a 3:000\$, além das penas em que incorrer por outros crimes.

§ 9º Occultar, extraviar ou subtrahir alguém o titulo de eleitor :

Penas: prisão por um a seis mezes e multa de 100\$ a 300\$000.

§ 10.º Deixar a mesa eleitoral de receber o voto do eleitor que se apresentar com o respectivo titulo.

Penas: privação do voto activo e passivo por dous a quatro annos e multa de 400\$ a 1:200\$000.

§ 11.º Reunir-se a mesa eleitoral ou a junta apuradora fóra do lugar designado para a eleição ou apuração :

Penas: prisão por seis a dezoito meses e multa de 500\$ a 1:500\$000.

§ 12.º Alterarem o presidente e os membros da mesa eleitoral ou junta apuradora o dia e a hora da eleição, ou induzirem, por outro qualquer meio, os eleitores em erro a este respeito:

Penas.: privação do direito do voto activo ou passivo por quatro a oito annos e multa de 500\$ a 1:500\$000.

§ 13.º Fazer parte ou concorrer para a formação da mesa eleitoral ou de junta apuradora illegitima :

Penas : privação do voto activo e passivo por quatro a oito annos e multa de 300\$ a 1:000\$000.

§ 14.º Deixar de comparecer, sem causa participada, para a formação da mesa eleitoral, conforme determina o § 10.º do art. 15.º:

Penas: privação do voto activo e passivo por dous a quatro annos e multa de 200\$ a 600\$000.

Se por esta falta não se puder formar a mesa:

Penas: privação do voto activo e passivo por quatro a oito annos e multa de 400\$ a 1:200\$000.

#### **Nota.**

A pena de multa e privação de voto de que falia o § 14.º do art. 29.º da lei, e § 14.º do art. 232.º do regul., só pôde ser imposta em virtude de sentença em pro-

cesso no qual se observem as disposições do art. 25 §§ 1º 5.º da lei n. 261 de 3 de Dezembro de 1841 e regul. n. 120 de 31 Janeiro de 1842 (lei n. 3.029, art. 30.º; regul. a. 8.213, art. 233.º).—Parecer n. 108, sobre a eleição do 5.º districto do Maranhão.

Art. 29.º § 15.º O presidente da província que, por demora na expedição das ordens, der causa a se não concluírem em tempo as eleições:

Penas: suspensão do emprego por seis mezes a um anno.

§ 16.º A omissão ou negligencia dos promotores publicos no cumprimento das obrigações, que lhes são impostas por esta lei, será punida com suspensão de emprego por um a tres annos e multa de 300\$ a 1:000\$000.

§ 17.º As disposições dos arts. 56.º e 57.º do codigo criminal são applicaveis aos multados que não tiverem meios ou não quizerem satisfazer as multas.

#### **Nota.**

#### *Codigo Criminal.*

Art. 56.º As multas serão recolhidas aos cofres das camaras municipaes ; e os condemnados que, podendo, as não pagarem dentro de oito dias, serão recolhidos á prisão, de que não sahirão sem que paguem. Art. 57.º Não tendo os condemnados meios para pagar as multas, serão obrigados a tanto tempo de prisão com trabalho, quanto fôr necessario para ganharem a importancia dellas.

Art. 30.º No processo e julgamento dos crimes previstos no artigo antecedente, ainda quando commettidos por pessoas que não são empregados publicos, se observarão as disposições do art. 25.º §§ 1.º e 5.º da lei n. 261 de 3 de Dezembro de 1841 e respectivos regulamentos.

§ 1.º Nestes processos observar-se-ha o disposto nos arts. 98.º e 100.º da dita lei de 3 de Dezembro de 1841, quanto ao pagamento de custas e sellos, e não serão retardados pela snperveniencia de férias.

As primeiras certidões serão passadas gratuitamente.

§ 2.º Aos promotores publicos das respectivas comarcas serão intimadas todas as decisões proferidas pelas autoridades competentes, afim de promoverem a responsabilidade dos funcionarios que nella houverem incorrido, ou requererem o que fôr de direito.

### **Nota.**

*Lei n. 261 de 3 de Dezembro de 1841.*

Art. 25.º Aos juízos de direito das comarcas, além das attribuições que tem pelo codigo do processo criminal, compete :

§ 1.º Formar culpa aos empregados publicos não privilegiados nos crimes de responsabilidade.

Esta jurisdição será cumulativamente exercida pelas autoridades judicarias a respeito dos officiaes que perante as mesmas servirem.



§ 5.º Julgar definitivamente os crimes de responsabilidade dos empregados publicos não privilegiados.

Art. 98.º A expedição dos autos e traslados não poderá ser retardada pela falta do pagamento das custas, as quaes poderão ser cobradas executivamente.

Art. 100.º Os julgamentos nos processos criminaes terão logar independentemente do sello e preparo, que poderão ser pagos depois.

Art. 31.º Serão multados administrativamente quando deixarem de cumprir quaesquer das obriga-ções que lhes são impostas.

§ 1.º Pelo ministro do imperio na côrte e pelo presidente nas províncias:

I. Os juizes de direito e as camaras municipaes funcionando como aparadores de actas de assembléas eleitoraes: na quantia de 100\$ a 300\$ os primeiros, e de 50\$ a 200\$ cada vereador.

II. Os funcionarios e empregados publicos que deixarem de prestar as informações exigidas para o alistamento dos eleitores: na quantia de 50\$ a 200\$000.

§ 2.º Pelos juizes de direito

I. As mesas eleitoraes: na quantia de 250\$ a 500\$, repartidamente pelos seus membros.

II. Os presidentes das mesas eleitoraes ou seus substitutos, chamados para apuração de actas de assembléas eleitoraes, que não comparecerem sem motivo justificado: na quantia de 50\$ a 200\$ cada um.

III. Os tabelliães incumbidos da transcrição

de acta de apuração dos votos: na quantia de 50\$ a 100\$000.

§ 3.º Pelas mesas eleitorais:

I. Os membros destas que não comparecerem, ausentarem-se ou deixarem de assignar a acta sem motivo justificado: na quantia de 50\$ a 100\$000.

II. Os cidadãos convocados para a formação das mesmas mesas que não comparecerem ou que, tendo comparecido, não assignarem a acta: na quantia de 50\$ a 100\$000.

III. Os escrivães de paz ou de subdelegaria de policia, chamados para qualquer serviço em virtude desta lei: na quantia de 50\$ a 100\$000.

### **Nota.**

Irregular e incompetentemente procedeu o 2º juiz de paz presidente da mesa eleitoral multando e suspendendo do exercício do voto um eleitor (membro da mesa) por ter faltado sem participação, porquanto a mesa, e não o presidente desta, é a competente para impôr administrativamente a multa de 50\$ a 100\$ ao membro que não comparecer. — Parecer n. 106 sobre a eleição do 5º districto do Maranhão.

Art. 31.º § 4.º Da imposição das multas administrativas cabe recurso na côrte para o governo, e nas províncias para o presidente.

. Art. 32.º As multas estabelecidas nesta lei farão parte da renda municipal do termo em que residir a pessoa multada, e serão cobradas executivamente.

## Disposições geraes.

Art. 33º No caso de empate nas apurações ultimas de votos em qualquer eleição, será preferido o cidadão que fôr mais velho de idade.

Art. 34. As camaras municipais fornecerão os livros necessarios para os trabalhos de alistamento dos eleitores e os de talões, devendo estes conter impressos os titulos de eleitor, bem como fornecerão os livros, urnas e mais objectos necessarios para a eleição.

A importancia desses livros e demais objectos será paga pelo governo, quando as camaras não puderem, por falta de meios satisfazer a despesa.

No caso de não serem fornecidos pelas camaras municipais os mencionados livros, supprir-se-ha a falta por outros, que serão numerados e rubricados, com termo de abertura e encerramento, pelo juiz de direito ou juizes municipais e pelos presidentes das mesas eleitoraes ou juntas apuradoras.

## Notas

Comquanto não seja explicito o art. 95.º das instrucções de 29 de Janeiro, sobre a competencia da camara municipal para fornecer o livro destinado ao recibo dos titulos de eleitores, e desse juizo para o abrir, rubricar e encerrar, foi regular o procedimento do juiz municipal 1º supplente, exigindo da mesma camara, o referido livro e legalizando-o

com o preenchimento dessa formalidade, o que está de harmonia com o disposto nos arts. 85.º e 86.º das mesmas instrucções, quanto aos livros para o registro eleitoral. — Officio da presidencia de S. Paulo ao juiz do termo de Una.

2.º

A despesa com publicações de editaes deve correr por conta das camaras municipaes que têm no respectivo orçamento verba para tal fim no titulo — Eleições, jury, qualificação, alistamento, etc.

3.º

Competindo ás camaras municipaes por virtude da lei n. 3029, todas as despesas que se fazem com o serviço eleitoral, serão estas pagas pelos cofres geraes, sómente quando se verificar a hypothese figurada na 2.º parte do art. 238. do regul. n. 8213.—Av. de 29 de Agosto de 1882.

Art. 35.º Em quanto não estiver concluído definitivamente o primeiro alistamento geral dos eleitores, conforme se determina nesta lei, não haverá eleições para deputados à assembléa geral, salvo o caso previsto no art. 29.º da constituição, para senadores, membros das assembléas legislativas provin-ciaes, vereadores e juizes de paz.

O governo poderá espaçar até o ultimo dia util do mez de Dezembro de 1881 a eleição geral dos deputados para a proxima legislatura.

### Nota

*Constituição, art. 29.º :*

Os senadores e deputados poderão ser nomeados para o cargo de ministro de estado, ou conselheiro de estado, com a diferença de que os senadores continuam a ter assento no senado, e o deputado deixa vago o seu lugar na camara, e se procede a nova eleição, na qual póde ser reeleito, e accumular as duas funcções.

Vide a nota ao art. 15

Art. 36.º Em acto distincto ou não das instruções que serão expeditas para a execução desta lei, o governo colligirá todas as disposições das leis vigentes e dos diversos actos do poder executivo, relativos a eleições, que estejam em harmonia com a mesma lei e convenha observar.

Este trabalho será sujeito á aprovação do poder legislativo no começo da primeira sessão da próxima legislatura; e, depois de approvado, considerem-se-hão revogadas as leis e disposições anteriores relativas a eleições, cessando desde que fôr publicado este trabalho a attribuição concedida ao governo no art. 120.º da lei n. 387 de 19 de Agosto de 1846.

### NOTAS.

1.º

*Lei n 387 de 19 de Agosto de 1846.*

Art. 120.º Se na execução desta lei occorrerem duvidas que possam ser decididas pelo governo ou pelos presidentes

de província, serão as decisões publicadas pela imprensa,, comunicadas oficialmente a todas as autoridades a quem possa interessar o seu conhecimento, e apresentadas ao senado e á camara dos deputados na sua primeira reunião.

2.º

Em virtude da disposição deste artigo, na sessão de 15 de Fevereiro de 1882, o Sr. senador Cruz Machado apresentou o seguinte requerimento :

Requeiro que o senado convide a camara dos Srs. deputados para nomoar uma cominissão de cinco membros que, reunida a outra do senado, reveja o regul. de 13 de Agosto de 1881, que tem de ser approvedo pelo corpo legislativo, e proponha outras medidas que a pratica tenha hoje demonstrado serem necessarias para a boa execução da lei de 9 de Janeiro de 1881.

Que a commissão do senado seja de cinco membros nomeados pelo presidente do senado.»

Na sessão de 17 de Fevereiro, a camara dos deputados, acceitando o convite feito pelo senado, resolveo que a commissão tambem de cinco membros, fosse nomeada por eleição, e no dia 28 elegeu a commissão que ficou composta dos Srs.

Franklin A. de M. Doris.

Francisco Prisco de S. Paraizo.

Candido Luiz M. de Oliveira.

Antonia A. de Souza Carvalho.

F. Belizario S. de Souza.

O presidente do senado, em virtude da autorização que lha foi conferida, nomeou em 1.º de Março, os Srs.:

Conde de Baependy.

Leão Velloso.

## ALISTAMENTO

## EDITAL

### Sobre a **revisão** do alistamento **eleitoral**.

O Dr. Ernesto Julio Bandeira de Mello, auditor de guerra, juiz de direito do 5º districto criminal desta côrte, etc, etc.

Faz saber aos que o presente edital virem ou delle noticia tiverem que, na fôrma do art. 8.º da lei n. 3.029 de 9 de Janeiro do anno proximo passado, tem de se proceder á revisão do alistamento geral dos eleitores das parochias de Sant'Anna e Espirito Santo, para o fim de serem eliminados os eleitores fallecidos ou mudados de domicilio para fora da côrte, os fallidos não rehabilitados, os interdictos de seus bens e os que, nos termos dos arts. 7.º e 8.º da constituição, houverem perdido os direitos de cidadão brasileiro ou não estiverem no gozo de seus direitos políticos; e de serem incluídos os cidadãos que requererem e provarem ter adquirido as qualidades de eleitor, de Conformidade com a lei, e souberem ler e escrever.



Tambem se procederá não só à inclusão de eleitores novamente domiciliados na côrte que, por haverem mudado de outras comarcas o seu domicilio, tiverem sido eliminados dos respectivos alistamentos, como ás alterações e declarações necessarias, relativas á mudança de domicilio do eleitor para a parochia, dis-tricto de paz ou secção, comprehendidos na comarca, tudo em virtude do art. 18.º, §§ 1.º e 2.º do decreto n. 8.213 de 13 de Agosto de 1881.

Portanto, convido aos cidadãos domiciliados nas supramencionadas parochias, para, no improrogavel prazo de 30 dias successivos, contados desta data. desde as 10 horas da manhã até 4 da tarde, na sala dos conselhos de guerra, no Quartel General da praça da Acclamação, entregarem a este juizo os seus requerimentos para a inclusão no alistamento, nos quaes não pôde figurar mais de um individuo, devendo ser escripto de proprio punho e com assi-gnatura sua, reconhecida a lettra e firma pelo tabellião, e declarar a parochia e districto de paz, e o quarteirão da residencia, bem como o tempo desta na parochia, o predio que habita, a idade, a filiação, o estado, a profissão e a sua renda, salvas as excepções do art. 4.º da citada lei, e provando o seu direito com os documentos legaes, sendo a idade com certidão de baptismo ou certidão extrahida do registro civil dos nascimentos, e quando não fôr possivel a sua apresentação por justos motivos, que serão declarados,—com certidão authentica que mostre estar o cidadão ou ter estado no exercício dos seus

direitos políticos sem contestação, exercer ou ter exercido cargo ou emprego publico para o qual seja exigida a idade legal, sendo a residencia na pa-rochia, desde um anno antes da revisão do alistamento (salvas as disposições do art. 33.º do citado decreto), provada com certidão autbentica de que conste o exercicio de cargo publico para o qual a lei exige domicilio na parochia, ou com attestado jurado do respectivo parocho, juiz de paz, delegado ou subdelegado de policia, as quaes certidões são isentas de sello e de quaesquer outros direitos, excepto os emolumentos devidos aos officiaes publicos. Para constar mandei passar o presente, que será affixado na porta das matrizes de Sant'Anna, Espirito Santo e na igreja de Santo Christo dos Milagres, e publicado pela imprensa.

Rio, 1 de Setembro de 1882. E eu, Thomaz da Costa Rabello, escrivão que o escrevi.— *Ernesto Julio Bandeira de Mello.*

OuTrO.

O capitão Manoel Rodrigues Dias, juiz muni" cipal, 1.º supplente em exercicio do termo da Cruz Alta, etc.

Paz saber que, achando-se designado o dia 1.º de Setembro corrente, em virtude do regulamento

que baixou com o decreto n. 8.213 de 13 de Agosto de 1881, art. 16.º, para se proceder à revisão do alistamento dos eleitores, pelo presente convida a todos os cidadãos deste município e do da Palmeira para, dentro do prazo improrogavel de trinta dias,, contados da data desta edital, entregarem seus requerimentos no cartório do 1.º tabellião e escrivão do civil desta cidade, das 10 horas da manhã às 4 da tarde, em todos os dias uteis do referido prazo, afim de serem incluídos no alistamento e poderem votar: advertindo que, em conformidade daquelle regulamento, nenhum cidadão será incluído no alistamento -dos eleitores sem o ter requerido por letra de proprio punho e com assignatura sua reconhecidas por notario publico, provando o seu direito com os documentos declarados no mesmo\* regulamento, e que os cidadãos residentes no município da Palmeira poderão entregar seus requerimentos alli ao respectivo juiz municipal supplente em exercício. E para que chegue ao conhecimento de todos, mandou o mesmo juiz lavrar o presente edital, que será affixado nos lugares publicos e publicado pela imprensa, sendo pelo mesmo juiz assignado. Eu, Marinho Cesar de Macedo, escrivão, o escrevi e subscrevo.

Cruz-Alta, 1.º de Setembro de 1882. —*Manoel Rodrigues Dias*. — *Marinho Cesar de Macedo*.

Conforme.— O escrivão, *Macedo*.

**Petição para alistamento.**

**///m.** Sr. Juiz Municipal.

F. de tal, proprietario, solteiro, de 22 annos de idade, filho legitimo de F. de tal, morador no 3.º quarteirão do 2.º districto deste município, com a renda annual de 400\$, requer a V. S. sua inscripção no alistamento de eleitores a que se esta procedendo, por isso que reúne as condições exigidas pela lei eleitoral vigente, como o demonstram os documentos juntos. O Assim

P. a V. S. deferimento E. R. M. Santo

Angelo, 3 de Setembro de 1882. F. de tal.

N. B. Estas petições não pagam sello (not. 2.º ao § 4.º do art. 6.º). Delias darão os juizes muni-cipaes e de direito recibos (§ 6.º do art. 6.º). Devem ser escriptas pelo proprio punho do alistando, sendo a lettra e assignatura reconhecidas por tabellião, no proprio requerimento (art. 8.º, § 1.º) poderão ser escriptas e assignadas por especial procurador, no caso sómente de impossibilidade physica de escrever do cidadão, provada com documentos (not. 1.º ao § 4.º do art. 6º

**Idade** —not. 1.º ao § 1.º do art. 8.º

Domicilio — art. 8.º, § 2.º — Dec. n. 8.213, art. 25.º e §§.

Renda— not. 8.º ao art. 3.º

Os juizes municipaes poderão exigir por despachos lançados nos requerimentos, e que serão publicados por editaes, a apresentação de documentos legais que por ventura não tenham sido juntos. Lei u. 3.029, art. 6.º § 7.º

Para este fim o alistando fará a seguinte

#### PETIÇÃO.

III. Sr. Juiz Municipal (ou de Direito). Diz F. de tal que, tendo V. S. (ou o Dr. Juiz Municipal) por edital de 20 corrente, mandado que o supplicante provasse ter a idade legal, para poder ser alistado eleitor desta parochia, vem apresentar a V. S. o documento junto. Assim

P. a V. S. que se junte esta e o documento à sua primeira petição, pelo que E. R. M. Santo Angelo, etc.

F. de tal.

N. B. Esta petição pÓde ser dirigida ao juiz municipal nos 10 dias por elle concedidos para este fim (lei, art. 6.º § 7.º e not.); e ao juiz de di-

reito, dentro do 10 primeiros dias depois que lhe fôr remetido o alistamento pelo juiz municipal (lei, art. 6.º § 9.º).

Neste ultimo caso, o alistando, antes de entregar a petição ao juiz de direito, a apresentará ao juiz municipal para este pôr a sua informação como exige o § 9.º do art. 6.º da lei.

Esta informação póde ser concebida nestes termos:

Entendo que o supplicante a vista dos documentos juntos tem-o direito de ser inscripto no registro eleitoral etc etc. »

### EDITAL

F. de tal, juiz municipal do termo de Santo Angelo etc

Faz saber que nos requerimentos de F. F. F. F. F. F. F. e F., residentes no 2.º districto deste termo, proferiu despacho mandando que o primeiro apresente recibos do pagamento do imposto predial do 1.º semestre em cobrança no exercício vigente ; o segundo prove as qualidades que allega ter de professor particular e director de collegio, na fórmula da lei, sendo que a certidão da recebedoria de estar o predio n. 17 á rua de S. João collectado em nome de pessoa diversa dos que figu-

ram nos recibos que jantou, passados em nome de outras pessoas, nada prova; o terceiro apresente diploma científico ou litterario, nos termos da lei; o quarto prove ser maior de 21 annos, conforme ai lega, e exhiba prova de residencia: o quiuto pro-ve ser official do exercito; o sexto prove ser vereador ou juiz de paz no quatriennio de 1877 a 1881 ou no seguinte; o setimo que é cidadão brasileiro ; e o oitavo prove em que qualidade requer ser alistado eleitor: a cada um dos que assim tem de satisfazer ao despachado por este juizo, como declarado fica, é concedido o prazo de 10 dias a contar de hoje. E para que chegue ao conhecimento dos interessados fiz passar o presente edital, que será devidamente affixado e publicado pela imprensa.—S. Angelo etc etc. Eu F., escrivSo, o escrevi.

*F(juiz).*

#### Publicação do alistamento. EDITAL

F. de tal, juiz de direito da comarca de S. Angelo etc

Faço saber que se acha concluído o trabalho da revisão do alistamento eleitoral desta comarca,

tendo sido incluídos, por haverem provado as condições  
legaes, os seguintes cidadãos.

PAROCHIA DE S. ANGELO

PRIMEIRO DISTRICTO.

*1.º Quarteirão.*

F. F. e F.

*2.º Quarteirão.*

F. e F.

SEGUNDO DISTRICTO.

F. *1.º Quarteirão. 6.º*  
,F.

F. *Quarteirão.*  
F.

PAROCHIA DE S. LUIZ

Etc etc. etc. E deixaram de ser  
incluídos, por não terem provado as condições legaes,  
os seguintes cidadãos:

PRIMEIRO DISTRICTO.

Etc etc. etc Que, finalmente, foi  
mandada archivar a peti-



ção de F. de tal, da parochia de..... por haver elle fallecido.

E para que chegue á noticia de todos mandou passar o presente e mais dous de igual teor, que vão por elle assignados e subscriptos pelo escrivão de seu cargo, abaixo declarado, os quaes serão publicados pela imprensa e affixados nos lugares do costume, na fôrma da lei. Dado e passado nesta villa aos 19 de Novembro de 1882. E eu, F.,J escrivão, o subscrevi.

F. (*juiz*).

### Entrega dos títulos

#### EDITAL

F. de tal, juiz municipal do termo de S. Angelo, etc.

Faz saber aos cidadãos alistados eleitores na revisão do alistamento desta parochia, que em virtude do disposto no art. 6.º, §§ 14.º e 15.º da lei n. 3.029 de 9 de Janeiro, e no art. 59.º do regul. eleitoral n. 8.213 de 13 de Agosto de 1881, serão entregues por este juizo os respectivos títulos aos mencionados eleitores, cujos nomes foram publicados por edital do Dr. juiz de direito da comarca, ou aos seus procuradores especiaes que passarão recibo nas procurações, conforme o §

22.º da lei n. 3.122 de 7 de Outubro de 1882, dentro do prazo de 30 dias, contados desta data' na sala da camara municipal desta villa (ou onde fôr), -das 10 horas da manha ás 4 da tarde. E para constar mandou passar o presente que será publicado pela imprensa e afixado na porta da igreja matriz.

S. Angelo, etc. E eu, F., escrivSo, o es  
crevi.

**F. juiz).**

N. B. Este edital é publicado 48 horas depois dos juizes municipaes terem recebido os títulos. (Lei, art. 6.º § 14%.

Recurso

Illm. Br. Dr. Juiz de Direito.

Diz F..., eleitor desta comarca, que, tendo V. S. incluído indevidamente no registro eleitoral a F..., interpõe recurso contra essa decisão para o tribunal da relação.

P. a V. S. que se tome o seu  
recurso por termo, proseguin-  
do-se nas demais formalidades. E.  
R. M.

Data.

F.



# ELEIÇÕES



**Convocação para a eleição de deputados geraes e membros das assem-bléas legislativas provinciaes.**

**EDITAL**

O cidadão F. de tal, 1. juiz de paz (2.º 3.º ou 4.º, por impedimento do primeiro) da fre-guezia de Santo Angelo, etc.

Faz saber que, tendo sido marcado pelo Exm. Sr. Dr. presidente da província o dia 31 de Outubro de 1881 para a eleição de deputados á assembléa legislativa (ou para a eleição de um deputado à assembléa geral legislativa, que deve preencher a vaga deixada por fallecimento de F.), em virtude do que preceitua o art. 124. do regulamento n. 8.213 de 13 de Agosto de 1881, convoca os eleitores desta parochia para comparecerem no indicado dia, pelas 9 horas da manhã, na sala da camara municipal, para darem seus votos, tendo em vista as seguintes disposições legaes

Que a chamada é uma só (art. 13.), que é feita segundo a ordem dos quarteirões (art. 139.º)

e das inscrições dos eleitores, que não são admitidos a votar sem apresentarem os seus títulos (diploma de eleitor, art. 141.º), que o voto será escripto em papel branco ou anilado, não devendo ser transparente nem ter marca, signal ou numeração, e a cédula fechada por todos os lados, tendo o competente rotulo (art.

142.º), que não é necessario assignar o voto; podendo, porém, assignal-o o eleitor que o queira, sujeitando-se neste caso a apuração do seu voto em separado dos que não forem assignados (art. 147.º § 3.º).

Não se apurar a cedula que contiver nome riscado ou substituído.

Cada cedula deve conter o nome de um cidadão só, para deputado à assembléa geral legislativa (art. 169.º), e no rotulo a indicação Para deputado à assembléa geral legislativa.

Para que chegue ao conhecimento de todos se passou o presente edital, que será afixado nos logares publicos dos districtos e publicado pela imprensa. Dado e passado nesta villa de Santo Angelo, aos 29 de Outubro de 1881. E eu, F., escrivão do juiz de paz, o escrevi. F. (juiz).

N. B. Este edital deve ser publicado com 30 dias de antecedencia. —Reg. n. 8.213, art. 124.º.

Convocação para á eleição de vereadores e juizes de paz.

EDITAL

F..., juiz de paz mais votado da freguezia de Santo Angelo, etc

Tendo de se proceder à eleição de vereadores e juizes de paz deste município no dia 1\* de Julho proximo futuro, como determina o art. 25.º da *LEI* n. 3.029 de 9 de Janeiro, e art. 191º *do* reg. n. 8.213 de 13 de Agosto de 1881, convoca os senhores eleitores desta parochia a comparecerem no referido dia, às 9 horas da manhã, na sala da camara municipal desta villa, a fim de darem os seus votos, na fórma da lei, devendo para esse fim apresentarem os seus títulos. E para que chegue à noticia de todos, este será affixado na porta da matriz e publicado pela imprensa. Santo Angelo, etc. E eu, F., escrivão, o escrevi. F. (juiz).

N. B. Este edital é publicado com a antecedencia de 30 dias.



Convocação para a eleição nos distritos de paz ou nas secções de parochila ou de districto.

#### EDITAL

O cidadão F., 1.º juiz de paz, presidente da 1.º secção parochial da freguezia de... etc.

Faz publico que, tendo de proceder-se á eleição de..., no dia 15 do corrente mez, de conformidade com o art. 103.º do reg. n. 8.213 de 13 de Agosto de, 1881, convoca os senhores F..., F... e F..., 2.º, 3.º e 4.º juizes de paz desta parochia, e F..., F..., F... e F..., immediatos em votos aos juizes de paz, para no dia 12 do corrente, às 9 horas da manhã, re-unirem-se no edificio *tal*, sito em *tal localidade*, a fim de eleger-se a mesa que, correspondendo á 1.º secção desta parochia, tem de funcionar no referido edificio. Para que chegue ao conhecimento dos mesmos juizes, e immediatos, mandou passar o presente e mais dous de igual teor, que serão publicados pela imprensa e affixados nos lugares do costume. Santo Angelo, 1.º de Dezembro de 1881. E eu, F., escrivão o escrevi. F. (juiz).

N. B. Esta convocação é feita 15 dias antes da eleição, sendo a mesa organizada com a antecedencia de 3 dias. — Reg. n. 8.213, art. 103.

Nas secções de parochia ou secções de districto de paz, onde estiver a séde da parochia, a mesa se comporá dos juizes de paz e immediatos desta séde.—Reg. 8.213, art. 101.º, § 1.º, Na secção do districto de paz não sendo este o da séde da parochia), na qual se contiver o maior numero de eleitores, a mesa se comporá dos juizes de paz e immediatos, nos termos do art. 98.º e §§,— Regul. n. 8.213, art. 101.º § 2.º

Organização da mesa eleitoral.

#### ACTA.

Aos 30 dias do mez de Outubro do anuo do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1881, nesta villa de Sauto Angelo, comarca do mesmo nome da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, 3.º districto eleitoral, na casa da camara municipal, designada pela presidencia da província para ahi proceder-se a eleição; ás 9 horas da manhã (ou às 2 da tarde quando não tenha podido verificar-se aquella hora), presente o juiz de paz mais votado Bernardo José Rodrigues, como presidente, e os 2.º e 3.º juizes de paz juramentados, Matheus Beck e João José de Souza Rabello e os 1.º e 2.º immediatos ao 4.º juiz de paz, Jacob Beck e João Demetrio Machado ou F... e F..., eleitores con-

vidados ou convocados pelo presidente, na falta dos immediatos), tomaram todos os respectivos assentos, como membros da mesa que ha-de presidir aos trabalhos da assembléa eleitoral, que tem de funcionar na eleição de um deputado á assembléa geral legislativa (ou de membros da assembléa legislativa provincial, por este districto; ou, finalmente, de vereadores e juizes de paz), que terá lugar amanhã, na fórma ordenada pelo presidente da provincia, tudo como dispõe o § 7.º n. I do art. 15.º da lei n. 3.029 de 9 de Janeiro de 1881, declarando o presidente achar-se installada a respectiva mesa. Em acto seguido compareceu o eleitor Christiano Krueel Sobrinho e apresentou sua nomeação por escripto para fiscal da parte do candidato Dr. Severino Ribeiro Carneiro Monteiro, e o eleitor João Henrique Daum tambem apresentou nomeação por escripto para fiscal da parte do candidato Dr. Venancio Ayres (1). Concluído o acto e organizada a mesa

(1) Quando o candidato não esteja presente, póde qualquer eleitor fazer a apresentação de fiscal que póde ser concebida nestes termos:

O cidadão F... de tal, eleitor desta parochia, usando do direito que confere o § 16.º do art. 15.º da lei n. 3029 de 9 de Janeiro de 1881, apresenta ao Sr. presidente da mesa eleitoraes desta parochia, o eleitor Julio José Viannu, para fiscalizar os trabalhos da respectiva assembléa eleitoral, e no sou impedimento ou falta o eleitor F..., por parte do candidato Dr. F... que esta ausente.— Santo Angelo, etc.

pela- maneira acima dita, lavrei a presente **acta**, que vai assignada pelo 1º juiz de paz presidente e demais membros da mesa constituída. Eu, Gui lhermino Fernandes dos Santos, escrivão, a escrevi.

F..., F..., F..., F... e F...

N. B. Na hypothese de 2.º escrutínio, não se organiza mesa, servindo a mesma da 1.ª eleição.

### **Acta da eleição.**

Aos 31 dias do mez de Outubro do anno de 1881, as 9 horas da manhã, no edificio da camara municipal desta villa de Santo Angelo, presentes o cidadão João Antonio Pinto, juiz de paz mais votado, presidente, e os mesarios Vicente José Rodrigues, Jorge Henrique Cassei, Germano Hoffmeister e Henrique Uflacker, todos reconhecidos e ja constituídos na mesa eleitoral, segundo a acta de sua installação, para o fim de dirigirem os trabalhos da eleição de um deputado á assembléa geral (ou de membros á assembléa legislativa provincial, ou de vereadores e juizes' de paz), tomaram assento os referidos mesarios junto a mesa, que se achava col-locada em um recinto separado por uma divisão de outro destinado á reunião da assembléa eleitoral, mas de modo que não impossibilitava os eleitores de inspeccionar e fiscalizar os respctivos trabalhos.

Pelo presidente foi dito que se ia proceder a eleição de um deputado à assembléa geral por este districtos ; e depois de verificado que nada continha a respectiva urna, foi ella fechada e devidamente collocada no centro da mesa ; em seguida declarou o presidente que se ia proceder á chamada dos eleitores, os quaes na fórma da lei deviam votar em um só nome, em ce'dula devidamente fechada, escripta em papel branco ou anilado, não devendo ter este signal, marca ou numeração, e nem ser transparente ; designou para fazer a chamada o me-sario F.. e para secretario o mesario F..., e determinou que se procedesse á chamada dos eleitores e sendo a votação feita de conformidade com a lei e effectuado o recebimento das cédulas, mandou a mesa lavrar um termo no qual ficou declarado o numero de eleitores inscriptos no respectivo livro das assignaturas, o qual foi assignado pelo presidente e mesarios. Fez-se a contagem das cédulas e verificou-se o numero de 118, que foram emmassadas, e em seg'uida o presidente nomeou o mesario F... para lêl-as, repartindo com os demais mesarios as lettras do alphabeto para escreverem os nomes dos votados e o numero dos votos. Terminada a leitura e apuração das cédulas, fez-se a lista geral dos nomes sobre os quaes recahiram os votos cor--respondentes ás 118 cédulas, que são : Dr. Severino Ribeiro Carneiro Monteiro, 55 votos ; Dr. Venancio Ayres, 36 votos; e Dr. Antero Ferreira d'Avila, 27

VOTOS.

Essa lista foi publicada em voz alta pelo secretario e por edital afincada na porta do edificio onde se fez a eleição. Não compareceram a chamada os eleitores seguintes: F.

F. F. e F. Em seguida e depois de lavrada a presente acta, queimaram-se as cédulas que foram apuradas promiscuamente, e bem assim foram extrahidas tres copias desta acta, da da formação da mesa e das assignaturas dos eleitores do livro especial, que, devidamente assignadas e concertadas pelo escrivão respectivo, ordenou o presidente fossem remettidas uma ao presidente da província, outra ao presidente da camara dos deputados, e a 3.º ao Dr. juiz de direito da comarca do Alegrete, cabeça deste districto eleitoral, estando assim findo o processo eleitoral as 4 horas da tarde.

E para constar lavrou-se a presente acta que vai assignada pelo presidente e mesarios. Eu F..., secretario, a escrevi e assigno. F.

F. presidente.

F. mesario.

F. idem.

F. idem. F.

idem.

Termo, no livro **das** assignaturas.

Aos 31 dias do mez de Outubro do anuo do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1881, nesta porochia de Santo Angelo, da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, em cumprimento do art. **143** do regul. n. 8.213 de 13 de Agosto de 1881, mandou a mesa lavrar este termo, no qual se declara que cento e dezoito eleitores compareceram à votação na eleição de um deputado a assemblea geral legislativa, pelo 3.º districto desta província, como consta deste livro em que este vai lavrado. Eu F..., secretario, o escrevi e assigno com o presidente e mais membros.

g., F., F., F. e F.

Acta do 2º escrutínio.

Aos dez dias do mez de Dezembro do anno de 1881, neste districto de paz da Villa da União, do termo do Aracaty, província do Ceara, no paço da camara municipal, edificio designado pelo governo para os trabalhos do collegio eleitoral da parochia de Sant'Anna, pelas 9 horas da manhã, reuniram-se os membros da mesa eleitoral do referido collegio, abaixo assign ados, sob a presidencia do juiz de paz mais votado, o cidadão Simão Pereira de Oliveira, afim de proceder-se a eleição de um de-

putado á assemblea geral, conforme o aviso do Dr. juiz de direito presidente da junta apuradora, transmittido em data de 20 de Novembro proximo findo, ao primeiro juiz de paz desta parochia, por não ter candidato algum obtido maioria absoluta de votos na eleição a que se procedeu no dia 31 de Outubro ultimo, e assim constituída a mesma mesa que serviu para a primeira eleição com a differença sómente de ser o segundo juiz de paz substituído pelo quarto, visto haver aquelle falle-cido, — no recinto para as funcções da mesma destinada, separado da assembléa geral dos eleitores por uma grade, de modo a poderem estes inspeccionar e fiscalizar seus trabalhos, nos termos da lei, declarou o Sr. presidente da mesma que ia proceder-se à eleição de um deputado à assembléa geral, e que cada eleitor só podia votar em um nome, por escrutínio secreto, em cedula fechada por todos os lados, escripta em papel branco, ou anilado, sem signal exterior, além do rotulo da eleição, devendo nesta segunda eleição recahir os votos nos dous candidatos mais votados, Dr. Alvaro Caminha Tavares da Silva, advogado e residente na côrte, e Dr. Joaquim Bento de Souza Andrade, residente em Mecejana, servindo como secre-tario o mesario já designado, e José Antonio de Mello, para fazer a chamada, a que logo se deu principio, sendo cada eleitor introduzido no recinto, onde funcionava a mesa, á medida que era feita a chamada, o qual depois de exhibir o competente



titulo, lançava a sua cedula na urna, e assignava o livro do registro da votação do collegio que lhe era apresentado para esse fim, e retirava-se para fóra do recinto. Concluido o recebimento das cedulas, foram estas contadas e emassadas, produzindo o numero de 36 ; immediatamente o Sr. presidente mandou lavrar no livro do registro das assignaturas dos eleitores, o termo de encerramento das mesmas, no qual se declarou o numero dos eleitores, que compareceram e votaram na eleição, annunciando em seguida que a mesa ia proceder à apuração das cedulas recebidas, e achando-se já designado o mesario José Antonio de Mello, para ler em sua presença cada uma das cédulas, repartiu pelos outros mesarios as lettras do alphabeto, para escreverem nas respectivas relações os nomes dos votados e o numero dos votos, que cada um obtiver, por algarismos successivos da numeração natural, sendo as cedulas tiradas da urna cada uma de sua vez, examinadas e abertas uma por uma na occasião da apuração, cujo resultado era publicado em voz alta, na fórmula da lei. Terminada a apuração ás 12 boras do dia, o secretaria Francisco Antonio da Silva Gassundé, pelas respectivas relações, publicou sem interrupção os nomes dos votados e o numero de votos que obtiveram para deputado, dando o seguinte resultado : — Dr. Alvaro Caminha Tavares da Silva, advogado, residente na côrte, 30 votos Dr. Joaquim Bento de Souza Andrade, agricultor, residente em Mecejana, 5 votos

Antonio Gurgel do Amaral Valente, advogado, residente no Aracaty, um voto. Cocluida a apuração dos votos mandou o Sr. presidente publicar o resultado da eleição na porta deste edifício, e mencionar os nomes dos eleitores que não compareceram à eleição, e são : Francisco das Chagas Camillo, José Teixeira de Souza, José Felipe de Carvalho', Manoel Felizardo de Souza e Machado, Antonio Pereira da Silva, e Antonio Francisco da Costa. Em seguida ainda declarou, que, depois de assignada a presente acta pelos membros da mesa, e os eleitores que o quizessem, fosse a mesma transcripta no livro de notas do escrivão de paz "Vicente Ferreira da Rocha, e se extrahisse delia tres copias, e outras tantas das assignaturas dos eleitores no livro em que se inscreveram, as quaes todas, depois de as-signadas por todos os membros da mesa, e concertadas pelo dito escrivão Vicente Ferreira da Rocha, tivessem conveniente destino. E para constar, depois de inutilizadas as cédulas, lavrou-se a presente acta, em que todos os mesarios assignaram, e eu Francisco Antonio da Silva Cassumdé, secretario do collégio, que a escrevi.— Simão Pereira de Oliveira, presidente.— José Antonio de Mello, mesario.— Antonio Carlos Monteiro, mesario.— José Bernar-no Pires . Maia, mesario.— Francisco António da Silva Cassumdé, mesario. Eu, escrivão de paz, a transcrivi e assigno. Vicente Ferreira da Rocha.— Simão Pereira de Oliveira, presidente.— Antonio Carlos Monteiro, mesario.— José Antonio de Mello,

mesario. — José Bernardo Pires Maia, mesario.  
Francisco Antonio da Silva Cassumdé, mesario.

Protesto contra as Irregularidades da organização da  
mesa.

IIIms. Srs. presidente e membros da mesa eleitoral da parochia de...—Os abaixo assignados, eleitores desta parochia, não podendo conformar-se com as irregularidades dadas na organização desta mesa eleitoral, e tambem no processo para a eleição de deputado geral deste quarto circulo, que evidentemente a tornam inquinada de nullidade absoluta, vêm protestar, como protestam, segundo lhes per-mitte o art. 15.º, § 21.º, da lei n. 3029 de 9 de Janeiro de 1881, perante YY. SS., para conservação de seus direitos políticos, e pelos seguintes actos:

1.º Que esta mesa foi organizada e composta do 1º juiz de paz do districto e do cidadão Joaquim José Carreiro, o qual figura indubitavelmente na qualidade de 2º juiz de paz, porém, que, sendo este não o juiz de paz e sim o terceiro immediato em votos ao 4º juiz, por ter obtido apenas 47 votos náa eleição a que se procedeu no anno de 1876, a qual ainda vigora, jamais poderia compôr a turma dos ditos juizes de paz, por ser contrario ao disposto na citada lei, art. 15.º, § 7º n. 1, e respectivo regula-

mento n. 8.213, art. 98.º, não podendo ainda na falta de juizes de paz tomar neste caracter o dito imme-diato para funccionar como 2º juiz do numero.

2.º Que, tendo o Sr. presidente da mesa nomeado o eleitor Antonio Vieira de Tarrez Bandeira, para com o referido Carreiro (supposto 2º juiz de paz) formar a turma destes, foram em seguida nomeados illegalmente os Srs. eleitores Leandro José de Assis e Leovigildo Pinheiro de Souza Barros para os outros dous membros da mesa, que estão representando a turma dos immediatos, o que é evidentemente contrario ás disposições das leis citadas, quando esta turma deveria ser impreterivelmente composta dos cidadãos immediatos em votos ao 4º juiz de paz da eleição; sendo certo que residem nesta cidade os alludidos immediatos, José Pedro da Costa e Seraphim Alves da Costa Café, que obtiveram, o primeiro, 60 votos, e o segundo, 58 votos na mesma eleição acima referida, e que não foram convocados de conformidade com os arts. 113.º e 119.º do citado regulamento e outros da lei; pelo que não compareceram, nem officiaram, e nem tão pouco se fez menção de seus nomes na acta.

3.º Que igualmente não foi convocado na fórmula da lei o effectivo 2º juiz de paz votado, Trajano José da Costa Pacote, que reside actualmente no districto, satisfazendo-se esta mesa com a declaração inconcludente de não haver o mesmo cidadão prestado juramento, quando a lei manda convocar os juizes de paz e seus immediatos sem esta restricção,

por isso que o juiz de paz, a quem ainda não tiver sido deferido pela camara municipal, póde prestalo na hypothese prevista na segunda parte do art. 118.º do mesmo regulamento.

4.º Que funcionou illegalmente Antonio da Costa Barboza desnecessariamente como escrivão de paz na acta da organização desta mesa, não tendo aliás nenhum impedimento para servir o actual effectivo escrivão de paz Manoel Arnaud Formiga, que está no exercício do seu referido cargo e por conse-

quencia não se verificou razão alguma para ser substituído por aquelle, que não foi juramentado no logar do competente funcçãoario, que não foi chamado para o serviço, infringindo esta mesa dest'arte a disposição do art. 109.º do citado regulamento.

5.º Que esta mesa, não só em sua installação como em seus trabalhos, não foi separada, por uma divisão, da reunião da assembléa, como determina o § 3º do art. 126.º do mesmo regulamento, de modo que notou-se confusão desnecessaria e inconveniente dos mesarios e dos que não são mesarios, alguns dos quaes tomaram indistinctamente assento em torno da mesa, como se verificou desde hontem e será opportunamente provado.

6.º Que podendo comparecer, não obstante a falta de convocação, o 2º juiz de paz de numero e os immediatos referidos supra, o Sr. presidente da mesa não esperou pela hora marcada na lei e encerrou os trabalhos da organização da mesma hontem, antes

de 1 hora da tarde, satisfazendo-se com os actuaes membros, que adrede vieram ao acto.

Nestes termos, é visto não ser válida a presente eleição, por se haver feito perante esta mesa, organizada contra os preceitos legais, art. 15.º, § 12.º, da lei n. 3029 de 9 de Janeiro deste anno.

Portanto os abaixo assignados requerem a VV. SS., Illms. Srs. presidente e membros da mesa eleitoral, que façam mencionar o presente protesto na competente acta e rubricado appensal-o à authentica que deve ser enviada ao Exm. presidente da camara dos deputados, na fôrma do art. 151.º do regulamento supra citado—o que pedem a VV. SS. justiça.

Cidade do Pombal, 31 de Outubro de 1881— *Luiz Antonio de Souza,— José Martins Pereira de Almeida.— Domingos Pereira da Silva.—Anionio da Silva Pereira.—João Freire de Lucena.*

Outro,

Os abaixo assignados, eleitores desta parochia de..., usando da faculdade que lhes confere o art. 150.º do decreto n. 8213 de 13 de Agosto do corrente anno, julgam dever protestar, como protestam, contra o modo porque tem corrido todo processo eleitoral nesta villa para a eleição de um deputado geral

pelo 13\* districto desta província, como altamente attentatorio das disposições dos arts. 92.\* e 94. do já citado decreto.

Protestam igualmente contra a intervenção indebita do juiz de direito interino desta comarca, F..., na presente eleição, o qual, não contente de por todo este termo ter exigido votos dos eleitores, mesmo empregando ameaças de processos e de prisões, em favor do seu candidato, contra as terminantes ordens do governo geral e provincial, não hesitou em tomar assento na mesa como fiscal do candidato Dr. F..., por cuja eleição tem empregado todos os meios.

São de tal sorte graves estes factos, que os abaixo assignados julgam não poder prescindir de leva!-los ao conhecimento desta augusta e digníssima camara dos Srs. deputados, afim de que sejam punidos como de direito fôr, aquelles que, por tal fôrma, têm illudido a execução da patriotica lei de 9 de Janeiro. Além disso, do protesto dos abaixo assignados, resulta bastante luz para que a camará dos Srs. deputados possa julgar da validade de tal eleição. Nos termos do mesmo art. 150.º, já citado, requerem os abaixo assignados, que seja o presente protesto epeuseo á cópia authentica das actas, que têm de ser remetidas à camara dos Srs. deputados.

Villa de Santa etc, parocchia de..., 31 de Outubro de 1881.

Contra protesto da mesa eleitoral.

A mesa eleitoral do collegio desta villa de Santa Maria da Victoria, pela maioria de seus membros, contraprotesta ao protesto feito pelos eleitores Manoel Joaquim de Araújo, José Joaquim da Rocha, José Pereira dos Santos, Torquato Baptista de Souza, Izidro Alves Nogueira, Joaquim da Bocha Ribeiro, Antonio Joaquim de Magalhães, Joaquim Gomes Cardoso; Bento Ribeiro de Campos, Izidoro de Castro e Silva, José Augusto Pereira de Carvalho e José Pereira do Nascimento.

E faz o seu contraprotesto nos termos seguintes :

O Dr. juiz de direito interino, Catão Guerreiro de Castro, nunca empregou promessas nem ameaças para obter votos para quem quer que seja, nem os pediu, nem tinha que pedir, porque neste collegio teve grande maioria o candidato, que era universal do eleitorado, em quem o mesmo Dr. juiz de direito interino tambem votou, sem jamais pedir votos.

O facto de ser o juiz de direito interino fiscal de um candidato, é um facto inteiramente licito: primeiro, porque nenhuma lei o prohiu; segundo, o juiz de direito, sendo, como é, o consultor nato e legal dos outros juizes, e, consequentemente, dos juizes de paz (cod. do processo, art. 46.º § 9.º), é obrigado a instruil-os em seus deveres, maximé tra-tando-se de uma lei nova que, naturalmente, o juiz formado sabe mais que o juiz leigo.



Accresce que, si o juiz do direito interino não fosse fiscal masario (dentro da lei), seria consultado a cada momento pelos outros mesarios, fazendo sempre aquillo que se lhe censura, isto é, ensinar aos juizes companheiros.

Finalmente, dous signatarios do protesto a que se responde, já deram ao mesmo doutor, hoje accusado, dous attestados de excellente conducta, legal e moralmente fallando.

Santa Maria, 31 de Outubro de 1881.—*Francisco José da Rocha Medrado*, presidente.— *Bento José do Espirito Santo*.— *Ildefonso Francisco do Nascimento*, vencido.— *Felippe Nery do Espirito Santo*.— *Manoel Joaquim de Araujo*, vencido.— *Dr. Catão Guerreiro de Castro*.—*Conrado Moreira Carvalho*.

#### EDITAL

A mesa eleitoral da parochia de Santo Angelo, faz publico que obtiveram votos para deputado à Assembléa Geral os seguintes cidadãos:

Dr. Severino Ribeiro Carneiro Monteiro...	55 votos
Dr. Venancio Ayres .....	36
Dr. Antero Ferreira d'Avila .....	27

E para constar mandou affixar o presente edital na porta do edificio onde teve lugar a eleição.

- O presidente F....
- O secretario F...
- O mesario F..
- O » F..
- O » F...
- O » F...

# APURAÇÃO

I

## EDITAL

O Dr. F. de tal, juiz de direito da comarca de...,  
etc

Faz saber aos cidadãos eleitores deste 3.º districto eleitoral, que, tendo de proceder-se no dia 10 do corrente, as 10 horas da manhã, na casa da camara municipal, á apuração geral dos votos, pelas authenticas das actas das eleições do 3.º districto eleitoral desta provincia de São Pedro do Rio Grande do Sul, que devem ser remettidas até o dia 5 do corrente convida aos presidentes das assembléas eleitoraes das parochias e secções de pa-rochias e districtos de paz, afim de comparecerem para fazer parte da junta apuradora, podendo assistir a reunião os eleitores que quizerem, tudo nos termos da legislação em vigor. E para constar se mandou passar o presente edital, para ser publicado pela imprensa, e outro para ser affixado no lugar do costume. Dado e passado aos 3 de Novembro de 1881. Eu F., escrivão, o escrevi (ou subscrevi). Dr. F. (juiz).

Acta da apuração geral de votos para um deputado á  
assembléa geral legislativa.

Aos 29 dias do mez de Novembro de 1881, nesta  
cidade de Alegrete, comarca do mesmo nome, de-

signada pelo decreto n. 8.116 de 21 de Maio de 1881, para cabeça do 3.º districto eleitoral desta província, no paço da camara municipal, edificio designado pelo exm. sr presidente da província, para os trabalhos eleitoraes desta parochia, ahi, pelas 9 horas da manha, reunidos os membros da junta apuradora, composta do Dr. juiz de direito desta co-marca, presidente, e dos presidentes das mesas eleitoraes da parochia de... F..., da parochia de... F., da parochia de... F... e da parochia de... F..., todos abaixo assignados, e não tendo comparecido por motivo de molestia, segundo communicação, os das parochias de... F. e F..., tomando todos aquelles os respectivos assentos, o presidente da junta designou a mim F..., membro da mesma junta para servir de secretario, e declarou que ia proceder-se à apuração geral dos votos dos diversos collegios do referido 3.º districto eleitoral para um deputado á assembléa geral legislativa, de conformidade com o art. 18.º e seus §§ da lei n. 3.029 de 9 de Janeiro, e arts. 171.º e 176.º do regul. de 13 de Agosto de 1881, e em seguida abrindo os officios recebidos, e fazendo reconhecer aos eleitores presentes que elles estavam intactos, mandou contar e declarar nesta o numero das authenticas, achando-se serem onze. E como não houvesse duvidas a resolver, o Sr pre-sidente nomeou ao membro F..., escrutador, para ler em sua presença, sob sua immediata inspecção, as authenticas recebidas, encarregando aos demais membros da junta do trabalho da apuração dos

votos. Terminada a apuração, eu secretario, pelas respectivas relações, publiquei sem interrupção os nomes dos votados, das onze authenticas que foram apuradas e o numero de votos que obtiveram para deputados á assembléa geral, sendo o resultado o seguinte F..., advogado, residente em... ,400 votos; F..., criador,\* residente em..., 520 votos; F..., professor, residente em... , 210 votos. Verificando-se que concorreram á referida eleição 1130 eleitores, e não tendo nenhum dos votados obtido maioria dos votos dos eleitores que concorreram á eleição, mandou o presidente da junta expedir avisos a todos os presidentes das mesas constituídas na primeira eleição, para que no prazo de 20 dias, a contar de 30 do corrente, procedessem com as formalidades legais, á eleição para um deputado geral por este districto, podendo na dita,eleição que terá lugar a 19 de Dezembro, sómente ser votados os dous cidadãos F. e F. que nesta primeira eleição obtiveram o maior número de votos. Mandou mais o presidente, que da presente acta se extrahissem duas cópias, uma para ser remetida ao exm. sr. presidente da provincia, e outra á assembléa geral, tudo nos termos do art. 19.\* da citada lei de 9 de Janeiro de 1881. Concluídos os trabalhos, o presidente mandou, Lavar a presente acta, que vai assignada pelos membros da junta e pelos eleitores presentes que quizerem, e ordenou que ella fosse transcripta im-mediatemente nas notas do tabellião F... Eu, F..., secretario da junta, a escrevi. F. etc., etc.

**EDITAL**

de convocação para o 3.º escrutínio.

O cidadão P., juiz de paz mais votado, e presidente da mesa eleitoral da parochia de..., etc.

Faz saber que por se ter de proceder no dia 19 do proximo futuro mez de Dezembro, â segunda eleição entre os dous cidadãos mais votados deste 3.º districto eleitoral, para deputado à assembléa geral legislativa, F. e F., como foi designado pelo Dr. juiz de direito, presidente da junta apuradora, do mesmo districto, convoca, na fórmula disposta no art. 181.º do regul. n. 8.213 de 13 Agosto de 1881, os Srs. eleitores para comparecerem na sala da ca-mara municipal desta villa, designada para a referida reunião, as 9 horas da manhã do referido dia, afim de darem os seus votos aos dous cidadãos acima mencionados, como ' determinam os arts. 142.º e 180. do citado regul., apresentando para esse fim os seus títulos eleitoraes.

E bem assim convoca os Srs. F. F. F. e F. membros da mesa eleitoral, para comparecerem no dia, hora e lugar, acima designados, afim de se installar a mesa e ter lugar a eleição. E para que chegue ao conhecimento de todos mandou passar o presente e mais dous de igual teor, que serão afixados e publicados pela imprensa. Santo Angelo, etc E eu, F. escrivão, o escrevi. (F. juiz).

## EDITAL.

Da camara municipal convocando **para 2.º**  
**escrutínio)**

A camara municipal desta villa faz saber as autoridades a quem competir, e a todos os interessados, que, de conformidade com o regul. n. 8.213, de 13 de Agosto de 1881, se ha de proceder a 2.º escrutínio no dia 10 de Agosto proximo futuro, de accôrdo com o § 2.º do art 183. do cit. regul., para a eleição de tres vereadores da mesma camara, visto só terem obtido quatro dos votados o quociente eleitoral não podendo neste escrutínio ser votados senão os cidadãos abaixo mencionados :

- 1.º F
- 2.º F..
- 3.º F...
- 4.º F...
- 5.º F...
- 6.º F...

E para que chegue á noticia de todos e seja cumprido o disposto no **art. 129.º** do mesmo regul. mandou lavrar, affixar e publicar o presente edital. Paço da camara municipal da villa de Santo Angelo, em 25 de **Julho** de 1882. £ eu. F..., o escrevi e assigno.

F. presidente.



F. ...

F. vereadores. F

F. secretario.

N. 8. No 2º escrutínio, a votação para os lugares não preenchidos deve recahir nos cidadãos que se seguirem em votos aos eleitos, até ao numero duplo do numero dos lugares não preenchidos.

— Regul. n. 8213, art. 183.º § 3.º

#### EDITAL.

O cidadão F..., 1º juiz de paz do 1º dis-tricto da parochiar de Santo Angelo, e presidente da mesa eleitoral, etc.

Faz saber que, em virtude do edital da camara municipal, de 25 de Julho proximo pasado, tem de se proceder no dia 10 do corrente, as 9 horas da manhã, á nova eleição de tres vereadores para preencher o numero legal, não podendo n'esta eleição ser votados senão os seis cidadãos abaixo mencionados:

1.º F...

2.º F...

3.º F...

4.º F...

6.º F...

6.º F..

visto como só quatro cidadãos obtiveram em 1º escrutínio votação igual ao quociente eleitoral; e que, em observancia do art. 181.º do regul. n. 8.213 de 13 de Agosto de 1881, convoca os cidadãos eleitores da parochia a comparecerem na casa da camara municipal desta villa, naquelle dia', lá indicada hora, cada um munido do seu titulo de eleitor, afim de darem o seu voto, o qual, escripto em papel branco ou anilado, não de vendo esse papei ser transparente, nem ter marca, signal ou numeração, recahirá em qual quer dos ditos seis cidadãos, considerados nullos os votos que a outros cidadãos forem dados» A cedula, fechada de todos os lados, terá o rotulo: — Para vereador — como expressamente determina o art. 142.º do cit. regul. De conformidade ainda com o referido art 181.º, convoca os cidadãos.F. F. F. e F., membros da mesa eleitoral, para se reunirem no dia e hora aprazados, e no lugar designado, afim de serem recebidos os votos dos eleitores e effectuarem-se todos os mais actos da eleição. E para que chegue ao conhecimento de todos, será este edital devidamente affixado e publicado pela imprensa. Santo Angelo, 1º de Agosto de 1882. F., escrivão de paz, o escrevi.

F. (juiz)..



# APPENDICE

Ministerio dos negocios do imperio. — 1º di rectoria. — Rio de Janeiro, em 5 de Maio de 1882.

Illm. e Exm. Sr.— Tenho presente a representação que acompanhou o officio dessa presidencia, n. 31 de 26 do mez findo, na qual varios habitantes da parochia de 3. José do Rio Pardo pe- dem seja indicado o meio de fazer' a chamada dos eleitores na futura eleição de vereadores e de juizes de paz, a que se tem de proceder na dita parochia, visto que seus eleitores foram alistados, uns na comarca de Caconde e outros na de Casa Branca.

Em resposta, declaro a V. Ex. que, pertencendo essa parochia á 2.º das referidas comarcas, em virtude da lei. que a creou, segundo V. Ex. informa, cumpre que ao respectjvo juiz de direito seja remetida pelo da de Caconde a lista dos eleitores da mencionada parochia inscriptos no alistamento desta comarca, afim de que o da de Casa Branca fique habilitado a satisfazer a disposição do art. 138.º, § 1.º do regulamento eleitoral, enviando opportunamente ao competente juiz de paz a lista completa dos eleitores pela qual deve ser feita a chamada nas eleições de que se trata.

Deus guarde a V. Ex. — *Rodolpho Epifnio de Souza Dantas.* —Sr. presidente da província de S. Paulo.

Ministerio dos negocios do imperio.—Rio de Janeiro, em 11 de Setembro de 1882.

Em resposta ao seu officio de 2 do corrente mez, declaro a V. S. que, independentemente de ordem do governo, cumpre à Illma. camara municipal fornecer aos juizes de direito os livros de talões, donde se extrahirão os títulos de eleitor, e aos tabelliães a devolução aquelles juizes dos livros de recibos dos mesmos titulos, remettidos a estes funcionarios nos termos do art. 61.º do regulamento eleitoral.

Para esse fim póde V. S. official á camara e ao tabellião competente, exigindo que lhe sejam presentes es mencionados livros.

Deus guarde a V. S. — *Pedro Leão Velloso.* — Sr. juiz de' direito do 1.º districto criminal.

Palqcio do governo da província do Rio de Janeiro.— Nictheroy, 28 de Setembro de 1882.

Em resposta ao officio de 23 do corrente, em que Vm. consulta se, na falta absoluta de certidão de obito para requerer a eliminação de eleitor fallecido, é bastante a informação -do paroho ou de qualquer autoridade, declaro-lhe que sendo restrictivos os arts. 8.º da lei n. 3.029 de 9 de Janeiro, 39.º, 40.º e 41.º do decreto regulamentar de 13 de Agosto de 1881, e pelo seu espirito repellida a prova testemunhal, entende esta presidencia que a certidão de obito é necessaria; mas ao juiz de direito compete,

julgando da eliminação requerida, decidir a questão nos casos sujeitos, *ad instar* e á vista do que preceitua o art. 5.º, § 2.º da lei para a prova de renda legal.

Deus guarde a Vm.—*Bernardo Avelino Gavião Peixoto*. — Sr. promotor publico da comarca de S. João do Principe.

Ministerio dos negocios do imperio. — Rio de Janeiro, 8 de Novembro de 1882.

III<sup>m</sup>. e Ex<sup>m</sup>. Sr.—Verificando-se do officio do juiz- de direito da comarca do Salgueiro, o qual, por cópia, acompanhou o dessa presidencia, n. 83 de 19 do mez findo, que no segundo escrutinio da eleição de vereadores do município da Leopoldina occorrêra o caso de que trata o § 6.º do art.-183. do regulamento eleitoral, isto é, ficaram eleitos cinco e não sete vereadores, numero dos que compõem a camara daquelle municipio, recommendo a V. Ex. a expedição de ordem para que no dito municipio se proceda a nova eleição afim de preencherem-se os dous lugares que ficaram vagos.

Observe a V. Ex. para o fazer constar ao referido magistrado, que não lhe tendo sido apresen-tada dentro do prazo legal reclamação alguma contra a validade da eleição, deve esta ser considerada legitima embora era seu processo occorressem as irregularidades que o mesmo juiz expõe; não cabendo ao governo adoptar qualquer outra provi-

dencia sobre este assumpto além do que ora recomendo a V. Ex.

Outrosim observo a V. Ex., para-o mesmo fim, que o prazo de 60 dias, a que se refere a citada disposição deve contar-se do dia em que o presidente da província recebe comunicação official do facto da eleição incompleta no 2º escrutínio: visto que, por outra fôrma, não se poderia dar regular execução ao dito paragrapho, applicado a eleição de vereadores, quando effectuada em municípios remotos.

Deus guarde a V. Ex. — *Pedro Leão Velloso*. — Sr. presidente da província de Pernambuco.

1º directoria. — N. 5.738. — Ministerio dos negocios do imperio. — Rio de Janeiro, 13 de Novembro de 1882.

*III*m. e Exm. Sr.—Em resposta ao officio de V. Ex., de 31 do Outubro proximo findo, sobre o assumpto constante dos papeis que devolvo e referentes à percepção de custas pelos traslados de documentos que serviram de prova para o alistamiento eleitoral, tenho a honra de declarar a V. Ex. que aos referidos traslados applica-se a disposição final do art. 15.º do regulamento h. 8.213, de 13 de Agosto do anno passado, a qual d'ora avante deve ser executada de conformidade com a disposição do § 20.º do art 1º do decreto n. 3.122 de 7 de Outubro findo.

Deus guarde a V. Ex. — *Pedro Leão Velloso*. — :



A S. Ex. o Sr. ministro e secretario de estado dos negocios da justiça.

1º directoria. - Ministerio dos negocios do imperio. — Rio de Janeiro, em 7 de Dezembro de 1882.

Em resposta ao seu officio de 23 do mez findo, declaro a Vm.:

Que, nos termos da portaria *a* do aviso deste ministerio, expedidos em 7 e 22 de Outubro do anno passado à Illma. camara municipal e ao 1º juiz de paz do 1º districto da parochia de Santa Rita, competindo á mesma camara eliminar da respectiva lista os juizes de paz que estejam mudados do districto por onde foram eleitos, ou ficaram residindo noutros em virtude de alterações havidas nas circumscripções parochiaes, cumpre que Vm. represente á dita camara contra a manutenção do cidadão Lazaro de Oliveira e Silva no cargo de juiz de paz do districto dessa parochia, onde actualmente não reside, segundo Vm. allega e, eliminado que seja por acto daquella corporação, não póde mais o mesmo cidadão, na qualidade de juiz de paz, fazer parte da mesa eleitoral na eleição a que se tem de proceder na dita parochia em Janeiro proximo.

Ministerio dos negocios do imperio.—Rio de Janeiro, 22 de Dezembro de 1882.

III<sup>m</sup>. e Ex<sup>m</sup>. Sr. — Com referencia às duvidas que V. Ex. suscita em seu officio n. 28 do 1º do corrente mez, cabe-me declarar:

Que, nos districtos de paz de que trata o art. 92.º n. 2, do regulamento eleitoral, constituin-do-se a mesa eleitoral com os juizes de paz do districto e seus immediatos, nos termos do art. 98.º, não é fundado o alvitre de reunir-se ao mais vizinho o districto que não contiver cinco eleitores, pelo menos.

Declarou-se ao president's da província do Rio Grande do Norte, em solução da duvida de que trata o seu officio de 30 do mez findo, com referencia á deliberação que tomou a junta apuradora do 2º districto da mesma província, de expedir diploma de membro da respectiva assembléa legislativa ao Dr. Francisco Pinheiro de Almeida e Castro, que na eleição para o preenchimento de uma vaga, obtivera, entre outros candidatos, a maioria relativa ds votos unicamente, que á dita assembléa competi decidir definitivamente esta questão, quando tiver da verificar os poderes do referido cidadão. (Aviso da 26 de Dezembro de 1882).

Pela presidencia de S. Paulo declarou-se: Ao 1º juiz de paz de Santa Rita do Passa-Quatro que não procede a duvida que suscita, deixando

de fazer a convocação para a eleição de vereadores e juizes de paz daquela parochia, por haver recebido a ordem da camara municipal fóra do prazo, porquanto o recebimento da ordem fóra do prazo não é motivo para deixar de haver a eleição, em face do disposto nos arts. 124.º e 125.º do regulamento n. 8.213, de 13 de Agosto de 1881, em virtude dos quaes deve proceder, não obstante, á eleição, embora seja reduzido o prazo pela demora da convocação, cumprindo-lhe, portanto, fazer as devidas convocações assim que esta receber.

Palacio do governo da provincia do Rio de Janeiro.— 4.º secção. — Nictheroy, 21 de Dezembro de 1882.

Illm. e Exm- Sr.— A camara municipal de Cantagallo excluiu da apuração do 1.º escrutinio da eleição de vereadores, a que se procedeu a 1 de Julho ultimo, a votação da parochia de Nossa Senhora do Monte do Carmo, sob o fundamento de que essa parochia havia sido desmembrada do município e por não ter recebido a tempo a portaria de 18 daquelle mez, em que esta presidencia explicou que, não obstante, ter ,sido a freguezia do Carmo elevada a villa pelo decreto provincial n. 2577 de 13 de Outubro de 1881, continuava a fazer parte integrante do municipio de Cantagallo, por depender a instalação da villa de um projecto de lei que o corpo legislativo então discutia, e é hoje

o decreto n. 3.091 de 28 do mesmo mez de Julho, tendente a levantar a prohibição que havia, pelo final do art; 27.º da lei n. 3.029 de 9 de Janeiro de 1881, de se proceder à eleição de vereadores do novo município.

Feita a apuração nestas condições, obtiveram o quociente eleitoral, e foram portanto eleitos, cinco cidadãos, entrando os oito immediatos em 2.º escrutínio, a que se procedeu em seguida e do qual sahiram eleitos os quatro vereadores que faltavam.

Acontece, porém, que, tendo havido reclamação perante o juiz de direito competente, mandou este, por sentenças de 10 de Outubro, confirmadas por accórdãos da relação do districto, de 15 de Novembro, incluir na apuração do 1.º escrutínio, quando já se tinha procedido ao 2.º, os votos que no 1.º obtiveram diversos cidadãos. O resultado da apuração assim feita é differente do anterior, segundo me expõe o presidente da camara municipal de Canta-gallo, em officio de 11 do corrente inclue mais dous eleitos em 1.º escrutínio, e exclue um a quem, em virtude da primeira apuração, já se havia expedido diploma e altera consequentemente o numero dos immediatos que deviam entrar em 2.º escrutínio.

A subsistirem os factos consummados, cassando-se os diplomas de dous cidadãos, offende-se o direito de um delles, — o do 1.º escrutínio que, por ter sido considerado eleito, não concorreu ao segundo.

Comquanto as alludidas decisões do poder judi-

ciário não o digam expressamente, nem o art. 226,º do decreto n. 8.213 de 13 de Agosto de 1881 o declare positivamente, parece, de todo o espirito da actual legislação eleitoral, que, aunullada pelo poder competente ou reformada a apuração do 1.º escrutínio, de modo que effecte o resultado de toda a eleição, está virtualmente nullo o 2.º escrutínio, e portanto se deve proceder, a um novo, sob pena de inutilidade da decisão judiciaria ou preterição e esbulho de direitos legitimos, sem contar que a composição das camaras ficaria em peiores condições que pelo antigo system a — sujeita a decisões parciaes, accommodadas as convenioncias de momento. Neste sentido cabe-me consultar a V. Ex., para o que transmitto, com o citado officio do presidente da camara municipal de Cantagallo, os documentos instructivos da questão, os quaes V. Ex. se dignará devolver, ao dar a decisão que o governo imperial tiver por acertada

Deus guarde a V. Ex. III<sup>m</sup>. e Ex<sup>m</sup>. Sr. conselheiro Pedro Leão Velloso, ministro e secretario de estado dos negocios do imperio.— *Bernardo Ave-lino Gavião Peixoto.*

Ministerio dos negocios do imperio.—Rio de Janeiro, em 29 de Dezembro de 1882.

M<sup>m</sup>. e Ex<sup>m</sup>. Sr. Em officio de 21 do corrente mez expõe V. Ex. que foi aunullada por sentença do juiz de direito competente, datada de 10 de Ou-

tubro e confirmada por accórdão da relação do districto de 15 do mez findo, a apuração de votos do 1.º escrutínio da eleição de vereadores da camara municipal da cidade de Cantagallo, de modo que, em virtude da nova apuração a que se procedeu, nos termos da decisão judiciaria, ficaram incluídos mais dous cidadãos eleitos em 1.º escrutínio, e excluído um a quem já fóra expedido diploma, e, consequentemente, foi alterada a lista dos immediatos que deviam entrar em 2.º escrutínio.

A vista disto, pondera V. Ex. que, comquanto as alludidas decisões do poder judiciario não o digam expressamente, nem o art. 226. do decreto n. 8.213 de 13 de Agosto de 1881 o declare positivamente, parece, de todo o espirito da actual legislação eleitoral, que, annullada pelo poder competente ou reformada a apuração do 1.º escrutínio, de modo que altere o resultado de toda a eleição, deve-se entender prejudicado o 2.º escrutínio, e proceder-se a um novo, sob pena de inutilidade da decisão judiciaria ou preterição e esbulho de direitos legítimos.

Respondendo ao officio de V. Ex., cabe-me declarar-lhe que, devendo-se, na execução do accórdão da relação, attender as consequencias jurídicas da decisão nelle proferida, cumpre considerar-se prejudicado o 2.º escrutínio da eleição municipal de» Cantagallo, e proceder-se a novo, recahindo a votação em uma lista de nomes organizada nos termos do art. 183.º § 3.º de referido decreto n 8.213, e atten-

dendo-se ao resultado da nova apuração de votos, feita em virtude do accórdão.

No caso de que se trata não é a administração quem annulla o 2.º escrutínio da eleição: a annul-lação é consequencia do accórdão, sendo applicavel ao mesmo caso a disposição do § 1.º do art. 226.º do decreto n. 8.213, citado.

Nesta conformidade V. Ex. expedirá suas ordens, devendo ficar adiada, até que a eleição se conclua definitivamente, a posse da nova camara municipal de Cantagallo.

Deus guarde a V. Ex.— *Pedro Leão Velloso*. — Sr. presidente da província do Rio de Janeiro.

Ministerio dos negocios do imperio.—Rio de Janeiro, em 13 de Janeiro de 1883.

III.º e Exm. Sr. —Mereceu a approvação do governo a decisão pela qual V. Ex. declarou ao presidente da camara municipal de Bragança, no quatriennio findo, que, no caso de empate na eleição do presidente da camara, devia ser preferido o vereador mais velho, *ad instar* do que, em relação á eleição de deputados, dispõem os arts. 180.º e 183.º § 4º do decreto n. 8.213, de 13 de Agosto de 1881, principio ainda consagrado no decreto n. 8.716 de 21 de Outubro de 1882, quando manda que occupe a cadeira da presidencia, antes da referida eleição, o vereador que parecer mais velho.

A este caso, como acertadamente entendeu V. Ex., não se póde applicar a disposição do art. 27.º da lei do 1º de Outubro de 1828, o qual confere o voto de qualidade ao presidente, effective da camara, e este, conforme a actual legislação, só é conhecido depois da dita eleição.

Como reforço da decisão de V. Ex., cumpre ainda attender-se ao art. 33.º da lei n. 3.029, de 9 de Janeiro de 1881, que o citado decreto n. 8.213 reproduziu no art. 237.º, e cujo preceito deu origem ás disposições deste mesmo decreto, citadas por V. Ex., e á regra estabelecida no decreto n. 8.716. Fica assim respondido o officio de V. Ex., datado de 4 do corrente mez, sob n. 2.

Deus guarde a V. Ex.—*pedro Leão Velloso*.— Sr. presidente da provinda de S. Paulo.

2º secção.—Ministerio dos negocios da justiça. — Rio de Janeiro, em 27 de Janeiro de 1883.

III<sup>m</sup>. e Exm. Sr.—Respondendo ao officio n. 26 de 18 do corrente, declaro a V. Ex., em solução ás duvidas suscitadas pela camara municipal de Aréas:

1º. Que, conforme decidiu o aviso de 24 de Agosto ultimo, publicado no *Diario Official* de 27, continuam os juizes municipaes, na falta dos respectivos sup-pletos, a ser substituídos pelo vereador mais votado e pelos que se lhe seguirem na ordem da votação.

2º. Que, entre os vereadores cora votação igual, deve ter preferencia o mais velho em idade, *ad instar*



do que está determinado nos arts. 183.º § 4º e 199.º do decreto n. 8.213 de 13 de Agosto de 1881. Deus guarde a V. Ex.— *João Ferreira de Moura*. —Sr. presidente da província de S. Paulo.

## REQUERIMENTO DESPACHADO

Maximiano José Machado, Francisco Manoel Monteiro e Francisco Gomes dos Passos Perdigão, eleitores do 1.º districto de paz da parochia do Engenho Novo, pedindo providencias para que não se defira juramento e dê posse do cargo de juizes de paz do mesmo districto aos cidadãos Lucidio José Candido Pereira do Lago e Francisco Candido Rodrigues, o 1.º porque residia ao tempo da eleição e continua a residir no 2º districto, e o 2º porque só dois dias antes da eleição estabeleceu o seu domicilio no 2º districto.—Não pôde ser atendida esta petição pelas razões seguintes:

Na cópia do alistamento eleitoral da parochia do Engenho Novo, remetida a este ministerio, pelo juiz de direito do 1º districto criminal da côrte, estao alistados como eleitores do 1º districto os cidadãos residentes no lado direito da rua do Visconde do Bom Retiro, e como eleitores do 2º districto os moradores do lado esquerdo, visto ser a dita rua uma parte da linha divisoria desses districtos, conforme o decreto n. 7.758 de 14 de Julho de 1830

## REFORMA ELEITORAL

e a portaria do ministerio da justiça de 30 de Março de 1882.

Sendo o cidadão Lucidio José Candido Pereira do Lago morador, ha alguns annos, do predio n. 4 da mencionada rua (lado direito), segundo allegam e provam os supplicantes, não lhe falta o requi-sito da residencia no 1º districto, por onde foi eleito juiz de paz, e tem direito legitimo de exercer este cargo.

Quanto ao cidadão Francisco Candido Rodrigues, embora lhe falto o requisito do tempo de residencia no 1º districto, todavia nada ha que resofver, visto que ao poder judiciario compete julgar da validade da eleição contra a qual não houve reclamação perante o juiz de direito. — Regulamento eleitoral, art. 216.º.

Rio de Janeiro, em 29 de Janeiro de 1883.—  
*Pedro Leão Velloso.*

Ministeerio dos negocios do imperio.— 1.º directoria.—Rio de Janeiro, 31 de Janeiro de 1883.

Ilm. e Exm. Sr.— Nesta data submetto ao ministério dos negocios da justiça a decisão dessa presidencia, communicada em officio de 23 do corrente mez, relativamente à substituição do juiz municipal do termo do Rio Bonito, segundo a parte final do art.19º. da lei n. 261 de 3 de Dezembro de 1841, com a qual V. Ex. resolveu a consulta que lhe dirigira o vereador mais votado e vice-presidente

da camara municipal respectiva sobre a dita substituição, no caso de achar-se aquelle funcionario na presidencia da mesma camara por impedimento do proprietario.

No dito officio V. Ex. lembra a conveniencia de providenciar-se desde já sobre a presidencia das camaras municipaes no caso de impedimento si— multaneo do presidente e do vice-presidente.

A este respeito declaro a V. Ex. que, de ac-côrdo com a antiga legislação e com a regra estabelecida no projecto apresentado a assemblea geral pela commissão mixta nomeada para a revisão do regulamento eleitoral, no qual se alteram algumas disposições da actual legislação, quanto á eleição de camaras municipaes (additamento ao § 15.º do art. 1.º, deve presidir a sessão, np caso de impedimento ou falta do presidente e do vice-presidente da camara, o mais votado dos vereadores.

Si a camara tiver sido eleita em dous escrutínios, será a sessão presidida pelo vereador mais votado do 1.º escrutínio, seguindo-se os seus imme-diatos do mesmo escrutínio, e, só depois de esgotada a respectiva lista, deverá assumir a presidencia o mais votado do 2.º escrutínio, e assim por diante; e, no caso de haver dous ou mais vereadores igualmente votados, no mesmo escrutínio, será preferido o mais velho, decidindo, finalmente, a sorte na hy-pothese de igual idade entre elles.

Deus guarde a V. Ex.—*Pedro Leão Velloso*.— Sr. presidente da província do Rio de Janeiro.

Ministerio dos negocios do império. — 1ª directoria.—Rio de Janeiro, em 3 de Fevereiro de 1883.

*Circular.* —*III*ha. e Exra. Sr.—Haja V. Ex. de chamar a attenção das camaras mnnicipaes dessa provincia para o aviso que em 31 do mez findo dirigi ao presidente da provincia do Rio de Janeiro, e se acha publicado no *Diario Official* de 2 do corrente mez, resolvendo duvidas suggeridas sobre a presidencia das camaras municipaes, no caso de impedimento simultaneo do presidente e do vice-presidente.

Deus g'uarde a V. Ex.—*Pedro Leão Velloso.*— Sr. presidente da provincia de...

Ministerio dos negocios do imperio. — 1º directoria.—Rio de Janeiro, era 9 de Fevereiro de 1883.

*III*m. e Exm. Sr.—Em officio n. 2 de 24 do mez findo expõe V. Ex. que, na sessão de posse da nova camara municipal da Japarutuba, tendo comparecido quatro e faltado tres dos actuaes vereadores, foram aquelles juramentados, e o presidente interino da mesma camara resolveu suspender a sessão antes da eleição do presidente e do vice-presidente, visto exigir o art. 27.º da lei do 1º de Outubro de 1828 a presença de cinco vereadores, pelo menos, para que as camaras funccionem.

Expõe mais V. Ex. que, tendo sido consultado por aquella. funcionario si era regular este procedimento, em face do que dispõe o art. 22.º § 6.º da

lei n. 3.029 do 9 de Janeiro de 1881, bem assim si  
O juramento dos tres vereadores, que faltaram,  
devia

ser por elle conferido ou pela camará transacta,  
declaron-lhe V. Ex.:

Que, prescrevendo o § 6º do art. 22º da lei n. 3.029 que as camaras não podem funcçãoar sem a presença da maioria de seus membros, é claro que as das villas o podem fazer com quatro vereadores que constituem maioria do numero de sete, marcado ás ditas camaras: achando-se por esse modo revogado o art. 27.º da lei do 1º de Outubro de 1828;

Que o juramento dos tres vereadores que deixaram de comparecer, podia ser conferido pelo presidente interino ou pela actual camara reunida.

Em resposta ao referido officio, declaro a V. Ex. que são approvadas estas decisões, a primeira pela disposição em que se funda, acima citada, da lei n. 3.029, a qual effectivamente revogou a do art. 27.º da lei de 1828, e a segunda porque, no art. 17.º desta ultima lei, não se define expressamente quem confere o juramento aos vereadores, si o presidente da camara, achando-se ella reunida, ou si a propria camara ; sendo certo que a camara transacta nenhuma intervenção mais podia ter no desempenho desta formalidade.

Deus guarde a V. Ex.—*Pedro Leão Velloso*.— Sr. presidente da província de Sergipe.

Ministerio do negocios da justiça. — 2.º secção.  
— Rio de Janeiro, em 14 de Fevereiro de 1883.

Illm. e Exm. Sr. —Em officio de 23 do mez findo, transmittido pelo ministerio do imperio, submetteu essa presidencia ao conhecimento do governo imperial a decisão que dá a consulta do presidente da camara municipal do Rio Bonito, re-lativamente a substituição dos juizes municipaes no caso de que trata a parte final do art. 19.º da lei de 3 de Dezembro de 1841.

Em resposta, declaro a V. Ex. :

Que, nos termos dos avisos de 24 de Agosto do anno passado e 27 de Janeiro ultimo a substituição dos juizes municipaes, na falta dos respectivos supplentes, cabe ao vereador mais votado e aos que se lhe seguirem na ordem da votação;

Que, estando firmado o principio de que o vereador deixa de funcionar nessa qualidade em quanto exerce o lugar de juiz municipal (avisos ns. 592 de 11 de Dezembro de 1869 e 279 de 26 de Maio de 1876), e sendo o vice-presidente, em exercício do cargo de presidente da camara municipal do Rio Bonito, o vereador mais votado, deve este, quando tiver de substituir o juiz municipal, passar a presidencia da camara ao que se lhe seguir na ordem da votação, de accôrdo com a doutrina do aviso daquelle ministerio de 31 do mez findo.

Deus guarde a V Ex. — *João Ferreira de Moura.*

— Sr. presidente da província do Rio de Janeiro.

Gommunicou-se ao ministerio do imperio

Ministerio dos negocios do imperio. — 1º directoria. — Rio de Janeiro, 14 de Fevereiro de 1883

Illm. e Exm. Sr. —Tendo o presidente da camara municipal da capital dessa provincia, no qua-triennio findo, tomado a deliberação de não conferir juramento e dar posse aos vereadores da camara actual José Antonio Coelho e Candido Cesar da Silva Rios, por se acharem comprehendidos nas disposições dos arts. 22.º, § 2º e 24.º da lei n. 3.029, de 9 de Janeiro de 1881, visto ser o primeiro empregado da caixa economica, retribuído pelos cofres publicos, e ter o segundo passado de supplente a vereador effectivo da camara transacta em consequencia de vagas alli abertas por morte e renuncia de alguns vereadores reclamaram contra esta de liberação quatro dos actuaes vereadores, em officio) que dirigiram a essa presidencia em 5 d mez findo, o qual acompanhou por cópia o officio de V. Ex., de 9 do dito mez, sob n. 1.

Com este mesmo officio, V. Ex. transmittiu-me a consulta que o presidente da camara municipal fizera, sobre o assumpto, ao juiz de direito do 1º districto criminal da capital, e a resposta que este magistrado lhe dera, concluindo que o primeiro dosj referidos vereadores devia ser juramentado logo que tivesse feito opção do cargo electivo e se demittido do emprego; e que, a respeito do segundo, embora indevidamente eleito, subsistia sua eleição, porque contra ella não houvera reclamação perante o poder judicial, unico competente para decidir esta questão.

Attendendo á dita representação e ao parecer daquelle magistrado, Y. Ex. decidia:

1.º. Que não tinha o presidente da camara faculdade para recusar juramento e posse a cidadão algum eleito que se apresente com o respectivo diploma, ainda na hypothese de exercer emprego publico sem reuuncia prévia, porquanto a acceita-ção do cargo de vereador, manifestada pelo jura-<sup>1</sup> mento, importa a recusa do exercício do emprego, como succede no caso da incompatibilidade definida no § 2.º do art. 12.º da lei n. 3.029 citada.

2.º Que os vereadores das camaras das cidades, no quatriennio findo, podiam ser reeleitos, porque a prohibição estabelecida no § 2.º do art. 22.º da mesma lei só póde ter applicação aos vereadores eleitos no dominio da dita lei; intelligencia que em caso quasi identico foi dada na execução do art. 18.º da lei de 1 de Outubro de 1828 pelo aviso de 31 de Março de 1829 e portaria de 15 de Dezembro de 1832.

Confirmando estas decisões cabe-me, porém, declarar a V. Ex com referencia às razões em que ellas se fundam:

1.º Que, por ser especial ao caso dos juizes substitutos e juizes municipaes e de orpbSos que acceitam o lugar de deputado ou de membro da assembléa legislativa provincial, não póde a disposição do art. 12.º § 2.\* da lei n. 3.029 servir de regra para hypothese diversa, qual a do cidadão que, exercendo diverso emprego publico, acceita cargo



electivo também diverso. Não se póde, portanto, concluir que a acceitação do cargo de vereador im. porta a recusa do exercício do emprego, dispensada a opção expressa. Si a este caso pudesse aquella disposição applicar-se por interpretação ampliativa, a consequencia deste modo de entender seria a renuncia do emprego.

Nem se conforma tora as boas praticas da administração e princípios que regem o desempenho das funções de empregos publicos retribuídos o alvitre de permittir-se que o empregado publico interrompa por quatro annos o exercício do emprego e seja nelle conservado depois de tão longa interrupção, e quando semelhante alvitre não tem, na hypothese de que se trata, o expresso apoio da citada lei, como nos casos definidos no texto do referido art. 12.º.

2.º Que, tendo o governo submettido á assem-bléa geral a questão de ser ou não applicavel aos vereadores do quatrienio findo a disposição do § 2.º do art 22.º da lei n. 3.029, não podia essa presidencia resolver-o em sentido negativo a proposito da eleição do vereador Candido Cesar da Silva Rios. Não obstante, deve-se considerar legitima-essa eleição, visto não se poder applicar áquelle vereador a mencionada disposição que só refere-se aoà cidadãos que, tendo sido effectivamente eleitos no ultimo quatriennio, o são novamente no seguinte, porque só neste caso ha reeleição. Diverso é o caso do vereador Silva Rios, que não fóra effectivamente eleito

no quadriennio findo, e só em virtude de vagas entrara para a lista dos vereadores.

Devendo entender-se sempre no sentido restricto as disposições da lei que, como a de que se trata, são relativas a incompatibilidades no exercício de cargos publicos, e principalmente sendo estes da eleição popular, conforme a doutrina consagrada no aviso n. 5 de 3 de Janeiro de 1856, não pôde a mesma disposição ampliar-se aos supplentes de vereadores que foram chamados ao exercício, em virtude das vagas.

Tendo em consideração o que foi observado com referencia ao vereador José António Coelho, V. Ex exigira que esse fnnccionario faça opção exonerando-o do emprego que exerce se elle continuar no exercício do,cargo eleitoral.

Deus guarde a V. Ex.—*Pedro Leão Velloso*—Sr. presidente da província do Maranhão.

Ministerio dos neg'ocios do imperio.—Rio de Janeiro, 17 de Fevereiro de 1883.

III<sup>m</sup>. e Ex<sup>m</sup>. Sr.—Com o officio n. 4 de 25 do mez proximo passado, remetteu V. Ex. ao governo cópia de uma representação que lhe dirigiram quatro dos actuaes vereadores da camara municipal da villa do Codó, da qual consta que, não tendo elles, por doentes, comparecido à sessão de posse da mesma camara, os tres outros vereadores pre-

sentes, depois de juramentados pelo presidente da camara transacta, chamaram um immediato e com elle procederam a eleição do presidente e do vice-presidente.

Attendendo à dita representação, V. Ex. decidiu que, por illegal, não podia prevalecer semelhante acto, visto que, conforme o disposto no § 6.º do art. 22.º da lei n. 3.029 de 9 de Janeiro de 1881, não podem as camaras funcionar sem a presença da maioria de seus membros e que, sendo convocados quanto antes os vereadores que, por doentes, não haviam comparecido, e juramentados os novos vereadores em numero legal, procedessem elles á eleição do presidente e do vice-presidente nos termos do decreto n. 8.716 de 21 de Outubro de 1882.

Accrescentou V. Ex. que, a não ser possível a reunião da camara transacta para o juramento dos novos vereadores, podia conferil-o o presidente respectivo ou qualquer vereador, conforme resolveu o aviso n. 181 de 20 de Abril de 1861.

Approvando estas decisões, devo observar que, ao proferil-as, convinha que essa presidencia tornasse bem saliente que a providencia estatuida no § 4.º do art. 22.º da lei n. 3.029, a qual serviu de pretexto, no caso actual, para a chamada de um immediato de vereador, só póde ser adoptada, como se manifesta do texto do mesmo paragrapho, nas sessões subsequentes — á de posse da camara.

Sendo a sessão do dia 7 de Janeiro do primeiro

anno do quatriennio destinada unicamente ao juramento e posse dos vereadores effectivos, seguindo-se a estes actos, *ex-vi* do § 5.º do art. 22.º citado, o da eleição do presidente e do vice presidente da camara, que são eleitos por aquelles vereadores d'en-tre si, é evidentemente illegal a intervenção era taes actos de quaesquer immediatos de vereadores.

Deus guarde a V. Ex. — *Pedro Leão Velloso*. — Sr. presidente da província do Maranhão.

Ministerio dos negocios do imperio.—1.º directoria. — Bio de Janeiro, em 20 de Fevereiro de 1883.

III<sup>m</sup>. e Exm. Sr.—Tenho presente o officio de 14 do corrente mez, em que V. Ex. expõe as duvidas que lhe occorrem sobre o procedimento' que a essa presidencia cumpre adoptar relativamente ao modo de preencher-se uma vaga existente na camara municipal de Itaborahy, a qual resultou da eliminação dos votos dos eleitores da parochia de Santo Antonio de Sá, cuja eleição foi annullada por accórdão da relação do districto de 12 de Dezembro ultimo.

Em resposta ao mesmo officio, declaro a V. Ex. que, pelas jurídicas razões nelle exaradas, entende o governo, de accôrdo com a opinião dessa presidencia, que a este caso póde applicar-se a dispozi-

ção do art. 183.º § 6.º combinado com o art. 199.º do regulamento eleitoral, devendo-se considerar que, á vista do citado accórdão, não foram preenchidos no 2.º escrutínio da eleição do município todos os lugares que ficaram vagos no primeiro.

Pelas alludidas razões, não póde aquella vaga ser preenchida por immediatos do 2º escrutínio, embora existam ; nem aos immediatos do 1º, que também existem em numero de dous, póde caber esse direito, visto que da combinação dos §§ 3º e 4º do art. 22.º da lei de 9 de Janeiro de 1881, couclue-se evidentemente que taes immediatos só são chamados para o preenchimento provisório, e não definitivo, de vagas, quando ha falta de vereadores em numero necessario para celebrarem-se as sessões. I Deus guarde a V. Ex. — *Pedro Leão Velloso*. — Sr. presidente da província do Rio de Janeiro.

*Officio a que se refere esle aviso.*

Palacio do governo da provincia do Rio de Janeiro.—4º secção.—Nitheroy, 14 de Fevereiro de 1883.

Illm. e Exm. Sr. — De oito candidatos votados na eleição de vereadores a que se procedeu nas quatro parochias do município de Itaborahy a 1 de Julho do anno passado, sómente cinco foram considerados eleitos em 1º escrutínio, por terem obtido o quociente eleitoral, e não havendo cidadãos votados em numero duplo ao de dous vereadores que

faltavam para completar a camara, no prazo legal e de conformidade com o art. 199.º combinado com o art. 183.º, § 5º do decreto regulamentar n. 8.213, de 13 de Agosto de 1881, procedeu-se á nova eleição da qual sahiram eleitos os dous vereadores, tendo além disto obtido votação dous outros candidatos.

O accórdão da Relação da côrte de 12 de Dezembro do anno findo, transmittido a esta presidencia com officio de 28 do mesmo mez, tendo annul-lado a eleição da parochia de Santo Antonio de Sá, a qual, pelo alistamento eleitoral de 1881, tem apenas 11 eleitores d'entre os 264 do município, a nova camara de Itaborahy não foi empossada a 7 de Janeiro ultimoo; e continuando a antiga no exercício das funções municipaes procedeu, de accôrdo com o art. 205.º do decreto regulamentar, á indispensavel apuração a 22 desse mez, apenas recebeu o accórdão, em virtude do qual foi excluído do numero dos eleitos em 1º escrutínio um candidato que não obteve quociente eleitoral nessa apuração. Do 2º escrutínio ha candidato votado que póde preencher a vaga que se deu por esse modo; mas é parecer desta presidencia que não o deve, porquanto esse escrutínio se fez para preenchimento de duas vagas sómente, e não de tres, e os candidatos nelle votados além dos eleitos, não sendo ao menos supplentes de vereadores, segundo os arts. 22.º, § 4º do decreto n. 3.029, de 9 de Janeiro de 1881, e 299.º do decreto de 13 de Agosto do mesmo anno, não devem ser vereadores effectivos. A isto aceresce

que, em virtude do accórdão, ficou limitado no 2º escrutínio o circulo da livre escolha do eleitor. e privado o candidato excluído de solicitar sua eleição. E' pois, indispensavel que se preencha a vaga por outro modo.

Para se fazer a respectiva eleição, que não se inclue em nenhuma das hypotheses dos arts. 22.º, § 3º, da lei eleitoral, e 206.º do regulamento, em vez de ser considerado nullo o 2º escrutínio por effeito do accórdão, mais juridicamente, e sem inconveniente algum nem offensa de direitos, se póde applicar ao caso vertente a disposição do § 6º do art. 183.º do decreto de 13 de Agosto de 1881.

Assim, considerando que se verificou presente mente a hypothese de não terem ficado preenchidos na segunda eleição todos os lugares de vereadores, havendo embora cidadãos votados em numero superior a esses lugares, porém que não devem preencher-os, parece-me que devo designar o dia da nova eleição para preenchimento de um lugar de vereador da camara de Itaborahy, nos termos do § 6º já citado, ao qual se refere o art. 199º do decreto de 13 de Agosto de 1881; não o farei, porém, sem que o governo imperial decida o que fôr acertado, e tenha conhecimento dos factos, para o que, com a presente exposição, transmitto a V. Ex. os documentos necessarios.

Cumpre-me acrescentar que, tendo o accórdão annullado toda a eleição de Santo Antonio de Sá e não sómente a de vereadores, mandarei proceder

alli a eleição de juizes de paz, nós termos do art. 226.º § 2º do regulamento eleitoral, logo que V. Ex se digne decidir a presente consulta.

Deus guarde a V. Ex.—III<sup>m</sup>. e Ex<sup>m</sup>. Sr. conselheiro Pedro Leão Velloso, ministro e secretario de estado dos negocios do imperio.—*Bernardo Avelino Gavião Peixoto*

Em 23 de Fevereiro de 1883:

Ao presidentia da de Minas Geraes, para o fazer constar & camara municipal da cidade de Passos, como solução das duvidas suscitadas pelo presidente da mesma camara, no officio que ora se lhe devolve, que, tendo o accórdão de 7 de Dezembro ultimo da Relação da mesma provincia, julgado nullo o despacho do juiz de direito daquella comarca, que an-nullou a eleição de dous Vereadores da referida camara municipal, os quaes haviam sido reeleitos, contra o disposto no § 2º do art. 22.º da lei n. 3.029 de 9 de Janeiro de 1881, sobre o fundamento de ter sido proferido o dito despacho depois de expirado o prazo de que trata o art. 218.º do regulamento eleitoral, e outrosim, havendo o mesmo accórdão declarado válida a eleição daquelles vereadores; não póde a administração impedir que taes funcionarios entrem em exercicio e nelle se conservem durante o quatriennio.



Ministerio dos negocios da justiça.—2º secção. —  
Rio de Janeiro, 1 de Março de 1883.

III<sup>m</sup>. e Exm. Sr.— Do officio, transmittido pelo ministerio do imperio, com data do 1º do mez findo e sob n. 6, consta ter essa presidencia decidido, sobre consulta do 1º supplente do juiz municipal do termo de Grajabu, que a substituição dos juizes muni-cipaes, na falta dos respectivos supplentes, deve reali-zar-se na ordem da votação, de accôrdo com a lei de 3 de Dezembro de 1841; porquanto no regimen anterior à nova reforma eleitoral eram aquelles fun-ccionarios substituídos pelos presidentes das camaras municipaes por serem estes os mais votados e não por exercerem semelhante cargo.

O governo imperial approva esta decisão, por estar de conformidade com o que já foi resolvido em avisos de 24 de Agosto, 27 de Janeiro e 14 de Fevereiro ultimos.

Deus guarde a V. Ex.—*João Ferreira de Moura*.  
—Sr. presidente da provincia do Maranhão.

REQUERIMENTO DESPACHADO PELO MINISTERIO DO  
IMPERIO, EM 6 DE MARÇO DE 1883.

Julio Veríssimo da Silva Santos e mais dous  
eleitores do município de Cantagallo, pedindo que  
se declare sem effeito o aviso de 29 de Dezembro  
ultimo, sobre a execução do accórdão de 15 de No-

vembro antecedente, que annullou a apuração do 1.º escrutínio da eleição de vereadores do dito município.

Considerando :

Que o mesmo accórdão não annullou expressamente os diplomas de dous cidadãos eleitos, um no 1.º e outro no 2.º escrutínio, conforme a primitiva apuração feita pela camara municipal de Cantagallo; limitando-se esse accórdão a mandar incluir na dita apuração os votos dos eleitores da freguezia do Carmo, que haviam sido tomados em separado na apuração do 1.º escrutínio;

Que, a ter a camara de proceder nos precisos termos do accórdão, conforme a disposição do § 2.º do art. 226.º do decreto n. 8.213 de 13 de Agosto de 1881, devia limitar-se a fazer a addição dos votos alli ordenada, e expedir diplomas aos cidadãos considerados eleitos, segundo a nova apuração

Que, nestas circumstancias, a camara teria de expedir diplomas a mais dous candidatos, ficando a mesma corporação com 11 membros, em vez de nove que a lei fixou-.lhe ;

Que o acto, pelo qual a camara tivesse de cassar os diplomas dos dous referidos candidatos, era uma simples consequencia do accórdão que, como acima ficou dito, não annullou diplomas;

Que, no caso de que se trata, o resultado do 2.º escrutínio era substancialmente ligado ao do 1.º, *ex vi do* art. 183.º § 3.º, combinado com o art. 199.º do citado decreto: seguindo-se que, da alteração da

lista dos eleitos no 1.º escrutínio, pela exclusão de um cidadão em virtude do accórdão, *ipso facto* ficou substancialmente viciado o 2.º escrutínio, em cuja lista devia necessariamente figurar o nome daquelle cidadão, sob pena de se considerar illegal o accórdão, ou inexecutível desde que se não attendesse as consequências jurídicas da decisão nelle contida ;

Que, finalmente, a nullidade evidente do 2.º escrutínio, em virtude de accórdão, dispensa o recurso voluntario de que trata o § 2.º do art. 220.º do citado decreto, para que possa a administração julgar prejudicado o mesmo escrutínio: deixo de attender à pretensão dos supplicantes, e opportunamente submetterei ao poder legislativo a dúvida que suggere a falta, no mencionado decreto, de disposição expressa que regule o procedimento da administração, na execução de sentenças judiciaes proferidas nos termos do referido accórdão.

Ministerio dos negocios do imperio—Rio de Janeiro, em 7 de Março de 1883.

Resolvendo as duvidas que perante o governo suscitaram quatro vereadores da IIIma. camara municipal em officio de 5 do corrente mez, manda Sua Magestade o Imperador declarar á mesma camara:

Que, não se tendo reunido vereadores, em numero legal, em tres dias consecutivamente designados, um para sessão ordinaria e dous para sessão

extraordinaria, da-se o caso previsto no art. 22.º, § 4.º da lei n. 3.029 de 9 de Janeiro de 1881, que manda chamar os immediatos precisos para perfa-zerem a maioria dos membros da camara.

Que ao vice-presidente da camara, quando substitue o presidente, cabem todas as attribuições que a este competem, entre as quaes a de convocar a camara extraordinariamente, nos termos do art. 26." da lei de 1 de Outubro de 1828. — *Pedro Leão Veloso*.

1.º Directoria.— Ministerio dos negocios do imperio.— Rio de Janeiro, em 7 de Março de 1883.

III.ºm. e Exm. Sr.— Informa essa presidencia em officio de 27 do mez findo :

Que, havendo a camara municipal da villa de Sapucaia excluído da apuração do 1.º escrutínio da eleição de vereadores a authentica da parochia de Nossa Senhora da Aparecida, a pretexto de ter havido irregularidades na organização da respectiva mesa eleitoral, fóra essa apuração annullada por sentença do juiz de direito, confirmada pelo accórdão da relação do districto de 14 de Novembro ultimo, que julgou illegal a exclusão dos votos da dita parochia;

Que, em execução do accórdão, a camara procedeu á nova apuração, e, verificando que, pela inclusão daquelles votos, ficara alterado o resultado 1.º escrutínio, julgou prejudicado o 2.º, e man-

dou proceder a outro, sem consultar previamente a essa presidencia ,

Que, feito o novo escrutínio a 9 de Janeiro, a camara procedeu a 22 do mesmo mez á apuração geral de toda a eleição, e empossou no dia 9 do mez findo a maioria da nova camara assim eleita. Inteirado destes factos, cabe-me declarar a V. Ex, que, uma vez realizados, ao poder judicial, como essa presidencia entende, compete julgar, na fôrma da lei, da validade ou nullidade da referida eleição. Deus guarde a V. Ex. — *Pedro Leão Valioso*.— Sr. presidente da província do Rio de Janeiro.

1.Directoria.— Ministerio dos negocios do imperio .  
— Circular. — Rio de Janeiro, 7 de Março de 1883.

Illm. e Exm. Sr.—De conformidade com a imperial resolução de 7 de Janeiro do anno passado, exarada em consulta da secção dos negocios do imperio do conselho de estado, de 28 de Novembro de 1881, sobre a disposição do art. 24.º da lei n. 3.029 de 9 de Janeiro deste ultimo anno, com referencia aos funcçionarios publicos, cuja retribuição consiste em custas, declaro a V. Ex. para os devidos effeitos, que a esses funcçionarios applica-se a citada disposição.

Deus guarde a V. Ex.— *Pedro Leão Velloso*. —  
Sr. presidente da província de.,.

*Consulta a que se refere este aviso.*

Senhor.— A secção dos negocios do imperio do conselho de estado, obedecendo â augusta ordem de Vossa Magestade Imperial, tem a honra de consultar sobre o seguinte ponto:

*Si na incompatibilidade de que trata o art. 24. da lei n. 3.029 de 9 de Janeiro ultimo, comprehendem-se sómente os empregados que percebem vencimentos pelos cofres publicos, ou tambem aquelles cuja retribuição consiste em custas, como partidor ou contador ?*

A secção considerando:

1.º Que as expressões— empregos publicos retribuídos— existentes no citado artigo sem a menor limitação, litteralmente entendidas, só não comprehendem os que occupam cargos gratuitos, sendo portanto extensivas a todos os que recebem retribuição no exercício de qualquer emprego, ou sejam pagos pelos cofres publicos, ou, em virtude de lei, por aquelles que se utilizam de seus trabalhos;

2.º Que nesta segunda hypothese se acham incluídos os partidores e contadores, do mesmo modo que os serventuarios de officios de justiça, e outros cujos vencimentos consistem em custas;

3.º Que a lei, não tendo feito a favor delles nenhuma excepção, deixou-os na generalidade da classe dos empregados retribuídos;

4.º Finalmente, que, não resultando da intelligencia litteral da mesma lei absurdo ou incohe-

rencia, não é licito ao seu executor distinguir onde ella não distingue pensa que taes funecio-narios estão comprehendidos na incompatibilidade de que trata o acima mencionado art. 24.º da lei novíssima de eleições.

Si outra foi a mente do legislador, só a este cabe declaral-o de modo authenticico.

E' este, Senhor, o parecer da secção. Vossa Magestade Imperial, porém, resolverá com a costumada sabedoria o que fôr mais acertado.

Sala das conferencias da secção dos negocios do imperio do conselho de estado em 28 de Novembro de 1881.—Visconde *de Bom Retiro*.—*Martim Francisco Ribeiro de Andrada*.—*José Caetano de Andrade Pinto*.

*Resolução*

Como parece.—Paço, 7 de Janeiro de 1882. Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador. —*Manoel Pinto de Souza Dantas*.

Ministerio dos negocios do imperio.—Rio de Janeiro, em 13 de Março de 1883.

III<sup>m</sup>. e Exm. Sr.—Pelos officios ns. 47, 48,49 e 51 de 23 e 29 de Janeiro e 1 de Fevereiro últimos, ficou o governo inteirado das decisões que V. Ex. proferiu, resolvendo duvidas concernentes a

posse e trabalhos de varias camaras municipais e ao exercicio de alguns vereadores.

Cabe-me observar a V. Ex., a proposito das decisões relativas á posse da camara municipal da villa da União, e ao exercicio do vereador da camara da capital, Dr. Simplício de Souza Mendes, que é commissario vaccinador :

1.º Que na sessão de posse das novas camaras não é indispensavel a presença de todos ou da maioria dos vereadores da camara antiga: basta para esse fim, que esteja presente o respectivo presidente, ou qualquer outro vereador, perante o qual pôdem prestar juramento os novos vereadores, conforme a doutrina do aviso n. 481 de 1861. Assim, tendo comparecido no dia 7 de Janeiro os novos vereadores da camara da villa da União, e presentes, embora em minoria, alguns vereadores da antiga camara, podiam aquelles ser empossados; e a posse effectuada no dia immediato perante um só vereador da camara transacta devia ser mantida, desde que não se allegou surpresa na realização desse acto no dia 8 de Janeiro e apenas falta de competencia do mesmo vereador para presidir a sessão, porque não lhe fôra passada a presidencia, mediante comunicação official • E' de praxe nas funcções das camaras, conforme a antiga legislação, applicavel ao caso actual, que a presidencia da sessão seja assumida pelo vereador mais votado que estiver presente quando falta o presidente effe-ctivo', a regra do aviso n. 144 de 9 de Março de



1869, invocada por esta presidencia, para sustentar aquella falta de competencia, é especial ao caso do juiz de paz que assume a jurisdição civil fóra do anno de serventia, e como, tal não podia ter applicação à hypothese em questão.

2.º Que á administração, e não ao poder judicial, compete providenciar sobre a accumulação de funcções de vereador ou juiz de paz com as de empregos publicos retribuídos, contra a disposição do art. 24º da lei n. 3.029 de 9 de Janeiro de 1881. Nesta hypothese só é cabível, em falta de opção expressa, a providencia da exoneração do emprego.

Deus guarde a V. Ex.—Pedro *Leão Velloso*. —Sr. presidente da província do Piahy.

FIM.